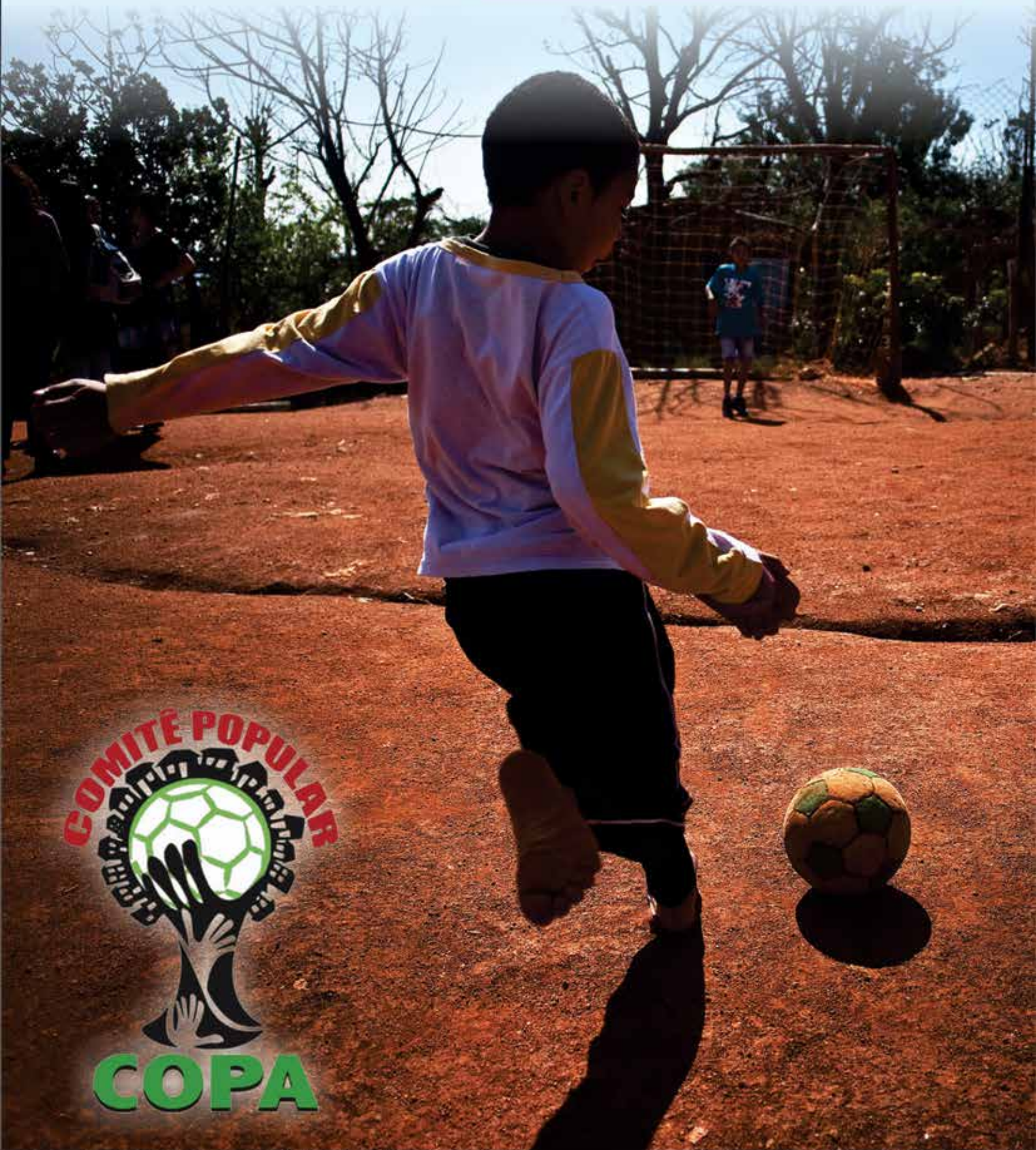
COPA DO MUNDO FIFA 2014
E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM PORTO ALEGRE



Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre

COORDENAÇÃO GERAL:
Comitê Popular da Copa de Porto Alegre

COORDENAÇÃO DE PESQUISA:
ONG CIDADE; Gabrielle Oliveira de Araujo; Juliana Feronatto Mesomo

PESQUISADORES:
Cláudia Favaro; Letícia Paranhos; Guido Alt; Cecília Esteve; Márcia Tolfo; Fernando Campos Costa; Gabrielle Araujo; Juliana Mesomo

REDAÇÃO FINAL:
Raquel Casiraghi

APOIO:
Henrich Bolls Stiftung – Brasil
ONG CIDADE

PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA:
Cecília Esteve

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Marcelo Souza

REVISÃO ORTOGRÁFICA:
????????????

O Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e Violações de Direitos em Porto Alegre é resultado de um trabalho coletivo junto das atividades que o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre vem desenvolvendo, há mais de quatro anos, de monitoramento, denúncia dos impactos das obras da Copa FIFA e fortalecimento da luta de comunidades atingidas diretamente pela realização do megaevento em Porto Alegre"

Sumário

1. APRESENTAÇÃO

2. PREFÁCIO: A CIDADE E O PÓS-COPA (POR CLÁUDIA FAVARO)

3. INTRODUÇÃO

4. ESTÁDIOS
3.1 Estádios, entrega de áreas públicas e alterações urbanísticas
Artigo: O que revelam os bastidores da Copa do Mundo de Futebol? (Guilherme Gil da Silva e Vinicius de Moraes Brasil)

4. A CIDADE DE EXCEÇÃO
4.1. As alterações de leis e o impacto da cidade de exceção no planejamento urbano de Porto Alegre
4.2. As Zonas de Exceção em Porto Alegre
4.3. Os ambulantes e as zonas FIFA
4.4. Moradores de Rua
4.5. O Perímetro de Segurança
4.6. A Fan Fest
ANEXO: Carta enviada à CEF (Caixa Econômica Federal) pelo FERU/RS (Fórum Estadual de Reforma Urbana)

5. SEGURANÇA PÚBLICA, CONTEXTO DE EXCEÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
5.1. A Copa das Tropas
5.2. ILEAs: base da doutrina de segurança dos EUA
5.3. O governo se arma para a Copa
BOX: Os muros da FIFA e a tensão do Apartheid na Palestina
5.4. O contexto das mobilizações
5.5. Copa das Confederações: #ACopadasManifestações
5.6. Porto Alegre
5.7. Aliança com as empresas de comunicação
5.8. Criminalização de militantes sociais
5.9. Na Copa do Mundo FIFA, teve protesto apesar da forte repressão
ARTIGO: Mídia hegemônica e Copa do Mundo: contradições (por Alexandre Haubrich)

6. EXPANSÃO URBANA E PRIVATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
6.1. Privatização dos espaços públicos e o direito à cidade
6.2. A expansão do mercado imobiliário
6.3. Expansão urbana em direção a Zona Rural
BOX: ZONA RURAL, UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: o avanço da especulação imobiliária gerada pela Copa do Mundo 2014

7. MOBILIDADE URBANA
7.1. Mobilidade urbana e a estratégia dos megaeventos
7.2. O Planejamento Prioritário da Copa na cidade de Porto Alegre
ARTIGO: O serviço de transporte público na cidade de Porto Alegre (por Anderson Girotto)

8. MEIO AMBIENTE
8.1. Copa do Mundo: oportunidade para Financeirizar a Natureza
8.2. Financeirização da Natureza
8.3. Créditos de Carbono
8.4. Arbitragem Internacional para a FIFA e seus patrocinadores

9. ACESSO À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
9.1. Informação e Participação
9.2. O mito de Porto Alegre como sendo a Capital da Democracia Participativa
9.3. Entrevista com Sérgio Baierle: Participação popular agoniza em Porto Alegre

10. MORADIA
10.1. O direito à moradia adequada no plano internacional e nacional
10.2. A política habitacional em Porto Alegre na conjuntura dos megaeventos
10.3. Os dados institucionais e a vida como ela é

11. AS MULHERES E A COPA

12. GASTOS NA COPA
12.1. A Copa aterrissa em Porto Alegre
12.2. Porto Alegre e o caso das estruturas temporárias

ANEXO 1
Etapas de um conflito social: uma transformação urbana que recém começou (Av. Tronco)

Apresentação

Acadêmicos, militantes, moradores, organizações e movimentos sociais junto ao Comitê Popular da Copa de Porto Alegre lançam o dossiê "A Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos na cidade de Porto Alegre".

Este documento tem como objetivo fornecer um panorama dos efeitos reais da Copa do Mundo FIFA 2014 na capital gaúcha. Os governos brasileiros, a entidade futebolística e grande parte da mídia se dedicaram a propagandear a "oportunidade única da Copa da FIFA" e seus "legados". No entanto, aqueles, que acompanharam de perto os efeitos das legislações de exceções, das obras às pressas, atrasadas e logo paradas, da repressão policial, da privatização e da proibição de circular nos espaços públicos, têm outra história para contar sobre a Copa do Mundo FIFA 2014.

É sobre estes impactos não visibilizados desse evento na vida da população portoalegrense, em particular dos setores já vulneráveis e marginalizados pela sociedade, que este documento trata. O resultado é um esforço coletivo, que teve início no ano de 2010 quando o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre se formou e passou a atuar no monitoramento e na denúncia da parceria entre o Governo Brasileiro e a federação internacional de futebol e as violações de direitos humanos. Ao longo desses quatro anos, o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre esteve particularmente engajado no fortalecimento da luta de comunidades que estão sendo removidas de seus territórios para darem passagem às obras de infraestrutura da FIFA (Federação Internacional do Futebol Associado). Muitas informações contidas neste dossiê já foram divulgadas pelo próprio Comitê Popular local e outras entidades parceiras em boletins, blogs, manifestações de ruas e apresentações em diversos espaços. O mérito desta publicação, produzida coletivamente, está em reuni-las produzindo um registro geral das violações de direitos humanos em função da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade.

Este texto inicia pelas obras definidas para Porto Alegre, em 2010, pela Matriz de Responsabilidade, e passa por diversos outros projetos que fazem parte do discurso e das ações dos governos federal, municipal e estadual da "oportunidade da Copa FIFA para a cidade". Constatamos que, junto dos empreendimentos urbanos "propiciados pela Copa FIFA 2014", estão associadas às mais diversas violações de direitos fundamentais: à soberania do país, leis de exceções, remoções forçadas, planejamento privado das cidades, doações de terras públicas à iniciativa privada, falta de participação, informação e transparência, mercantilização da natureza, elitização do futebol, privatização dos espaços públicos, financiamentos especiais aos parceiros comerciais da FIFA, aumento do aparato repressor do Estado à população e muitos outros. Afinal de contas, de uma forma ou de outra, diretamente ou indiretamente, em maior ou menor grau, somos todos atingidos pela Copa do Mundo FIFA 2014.

#CopaPraQuem?

Prefácio:
A cidade e o pós-Copa

Para todos aqueles que disseram que seria inócuo e ineficaz manifestar-se contra a Copa em 2013 e 2014, mandamos um alento na forma deste Dossiê e, ao mesmo tempo, mandamos um aviso: nossas vozes chegaram onde deviam. Denunciamos a FIFA, seus abusos e padrões impostos, denunciamos os governos, suas peripécias e submissões, estivemos junto e dialogamos com as esferas populares e, com suas pautas, também percorremos todas as esferas institucionais. Não foi possível chegar aos mesmos longínquos rincões onde chegava a transmissão dos jogos da Copa porque as redes midiáticas que cobriam o megaevento jamais se prestariam a apresentar, de fato, o que houve por trás dele. Ou seja, toda a sequência de violações e concessões que aconteceram para que ele fosse realizado, que sempre acontecem e que seguirão acontecendo nos países por onde a FIFA passar.

Para muitos a Copa não começou no dia 12 de junho de 2014. A Copa começou em 2007, quando tivemos o país sorteado para receber o evento e mesmo antes, em 2005 quando algumas cidades do país compraram a ideia do city marketing, ferramenta da cidade capitalista por excelência. O processo de venda da cidade e sua apropriação pelo capital é um processo muito anterior à chegada da Copa e a luta pelo direito à cidade, à terra urbana urbanizada e à moradia, são pautas que há muito tempo estão na agenda dos movimentos.

Às vésperas da Copa do Mundo, todos andavam muito preocupados com o Não Vai Ter Copa e com a possibilidade de as mobilizações efetivamente atrapalharem a "festa" da FIFA. Por isso, o governo que está a frente do estado brasileiro e a mídia (também com grandes interesses no êxito comercial do evento) buscaram amedrontar a opinião pública a fim de aprovar os mais de 2 bilhões investidos para o armamento policial. Dessa forma, queriam calar as vozes contrárias à realização do mundial, os movimentos populares e os sindicatos que lutam por avanços e conquistas para suas categorias. Em parte atingiram seu objetivo. As manifestações foram fortemente reprimidas, militantes foram presos, muitos abusos policiais foram cometidos e espalhou-se um sentimento de que sim, fomos proibidos de nos manifestarmos durante o Mundial.

No entanto, enquanto uns falavam através das hashtags #Copadascopas e do #tátendocopapracaralho, outros nos davam a certeza de que efetivamente não houve Copa para muitas pessoas, principalmente para aqueles que, nesse processo, foram perdendo tudo o que tinham – seus pertences, suas casas, sua dignidade, seus direitos e até sua liberdade.

Com a chegada da Copa do Mundo, pudemos ver que o futebol, devido ao seu encanto, tem o poder de anular o que está fora do campo e das arquibancadas. O juízo fica suspenso e, talvez, inclusive os que estavam mais atentos aos problemas implicados na realização do evento tenham vibrado apaixonados com as jogadas dos atletas. Ainda assim, passado o fascínio do espetáculo, alguns males causados pela vinda da Copa da FIFA vieram para ficar. O Comitê Popular da Copa, desde 2009, denuncia, critica e luta contra estas consequências negativas e contra as violações de direitos humanos ocasionadas pelo evento. Nos parece irônico que a Copa das tropas, a Copa das remoções, a Copa das exclusões, a Copa da exploração, a Copa das mortes, a Copa das empreiteiras, a Copa do maior lucro da FIFA e suas parceiras comerciais, que tanto denunciamos ao longo destes anos tenha sido também a Copa na qual o país-sede foi eliminado com a maior goleada de sua história. Podemos dizer que o Brasil perdeu vergonhosamente dentro e fora de campo.

Não houve Copa para muitas pessoas, principalmente para aqueles que, nesse processo, foram perdendo tudo o que tinham – seus pertences, suas casas, sua dignidade, seus direitos e até sua liberdade.

Ainda durante a Copa, vimos torcedores amontoados nas Fan Fests e não vimos negros nos estádios. Vimos pessoas em situação de vulnerabilidade social serem expulsas do centro para não chocar os turistas.

Contudo, um vexame maior que esta histórica derrota é o fato de que nenhuma das famílias dos dez operários mortos na construção dos estádios do Mundial tenha sido devidamente indenizada com pensão vitalícia, assim como não tenha sido responsabilizada nenhuma construtora pelos acidentes de trabalho. Também nos parece vergonhoso e inaceitável que, ao invés de se prontificar na realocação das famílias removidas "chave por chave" em moradias dignas, o governo federal tenha apenas se apressado em escamotear dados sobre remoções. Também não temos notícia de nenhuma grande campanha (nos aeroportos, hotéis, estádios e outros locais oficiais do evento) de prevenção e combate à exploração sexual, assim como não sabemos de nenhuma rede de exploração que tenha sido desmantelada. Da mesma forma, a Lei Geral da Copa, com suas várias zonas de exceção, manteve-se intacta, ainda que tenha

sido amplamente questionada [1].

Ainda durante a Copa, vimos torcedores amontoados nas Fan Fests e não vimos negros nos estádios. Vimos pessoas em situação de vulnerabilidade social serem expulsas do centro para não chocar os turistas, vimos reintegrações de posse, agressões a advogados populares e vimos trabalhadores ambulantes em sistema de trabalho precário sem nenhum direito trabalhista garantido, situação provocada pelas empresas e, na sua maioria, mediada pelas prefeituras. Vimos também pessoas serem impedidas pela polícia de usar algumas linhas de ônibus, enquanto aqueles que possuíam ingressos tiveram acesso facilitado aos ônibus e mesmo passe Livre. Vimos ruas e outras áreas públicas cercadas por militares e, do lado de dentro, um "circo" com quiosques das corporações patrocinadoras garantindo sua publicidade e seus lucros.

Realmente foi uma trágica goleada de violações. Mas, como diz o governo, tudo isso foi em prol do desenvolvimento nacional? Em prol das cidades na competição por investimentos internacionais? Não há nenhum gol de honra marcado pelo Brasil nessa história toda? Se existe alguém que poderá marcar este gol de honra será o povo cuidadosamente auto-organizado. Quanto a nós, seguiremos fechando detalhadamente a conta da Copa, divulgando seu verdadeiro legado, somando-nos às lutas dxs que estão abaixo e à esquerda, construindo um novo campo, um novo jogo, com novas regras, sem juízes nem donos da bola, sem impedimentos nem deslealdades. Seguiremos perguntando e espalhando o questionamento: Copa pra quem? Desenvolvimento pra quem? Cidade pra quem? Esse é o legado que queremos: o legado da luta popular e da resistência à opressão. Não podemos voltar atrás, mas sempre poderemos tocar a bola pra frente!

1 Nota do Comitê Popular da Copa de São Paulo. Análise do pós copa e a repressão. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=656:a-goleada-que-levamos-da-copa

Introdução

A cidade de Porto Alegre é a capital do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, a capital mais meridional do país. Com sua população de 1.409.939 habitantes (IBGE 2010), possui 496,827km², divididos entre áreas urbanas e rururbanas. A densidade populacional média de 2.878,7 hab/km² é extremamente variante, dependendo da região da cidade, que está localizada a uma altitude de 10 metros do nível do mar. Possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,865 e um Produto Interno Bruto (PIB) de R$36,8 bilhões.

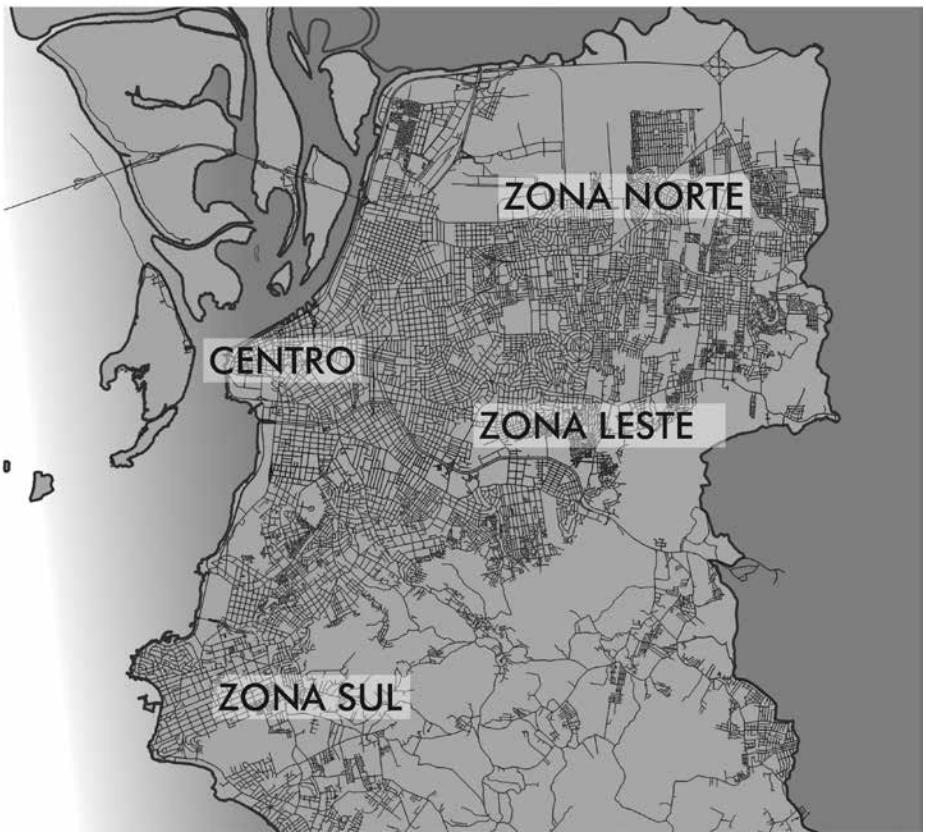
A cidade tem fama internacional a partir da experiência do Orçamento Participativo (OP), por ter sediado o Fórum Social Mundial em quatro edições (2001, 2002, 2003 e 2005), pela mostra internacional de arte Bienal do Mercosul e pela sua importante localização de conexão do Brasil aos países vizinhos membros do Mercosul. Há também a tradição futebolística, tendo a Capital dois clubes campeões mundiais, o Internacional (campeão em 2006) e o Grêmio (campeão em 1983).

Sua morfologia é bastante interessante. Porto Alegre é banhada pelas águas do Lago Guaíba, no Delta do Rio Jacuí, cujas águas escoam para a Lagoa dos Patos e, posteriormente, ao Oceano Atlântico. A cidade foi fundada no cume de um morro, numa península bastante estreita. Sua função primordial à época era servir de porto à capital do estado na época, a cidade lindeira de Viamão.

O centro de Porto Alegre se desenvolveu na ponta da península e, com o passar dos anos, irradiou-se entre os morros da cidade para as três zonas que compõem a cidade atualmente: Zona Sul, Zona Leste e Zona Norte. A mobilidade urbana da cidade sempre esteve baseada, desde sua fundação, em avenidas radiais que conectavam o centro às suas periferias.

Com a chegada da modernidade no início do século XX, a industrialização do centro urbano e a intensificação da necessidade de deslocamento entre as diferentes zonas

MAPA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE



MORFOLOGIA URBANA DE PORTO ALEGRE - RADIAS E PERIMETRAIS DA CIDADE

ocasionaram uma necessidade de planejamento urbano para resolver os dilemas da cidade. A partir de então, concebeu-se a necessidade da implantação de avenidas perimetrais ao centro da Capital, que fizessem a conexão direta entre as radiais, sem a necessidade de chegar ao centro. Nesse sentido, Porto Alegre hoje conta com três perimetrais e inúmeras avenidas radiais, sendo a 3ª Perimetral, que tinha sido proposta na década de 20 do século XX, inaugurada somente em 2004. A cidade sofreu, por muitos anos, com diversos problemas de mobilidade urbana devido à sua morfologia e apresentou pouca força de transformação para lidar com esses problemas.

Por isso, a possibilidade de se tornar sede da Copa do Mundo FIFA 2014 foi encarada, por parte do poder público e de boa parte de sua população, não apenas como uma possível alavanca de antigos projetos estagnados - como o tão sonhado metrô portoalegrense. Foi vista também como um meio de angariar recursos, há muitos anos esperados, e como oportunidade para dar mais visibilidade para a cidade.

Em 2009, Porto Alegre foi nomeada sede, junto a outras 11 cidades brasileiras (a FIFA exigia apenas 8 cidades sede, mas o governo federal insistiu, e conseguiu, que fossem 12 cidades a fim de contentar seus parceiros políticos, vislumbrando as eleições presidencial e de governos estaduais que ocorrem em 2014, logo após o evento mundial). Com isso, a Capital gaúcha foi integrada à Matriz de Responsabilidades Consolidada da Copa do Mundo, documento em que o governo federal se comprometeu com diversas obras em todas as cidades sede. A matriz, apresentada em 26 de Dezembro de 2012, conta com sete categorias de investimentos, divididas entre os Anexos A a G. Destes, a cidade de Porto Alegre figura em todos, à exceção do Anexo D – Portos.

Quadro 1

MATRIZ FIRMADA EM JANEIRO DE 2010 + ADITIVOS DE ABRIL DE 2010		
OBRAS E PROJETOS	**OBRAS**	**EXECUÇÃO**
MOBILIDADE URBANA	Corredor Avenida Tronco	GOVERNO MUNICIPAL
	Corredor 3ª Perimetral	GOVERNO MUNICIPAL
	Monitoramento dos 3 Corredores	GOVERNO MUNICIPAL
	BRT Protásio Alves (11 estações)	GOVERNO MUNICIPAL
	BRT Assis Brasil (7 estações)	GOVERNO MUNICIPAL
	Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro	GOVERNO MUNICIPAL
	Prolongamento da Avenida Severo Dullius	GOVERNO MUNICIPAL
	Complexo da Rodoviária	GOVERNO MUNICIPAL
	BRT Avenida Bento Gonçalves/ Portais Azenha e Antônio Carvalho	GOVERNO MUNICIPAL
AEROPORTOS	Terminal de Passageiros e Área de Desembarque	INFRAERO
ESTÁDIOS	Reforma do Estádio Beira Rio	Sport Club Internacional

Aos projetos "oficiais" da Copa do Mundo exigidos pela FIFA, juntaram-se a outros que o Governo local entendeu que, além de serem também fundamentais para a Copa, encontrariam nesse momento viabilidade, pois o momento do evento possibilitaria novas parcerias e recursos.

QUADRO 2

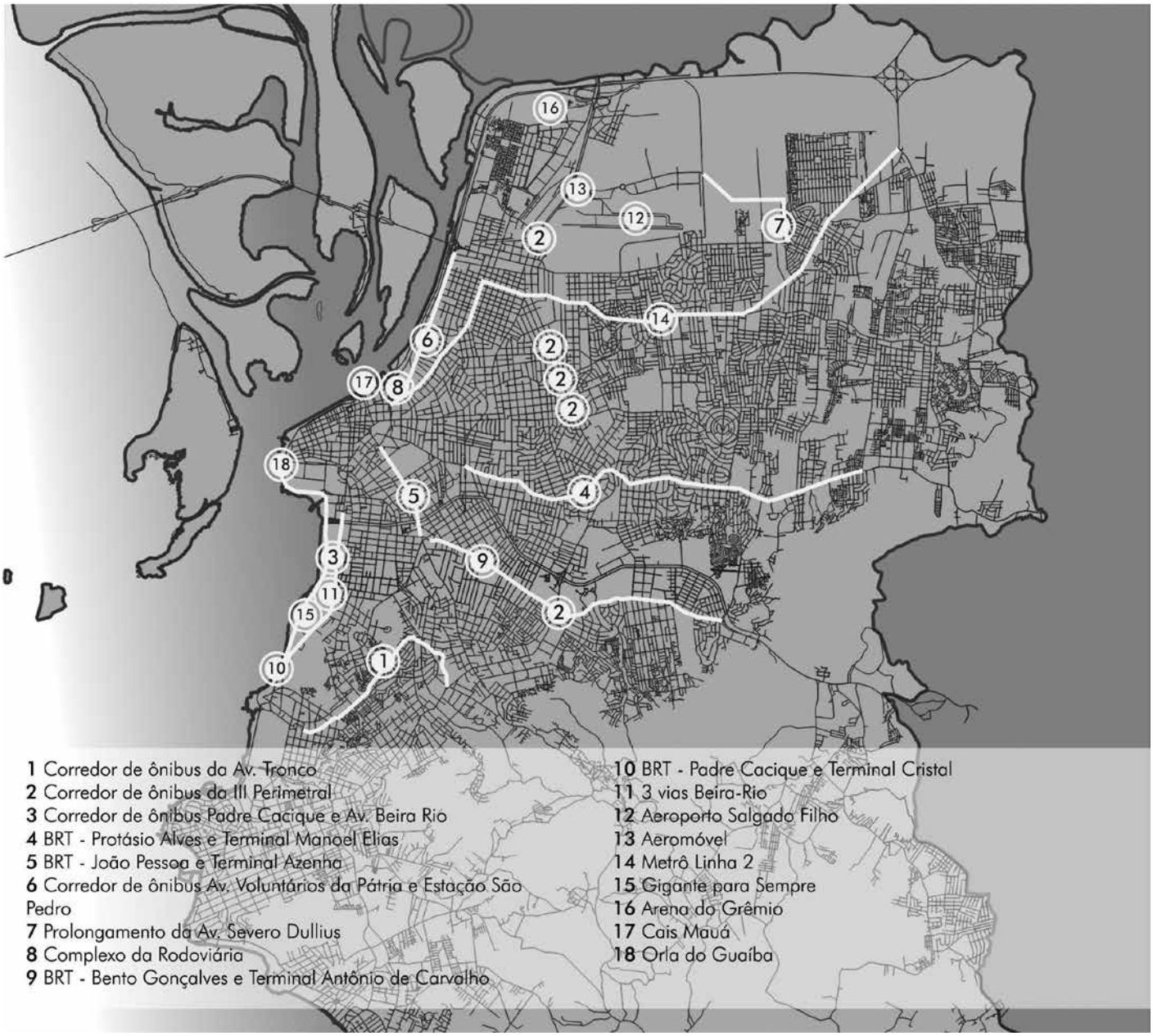
UNIDADE DE ANÁLISE	PROJETO		MR*	
MOBILIDADE	1	Corredor Avenida Tronco	SIM	
	2	Corredor 3º Perimetral	SIM	
	3	Corredor Padre Cacique/ Avenida Beira Rio	SIM	
	4	BRT - Protásio Alves e Terminal Manoel Elias	SIM	
	5	BRT- João Pessoa e Terminal Azenha	SIM	
	6	Corredor Rua Voluntários	SIM	
	7	Prolongamento Severo Dullius	SIM	
	8	Complexo da Rodoviária	SIM	
	9	BRT- Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho	SIM	
	10	BRT - Padre Cacique e Terminal Cristal	NÃO	
	11	3 vias de acesso Beira-Rio	SIM	
	12	Aeroporto Salgado Filho	SIM	
	13	Aeromovel	NÃO	
	14	Metrô Linha 2	NÃO	
ESTÁDIOS	1	Gigante para Sempre - Estádo Beira-Rio	SIM	
	2	Arena do Grêmio	NÃO	
ORLA	1	Cais Mauá	NÃO	
	2	Orla do Guaíba	NÃO	
SANEAMENTO	1	PISA	SIM	
TOTAL	19	Projeto da Matriz de Responsabilidade	SIM	13
			NÃO	6

(http://www.transparencianacopa.com.br/obras)

Há, portanto, a necessidade de ter muito claro que nem todos os projetos que estão hoje em andamento na cidade são ligados diretamente ao megaevento – embora sejam impulsionados pela "aura de modernização da cidade" que o evento trouxe às políticas locais. Um debate que ainda não foi encerrado é a definição do que seria, afinal, uma "obra da Copa". Há critérios à disposição, como a inclusão oficial do empreendimento na Matriz de Responsabilidades assinada em 2010, a adoção do Regime Diferenciado de Contratação até 2011 e, menos oficial, obras incorporadas em peças publicitárias estatais como sendo vinculadas à realização do Mundial, com antecipação da data prevista de entrega para mesmo prazo das obras incluídas nos critérios oficiais anteriores, mesmo que já constassem em planejamentos anteriores à candidatura da cidade para sediar os jogos. A problemática dessa variação de lista de empreendimentos que estavam ou não vinculados à Copa é que gera incerteza sobre o quanto esse campeonato e seu legado custaram precisamente ao país[2].

2 Debate desenvolvido por Renata Florentino (2011) em "COMO TRANSFORMAR O DIREITO À MOBILIDADE EM INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS? Uma contribuição". Disponível em: http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/e18d5097b87ead0e5631716a35811491.pdf

LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS RELACIONADAS À COPA DO MUNDO FIFA 2014 EM PORTO ALEGRE



As mudanças na Matriz de Responsabilidade

A Matriz de Responsabilidades (MR) é o pacto federativo entre União e os Estados e Municípios que sediaram os jogos da Copa do Mundo FIFA no Brasil nos meses de Junho e Julho de 2014. Segundo o portal oficial da Copa do Governo Federal[3], a MR trata das áreas prioritárias de infraestrutura das 12 cidades sedes do mundial, constituindo-se em um plano estratégico de investimentos necessários aos jogos e ao desenvolvimento do país.

O documento define as responsabilidades de cada ente signatário (União, Estados, Distrito Federal e municípios) para a execução de medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do Mundial, por meio de ações constantes nos documentos anexos e termos aditivos. De maneira geral, discrimina projetos (obras e valores), fonte de recursos e responsabilidades de execução. O Governo federal é responsável pelo financiamento das obras via recursos do PAC da Copa – via Caixa Econômica Federal; o governo do estado age nas licitações ambientais para os processos de desapropriações; e o município executa as obras e se encarrega de algumas contra partidas, como a construção habitacional, de saneamento, etc.

A primeira versão da MR foi assinada em Janeiro de 2010 e a última atualização e revisão foi publicada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2013. Ao longo destes quatro anos, diversas modificações foram feitas, sobretudo, exclusão e inclusão de projetos e alterações nos valores dos projetos, através de resoluções do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014. Os eixos definidos como prioritários ao megaevento e ao desenvolvimento do país foram: o entorno dos portos; dos aeroportos; dos estádios e mobilidade urbana. Posteriormente, incluíram-se os eixos de turismo e telecomunicações.

A MR assinada em 13 de Janeiro de 2010, entre a Governadora do Estado, Yeda Crusius, o Prefeito

3 Disponível em http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades [acessado em Outubro de 2014]

de Porto Alegre, José Fogaça, e o Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, definiu três eixos de intervenções para a Copa FIFA 2014 na cidade: mobilidade urbana; aeroportos e estádio. Abaixo a descrição dos projetos e obras por eixo ao longo dos últimos quatro anos. No ano de 2013, em junho, as alterações consistiram basicamente em exclusões de obras de mobilidade previstas na MR assinada em 2010 e mudanças quanto aos valores das obras que permaneceram. Onde consta "Matriz Consolidada", assinada em 2013, estão referidas as obras que foram executadas e ficaram prontas para o período dos jogos.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES: PORTO ALEGRE/JANEIRO DE 2010	
ANEXO A – MOBILIDADE	REFERÊNCIA
CORREDOR AVENIDA TRONCO	RS-A.01
TOTAL DO PROJETO (R$)	133,6 MILHÕES
CORREDOR 3 PERIMETRAL	RS-A.02
TOTAL DO PROJETO (R$)	120,4 MILHÕES
CORREDOR PADRE CACIQUE	RS-A.03
TOTAL DO PROJETO (R$)	78,2 MILHÕES
MONITORAMENTO DOS TRÊS CORREDORES	RS-A.04
TOTAL DO PROJETO (R$)	13,7 MILHÕES
BRT: PROTÁSIO ALVES	RS-A.05
TOTAL DO PROJETO (R$)	53,0 MILHÕES
BRT:ASSIS BRASIL	RS-A.06
TOTAL DO PROJETO (R$)	28,0 MILHÕES
CORREDOR RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA E TERMINAL DE ÔNIBUS SÃO PEDRO	RS-A.07
TOTAL DO PROJETO (R$)	30,0 MILHÕES
PROLONGAMENTO DA AVENIDA SEVERO DULLIUS	RS-A.08
TOTAL DO PROJETO (R$)	24,0 MILHÕES
COMPLEXO DA RODOVIÁRIA	RS-A.09
TOTAL DO PROJETO (R$)	21,0 MILHÕES
BRT: AV. BENTO GONÇALVES/PORTAIS AZENHA E ANTONIO DE CARVALHO	RS-A.10
TOTAL DO PROJETO (R$)	23,0 MILHÕES
TOTAL (R$)	524,9MILHÕES

ANEXO A – MOBILIDADE	REFERÊNCIA	NATUREZA
CORREDOR AVENIDA TRONCO	RS-A.01	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	156,0 MILHÕES	
CORREDOR 3 PERIMETRAL	RS-A.02	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	194,1 MILHÕES	
CORREDOR PADRE CACIQUE/Av. Beira Rio	RS-A.03	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	144,3 MILHÕES	
MONITORAMENTO DOS TRÊS CORREDORES	RS-A.04	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	14,4 MILHÕES	
BRT: PROTÁSIO ALVES/TERMINAL MANOEL ELIAS	RS-A.05	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	77,9 MILHÕES	

BRT:JOÃO PESSOA E TERMINAL AZENHA	RS-A.06	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	64,5 MILHÕES	
CORREDOR RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA E TERMINAL DE ÔNIBUS SÃO PEDRO	RS-A.07	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	95,30 MILHÕES	
PROLONGAMENTO DA AVENIDA SEVERO DULLIUS	RS-A.08	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	83,0 MILHÕES	
COMPLEXO DA RODOVIÁRIA	RS-A.09	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	31,5 MILHÕES	
BRT: AV. BENTO GONÇALVES/PORTAIS AZENHA E ANTONIO DE CARVALHO	RS-A.10	EXCLUSÃO
TOTAL DO PROJETO (R$)	52,7 MILHÕES	
TOTAL (R$)	913,7 MILHÕES	

FINANCIAMENTO FEDERAL (VIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)	426,8 MILHÕES
INVESTIMENTO LOCAL (PREFEITURA MUNICIPAL)	486,9 MILHÕES
INVESTIMENTO TOTAL (R$)	913,7 MILHÕES

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES CONSOLIDADA: PORTO ALEGRE/2013	
ANEXO A - MOBILIDADE URBANA: OBRAS DO ENTORNO	
ENTORNO DO BEIRA-RIO: TRÊS VIAS DE ACESSO	8,0 MILHÕES
TOTAL PREVISTO (R$)	
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DO ENTORNO DO ESTÁDIO DO BEIRA-RIO	7,9 MILHÕES
TOTAL PREVISTO (R$)	
TOTAL (R$) 15,9 MILHÕES	

Financiamento Federal (via Caixa Econômica Federal)	7,10 MILHÕES
Investimento local (prefeitura municipal)	8,80 MILHÕES
INVESTIMENTO TOTAL (R$)	15,9 MILHÕES

AEROPORTOS
Intervenções da União (via INFRAERO).

MATRIZ DE RESPONSABILIDADE: PORTO ALEGRE/JULHO DE 2010	
ANEXO C- INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	**REFERÊNCIA**
AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO	RS-C.01
REFORMA E AMPLIAÇÃO TERMINAL DOS PASSAGEIROS	
TOTAL DO PROJETO (R$)	**345,8 MILHÕES**

MATRIZ CONSOLIDADA: PORTO ALEGRE/2013 ANEXO C - AEROPORTOS	
TERMINAL DE PASSAGEIROS E ÁREA DESEMBARQUE	58,9 MILHÕES
TOTAL PREVISTO (R$)	
PÁTIOS	23,78 MILHÕES
TOTAL PREVISTO (R$)	
MÓDULO OPERACIONAL	4,95 MILHÕES
TOTAL (R$)	87,63 MILHÕES

Estádios

Estádios, entrega de áreas públicas e alterações urbanísticas

Para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, a cidade de Porto Alegre necessitava dispor de um estádio "padrão FIFA". À época (a entidade futebolística realizou uma vistoria em 30/08/2007 e confirmou a cidade como subsede), a cidade contava com os estádios dos dois maiores clubes locais, o Estádio Beira Rio, do Sport Club Internacional, e o Estádio Olímpico Monumental, do Grêmio Football Porto Alegrense.

Há algum tempo, o Internacional já ensaiava traços de um projeto de reforma e ampliação das infraestruturas do estádio dele. O Olímpico, por sua vez, estava incrustado numa região de Porto Alegre cuja ocupação populacional se intensificou bastante nas últimas décadas. Por consequência, houve uma expansão física de construções para moradia e comércio nos arredores do estádio, bem como o aumento do trânsito de veículos e ônibus. Sem espaço territorial para expandir e melhorar as estruturas do Olímpico, o Grêmio tinha indicativos de demoli-lo e estudava a possibilidade utilizar o terreno na troca por um novo estádio, localizado nos subúrbios da cidade, onde ainda há espaço físico.

Os dirigentes de ambos os clubes demandaram a candidatura de seus respectivos estádios como arena oficial dos jogos da Copa do Mundo 2014. No entanto, antes mesmo do anúncio das cidades sede, a comissão da FIFA que visitou Porto Alegre já havia indicado preferência pelo Estádio Beira Rio para receber as partidas do mundial na Capital gaúcha. Os motivos alegados foram a localização do estádio e o fato de se tratar de uma estrutura já existente, que necessitaria apenas de uma reforma - e não a construção de um estádio novo, no caso do Grêmio.

O acirramento das torcidas e a legitimidade dessa rivalidade frente à sociedade gaúcha impulsionou que o Grêmio se colocasse a disputar o páreo até o ultimo momento. Mesmo com a predisposição da FIFA pelo Beira Rio, foi realizada também a construção da Arena do Grêmio. O projeto do novo estádio adaptou-se aos padrões das Arenas Multiuso Internacionais, requisito do caderno técnico da FIFA. Para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), um novo estádio para o clube seria uma maneira de reforçar a candidatura da cidade.

A Arena do Grêmio foi construída a tempo para o mundial. Embora os dirigentes do clube, empresários e políticos interessados não tenham conseguido que o estádio dividisse os jogos com o Beira Rio, a nova casa gremista foi escolhida como um dos três centros oficiais de Treinamento para seleções da Copa na Capital.

Os novos estádios "Padrão FIFA"

Em uma área de 27 hectares no Bairro Humaitá, Zona Norte de Porto Alegre, o projeto da Arena do Grêmio previa a construção de um novo estádio de futebol com capacidade para 52,5 mil espectadores. O projeto contava ainda com empreendimentos associados ao estádio: shopping, hotel internacional com 300 apartamentos, centro de eventos, centro empresarial, conjunto residencial e estacionamento com 12 mil vagas. Apesar de não ser o estádio que sediaria a Copa do Mundo, as obras andaram a todo o vapor e a estrutura foi inaugurada, com grande antecedência, em Dezembro de 2012.

O projeto de adaptação do Estádio Beira Rio, do Clube Internacional, às normas da entidade futebolística previa, além de uma nova cobertura, a reforma de várias estruturas internas. Mais conhecido como Complexo Beira Rio, o estádio se localiza em uma posição estratégica: próximo do centro da cidade e junto à orla do Rio Guaíba. No projeto original da reforma, os empreendimentos associados visavam explorar o potencial turístico para lazer e incluíam, em seus primeiros estudos, a instalação de uma marina e a construção de três torres (duas para hotéis de 700 apartamentos cada, e outra para um centro de medicina esportiva), além de um centro de eventos. Nenhum dos prédios chegou a ser construído e a marina também não foi instalada. As escolas de Samba e pequenos comércios que circundavam os arredores do Beira Rio, alguns foram retirados e, outros, com muita pressão e lobby político, acabaram permanecendo.

Do projeto original "Gigante para Sempre", foram efetivadas apenas as adaptações do estádio do Internacional ao "padrão FIFA" e a construção de edifícios de estacionamento com vagas PARA 900 VEÍCULOS, COM O CUSTO DE 40 REAIS CADA VAGA. No entanto, os negócios firmados e a intenção de explorar o potencial turís-

tico e imobiliário de luxo da região prosseguem para muito além da Copa; portanto, os demais itens do projeto original não estão descartados.

Ao redor do estádio, devido aos padrões da entidade futebolística e à sua "Zona de Exceção", ocorreram a abertura de novas ruas e a expansão das antigas vias, além da instalação dos "corredores" de ônibus para a implementação do Sistema BRT (Bus Rapid Transit). Obras exigidas para, segundo a FIFA, melhorar o acesso dos torcedores ao local e também para adaptar a Zona de Exceção durante os jogos do mundial (perímetro de até 2km ao redor do estádio, em que somente podem circular pedestres que tenham os ingressos para os jogos, autoridades e jornalistas cadastrados).

Para efetivar os projetos das arenas "padrão FIFA", além de negociar terrenos dos antigos estádios como fonte de capital para os novos empreendimentos, os dois clubes buscaram associar-se a construtoras multinacionais, com capacidade de investir na reformulação e na construção dos centros esportivos. O Clube Grêmio juntou-se à OAS - Construção e Empreendimentos, uma

multinacional que atua em quase toda a América Latina, com bastante força no Brasil. E o Clube Internacional associou-se à Andrade Gutierrez, uma das maiores construtoras do país e da América Latina, que atua no setor de infraestruturas, tanto no Brasil como no exterior[4]. Por isso que, em ambos os casos, os projetos receberam também novos programas, como centros de eventos e hotéis – no intuito de buscar maior viabilidade financeira e lucratividade para os investidores.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, diferentemente de outras cidades sede, optou por não investir nos estádios, os quais tiveram como principal fonte de recursos o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). No entanto, teve participação direta na disponibilização de recursos para os clubes. Como mostrado no quadro abaixo, os clubes e as construtoras envolvidas nas obras das arenas obtiveram doação de terrenos, liberação de obras de mitigação, isenção de impostos e alterações de regimes urbanísticos, entre outros incentivos públicos para sua modernização.

4 SAMIO, E.; XAVIER, F.; A Copa do Mundo em Porto Alegre. Encontro Nacional da ANPUR, v. 15, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4153/4039

Quadro 3

PROJETO	PARTICIPAÇÃO		PPP
	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO	
GIGANTE PARA SEMPRE	ISENÇÃO DE ISSQN, IPTU, ITBI, CIP	INTER	INF
	3 VIAS DE ACESSO BEIRA-RIO	ANDRADES GUTIERREZ	
	DOAÇÃO DE TERRENO	S.A.	
	AUMENTO DE ÍNDICES URBANÍSTICOS		
ARENA DO GRÊMIO	ISENÇÃO DE ISSQN, IPTU, ITBI, CIP	GRÊMIO	INF
	ISENÇÃO DE OBRAS DO ENTORNO	EMPREENDIMENTOS	
	DOAÇÃO DE TERRENO	GRÊMIO	
	AUMENTO DE ÍNDICES URBANÍSTICOS	OAS.S.A.	

VER FONTE!!

Para o projeto da Arena do Grêmio ser viabilizado, o PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental) foi alterado no sentido de agrupar para dar mesmo regime urbanístico tanto à área da nova Arena como a do antigo estádio Olímpico, aumentando índices construtivos e a altura permitida para as edificações – construindo para a OAS um enorme banco de índices, que passou a valer milhões de reais.

Já para a área do Estádio Beira Rio, foram aprovadas importantes alterações de zoneamento e de índices a fim de viabilizar a modernização e readequação do centro esportivo. A prefeitura concedeu permissão para a construção de edificações mais altas e com índices construtivos superiores: o índice construtivo passou de 1,3 para 1,9, e a altura permitida, de 18 para 33 metros. No que diz respeito ao zoneamento, é considerada

APP (Área de Proteção Permanente) uma faixa de pelo menos 500m a partir dos cursos das águas; para efetivar o projeto do Gigante para Sempre, a faixa foi reduzida para 255 metros da orla do Guaíba.

Os terrenos dos estádios dos clubes, tanto os antigos como os novos, localizavam-se em áreas de regime urbanístico especiais, passíveis de alterações, o que facilitou os processos de mudanças urbanísticas. O Estádio dos Eucaliptos, antigo estádio do Internacional, figura uma exceção, porém foi criada uma outra subunidade para acomodar os novos parâmetros urbanísticos locais.

Os clubes de futebol, os agentes da especulação imobiliária e os vereadores favoráveis a esses projetos souberam aproveitar muito bem a justificativa da preparação da cidade para a Copa do Mundo e aprovaram alterações do PDDUA. A histórica rivalidade entre os torcedores dos dois times fez com que os movimentos de defesa do direito à cidade e do meio ambiente, que problematizaram as consequências desse movimento em favor das exceções usando como desculpa a Copa do Mundo FIFA, fossem calados pelo massivo apoio da população e da grande imprensa.[5]

5 GUTERRES, A.; Os jogos sociais nas cidades dos megaeventos esportivos: etnografia em redes e sociabilidades políticas efervescentes, no contexto de Porto Alegre. Revista Iluminuras. Publicação eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais. NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS, 2011.

O que revelam os bastidores da Copa do Mundo de Futebol?

Guilherme Gil da Silva* e Vinicius de Moraes Brasil**, 2014.

Os esportes em geral encerram em si um duplo caráter contraditório: por um lado, trata-se de uma potencialidade para a formação do ser humano em direção ao seu desenvolvimento pleno e integral (omnilateral), do ponto de vista do trato com a cultura corporal e esportiva; por outro lado, trata-se de um fenômeno forjado pelo modo de produção capitalista e a sociedade burguesa com imenso potencial lúdico-alienador (unilateral) dos seres humanos. Os megaeventos esportivos, expressão máxima dessa síntese, pendem a balança para o lado podre, sujo e negativo nessa relação. O que poderia representar uma tremenda capacidade de desenvolvimento das forças produtivas é vencido pelo seu contrário, ou seja, é permeado pela lógica destrutiva, de destruição das forças produtivas.

Não é qualquer coisa ver um atleta de altíssimo rendimento demonstrar toda a sua capacidade física e orgânica em ação. Um drible inebriante, uma jogada ensaiada que desvirtua a equipe adversária, um gesto que demonstre uma capacidade física impossível para a imensa maioria das pessoas – são capacidades desenvolvidas não por talento natural, mas a partir de estudos científicos de imenso valor, técnica detalhadamente apurada a partir de muito trabalho de médicos, preparadores físicos, nutricionistas etc - é literalmente muita transpiração.

Há um processo em curso de explícita elitização do futebol, promovida a partir não só do encarecimento do preço dos ingressos, mas também de toda uma lógica que torna os estádios cada vez mais feitos para as elites. Sob o pretexto de "modernização" das infraestruturas, por exemplo, para a realização da Copa do Mundo, promove-se uma "arenização" dos velhos estádios digna de tempos romanos, o que também inclui os seus "entornos". Ora, se a "desculpa" é a de melhorar a infraestrutura para o torneio em si, é necessário considerar que tudo o que passa pelo caminho até chegar a uma partida está incluso nessa "melhora". De novo, o "esporte" não tem importância central na equação dos megaeventos: se houver casas, árvores ou seres humanos no meio do caminho – que saiam! A Copa tem que passar! Assim, é lógico, do ponto de vista dos organizadores dos megaeventos esportivos, que hospitais, escolas, museus não façam uma Copa do Mundo, mas sim estacionamentos, shoppings, hotéis e outras estruturas de cimento e asfalto.

Quem leu as notícias de 17 de Março de 2006 soube, desde então, que o Brasil era o único país candidato a sediar a Copa do Mundo de 2014 (a decisão oficial seria dada somente em 30 de Outubro de 2007). Mas então como explicar às pessoas que, mesmo passados cerca de oito anos desde o conhecimento da notícia de que a Copa viria para o Brasil – o maior prazo já dado a um país-sede do evento – ainda assim haver obras atrasadas e outras prometidas, mas que não ficaram prontas? A saga da construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, por exemplo, custou aos cofres públicos mais de R$ 1,4 bilhão (sendo que a previsão inicial era de custar R$ 745 milhões de reais). A média de público no cotidiano desse estádio é tão baixa que ele já protagonizou a menor renda mundial verificada em um campeonato: apenas um torcedor compareceu à final de um torneio local (Grêmio Brasiliense 2 X 1 Coenge).

A Copa de 2014 no Brasil deixará como uma de suas marcas os "elefantes brancos" ou, melhor dizendo, "elefantes de ouro" – estádios caríssimos, superfaturados, que após o Mundial, ficarão completamente ociosos e obsoletos. Aliás, por falar nesses animais dourados, outro deles, a Arena Amazônia, em Manaus (onde as médias de público do futebol também são baixíssimas), também protagoniza um recorde: 4 operários mortos na construção do estádio. Foram 11 os operários que morreram até o corrente mês de junho na construção das arenas futebolísticas.

O Estádio do Engenhão, construído especialmente para os Jogos Panamericanos de 2007 e considerado o mais moderno à época, no Rio de Janeiro, encontra-se interditado desde Março de 2013 por problemas estruturais em sua cobertura. Seis anos depois, está interditado, sem uso. Vale recordar que seu custo também saltou de R$ 60 milhões para R$ 380

milhões de reais. Da mesma forma, o custo da reforma do Maracanã, projetado para ser o palco da final em 2014, deu um salto à altura de seu gigantismo: custou R$ 199 milhões em 1999 para ser reformado para o Mundial de Clubes da FIFA, depois outros R$ 304 milhões para o Pan em 2007 e, agora, outros R$ 1,05 bilhões – 3 reformas num intervalo de 15 anos!

É o melhor exemplo da chamada "produção destrutiva", que engorda a poupança das empreiteiras. Afinal, por que demolir um museu para a construção de um centro comercial e um estacionamento, como foi feito com o Museu do Índio, no Rio de Janeiro? Por que derrubar um imenso corredor de árvores sob o argumento de que "as pessoas não as utilizam", como se fez em Porto Alegre para a pavimentação de uma avenida? Este é o verdadeiro legado da Copa, que já está custando o total de quase 34 bilhões de reais, sem contar os custos de propaganda e dos eventos de sorteios para as fases da Copa.

A partir dessa relação entre os empresários e o Estado buscou-se forjar uma ampla campanha para a realização da Copa no Brasil, apontando que inúmeros benefícios se trariam com a realização dos jogos. Aumentaríamos o emprego, a renda, melhoraríamos o transporte nas grandes cidades, ganharíamos grandes arenas esportivas e até as Olimpíadas de 2016 o país seria transformado em uma potência olímpica.

Na medida em que os anos se passaram, o fracasso dessa política para a solução de problemas sociais ficou mais nítido para a classe trabalhadora. A conquista da Copa de 2014 para ser realizada no Brasil trouxe na verdade a expulsão de cerca de 250 mil pessoas de suas casas, a militarização ainda maior do Estado brasileiro, que fortaleceu o aparato repressor equipando a polícia para garantir a "ordem no mundial". Ordem essa que reivindicam os ricos ou a minoria do povo, que assistiu a Copa em estádios luxuosos (embora mal-acabados) patrocinados pelas grandes marcas do esporte mundial, ordem de quem sobrevive em um mundo alheio à dura realidade vivida nas periferias do país.

De certa forma, ocorreu um movimento na consciência geral das pessoas que foi da euforia à frustração com a Copa do Mundo e com o próprio futebol brasileiro. Ainda que as pessoas em geral não dominem profundamente as questões que envolvem os megaeventos esportivos, com as lutas nas ruas aprenderam que objetivamente falta dinheiro e investimentos no seu dia a dia (Saúde, Educação, Transporte, Segurança etc). E contra isso, se mobilizam e organizam, com a compreensão de que esse é um evento para as elites, não para a classe trabalhadora.

** Guilherme Gil da Silva – licenciado em Educação Física, educador na rede pública estadual de ensino/RS; militante do Alicerce*

*** Vinicius de Moraes Brasil – licenciado em Educação Física, mestrando em Educação Física na UFSM; militante do Alicerce.*

IMAGEM

A cidade de exceção

A exceção se tornou a regra no Brasil dos megaeventos. O comprometimento perante a FIFA, de organizar o país e as cidades sedes para os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 veio acompanhado da instituição de práticas de exceção por parte das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal. Tornou-se regra no Brasil a elaboração de projetos com caráter especial e alteração de leis para as obras do evento. Exceções que transformam as cidades brasileiras num "bom negócio" para a iniciativa privada, em especial a FIFA e seus parceiros comerciais.

Em Porto Alegre não foi diferente. A candidatura maquiada pelo slogan "oportunidade única de desenvolvimento" demarca as disposições dos governos municipal e estadual em submeter o que deveria ser um planejamento democrático da cidade às exigências e orientações da FIFA. Embelezamento, reestruturação urbana, revitalização e atração de investimentos são termos chaves para o sucesso das cidades dos megaeventos. Nesse sentido, Porto Alegre vem sendo planejada como uma cidade de negócios, abrindo espaços para que a especulação imobiliária avance sobre as áreas públicas.

Para realizar os projetos da Copa do Mundo 2014 e os interesses da entidade futebolística na cidade, os governantes instituíram leis, decretos e normativas paralelas, resultando na suspensão "temporária" de leis e proteções de direitos fundamentais dos cidadãos portoalegrenses e da soberania dos governos em seus próprios territórios. E tudo isso ocorreu longe dos olhos da população, num intenso processo de flexibilização que é invisibilizado e sem participação nos processos decisórios. A expressão utilizada pelas autoridades brasileiras para definir as legislações impostas no megaevento é "temporária", em que as leis vigorariam por um curto período. No entanto, os seus efeitos negativos já podem ser sentidos e, com certeza, reverberarão a longo prazo.

Como os governos brasileiros garantiram institucionalmente os privilégios à iniciativa privada, em especial à FIFA e seus parceiros?

Lei nº 12.438/2010[6]: estabelece alterações no limite de endividamento dos municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Na prática, as cidades sede dos jogos da Copa do Mundo puderam contratar novas dívidas para executar obras e projetos relacionados ao megaevento.

Lei RECOPA, nº 12.350/2010[7]: dispõe sobre medidas tributárias à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo da FIFA 2014. Na prática, estabeleceu diversas isenções fiscais à FIFA e seus parceiros:

Art. 7º Fica concedida à Fifa isenção, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos, dos seguintes tributos federais:
I – impostos: a) Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF); e b) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
II – contribuições sociais;
III – contribuições de intervenção no domínio econômico;
§ 2o O disposto neste artigo aplica-se também às seguintes pessoas jurídicas não domiciliadas no País:
I – Confederações Fifa;
II – Associações estrangeiras membros da Fifa;
III – Emissora Fonte da Fifa; e
IV – Prestadores de Serviços da Fifa.
Art. 8º Fica concedida à Subsidiária Fifa no Brasil, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos, isenção dos seguintes tributos federais:
I – impostos: a) IRPJ; b) IRRF; c) IOF; e d) IPI, na saída de produtos importados do estabelecimento importador da Fifa no Brasil;
II – contribuições sociais: a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); b) Contribuição para o PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação; c) Cofins e Cofins-Importação;
III – contribuições de intervenção no domínio econômico: a) Contribuição para o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; b) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

Através da Lei Recopa a FIFA ganhou uma isenção fiscal de mais de R$ 558,83 milhões (impostos federais) para realizar a Copa do Mundo de 2014, se beneficiando de isenções de oito tipos de tributos: imposto de importação, imposto sobre produtos industrializados, imposto de renda de pessoa jurídica e até IPRF de funcionários da entidade.

A Recopa criou também o Programa de Incentivos Fiscais à Construção ou Reforma de Estádios da Copa do Mundo, que desonera a compra de materiais e a contratação de serviços usados nas obras das arenas do mundial. Todos os estádios pediram enquadramento no programa. A Receita estima uma desoneração de R$ 329,28 milhões por meio dessa medida.

Orlando Alves dos Santos da Silva Junior (IPPUR/UFRJ) – OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 2014 (Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/megaeventos_orlando.pdf. Acessado em junho de 2014.)

6 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12348.htm [Acessado em junho de 2014]

7 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12350.htm [Acessado em junho de 2014]

Lei 12.462/2011[8]: dispõe sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, impondo alterações nas regras que regulamentam licitações e contratações para o evento Copa do Mundo FIFA 2014.

8 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm [Acessado em junho de 2014]

A Lei Geral da Copa, nº 12.663/2012[9]: garante à FIFA, ao COI e seus parceiros o monopólio temporário sobre territórios urbanos e outros privilégios que ferem a soberania do Brasil.

9 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm. [Acessado em junho de 2014]

"A COPA DO MUNDO VAI ENTRAR PARA A HISTÓRIA COMO O EVENTO MAIS RENTÁVEL DOS 100 ANOS DA FIFA. PELA PRIMEIRA VEZ, O MUNDIAL VAI GERAR UMA RENDA SUPERIOR A US$ 4 BILHÕES, GRAÇAS A CONTRATOS COM PATROCINADORES E À VENDA DE DIREITOS DE TELEVISÃO"

As alterações de leis e o impacto da cidade de exceção no planejamento urbano de Porto Alegre

Para assegurar a escolha de Porto Alegre como sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 e, principalmente, efetivar a implementação dos projetos propostos para a cidade, diversas alterações na legislação urbana de Porto Alegre passaram, desde Janeiro de 2008, pela Câmara de Vereadores da cidade. Em sua maioria, foram votadas por unanimidade.

Destacam-se primeiramente as alterações no PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental) em função dos projetos dos dois estádios que se candidataram à arena oficial dos jogos: o Projeto Gigante para Sempre (do Sport Club Internacional) e a Arena multiuso (do Grêmio). Embora tenha sido destacado que em Porto Alegre os estádios não foram realizados com dinheiro público, todavia, não se veicula que para a construção e reforma das arenas foram realizadas alterações: o aumento de índices construtivos, do zoneamento e doação de terrenos públicos. Os investimentos públicos ocorreram por meio de financiamentos junto ao Governo Federal.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aprovou, junto ao governo federal, duas linhas de financiamento especial para a reforma e construção de estádios e hotéis para a Copa do Mundo 2014, oferecendo juros mais baixos e prazos de pagamentos mais longos, totalizando um valor de R$ 5,8 bilhões de recursos públicos em favorecimento da iniciativa privada. Abaixo os programas [10], em maior detalhe:

10 Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopaarenas.html e http://www.quidnovi.com.br/novo/noticia/detalhe.asp?t=R&c=1519 [Acessado em junho de 2014]

Programa BNDES de Turismo para a Copa do Mundo de 2014 – BNDES ProCopa Turismo

Tem como objetivo destinar até R$ 1 bilhão para a reforma, ampliação, modernização ou construção de novos empreendimentos.

Os prazos para o pagamento chegam a 12 anos para a modernização e até 18 anos para a construção de novas unidades.

Os juros do programa variam entre 6,9% (micro, pequena e média empresa) e até 8,8% (grande empresa).

Para grandes empresas, a participação máxima do BNDES será de 80% dos investimentos totais, sendo que para micro e pequenas o percentual pode atingir 100%.

Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 – BNDES ProCopa Arenas

O objetivo do projeto é apoiar a construção e reformas das arenas que receberão os jogos da Copa e a urbanização dos seus entornos. Para isso, foi liberado R$ 4,8 bilhões de recursos públicos.

Pelo programa BNDES ProCopa Arenas, poderá ser financiado até 75% do custo total dos projetos de reforma ou construção dos estádios, limitado a R$ 400 milhões por projeto.

O custo dos empréstimos para operações diretas será de TJLP (atualmente em 6% ao ano), acrescido da remuneração do BNDES, de 0,9% ao ano. Nos financiamentos indiretos, será cobrada taxa de intermediação financeira, de 0,5%. O prazo para o pagamento será de até 15 anos, incluindo até três anos de carência.

Outro exemplo de alteração da legislação com impactos diretos no planejamento urbano da cidade e oneração pública em benefício privado, foi a entrega da área das cocheiras do Jockey Club do Rio Grande do Sul (hipódromo), localizado no bairro Cristal, na Capital gaúcha, para a empresa Multiplan. O Projeto de Lei nº 178/2010, elaborado a nível estadual e encaminhado ao legislativo gaúcho em Março de 2010, propunha a retirada do gravame de uso firmado no contrato de cedência (decreto 813/1945) da área ao lado do Jockey Club, ocupado pelas suas cocheiras. Com a aprovação unânime do projeto pelo plenário da Assembleia Legislativa, permitiu-se que a área fosse usada para outras funções alheias ao seu fim e, mais diretamente, autorizou a construção de torres residenciais no local (que serão exploradas pela empresa construtora) e de torres comerciais (que serão alugadas para arrecadação financeira e salvaguarda econômica do Jockey). Dessa forma, houve a permissão de entrega da área para exploração direta da iniciativa privada, em uma região da cidade onde predomina a paisagem e a presença de muitas áreas de ocupação irregular, as quais carecem

de moradia digna, equipamentos públicos e infraestrutura.

A área cedida ao Jockey, compreendendo 18 hectares está localizada no maior foco de remoções do que diz respeito às obras de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014. O terreno tem um potencial incalculável, capaz de resolver boa parte dos problemas fundiários da região, caso fosse utilizado para tal fim. A entrega dessa área pública não se trata apenas do não cumprimento da função social da propriedade, mas também do descumprimento da função social da cidade. Esse procedimento pode ser questionado sob vários aspectos: é antiga a reivindicação dos moradores da Avenida Tronco, vizinhos da área, de alcançar a segurança de posse das suas moradias em espaço físico próximo, já que serão vítimas de remoção. Além disso, como já foi citado, a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre – em seu artigo 208, inciso I, entre outros, e o Estatuto da Cidade (art. 2º XIII) alertam para a obrigatoriedade de consulta da população local, potencialmente afetada em seus direitos, para qualquer política pública que intervenha em extensa área urbana.

Ainda, em novembro de 2010, foi aprovada, na Câmara Municipal, o Projeto de Lei 854/10, encaminhado pela prefeitura, que grava as AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) para o Programa Minha, Casa Minha Vida (sigla PMCMV). De forma geral, o gravame de áreas de Interesse Social no Plano Diretor foi sempre encarado de forma bem vista pelos legisladores e pela Sociedade em geral. As ZEIS ou AEIS são instrumentos colocados pelo Estatuto das Cidades, Lei 10257/2001, que tem como principal função reconhecer a diversidade de ocupações existente na cidade, integrar áreas tradicionalmente marginalizadas e melhorar a qualidade de vida da população. Definem-se, por meio delas, parâmetros mínimos de ocupação de lotes, recuos, coeficientes de aproveitamento e usos permitidos de acordo com as características da ocupação dessas áreas. No entanto, em sua maioria, as áreas apontadas na Lei 854/2010 são concentradas no bairro Restinga e na região Extremo-Sul, áreas periféricas de Porto Alegre.

A área cedida ao Jockey, compreendendo 18 hectares está localizada no maior foco de remoções do que diz respeito às obras de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014. O terreno tem um potencial incalculável, capaz de resolver boa parte dos problemas fundiários da região, caso fosse utilizado para tal fim. A entrega dessa área pública não se trata apenas do não cumprimento da função social da propriedade, mas também do descumprimento da função social da cidade. Esse procedimento pode ser questionado sob vários aspectos: é antiga a reivindicação dos moradores da Avenida Tronco, vizinhos da área, de alcançar a segurança de posse das suas moradias em espaço físico próximo, já que serão vítimas de remoção. Além disso, como já foi citado, a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre – em seu artigo 208, inciso I, entre outros, e o Estatuto da Cidade (art. 2º XIII) alertam para a obrigatoriedade de consulta da população local, potencialmente afetada em seus direitos, para qualquer política pública que intervenha em extensa área urbana.

Ainda, em novembro de 2010, foi aprovada, na Câmara Municipal, o Projeto de Lei 854/10, encaminhado pela prefeitura, que grava as AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) para o Programa Minha, Casa Minha Vida (sigla PMCMV). De forma geral, o gravame de áreas de Interesse Social no Plano Diretor foi sempre encarado de forma bem vista pelos legisladores e pela Sociedade em geral. As ZEIS ou AEIS são instrumentos colocados pelo Estatuto das Cidades, Lei 10257/2001, que tem como principal função reconhecer a diversidade de ocupações existente na cidade, integrar áreas tradicionalmente marginalizadas e melhorar a qualidade de vida da população. Definem-se, por meio delas, parâmetros mínimos de ocupação de lotes, recuos, coeficientes de aproveitamento e usos permitidos de acordo com as características da ocupação dessas áreas. No entanto, em sua maioria, as áreas apontadas na Lei 854/2010 são concentradas no bairro Restinga e na região Extremo-Sul, áreas periféricas de Porto Alegre.

Jockey Club do Rio Grande do Sul

O Hipódromo do Cristal está localizado, desde meados da década de 1950, às margens do Rio Guaíba, no bairro Cristal, zona sul de Porto Alegre. Conta com uma área que hoje é tombada pelo patrimônio histórico, onde hoje se encontra o edifício de estilo modernista, projetado pelo arquiteto Uruguaio, Román Siri, considerado uma obra-prima da arquitetura. Há ainda uma área de doação municipal, onde se encontra a pista para as corridas de cavalo e, ainda, uma terceira área com cerca de 18 hectares onde estão instaladas as cocheiras dos cavalos – terreno este que foi transferido ao Jockey, com plenos poderes para comercializá-lo.

A instalação do Hipódromo nesses terrenos públicos, de 59 hectares, foi resultado da doação, em meados de 1940, pelo poder público. Na doação da área das cocheiras, estabelecida pelo decreto-lei nº 813/1945, havia um dispositivo de reversibilidade da área do Estado caso haja "o desvirtuamento dos fins determinantes da doação". Tal cláusula seria uma forma de impedir a privatização da área.

No entanto, no ano de 2010, a então governadora do Estado, Yeda Crusius, elaborou o Projeto de Lei nº178/2010, alterando o decreto-lei e tornando a cláusula sem efeitos, possibilitando que o Jockey Club venda a área para um empreendedor imobiliário que construirá imóveis comerciais e residenciais.

O que ocorre é a transferência de terras públicas para o setor privado, desviando a prioridade estabelecida em lei do uso prioritário de terrenos do Poder Público para a habitação de interesse social (Art. 4º da Lei nº11.124)

Abaixo, o mapa que possibilita visualizar as AEIS definidas em Porto Alegre para o Programa Minha Casa, Minha Vida:

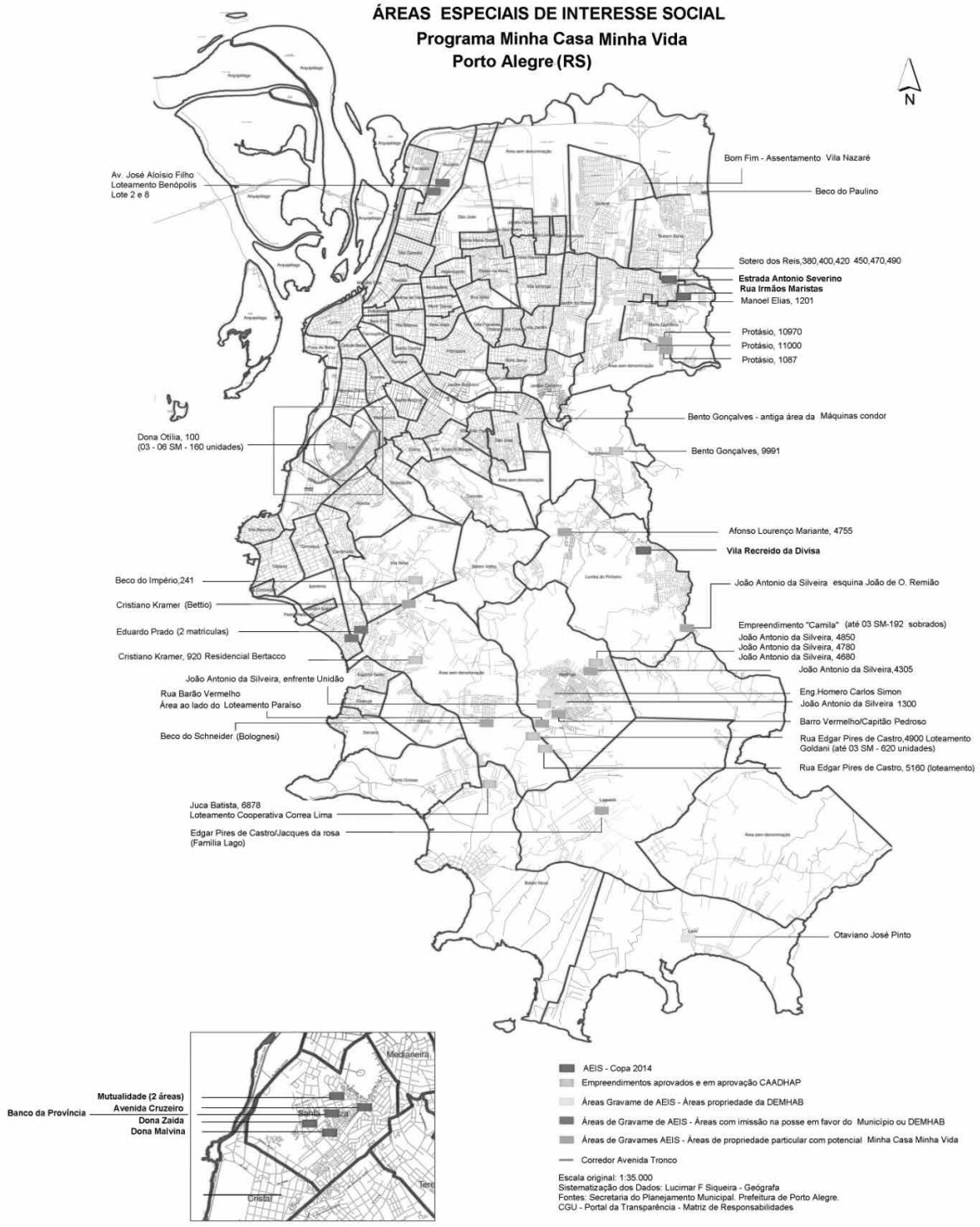


Figura 1. Fonte: Lucimar Siqueira

Essas são áreas escolhidas a refém dos interesses das grandes construtoras e da especulação imobiliária. Na maioria dos casos, os terrenos já haviam sido adquiridos e as construtoras já tinham inclusive os projetos aprovados no Minha Casa, Minha Vida, junto à Caixa Econômica Federal. Terrenos baratos, isolados e sem infraestrutura, levando a população mais pobre para cada vez mais longe da cidade, utilizando os recursos agora disponíveis para habitação, para reproduzir mais segregação socioespacial. Mas esta lei não só impacta nas comunidades, no sentido da oferta de novas unidades habitacionais disponíveis no mercado para a renda de 0 a 3 e 3 a 6 salários mínimos, mas também afeta mais gravemente na supressão de conquistas já estabelecidas em lei anterior, pois o PL, em seu último artigo, propõe a alteração da lei complementar municipal 636 aprovada em janeiro de 2010, que regulamenta o programa habitacional na cidade de Porto Alegre.

Essa lei municipal estabeleceu que para a necessidade de reassentamentos, "atenderá a, no mínimo 80% da demanda habitacional prioritária por região de planejamento, em áreas identificadas nas próprias regiões".

Sendo assim, o art. 74º do PL 854/10 cria uma exceção para os empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinados ao reassentamento de famílias em função de obras da Copa do Mundo FIFA de 2014. Dessa forma, as 2.600 famílias apontadas no levantamento topográfico como possíveis de remoção perderam o seu direito de permanecer naquela região, perto de seus núcleos familiares e de suas raízes já estabelecidas através do território, em uma permanência de quase 40 anos. O plano habitacional da prefeitura, até hoje nunca divulgado, foi entregue à CEF (Caixa Econômica Federal) em 30 de Julho de 2011, sem sequer o cadastramento socioeconômico ter sido completado, e se baseava quase que unicamente na disponibilização do Programa Minha Casa, Minha Vida como alternativa às remoções. O plano habitacional nunca foi conhecido pela comunidade.

Neste momento, Porto Alegre recém havia revisado seu Plano Diretor, o qual era submetido a um processo de consultas há algum tempo. Depois de quatro anos de intenso debate nas mais variadas instâncias de participação popular da cidade, em 22 de Julho de 2011 o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, sancionou o PDDUA. As principais alterações estavam relacionadas à altura máxima dos prédios, às AICs (Áreas de Interesse Cultural), ao afastamento das construções, à área livre permeável e vegetada e à Empresa Pública de Planejamento Urbano. Ainda, e apesar da questionável atuação do poder privado e da prefeitura no processo de discussão do plano, houve participação da comunidade - ou, pelo menos, esteve aberta à participação dela, mesmo estando boa parte cooptada. Acontece que, para aprovar o novo Plano Diretor, em um período de menos de cinco meses, diversas leis foram alteradas. Em 16 de Dezembro de 2010, a Câmara Municipal aprovou um projeto de lei complementar, enviado pelo executivo municipal, elevando os índices de aproveitamento (I.A) para reformas e ampliações de centros esportivos, clubes, equipamentos administrativos, hospitais, hoteis, centros de eventos, centros comerciais, escolas, universidades e igrejas. Tudo isso apenas um mês depois da entrada em vigor do novo Plano Diretor. E mais: tendo a Copa do Mundo FIFA de 2014 como justificativa, embora seja difícil entender o que igrejas, hospitais e escolas têm a ver com isso.

"O que acontece em Porto Alegre mostra, na verdade, que a Copa do Mundo FIFA de 2014 está sendo usada como motivo para que se altere o regime urbanístico das cidades brasileiras sem critérios, sem estudos e sem os processos de discussão públicos e participativos necessários " (Raquel Rolnik, Relatora da ONU para o Direito à Moradia Digna). Será inegável o impacto da cidade de exceção em Porto Alegre.

"O PMCMV proporciona uma oportunidade inédita para se garantir o acesso à cidade para os moradores das metrópoles brasileiras com renda familiar mensal até 3 salários mínimos. Para Porto Alegre, de início, foram anunciados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental investimentos de R$ 270 milhões. Esta oportunidade se deve não apenas ao montante disponível, mas à decisão de subsidiar fortemente o acesso à moradia para as classes populares e à possibilidade de vinculação entre financiamento e regularização fundiária nas áreas onde as pessoas já estão morando. Foi apostando nisto que, apenas em Porto Alegre, ocorreram mais de 54 mil inscrições no Programa.

Esta oportunidade, entretanto, corre o risco de se transformar em pesadelo, caso a prefeitura se deixe levar pelo canto de sereia das incorporadoras imobiliárias e insista em transferir os pobres para a periferia da cidade, onde os serviços são inexistentes, o sistema de transporte é precário e as oportunidades de emprego e geração local de renda praticamente nulas. Uma combinação perversa entre ganância privada e descaso público pode gerar um enorme problema social, urbano, ambiental e econômico para as gerações atuais e futuras. É inaceitável que os recursos disponíveis para habitação popular sejam utilizados para reproduzir mais segregação socioespacial. A concentração de milhares de famílias de baixa renda em locais distantes da área urbana consolidada gera guetos sociais, como se viu na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, ou na Restinga, há mais de quarenta anos em Porto Alegre, além de obrigar a prefeitura a enormes investimentos no tempo para suprir essas áreas com a infraestrutura e os serviços necessários.

Nos últimos 20 anos, foram feitos investimentos em saneamento básico, água, pavimentação, transporte coletivo e serviços sociais (escolas, creches, postos de saúde, programas assistenciais, culturais, esportivos etc.) em todos os bairros populares de Porto Alegre. É aí que o PMCMV deve ser realizado, ampliando e melhorando as condições de infraestrutura e serviços existentes. Entretanto, por meio do Projeto de Lei 854/10, verificamos que a quase totalidade das 31 áreas propostas pela prefeitura como AEIS para o PMCMV se localizam para além dos bairros populares atuais. Mesmo no caso das 10 AEIS adicionais previstas para os reassentamentos decorrentes das obras da Copa de 2014, não há segurança de que todas as famílias atingidas aí terão lugar.

Do ponto de vista legal, existem pelo menos duas contradições entre o Projeto de Lei no 854/10 e a Lei Complementar nº 636, aprovada na Câmara de Vereadores em Janeiro de 2010. A lei aprovada determina que o PMCMV "atenderá a, no mínimo 80% (oitenta por cento) da DHP (demanda habitacional prioritária) por região de planejamento, em áreas identificadas nas próprias regiões" (Parágrafo Único do Art. 3º). O PL 854/10 invalida este princípio duplamente:

(a)Concentra a disponibilidade de AEIS nas regiões Restinga e Extremo-Sul e, assim sendo, não contempla a identificação de áreas nas próprias regiões onde se origina a demanda; e, (b) No seu Art. 74º, o PL 854/10 cria uma regra de exceção aos 80%, ao afirmar que "para os empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinados ao reassentamento de famílias em função de obras da Copa de 2014, não se aplica o disposto no parágrafo único do artigo 3º da LC 636 (...)."

Manifesto do FERU/RS, publicado em 2010, sobre o Projeto de Lei da Prefeitura de Porto Alegre que cria Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), para os inscritos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e para os reassentamentos envolvendo a Copa de 2014 na capital

A Lei Geral da Copa

No momento em que o Brasil se candidatou como sede da Copa do Mundo FIFA 2014, nossos governantes já sabiam que teriam que dar garantias à FIFA de que o país estava disposto a atender as suas exigências, assegurando o sucesso econômico do evento. Ao apresentar o Brasil como país sede, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, junto com seus ministros, as onze garantias dadas à entidade internacional, as quais descreveremos abaixo. São elas que dão origem à tão famosa e específica Lei Geral da Copa.

As garantias inicialmente acordadas são as que seguem [11]:

Garantia Nº 01 - Vistos de Entrada e Saída. Assinada por Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores

"... garanto a FIFA e asseguro que para efeito de entrada e saída do Brasil, visto de entrada e permissões de saída do Brasil serão concedidos incondicionalmente, sem quaisquer restrições e independente de nacionalidade raça ou credo a todos os membros e delegações da FIFA, Equipes de afiliados comerciais e espectadores em posse de ingressos válidos".

Garantia nº 02 - Vistos de Trabalho. Assinado por Ronaldo Lessa, ministro suplente do Trabalho e Emprego

"... nós, por meio deste, representamos e garantimos à FIFA que, caso sejam necessários vistos de trabalho de acordo com as leis locais para permitir que estrangeiros trabalhem no Brasil, iremos garantir que vistos de trabalho válidos sejam emitidos incondicionalmente e sem demora, e independentemente da nacionalidade, raça, ou credo...". "... também garantimos que regulamento com base em horas de trabalho ou no uso de força de trabalho não sindicalizada não deverá impedir o trabalho por esses grupos de pessoas".

Garantia nº 03 - Direitos e Impostos Aduaneiros. Assinada por Guido Mantega, ministro da Fazenda

"... nós por meio deste representamos a garantimos à FIFA e iremos assegurar que as importações do Brasil e as reexportações subsequentes (se aplicável) de quaisquer bens importados para o uso relacionado às competições pertencentes aos indivíduos e entidades corporativas estrangeiros e não residentes identificados pela FIFA devem ficar livres de todo o imposto, encargo, direito aduaneiro e tributo cobrado por autoridades federais, e solicitar que autoridades estaduais, locais ou quaisquer outras autoridades ou organizações do Brasil a fazê-lo".

Garantia nº 04 - Isenção Fiscal Geral. Assinada por Guido Mantega, ministro da Fazenda

"...nenhuma autoridade federal imporá impostos, taxas ou outras cobranças direta ou indiretamente relacionadas à Copa das Confederações FIFA 2013 e/ou à Copa do Mundo FIFA 2014...". "... nenhum imposto, taxa ou outras tributações serão impostas à FIFA, aos subsidiários da FIFA, às delegações da FIFA, às equipes, aos oficiais de jogos, às Confederações da FIFA, às associações de membros, às associações de membros participativos, à emissora anfitriã e aos membros não residentes, à equipe e aos funcionários (indivíduos) de todas estas partes. Eles deverão ser tratados como pessoas/entidades isentos de impostos".

Garantia nº 05 - Proteção e Segurança. Assinada por Tarso Genro, ministro da Justiça

"... obteremos todas as implementações necessárias para que o local tenha todas as medidas de proteção e segurança requeridas para assegurar, no maior grau possível, a segurança...".

"... aceitamos total responsabilidade por quaisquer incidentes e/ou acidentes com a proteção e/ou segurança relacionados à competição e indenizamos, defendemos e isentamos a FIFA e todos os subsidiários da FIFA de e contra todas a responsabilidades, obrigações, estragos, perdas, reivindicações, pedidos, recuperações, deficiências, custos e despesas (incluindo taxas de advogados) que tais partes podem sofrer...".

Garantia nº 06 - Câmbio estrangeiro e bancário. Assinada por Guido Mantega, ministro da Fazenda

"... asseguramos que a importação e a exportação irrestritas de todas as moedas estrangeiras de e para o Brasil, assim como a conversão e câmbio irrestrito destas moedas para dólares americanos, euros ou francos suíços para as entidades ou indivíduos estrangeiros ligados a FIFA e não residentes...".

Garantia nº 07 - Imigração, Alfândega e procedimentos de check in. Assinada por Guido Mantega, ministro da Fazenda; Tarso Genro, ministro da Justiça e Waldir Pires, ministro da Defesa

"... garantimos à FIFA e asseguramos que daremos prioridade a todos os membros da delegação da FIFA, aos oficiais de Confederação da FIFA e aos Oficiais da Associação de Membros participantes".

Garantia nº 08 - Proteção e Exploração dos direitos comerciais. Assinada por Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Tarso Genro, ministro da Justiça; João Luis Ferreira, ministro da Cultura e Sérgio Machado Resende, ministro de Ciência e Tecnologia

"... asseguramos que as medidas serão implementadas e operativas, de acordo com legislação especial específica se necessário, que vigore pelo menos (12) doze meses antes do início da Copa das Confederações FIFA 2013".

"Marketing de emboscada por associação e por intrusão em relação à competição e/ou à FIFA será proibido por lei; proibido o uso não autorizado de propriedade intelectual da FIFA; proibido todo e qualquer ato de concorrência desleal; implantação de procedimentos de exame expedido e registro para as marcas registradas, desenho e aplicações de direitos autorais da FIFA; implementação de procedimentos de execução judicial; criação de um status de protegido oficial para os direitos de propriedade

11 Documento disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/balancoCopa2014.pdf

de intelectual da FIFA; proibição do registro e o uso comercial ou promocional de nomes de domínio que consistem ou mantêm marcas registradas da FIFA; proibida revenda, distribuição ou uso de ingressos para os jogos ou ingressos para eventos auxiliares (a não ser que sejam expressamente autorizados por escrito pela FIFA); obrigatório mudar o nome do estádio (se solicitado) para todos os efeitos relativos à competição e proibido uso do nome oficial pelas autoridades, times e seus associados; criação de um comitê de programa de proteção de direitos que se reunirá uma vez a cada 6 meses com o objetivo de implementar melhorias e iniciativas e proteger a propriedade intelectual da FIFA; implementação e execução de uma zona de comércio de rua e publicidade dentro de e no espaço aéreo de 2km da zona de exclusão em torno de cada local oficial, na qual o direito de atividades comerciais é reservado à FIFA e seus indicados".

"... criação de uma infração de lei para qualquer violação das proibições listadas acima, com uma penalização severa e adequada para desencorajar quaisquer violações deliberadas; concessão de poderes especiais aos oficiais locais que aplicam as leis para reforçar a proibição e zonas de exclusão mencionadas acima, permitir a eles entrar nas premissas sem mandado, buscar e deter qualquer pessoa suspeita de violação, confiscar quaisquer materiais suspeitos de estarem sendo usados com relação à violação e elimar e destruir materiais usados ou criados em relação à violação; a alocação de um número adequado de oficiais locais de aplicação da lei para trabalhar com a FIFA, participar de reuniões e participar fisicamente das preparações do programa de proteção dos direitos da FIFA antes, e em times de patrulha do programa de proteção aos diretos durante as competições; entre outros".

"... vamos assegurar que não haja restrições legais ou proibições à venda, publicidade ou distribuição dos produtos dos afiliados comerciais, inclusive comidas e bebidas, nos estádios ou outros Locais durante as competições ...".

Garantia nº 09 - Hinos e Bandeiras Nacionais. Assinada por Celso Amorim, ministro de Relações Exteriores.

"garantia que os hinos e bandeiras serão hasteados e tocados para qualquer nação"

Garantia nº 10 - Indenização.

Garantia nº 11 - Telecomunicações e Tecnologia da Informação. Assinada por Hélio Costa, ministro das Comunicações

"... exige um padrão de alta tecnologia para transmissão de dados, disponibilização de uma infraestrutura de telecomunicações, todas as redes necessárias, hardware de rede associado, codecs necessários que permitam todas as formas de comunicação".

Agora, tendo claro as exigências feitas pela FIFA e visto quão grande é a submissão dos países sedes, que optam por aceitá-las para receber o evento da Copa do Mundo FIFA*, podemos entender que os problemas em raiz e os desafios estão colocados desde 2007. Impressiona o fato de que nas exigências, sugere a criação de um comitê de Programa de proteção de direitos para proteger os direitos da FIFA e não da população brasileira. Também grita aos olhos a quantidade de concessões dadas a esta empresa "sem fins lucrativos".

No final de 2011, então, é criado o Projeto de Lei Geral da Copa, no qual a população brasileira passou a ter ideia da dimensão desta "parceria". É a maior parceria público-privada já presenciada no Brasil democrático, em que o poder público brasileiro entra com os recursos materiais e humanos e com a suspensão da própria soberania, e sua parceira privada fica com os lucros.

O projeto da Lei Geral da Copa (nº 12.663/2012) foi sancionado em Maio de 2012 pela presidência da República, dispondo sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo 2014. O que ficou claro após sua aprovação é de que a lei não é geral, mas sim muito específica. Na verdade, ela é o desdobramento e a regulamentação das 11 garantias descritas acima, sendo uma maneira de garantir que os negócios da FIFA se concretizem sem entraves, empoderando essa entidade sobre o território brasileiro.

Em termos gerais, a Lei Geral da Copa (PL nº. 2330/2011), que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, cria um contexto de exceção, já que faz alterações legais e administrativas de caráter excepcional. Também atenta frontalmente contra os interesses nacionais, tudo em benefício da FIFA, que é uma entidade privada, e seus parceiros – entre estes, diversas empresas patrocinadoras de material esportivo e meios de comunicação.

Muitos parlamentares, empresários e as próprias FIFA e a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) sempre reafirmaram que a aprovação da lei era fundamental para a realização das olimpíadas e da Copa do Mundo FIFA no Brasil. Com a ajuda dos grandes jornais e canais de televisão, esses setores geraram um sentimento de medo ao dizer que sem a aprovação da lei o país não sediaria os eventos, o que geraria grandes perdas econômicas e sociais e refletiria na imagem do país no exterior. Esses argumentos foram utilizados para pressionar e, até mesmo, chantagear o Congresso a fim de aprovar a legislação. Entre a população brasileira, esse discurso serviu para criar o falso consenso de que vale tudo pela Copa FIFA: autorizar violações dos direitos da população, endividar os estados e o governo federal para a construção de megaestádios de futebol, ignorar irregularidades de superfaturamento nas obras e denúncias de desvio de dinheiro público. Tudo em nome dos benefícios econômicos que o evento, que dura pouco mais de um mês, traria. Mas vejam que os legados não aparecem como exigência no contrato de garantias; apenas aparecem os benefícios que trariam à FIFA

Os principais pontos críticos do projeto da Lei Geral da Copa se dão basicamente em sete itens. O primeiro, na questão da Proteção da Propriedade Industrial, que trata dos pedidos de registro de marcas, emblemas e demais "símbolos oficiais" da federação internacional de futebol junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Na lei não há qualquer restrição ou definição sobre o significado do termo "símbolos oficiais", que pode abranger qualquer imagem, ideia e até mesmo expressões linguísticas. Vale lembrar

que a FIFA requereu registro de mais de mil itens, entre eles o nome das cidades sede e até o numeral "2014". O segundo ponto a ser destacado é os Direitos de Imagem, Som e Radiodifusão, em que a FIFA é considerada "titular exclusiva" de todos os direitos a eles relacionados. Também as Áreas de Restrição Comercial aparecem no artigo 11 da lei e já eram citadas claramente no documento de garantias, implicando numa proibição de venda ou exposição de quaisquer mercadorias ao redor dos estádios que não obtenham permissão expressa da FIFA. Isso gera forte impacto no comércio local e nos trabalhadores ambulantes. O artigo ainda sugeriu a demarcação de territórios de interdição, com a instalação das chamadas Zonas de Exclusão. Somente pessoas autorizadas têm acesso a essas áreas, independente de haver escolas e hospitais, por exemplo.

Há pontos do projeto de lei que foram discutidos mais amplamente na sociedade brasileira, como a Venda e Preço de Ingressos, que simplesmente ignoraram os direitos do consumidor. A proposta de lei ofereceu à FIFA amplos poderes para determinar tanto o preço quanto as regras de compra e de venda, alteração e cancelamento de ingressos. A entidade internacional tentou suspender também, por meio desta lei, parte dos Estatutos do Torcedor e do Idoso e do Código de Defesa do Consumidor, na tentativa de anular o direito da meia-entrada para estudantes e idosos. No entanto, não conseguiu. Os artigos foram derrubados, permitindo que as pessoas com 60 anos de idade ou mais até a data da final da Copa do Mundo FIFA de 2014, além de estudantes e beneficiários do programa Bolsa-Família pudessem adquirir ingressos com 50% de desconto (a meia-entrada). O abatimento vale apenas para ingressos da categoria 4 - reservada somente para quem reside no Brasil.

Mas os pontos mais obscuros, ainda, apresentados em 2011 foram os Novos Tipos Penais, Sanções Civis e Juizados Especiais, em que o projeto de lei cria penalizações específicas para o evento, como os crimes de "utilização indevida de símbolos oficiais", "marketing de emboscada por associação" e "marketing de emboscada por intrusão". Para quem infringir, terá penas de detenção e multa. A Lei Geral da Copa também permitiu criar juizados especiais, varas, turmas e câmaras especializadas somente para os eventos. É como se instituísse uma Justiça paralela. Por fim, vale salientar o ponto do projeto sobre os Vistos de Entrada e Permissões de Trabalho, que permitiu a liberação da entrada, no Brasil, para membros, funcionários, parceiros, convidados, delegados ou clientes da FIFA - é um item extremamente discutível no projeto de Lei Geral. Segundo o projeto, os contatos da federação precisariam apenas apresentar a credencial para conseguir vistos de entrada em território nacional, sem qualquer outro documento ou comprovação, comprometendo profundamente a soberania e a segurança do Estado brasileiro.

E os demais ônus para o Brasil não param por aí. A Lei Geral da Copa prevê que a União assuma qualquer responsabilidade por danos e prejuízos causados à FIFA. Ela responderá amplamente por "todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos". Ou seja: o Estado brasileiro torna-se o fiador da FIFA e dos negócios particulares dela.

Este aparato legal que empoderou a entidade e seus parceiros comerciais no território brasileiro não é apenas inconstitucional; é também um mecanismo de violação de diversos direitos fundamentais conquistados pela população brasileira. Entre eles: direito do consumidor (art 5º, xxxii e art.170, v); direito ao trabalho (art. 5º e art 6º, caput); e direito de ir e vir (art. 5º, xv); proteção do patrimônio cultural brasileiro (art 216); liberdade de expressão (art 5º, ix) e livre iniciativa (art 170, caput); liberdade de imprensa e de informação jornalística (art 220, par.1º.); e conservação do patrimônio público (art.23, i.). Além disso, fere os Direitos do Consumidor: a federação passa a ter o direito de definir todas as etapas relacionadas ao comércio de produtos da Copa FIFA. Ficando a critério dela, por exemplo, se quiser ou não repassar de volta o dinheiro na devolução de um ingresso. Compromete a liberdade de concorrência em espaços públicos da cidade [não apenas nos ambientes privados, como os estádios].

4.2. As Zonas de Exceção em Porto Alegre

Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

§ 1o Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição.

(Lei Geral da Copa/2012)

Os artigos acima foram retirados da Lei Geral da Copa e versam sobre as áreas de restrição comercial, conhecidas e nomeadas como "Zonas de Exceção". Conforme esta lei, durante o período dos jogos do mundial na cidade, a FIFA passa a ser detentora dos direitos comerciais e publicitários de uma área específica correspondente ao entorno do estádio oficial e as principais vias de acesso (num perímetro de aproximadamente 2km do estádio). Nesta área, só puderam ser vendidos produtos dos patrocinadores da Copa FIFA 2014, por pessoas que possuíam autorização da entidade. Os demais estabelecimentos somente funcionaram por não venderem produtos (alimentos, bebidas, roupas etc) associados às marcas relacionadas com o megaevento e por não fazerem nenhum tipo de propaganda ou marketing visando o lucro comercial.

Outra determinação que coincidiu com a mesma região e ampliou a zona de exceção foi o perímetro de segurança. Segundo informações do caderno de encargos da FIFA [12], o perímetro de segurança se difere da Área de Restrição Comercial, fazendo parte do "estádio" e incluindo todas as áreas comerciais do evento (centro de mídia, hospitalidade) e, por isso, precisariam ser não apenas seguros, mas livres de qualquer tipo de comércio – este, se estivesse localizado no perímetro, teria que ser fechado no período dos jogos. Só puderam acessar essas "zonas de exclusão" pessoas que tivessem credenciais da FIFA ou ingressos para as partidas de futebol. Assim, a entidade passou a ter autoridade sobre os espaços públicos nas áreas de interesse dos jogos, sobre questão comercial e publicitária e controle do acesso da população.

Em Porto Alegre, a área de restrição comercial atingiu um raio de 1,5km do estádio Beira-Rio. Já a área de segurança compreendia a sete ruas próximas ao estádio. Nesse perímetro, trechos foram bloqueados à circulação dos carros nos dias dos jogos da Copa FIFA. O bloqueio teve início seis horas antes da partida e durou até duas horas após o seu término. Durante esse período, também ficou proibido estacionar carros nas ruas com bloqueios. As pessoas que habitam ou trabalham em áreas localizadas dentro da zona de exceção tiveram que cadastrar seus veículos no site "vizinhos da copa", da administração municipal, para poder acessar o local. Também foi obrigatório mantê-los guardados em garagens privadas. Amigos e parentes não puderam acessar a área de carro.

12 http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/84/68/87/areasderestri%C3%A7aocomercial_final.pdf

As ruas marcadas tiveram acesso restrito em dias de jogo.

Foto: Divulgação/EPTC

Vias bloqueadas durante os jogos do Mundial em Porto Alegre:

No perímetro que vai da rua José de Alencar, no Menino Deus, até a avenida Chuí, na Zona Sul, nos dias de jogo, só foi permitido o acesso de veículos credenciados.

Já na avenida Padre Cacique, em frente ao Beira-Rio, tivemos uma faixa da pista centro-bairro bloqueada por 30 dias. Nos dias de jogos, o bloqueio foi total nesse sentido. A FIFA instalou estruturas de apoio ao estádio e de patrocinadores no local. O outro sentido da avenida, bairro-centro, em dia de jogo, foi liberado apenas para veículos credenciados. Algumas barreiras começaram há mais de três quilômetros do estádio. Nos cruzamento das avenidas Loureiro da Silva com a Augusto de Carvalho e da Diário de Notícias com a Wenceslau Escobar aconteceram as primeiras triagens dos motoristas. Foram 15 barreiras da EPTC espalhadas pela cidade.

Em dias de jogos, desde o cruzamento das avenidas Edvaldo Pereira Paiva (popularmente conhecida como 'Beira Rio") com a Ipiranga em diante só passaram veículos previamente cadastrados, como a imprensa, carros oficias e da organização do evento. Estava prevista a distribuição de 4,5 mil credenciais desse tipo, que dariam acesso à área do jogo logo adiante. Todos os carros também passariam por um raio-x para detectar armas ou qualquer objeto que possa oferecer risco.

Cerca de 45 linhas de ônibus que circulam pelo local sofreram alterações em seus itinerários. E a pista da avenida Padre Cacique, ao lado estádio, no sentido Centro-Bairro, foi fechada. Começou a contar a partir dali o perímetro exclusivo da FIFA, onde só torcedores com ingresso comprado ingressaram. No restante da área, a população circulou, mas não pôde ficar parada para contemplar o local.

Para garantir a proteção dos patrocinadores oficiais do evento, de que não houvesse circulação de pessoas sem credenciais nas zonas de exceção, a fiscalização foi reforçada. Se comerciantes, formais ou informais, tentassem de alguma maneira se beneficiar da visibilidade do evento para obter lucros, estariam sujeitos a penalidade de três meses a um ano de reclusão. Segundo notícia veiculada no Portal da Copa [13], site oficial do governo federal, mais de uma centena de agentes atuaram na fiscalização e repressão a este tipo de crime. "Até a Marinha estará envolvida, controlando, por exemplo, o surgimento de veleiros na orla do Guaíba com propagandas em suas velas (Cauê Vieria, assessor técnico de Assuntos Legislativos e Institucionais da Procuradoria-Geral do Município)".

Antes mesmo de iniciar a Copa FIFA 2014 na cidade, as zonas de exclusão já estavam prejudicando lojistas e comerciantes que trabalham nas proximidades do estádio. Em uma matéria do Portal G1 [14]:

"Os motivos para o pessimismo generalizado dos lojistas da região são variados. Começam com os transtornos causados pela demora para a conclusão das obras de mobilidade urbana, passam pela restrição ao fluxo de veículos em dias de jogos anunciada pela prefeitura e vão até supostas regras de publicidade impostas pela FIFA."

A notícia traz ainda reportagens com comerciantes da região. Jussara, 33 anos, proprietária de um salão de beleza na avenida Padre Cacique fala da queda do movimento em seu estabelecimento desde o ano passado, que chegou a 60%, o que levou três funcionárias a pedirem demissão. A diminuição da clientela seria motivada pela avenida, que poucos dias antes da Capital receber os jogos ainda permanecia em obras. Jussara reclamou também que, com a restrição, muitas das suas clientes não poderiam acessar a área. Há também histórias de comerciantes que estão recebendo notificações da prefeitura para retirar letreiros da loja, em que constava a marca do fabricante dos produtos, já que estes não eram um dos parceiros da FIFA.

13 Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/comerciantes-recebem-orientacao-sobre-atuacao-durante-a-copa-em-porto-alegre [acessado em maio de 2014]

14 Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/comerciantes-recebem-orientacao-sobre-atuacao-durante-a-copa-em-porto-alegre [acessado em maio de 2014]

Os ambulantes e as zonas FIFA

"Outra Copa do Mundo é possível: respeitando os direitos dos (as) vendedores (as) informais".
(nota de repúdio elaborada pela StreetNet)

As zonas de exceção criadas para garantir à FIFA a soberania sobre os territórios das cidades brasileiras afetaram diretamente os comerciantes, que não puderam vender nada relacionado ao evento. A situação foi mais grave para os ambulantes que, vulneráveis pela falta de regulamentação da sua profissão, sofrem já há décadas de uma cultura de repressão que só piorou com os jogos do mundial.

Durante as Olimpíadas de 1988 em Seul, os vendedores ambulantes foram removidos das ruas principais e colocados atrás de paredes e becos, como parte do processo de higienização da cidade. Nas Olimpíadas de 1992 em Barcelona, o comércio de rua foi completamente proibido. Na África do Sul, o estatuto da FIFA vetou o comércio informal perto de edifícios públicos, igrejas, caixas eletrônicos e das áreas oficiais de exclusão – ou "áreas de restrição comercial" como preferem chamar – que, diferentemente do que se pensa, não se restringe apenas ao entorno dos estádios mas também aos locais de eventos oficiais da FIFA (que incluem as fan parks ou as fan fest, grandes festas de torcedores geralmente montadas nos centros das cidades ou em praias), centros de credenciamento, áreas oficiais de treinamento, hotéis onde as delegações dos países e as equipes da entidade estão hospedadas, dentre outros. Na África, qualquer comércio não autorizado era proibido em um raio de 100 metros desses locais (2 km no caso dos estádios). [15]

A StreetNet Internacional, uma aliança de organizações de vendedores informais de diversos países, fundada em 2002 na África do Sul, realizou uma pesquisa preliminar em dez das 12 cidades que iriam sediar os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, para avaliar o impacto potencial sobre os ambulantes. Além de levantamento de dados, foram feitas diversas entrevistas com lideranças de vendedores informais, representantes do movimento sindical, de movimentos sociais e de organizações não governamentais, reunidos no documento "Copa do Mundo para Todos – O retrato dos vendedores ambulantes nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014".

O estudo traz um panorama da situação atual dos vendedores ambulantes no Brasil, mostrando quem são, o que querem e como seriam afetados pelo megaevento de 2014. Também ressalta que, desde o início de 2011, diversas prefeituras revogaram unilateralmente as permissões de comerciantes de rua, principalmente dentro desses perímetros que tenderiam a ser espaços cedidos à FIFA durante a Copa. Enquanto muitos nem sabem da existência das zonas de exclusão, outros já se organizam para encontrar saídas. De um encontro, também os ambulantes tiraram uma nota de repúdio com o título: "Outra Copa do Mundo é possível: respeitando os direitos dos (as) vendedores (as) informais". Entrevistada, uma liderança carioca disse: "Copa não é para pobre porque a população não vai ganhar com o evento e, certamente, o ambulante vai sofrer muito, como ocorrido nos Jogos Pan-Americanos" [16].

Especificamente sobre os preparativos para a Copa FIFA, o documento diz que "as cidades que hospedarão jogos da Copa do Mundo vêm passando por um processo de gentrificação, fortemente relacionado à produção da assepsia urbana, como forma de adequação das cidades ao megaevento e sua formatação como cidades globais" e aponta que a falta de informação sobre o megaevento sempre foi tão grande que muitos ainda viam com otimismo a chegada dos jogos à cidade, sem sequer ter ouvido falar em zona de exclusão.

Apesar de não haver estatísticas públicas oficiais sobre o número de vendedores informais na cidade, estimativas de lideranças populares apontam que em 2007 havia cerca de 4 mil na região central de Porto Alegre [17]. O texto da StreetNet diz que especialistas do Observatório das Metrópoles de Porto Alegre entendem que a construção de um camelódromo na cidade é parte de um projeto de higienização e exclusão da população de baixa renda dos pontos turísticos para a Copa do Mundo FIFA. Existe também a preocupação com um pequeno bolsão de ambulantes do Parque da Marinha, que é bastante próximo do estádio Beira Rio, e com vendedores de lanches e bebidas do entorno dos estádios, "que serão os principais prejudicados pela zona de exclusão prevista pela FIFA".

15 Reportagem publicada no site da Agência Publica em abril de 2012. Disponível em: http://apublica.org/2012/04/copa-nao-e-para-pobre-os-ambulantes-zonas-de-exclusao-da-fifa/ [Acessado em junho de 2014]

16 Disponível em: (http://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf) [Acessado em junho de 2014]

17 Reportagem do site da Agência Publica em abril de 2012. Disponível em: http://apublica.org/2012/04/copa-nao-e-para-pobre-os-ambulantes-zonas-de-exclusao-da-fifa/ [Acessado em junho de 2014]

Moradores de Rua

As doze cidades sedes mudaram completamente sua rotina para receber os jogos. Em São Paulo, por exemplo, o bairro de Vila Mariana, para receber a seleção brasileira, teve ruas cercadas e até mesmo os moradores que foram cadastrados somente passaram pelo cerco policial se apresentassem documento de identidade.

Dentro desse contexto de mudanças e exceções há um tipo de população que é, talvez, uma das mais atingidas por esse processo de higienização trazido pela Copa do Mundo FIFA 2014. Diversas entidades, como o Ministério Público, constataram e denunciaram a ampliação de um processo de recolhimento compulsório de moradores de rua à medida que se aproximava a Copa do Mundo FIFA. Os albergues ficaram cada vez mais cheios e, além disso, estamos assistindo ao fechamento de diversos equipamentos de assistência social - assim, os que só têm a rua como alternativa vivem num clima de medo

e incerteza. O abandono das políticas integradas e o aumento significativo da violência e repressão das forças de segurança pública geraram um grande clima de insegurança e medo do que pode ocorrer antes, durante e depois dos jogos.

Diversos usuários reclamam da situação dos serviços. Estruturas administrativas reduzidas. Muita fila e demora para o atendimento; raramente todos conseguem ser atendidos e muitos são mandados embora. A higiene é difícil; não há recursos, em meio à cultura de dificultar a vida dos usuários. Além de poucos técnicos, entre os que existem vários são bastante agressivos com os usuários. As abordagens na rua raramente acontecem e quase sempre não são encaminhativas. A comida é pouca para quem come só uma vez por dia, e hoje os moradores de rua já não contam mais com o Restaurante Popular, que foi fechado.

Implantado em 2006, o fechamento do restaurante atingiu a todos os mais vulneráveis, de moradores de rua a catadores de materiais recicláveis, que tinham à disposição esse serviço que fornecia alimento a um custo de R$ 1,00. O local foi fechado em 29 de Junho de 2013 e, depois disso, a fome se tornou crônica entre o povo da rua. A alternativa encontrada era se alimentar pelos macaquinhos (sacolas de comida penduradas nas grades e árvores pela população) ou sopões, por meio de doações de populares [18]. A situação de quem tem HIV ou tuberculose é ainda pior, pois como tem pouca defesa do organismo, fica ainda mais vulnerável e, próximo ao inverno, pode ver a morte cara a cara. A apoiadora do MNPR (Movimento Nacional de População de Rua) em Porto Alegre, Veridiana Farias, reforça: "Só é possível falar de saúde se as pessoas têm o que comer". O restaurante popular chegou a atender, entre 2008 e 2010, 1.200 pessoas.

A última pesquisa realizada pela FASC (Fundação de Atendimento Social e Cidadania, da prefeitura municipal) em 2012 aponta que existem, em Porto Alegre, 1.347 moradores de rua. A maioria destes está concentrada na região central da cidade. Os arredores da orla do Guaíba e o Centro Histórico, além da presença de áreas comerciais efervescentes, são atrativos para quem luta para sobreviver. Essa realidade também é reforçada pela presença de abrigos na região e pelo próprio acolhimento dos moradores.

Em atividade que aconteceu na Câmara Municipal de Porto Alegre, Richard, integrante do PNPR, denunciou o uso da arma teaser por um guarda contra um usuário do Centro Popular de Compras (antigo camelódromo), quando ele estava abrigado no local. Relatos como esse têm sido cada vez mais comuns na cidade. O conteúdo das denúncias, em sua maioria, é de violência policial e indiferença do poder público frente à situação em que os moradores de rua vivem.

Segundo documento do Ministério Público, o município de Porto Alegre foi condenado, no final do ano passado, a implantar, em até três anos, oito abrigos para moradores de rua, além de triplicar o número de vagas existentes em residenciais terapêuticos. Conforme a decisão judicial, a administração pública deveria construir duas casas-lares para idosos e duas repúblicas, no prazo de até um ano; mais duas repúblicas e um abrigo para famílias em situação de rua, além de uma casa para atendimento de pessoas com alta hospitalar e necessidade de cuidados especiais, em até dois anos. A Justiça determinou, ainda, que a prefeitura deverá, no prazo de até três anos, triplicar o número de vagas existentes em residenciais terapêuticos do tipo 1, que acolhe moradores com maior autonomia, com grupos formados por, no máximo, oito pessoas. Também foi fixada multa diária de R$ 2 mil por cada estabelecimento que não seja instalado no prazo [19].

18 Reportagem publicada no site da Agência Publica em abril de 2012. Disponível em: http://apublica.org/2012/04/copa-nao-e-para-pobre-os-ambulantes-zonas-de-exclusao-da-fifa/ [Acessado em junho de 2014]

19 Disponível em: (http://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf) [Acessado em junho de 2014]

O Perímetro de Segurança

Assim como as demais ações realizadas em todo o período de preparação da cidade de Porto Alegre para a Copa do Mundo FIFA 2014, um dos principais problemas foi o da falta de informações.

Apesar de essa determinação constar na Lei Geral da Copa e já estar descrita nas primeiras exigências feitas pela FIFA em 2007, até 30 dias antes do início do mundial nenhum órgão público havia anunciado qualquer medida para determinar a abrangência do perímetro de segurança (2km em torno do Beira Rio) em Porto Alegre. As pessoas que residem ou trabalham no entorno do estádio Beira Rio ainda não haviam sido informadas sobre as restrições de acesso à região durante a realização das partidas.

Em diversos debates e enfrentamentos com o governo e com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais que tratam da organização da Copa do Mundo FIFA, o Comitê Popular da Copa sempre colocou os riscos e debateu a partir das informações trazidas pelas experiências de outros países. As esferas de poder público sempre evitavam passar informações concretas e empurravam responsabilidades.

No dia 29 de Maio de 2014, a Prefeitura de Porto Alegre e a EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) apresentaram, na reunião do CMDUA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental), o Plano de Mobilidade para a Copa. Na ocasião, a EPTC garantiu que não haveria cadastramento de pessoas, mas sim de veículos. No site "Vizinho da Copa" divulgaram-se orientações para preenchimento de um formulário, em que os moradores poderiam realizar o cadastramento de seus veículos. As ruas ficariam bloqueadas por aproximadamente 6 horas antes dos jogos e 2 horas após. Não temos dúvida de que a forma aparentemente branda que foi adotada para os transeuntes e moradores não foi a mesma para os ambulantes. Diversos vendedores informais foram proibidos de entrar no perímetro; um vendedor de algodão doce chegou a relatar o prejuízo de quase R$ 500,00 no dia. "Eu sempre trabalhei aqui", argumentou ele.

A Fan Fest

Atualmente, a Secretaria de Cultura de Porto Alegre opera com um orçamento de R$ 4.472.779,00 . Com esse orçamento, o órgão dá conta de todos os processos relacionados à cultura na cidade: atividades, shows, teatros, poesia, incentivos às escolas, cursos, manutenção dos museus, folha de pagamento etc. Agora imagine que, para um único evento que faz parte das exigências da FIFA (a Fan Fest), estava previsto que a prefeitura gastasse R$ 8 milhões, ou seja, o dobro do que é disponibilizado para toda a cidade.

O evento é uma criação da FIFA e tem sido realizado desde 2006, quando ocorreu a Copa do Mundo na Alemanha. As Fan Fest são realizadas em espaços públicos, ao ar livre, com telas gigantes disponibilizadas para a população assistir os jogos do mundial. Esses locais foram criados decorrentes do processo de elitização dos estádios de futebol, que têm progressivamente diminuído o seu tamanho e são cada vez mais controlados por policiais e câmeras de segurança. Seria uma nova forma de vivenciar a experiência do futebol. As Fan Fest são organizadas a partir da parceria entre a cidade-sede e a FIFA. Financiadas com recursos públicos, a festa integra as Zonas de Exceção da FIFA, que contratualmente asseguram amplo espaço de visibilidade e comércio aos patrocinadores oficial do evento, os quais estão ligados a grandes corporações, conhecidas mundialmente por violarem direitos nas mais diversas áreas de atuação. Essa experiência é totalmente marcada pelo controle da FIFA: a venda do espetáculo esportivo e formação de um público alvo aos patrocinadores do evento, aumentando a exposição de pessoas às marcas divulgadas dos seus parceiros comerciais. A "liberdade" dos governos municipais acerca do conteúdo de transmissão nos telões, as bebidas e comidas e o planejamento da segurança do local estão atreladas aos guias de encargo da entidade futebolística e devem seguir e garantir essa imposição

O Anfiteatro Pôr do Sol é um local de eventos e manifestações artísticas. Muito conhecido por atrair a população portoalegrense para ver o famoso pôr do sol da cidade, às margens do Rio Guaíba. É um centro cultural, em que ocorrem diversas atividades artísticas como shows musicais, teatro, dança e exposição de artes; muitos shows de aniversários de rádios locais e de redes de TV. Durante a Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade, foi palco da Fan Fest.

Para a realização do evento, a área do anfiteatro foi toda cercada [20]. O acesso ao local era gratuito, mas fortemente controlado e com um número limitado de pessoas. Uma catraca na entrada controlava o acesso das pessoas. Também havia um esquema forte de segurança interna, realizada por uma empresa privada contratada pela prefeitura de Porto Alegre, e de segurança externa feita pela guarda municipal, Brigada Militar e pelo Exército. É mais um espaço público que, com a desculpa de proporcionar o acesso da população aos jogos, restringe e controla seu uso. Uma festa cara, paga com o dinheiro do suor do trabalho do povo e só pôde ser desfrutada por poucos. Mais uma vez, a FIFA ficou com os lucros e, a cidade, com os custos.

20 Disponível em: http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/fan-fest-tera-numero-limitado-de-pessoas-no-anfiteatro-por-do-sol-99546.html e http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/26-dias-da-copa-local-da-fan-fest-no-rs-passa-por-obras-no-solo.html [ajunho de 2014]

ANEXO: Carta enviada à CEF (Caixa Econômica Federal) pelo FERU/RS (Fórum Estadual de Reforma Urbana)

Carta à CEF sobre Planos de Reassentamentos das obras para a Copa
Porto Alegre-RS, 08 de agosto de 2011.

Ilmo Sr.
Gerente de Negócios e Copa da Caixa Econômica Federal
Agência Porto Alegre, Rua dos Andradas, 1.000
Porto Alegre-RS

Prezado Senhor,

O Fórum Estadual de Reforma Urbana-RS vem por meio desta carta manifestar sua preocupação em relação aos projetos de reassentamentos das comunidades atingidas pelas obras da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em notícia divulgada no site do Município de Porto Alegre 1, este apresentou junto à CEF, no dia 10 de Junho de 2011, o cronograma de entrega dos Projetos Básicos das obras. Destas obras, 3 necessitam diretamente de Plano de Reassentamento. São elas:

a) Duplicação Av. Tronco - Data da Entrega na CEF: 29/07/2011
b) Padre Cacique e Edvaldo Pereira (Beira Rio): Data da Entrega na CEF: setembro/2011
c) Av. Severo Dullius - Data da Entrega na CEF: novembro/2011

A preocupação deste Fórum deve-se à não construção de projetos de reassentamento por parte do Município de Porto Alegre junto aos moradores afetados pelas obras de mobilidade previstas para a Copa de 2014 nesta cidade. Tais projetos são condição necessária para a implantação das obras e é lamentável que o poder público local venha a incluir propostas não discutidas com a população na documentação a ser apresenta à Caixa Econômica Federal para dar concretude aos financiamentos já aprovados. Não é possível aceitar que, a partir de reuniões em que o governo municipal apenas indicou possibilidades e em nenhum momento entregou documentos formais com propostas por escrito, se possa forçar a extração de atas decisórias sem o devido conhecimento de todos os moradores atingidos pelas obras.

Considerando que o Município há mais de um ano vem protelando a elaboração efetiva dos Planos de Reassentamento, num contexto em que os cadastros na área de intervenção da Av. Tronco, por exemplo, já estão acontecendo, corremos o sério risco de que se gere uma situação de calamidade social induzida pelo governo municipal, pois na ausência de propostas concretas, fica a dúvida quanto aos resultados do projeto e se estes garantirão os direitos conquistados por lei aos moradores. O fato de que representantes comunitários integrem o GT da Copa não significa um cheque em branco para que o Município estabeleça por conta própria um plano de reassentamento sem a necessidade de concordância explícita de representantes e comunidades. O GT da Copa, através de seus participantes, não deu a conhecer aos moradores das áreas atingidas sequer uma nota técnica de encaminhamento de solução habitacional para a questão, quanto mais um plano de reassentamento. Em nenhum momento propostas concretas foram levadas à votação no âmbito das comunidades afetadas.

Esta situação denota um descompasso entre os projetos viários e os projetos sociais, uma vez que os projetos técnicos de engenharia para as obras viárias já se encontram em estágio adiantado, enquanto as soluções para as milhares de pessoas atingidas pelo risco de remoção não dispõem sequer de um documento com propostas concretas oficialmente publicado.

Em inúmeras ocasiões a comunidade e outras organizações se manifestaram na tentativa de buscar respostas junto ao poder público, sobretudo sobre as alternativas aos impactos sociais das obras de duplicação da Av. Moab Caldas (Tronco). Em resposta, obtiveram apenas um conjunto contraditório de promessas apresentadas sem espaço e condições para uma discussão séria e efetiva com as comunidades. Até agora ninguém tem certeza de para onde poderá ir, nem em que condições e muito menos se efetivamente todas as famílias e situações estariam contempladas.

Em novembro de 2010, este Fórum lançou um manifesto2, o qual estamos anexando a

esta carta, apontando para os sérios problemas que serão enfrentados pela cidade como um todo em função da política adotada para a definição de Áreas de Interesse Social (AEIS), tanto para o Programa Minha Casa Minha Vida e como para os atingidos pelas obras da Copa. Através do manifesto, o Fórum propôs alternativas ao Projeto de Lei no 854/10 que altera as regras na definição das AEIS.

Somando-se a estas propostas, a própria comunidade se manifestou em inúmeras ocasiões tentando se fazer ouvir. - Em 14 de fevereiro de 2011, a Comissão de Habitação da Grande Cruzeiro entregou carta apresentando as reivindicações dos moradores ao Prefeito José Fortunati. Além de sugestões específicas, a carta deixa transparecer a necessidade de participação no processo:

"(...)entendemos que é necessário estreitar ainda mais a relação da Comunidade junto ao Executivo Municipal, seja por meio da presença sistemática de seus técnicos ou com ferramentas de comunicação capazes de garantir informações concretas sobre todos os processos e andamentos deste grandioso projeto." 3 (Blog da Associação de Moradores Vila Tronco Postão).

A própria necessidade da elaboração desta carta já é um indício de que as discussões para elaborar o Plano de Reassentamento não estavam acontecendo.

- Em março de 2011 o Ministério Público Federal instaurou inquérito público e determinou a realização de Audiência Pública, ocorrida no dia 25 de março, para identificar as demandas das comunidades afetadas pelas obras.4

Estas e outras ações formais (tais como o protocolo de correspondência na SECOPA e outras secretarias municipais), promovidas pelas comunidades com o intuito de obter respostas, não foram suficientes. Nas poucas vezes em que o poder público municipal se fez presente para discutir com a comunidade, o motivo foi mais por alguma necessidade urgente do próprio Município do que pelo respeito efetivo ao direito à moradia das comunidades. Veja-se, por exemplo, a afirmação do Sr. Prefeito José Fortunati, em 29 de junho de 20115, de que em função do calendário de entrega de projetos junto à CEF, teria pressa em que os moradores na área da Tronco aceitassem logo o início do cadastro socioeconômico das famílias, que atualmente fornecem os seus dados no escuro, sem saber onde estarão em 2014.

Nesta mesma reunião onde mais uma vez pedia um voto de confiança aos moradores, o prefeito reconheceu que não tem as respostas para a comunidade, como documentado em vídeo disponível no You Tube e no Blog do Comitê Popular da Copa 2014 Porto Alegre6 .

Este tipo de tratamento dado aos moradores revela que não só estão expostos a uma situação de expropriação territorial, como também estão excluídos das discussões e decisões pertinentes ao caso, o que configura flagrante violação de direitos conquistados e firmados através da Constituição de 1988, do Estatuto das Cidades (Lei No 10.257 – 2001), do Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002) e da MP 2.110/2001, PDDUA .

O Fórum ressalta que qualquer ação governamental que fragilize os direitos humanos, sobretudo no que se refere ao direito à moradia, deve ser repudiada. A presente situação de insegurança e a vulnerabilidade em que se encontram os moradores de áreas atingidas pelas obras da Copa em Porto Alegre constitui abuso de poder e deve ser repudiada pela sociedade e pelas instituições encarregadas de assegurar a legalidade dos atos dos poderes públicos, bem como a garantia de direitos constitucionais, como é o caso do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público, federal e estadual.

O histórico de auditorias e ações na justiça observado em obras como a do Reassentamento da Vila Dique no Loteamento Bernardino da Silveira dá razões suficientes para que este Fórum se manifeste e alerte aos agentes envolvidos para as consequências que podem advir do tratamento desastroso que vem sendo dado à habitação de interesse social em Porto Alegre.

Cabe lembrar à CEF as inúmeras infrações ocorridas no Projeto Básico do reassentamento da Vila Dique, que justificaram a Auditoria Pública7 realizada pela 3º Secretaria de Fiscalização de Obras – 3º SECOB no início de 2010: problemas licitatórios, não cumprimento dos condicionantes ambientais, execução de serviços com baixa qualidade e até a entrega de unidades habitacionais de péssima qualidade, com falta de infraestrutura e outros requisitos básicos que pudessem garantir a renda e o sustento das famílias. Todas as consequências recaem sobre a sociedade, principalmente sobre os moradores envolvidos.

Segundo relatório da Auditoria Pública citada acima, o DEMHAB se valeu da aquisição de projeto de particulares para atender o prazo exíguo exigido "O DEMHAB afirma

(...) que parte dos projetos foi adquirida de particulares e que estes projetos previam originalmente o uso industrial para outro loteamento, os quais foram aproveitados e adaptados..." (pg. 2). Atitude esta avaliada pelos relatores como "...trabalhar com prazo exíguo para elaboração de projetos, como afirma o DEMHAB, apenas denota falta de planejamento da própria organização." (pg.3).

Ações improvisadas adotadas pelo Município de Porto Alegre estão prestes a se repetirem. O Fórum Estadual de Reforma Urbana – Rio Grande do Sul repudia esta situação, pois mais uma vez se colocará em situação de vulnerabilidade milhares de pessoas que, em termos concretos, para além da repetição discursiva de promessas sem assinatura, estão excluídas do processo de discussão de seu próprio destino.

Cabe lembrar que o Município de Porto Alegre elaborou recentemente o seu Plano Local de Habitação de Interesse Social, condição inclusive para acessar recursos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. O Plano apresenta conteúdo que garante os direitos dos cidadãos em relação à moradia, inclusive o direito à participação na elaboração do próprio documento. Ora, por que é que este Plano não é cumprido na prática? Por que é que até agora não está disponível ao público em sua integralidade, se é anexado a pedidos de financiamentos? A exclusão social que se verifica atualmente na construção dos Planos de Reassentamento viola os princípios de participação e desconsidera as lutas históricas dos movimentos sociais.

Diante deste quadro, este FÓRUM vem até esta instituição manifestar sua extrema preocupação em relação ao que poderão conter os Planos de Reassentamentos para os atingidos pelas obras da Copa 2014 em Porto Alegre. Os moradores não sabem o seu conteúdo, as organizações da sociedade civil também não. A CEF saberá, mas não pode ser responsável por aprovar propostas desconhecidas daqueles que serão objeto delas. Portanto, este Fórum solicita que a Caixa Econômica Federal torne público o Projeto de Reassentamento, principalmente para que as organizações, sociedade e moradores atingidos possam discutir seu conteúdo.

Assinam esta carta as organizações que atuam no Fórum Estadual de Reforma Urbana – FERU/RS

ACESSO – Cidadania e Direitos Humanos
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
AMOVITA – Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu
CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional
CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
CMP – Central dos Movimentos Populares
Comitê Popular Copa 2014 Porto Alegre
CONAM – Confederação Nacional de Associação de Moradores
FEGAM – Federação Gaúcha de Associações de Moradores
Fórum de Justiça e Segurança Região Nordeste
Fórum Nacional de Reforma Urbana
Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana - UFRGS
IdhES - Instituto de Direitos Humanos
IPES
MNLM-RS – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
Observatório das Metrópoles Núcleo Porto Alegre
Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo
Rede Planos Diretores Participativos
SAJU/UFRGS - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
SEMAPI – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS.

Segurança pública, contexto de exceção e criminalização dos movimentos sociais

A Copa das Tropas

De acordo com as declarações oficiais, outro dos grandes "legados" que a Copa prometia deixar se referia à "segurança pública". Foram feitos grandes investimentos em novas tecnologias, equipamentos e conhecimento "técnico" nessa área.

Com toda a violência policial usada contra os manifestantes que foram às ruas em Junho e Julho de 2013 e mesmo diante das denúncias de violação de direitos que preocupam inclusive a ONU [21] (Organização das Nações Unidas), a SESGE (Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos), criada pelo governo federal em 2011 e ligada ao Ministério da Justiça, considerou satisfatória a "contenção" dos protestos durante a Copa das Confederações FIFA 2013 [22]. Todo o conhecimento acumulado durante esse evento e as tecnologias de inteligência policial e repressivas ficarão como "legado", já que a recepção de megaeventos pelo Brasil é sinalizado como tendência e como boa fonte de dividendos para as cidades.

Os protestos estiveram proibidos nas zonas dos jogos do Mundial, como já tinha ocorrido na Copa das Confederações[23]. Outras práticas se tornaram crimes e foram julgadas por tribunais de exceção, que tinham poder de punir com prisões atividades como comércio informal, furtos ou mesmo qualquer conduta que prejudicasse as marcas patrocinadoras do evento[24]. A circulação de "conhecimento especializado" em repressão policial e em esquemas jurídicos de exceção no marco de grandes eventos vai incrementando os abusos policiais cotidianos e os institucionalizam durante um período. A própria Lei Geral da Copa regulamenta e torna legal o estado de exceção cotidiano exigido pela FIFA. O consultor de segurança para a Copa 2014 no Brasil foi o ex-chefe de polícia da África do Sul durante o Mundial de 2010. Ele classifica o uso de balas de borracha pela polícia como um "nível baixo de ação". Essas estruturas relativamente novas trazidas pelos megaeventos mantêm sempre a possibilidade de tornaremse permanentes.

O treinamento do efetivo disponibilizado pelas diversas polícias foi feito pelo FBI (polícia federal dos Estados Unidos) e por outras agências norte-americanas. O efetivo foi composto por 837 policiais das 12 cidades-sedes, o que coloca em suspeita um possível interesse dos Estados Unidos no armamento das polícias brasileiras e no controle da ordem no país. O curso de "Controle de Distúrbios Civis", ministrado pela CIA a estes policiais tinha como temas gestão e controle de multidões, distúrbios civis, planejamento operacional, uso da força, relação com a mídia e uso da inteligência e de informações para auxiliar na identificação de possíveis atos e atores de vandalismo. Foi um extenso programa de treinamento financiado pelo governo dos EUA para a Copa do Mundo e Olimpíadas. Também, de acordo com uma lista obtida pela Agência Pública de Jornalismo Investigativo[25], por meio de um Pedido de Acesso à Informação, mostra detalhadamente o treinamento de 799 policiais brasileiros aqui e no exterior, em especial no Centro de Treinamento Regional em Lima, no Peru, e na ILEA (Academia Internacional para Cumprimento da Lei), em El Salvador – ambos os centros são financiados pelo Departamento de Estado Norte-Americano. Outros 38 oficiais foram treinados em Maio, totalizando o efetivo de 837 integrantes. Todos os custos, incluindo viagens internacionais, foram bancados pelos EUA.

Desde 2012, o governo estadunidense vem investido em treinamento policial para os megaeventos no Brasil – a um custo de US$ 2,2 milhões, segundo o jornal Folha de São Paulo. O delegado Andrei Augusto Passos Rodrigues, que comanda a SESGE, afirmou que o programa de treinamento prosseguiu sem alteração, mesmo depois da tensão diplomática gerada pelas revelações de espionagem norte-americana contra a presidente Dilma Rousseff.

Um dos mais curiosos temas do curso foi o de "relações com a mídia", que teve duas edições. Segundo relise enviado pela SESGE à imprensa, o objetivo do seminário era desenvolver "ações para se criar uma relação de parceria com a imprensa e, principalmente, construir um sentimento de confiança junto à sociedade". Uma jornalista da CNN, rede de TV dos Estados Unidos, e uma exchefe da polícia estadunidense em Washington estavam entre os palestrantes encarregados de mostrar aos alunos "como lidar com os dois lados da notícia".

Outro tema recorrente nos cursos oferecidos pela embaixada dos EUA foi o da investigação digital, em especial da investigação forense digital, técnica de extração, decodificação e análise de dados armazenados em um dispositivo digital. Também foi tratado sobre o uso da ferramenta Cellebrite UFED em investigações forenses de telefones móveis.

A Cellebrite é uma empresa israelense conhecida por sua tecnologia

21 "ONU pede moderação a autoridades e manifestantes em protestos no Brasil": http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE95H01P20130618

22 "Reforço Efetivo e integração garantem a segurança do Brasil na Copa das Confederações": http://sesge.mj.gov.br/?p=2026

23 "Fifa afirma que é válida regra que proíbe protesto dentro dos estádios"http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/19/fifa-afirma-que-nao-permite-protestos-dentro-dos-estadios.htm

24 "Copa-2014: Brasil terá tribunais de exceção?" http://outraspalavras.net/blog/2013/12/05/copa-2014-brasil-tera-tribunais-de-excecao/

25 Documento disponível em: http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Resposta-SIC-08850001475201428-7-1.pdf . Ver reportagem ªEUA treinaram policiais para conter manifestações na Copaª. Disponível em: http://apublica.org/2014/06/eua-treinaram-policiais-para-conter-manifestacoes-na-copa/

de extração de dados de celulares, uma das mais avançadas do mundo – segundo a própria empresa, seu dispositivo UFED é usado por policiais, militares e serviços de inteligência em mais de 60 países. Capaz de extrair até mesmo dados apagados ou ocultos em equipamentos iPhone 5, Blacknerry e nos sistemas operacionais iOS-6 e Android 4.1, o dispositivo também permite que se verifiquem os locais em que o seu proprietário esteve, a partir das antenas utilizadas por ele.

Joana Veron, pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV (Fundação Getúlio Vargas) do Rio de Janeiro e editora do Boletim Antivigilância alerta que o treinamento oferecido aos oficiais brasileiros é motivo de preocupação. "A tecnologia da Cellebrite permite o acesso a celulares ignorando qualquer tipo de bloqueio prévio, por senha ou PIN, independente do sistema operacional do telefone e do modelo do aparelho. Também é possível coletar dados dos aplicativos instalados no celular, principalmente de aplicativos que guardam registros de nossas comunicações, como Facebook, Facebook Messenger, Google+, Skype, Twitter, Viber, Yahoo Messenger, Whatsapp, ou mesmo de nossos arquivos de trabalho, como o Dropbox e o Evernote". O problema, de acordo com ela, é que embora a legislação brasileira

estabeleça a necessidade de ordem judicial, "um agente treinado só precisa ter acesso ao telefone do cidadão por alguns minutos para conseguir todos os dados que precisa, ou que não precisa, até mesmo sem que o dono do telefone se dê conta".

ILEAs: base da doutrina de segurança dos EUA

Todas essas técnicas, e o claro interesse dos EUA no controle da segurança brasileira, lançam alertas para a doutrina de segurança norte-americana. As ILEAs (Academias Internacionais para o Cumprimento da Lei, na sigla em inglês), foram lançadas pelo governo de Bill Clinton em 1995, como fomento à aliança estratégica do Departamento de Estado dos EUA com forças policiais ao redor do mundo. Desde então, foram fundadas 5 academias do tipo na Hungria, Tailândia, Botsuana, Novo México (EUA) e El Salvador, além de um Centro de Treinamento Regional no Peru – os policiais brasileiros são geralmente treinados nesses dois últimos. Participam dessas academias agências americanas como a DEA (órgão de polícia federal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos encarregado da repressão e controle de narcóticos), o FBI, o Serviço de Segurança Diplomático e o Departamento de Alfândega e Imigração. A Academia de El Salvador foi fundada em 2005, sob o governo de George Bush, após longas negociações com governos regionais, que incluíram uma recusa da população da Costa Rica em permitir a instalação do equipamento no país. Por sua vez, o Centro de Treinamento no Peru é um "apêndice" da ILEA de El Salvador, funcionando sob sua coordenação, mas sem pessoal norte-americano permanente. O budget de ambos em 2013[26] foi de US$ 4,2 milhões[27].

O objetivo, segundo o site oficial do Departamento de Estado dos EUA, é "ajudar a proteger cidadãos americanos e negócios americanos" por meio do fortalecimento da cooperação internacional contra o crime. A ILEA tem como missão "apoiar a governança democrática através do Estado de Direito; reforçar o funcionamento de livres mercados através do aperfeiçoamento da legislação e aplicação da lei; e aumentar a estabilidade social, política e econômica ao combater o narcotráfico e o crime". A participação crescente de policiais brasileiros nos treinamentos faz parte da estratégia do Departamento de Estado estadunidense, que data da Guerra Fria e que continua sendo uma prioridade dos Estados Unidos, conforme revelaram documentos vazados pelo WikiLeaks. Em um despacho de 2009, a então ministra conselheira da Embaixada Lisa Kubiske (hoje embaixadora em Honduras) dizia que o país tem expandido suas parcerias em aplicação da lei para incluir governos locais, para além da Polícia Federal brasileira, "o maior parceiro em segurança para os EUA". A segurança dos megaeventos também aparece como um dos principais temas na pauta de reuniões diplomáticas bilaterais desde 2009, de acordo com os documentos vazados.[28] "Além de preparar as oportunidades comerciais que os jogos vão oferecer às empresas americanas, o governo dos EUA deveria se aproveitar do interesse do Brasil no sucesso olímpico para progredir na cooperação bilateral em segurança e troca de informações", esclarece o documento, intitulado "Olimpíadas do Rio – O Futuro é Hoje"[29] .

Dessa forma, fica clara a desesperada retórica que surgiu logo após as primeiras manifestações, vinda de setores ligados ao governo, de que as manifestações, os movimentos sociais e os coletivos que estiveram nas ruas em 2013 e 2014 se deixavam usar, faziam eco à direita e serviriam à CIA e à grande burguesia. A forma como tem sido preparado o terreno e a interferência direta do poder econômico e político internacional vem por outro lado. Vem na criação desse clima de pânico incitado junto à população, a fim de que se arme o aparato repressor, com apoio popular. Nesse sentido, estariam justificados os grandes investimentos na compra de armamento e a aprovação de leis, que nada mais fazem a não ser garantir a permanência deste estado de exceção, causando danos irreparáveis como o suprimento de liberdades já antes conquistadas, a retirada de direitos e a efetivação de um estado repressor por essência, dentro de uma maquiagem democrática e ordeira.

26 http://www.state.gov/j/inl/rls/rpt/pbg/fy2013/206696.htm#ILEA

27 Fonte: Agência Pública, 11 de Junho de 2014

28 http://apublica.org/2014/06/eua-treinaram-policiais-para-conter-manifestacoes-na-copa/

29 http://cablegatesearch.net/cable.php?id=09BRASILIA1439&q=brazil%20future%20the

O governo se arma para a Copa[30]

O interesse em estabelecer a "ordem" em determinados países não nasce com a Copa do Mundo, nem com os megaeventos, mas serve como pretexto para os governos armarem os exércitos e as polícias locais a fim de garantir a efetividade dos interesses do grande capital. Nesse contexto, o Estado é o grande articulador.

A criação da SESGE (Secretaria Especial de Segurança para Grandes Eventos) foi a principal medida do governo federal na área de segurança pública para a Copa do Mundo. O novo órgão é dividido em quatro diretorias: Operações, Inteligência, Logística e Projetos Especiais. O objetivo foi integrar as ações de segurança nas 12 cidades-sede, que inclui a atuação conjunta das polícias e forças de segurança privadas[31].

Em 2011, o então secretário responsável pela secretaria, Valdinho Jacinto Caetano, anunciou que até o Exército estaria à disposição, caso as forças de segurança não fossem capazes de garantir a tranquilidade durante os eventos[32]. Uma portaria do Ministério da Defesa, de 20 de Agosto de 2012, autorizou o emprego do Exército, Marinha e Aeronáutica no Mundial, nas áreas de segurança cibernética, terrorismo e "em outras atribuições constitucionais das Forças Armadas, em todas as cidades-sede durante os grandes eventos"[33].

A área de segurança pública para os megaeventos recebeu cerca de R$ 2,32 bilhões em investimentos federais: R$ 1,17 bilhão para as copas do Mundo e das Confederações, além de R$ 1,15 bilhão para os Jogos Olímpicos. Até maio de 2014 , quase R$ 50 milhões já haviam sido gastos com armamento "não-letal" para os dois eventos (ver tabela a seguir)[34].

30 Fonte: http://br.boell.org/pt-br/2014/05/26/copa-para-quem-e-para-que-um-olhar-sobre-os-legados-dos-mundiais-no-brasil-africa-do-sul

31 DECRETO Nº 7.538, DE 1º DE AGOSTO DE 2011. Ver mais em "Governo cria Secretaria de Grandes Eventos para Copa e Olimpíadas por Portal Brasil". Disponível em http://www.brasil.gov.br/esporte/2011/08/governo-cria-secretariade-grandes-eventos-para-copa-e-olimpiadas. Acesso em 30/01/14.

32 Forças Armadas ajudarão na segurança de megaeventos como Olimpíadas e Copa do Mundo. Disponível em http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/forcas-armadas-ajudarao-naseguranca-de-megaeventos-como-olimpiadas-copa-domundo-2471046.html. Acesso em 30/01/14.

33 Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 2.221, de 20 de Agosto de 2012.

34 Fonte: http://br.boell.org/pt-br/2014/05/26/copa-para-quem-e-para-que-um-olhar-sobre-os-legados-dos-mundiais-no-brasil-africa-do-sul Acesso em 16/10/2014. Detalhamento das despesas disponível em :http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/empenho?documento=200248000012012NE800082&pagina=3#paginacao . Acesso em 15/02/14.

2,2 mil kits	Com sprays de pimenta e de espuma de pimenta, granadas lacrimogêneas com chip de rastreabilidade, granadas de efeito moral para uso externo e indoors, granadas explosivas de luz e som
8,3 mil	Granadas de efeito moral
8,3 mil	Granadas de luz e som
8,3 mil	Granadas de gás lacrimogêneo fumígena tríplice
50 mil	Sprays de pimenta
449 kits	Com cartuchos de balas de borracha e cartuchos de impacto expansível
1,8 mil	Armas elétricas

Além de todo esse investimento, o governo federal ainda arcou com o custo de segurança particular dentro dos estádios. A FIFA exigiu que a segurança dentro dos estádios fosse feita por empresas privadas - pelos chamados "assistentes de ordem". A previsão era de 25 mil vigilantes convocados para trabalhar nas 12 arenas. Policiais estrangeiros também fizeram parte do efetivo. "As forças de segurança pública permanecem de sobreaviso e só intervêm quando há grave tumulto e se faça necessária a manutenção da ordem pública, ou quando necessário o emprego do poder de polícia, ou seja, só atuam dentro das instalações esportivas sob demanda", de acordo com o Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. A polícia militar deveria fazer a ronda no entorno dos estádios.

Os muros da FIFA e a tensão do Apartheid na Palestina *

O povo palestino foi atingido diretamente pela Copa do Mundo no Brasil, uma vez que há um fluxo importante de financiamento saídos dos cofres públicos para o complexo industrial-militar israelense, sustentando a política do genocídio e o apartheid contra os palestinos. Trecho da Carta do I Encontro dos/das Atingidos/as – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos

O povo palestino foi atingido diretamente pela Copa do Mundo no Brasil, uma vez que houve um fluxo importante de financiamentos saídos dos cofres públicos do país para o complexo industrial-militar israelense, sustentando suas políticas de assassinatos, massacres, despojos, limpeza étnica, repressão, ocupação e apartheid contra os palestinos.

Já faz tempo que Israel lucra com as Copas e as Olimpíadas organizadas ao redor do mundo. O Brasil, antes mesmo da Copa, foi o quarto país mais importante na importação de armas israelenses. Com o evento, as relações militares de "segurança" e inteligência se intensificaram significativamente, em função de contratos - sobretudo, com as israelenses Airspace Industries e Elbit Systems (construtora de armas e do muro do apartheid).

Em 2009, o presidente de Israel chegou com um grupo de empresários ao Brasil, afirmando a respeito dos grandes jogos que "em tudo que vocês quiserem, estaremos prontos para ajudar no que estiver ao nosso alcance". Desde aí começou uma série de reuniões entre Israel, seu complexo industrial-militar e autoridades brasileiras regionais, ministérios e a SESGE (Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos). Em consequência, muito dos R$ 1,9 bilhões gastos com "segurança pública" foram utilizados para:

• A importação do conceito israelense de "cidade segura" (baseado na experiência israelense de cerco à Gaza), por meio de seminários, para difundir a lógica do controle total, importação de metodologia e tecnologia;
• A Elbit: compra de cinco VANT pela FAB (Força Aérea Brasileira), produzidos pela subsidiária da empresa em Porto Alegre;
• A Israeli Airspace Industries: o primeiro dos 13 CICC (Centros Integrados de Comando e Controle) foi construído e parcialmente operado pela IAI. É provável que também os outros CICC sejam da IAI e dois VANT da IAI são da Polícia Federal;
• Incremento do treinamento policial por parte de militares e empresas de segurança israelenses;
• Um acordo de cooperação militar de "detalhes sobre credenciamento de pessoas, organizações e empresas para tratar de assuntos sigilosos, e sobre trânsito bilateral de documentos secretos".

Com isso, o Brasil importou um novo modelo sofisticado de militarização baseado em uma visão autoritária, punitiva e racista de segurança pública. Além de ser uma metodologia e tecnologia desenvolvidas a partir da opressão do povo palestino. Para Israel isso criou um fluxo vital de financiamento para o seu sistema de ocupação e apartheid.

** Trecho do "Que um grito de gol não abafe a nossa história", Carta do I Encontro dos/das Atingidos/as – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos*
http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=586:carta-do-i-encontro-dos/das-atingidos/as

O contexto das mobilizações

É cedo para explicar os complexos motivos que levaram ao primeiro movimento de massas da década. As chamadas Jornadas de Junho 2013, que ganharam as ruas brasileiras reivindicando a redução do preço da passagem dos transportes públicos têm origem na luta histórica dos movimentos sociais urbanos, que impunham a bandeira do direito à cidade. Assim, a Jornada de Junho não começou em 2013 e os megaeventos chegaram apenas para acirrar a disputa pelo espaço público.

O ano de 2013 foi extremamente importante para o país e para a sociedade brasileira em geral, tendo em vista o exercício de cidadania que foi efetivado quando a população resolveu ir às ruas para dizer quais eram as suas demandas de fato e o que estavam sentindo em relação à cidade e à forma de viver nela. Para nós, não foi nenhuma surpresa o fato de as mobilizações de 2013 terem estourado, com pauta principal, as questões que envolvem a cidade - já que há muito tempo viemos dizendo que a cidade está em disputa. Toda essa forma de apropriação do solo urbano e da piora da qualidade de vida das pessoas na cidade, a dificuldade da mobilidade, do acesso à cidade, de alguma forma fez eclodir todo esse processo das manifestações de Junho. O abuso no aumento do preço das passagens do transporte público nas cidades foi o estopim das mobilizações, que ganharam força nas cidades que receberam a Copa das Confederações e trouxeram definitivamente a pauta para a agenda nacional. Depois, somaram-se ainda outras pautas, outras demandas colocadas como as em relação à política pública e aos sistemas judiciário e político brasileiro. Percebeu-se que as demandas reais da população ainda continuam as mesmas, embora tenha se aumentado a renda de diversas famílias com acesso ao crédito e ao consumo.

O fato de Porto Alegre ter sido a precursora desse processo é muito importante de ser lembrado. A cidade foi, sem dúvida, uma referência para outros locais e organizações se colocarem no cenário nacional, já que os movimentos efervesciam na cidade. Em 1º de Abril de 2013, o valor da passagem do transporte público da Capital gaúcha foi reduzido, após diversas mobilizações populares, que questionaram e pressionaram os poderes públicos para isso. No entanto, não há dúvidas que a explosão disso tudo foi uma surpresa para todos. O discurso, muito claro, que levava a crer em uma época de descenso das lutas sociais, com dificuldades de se fazer o debate e a disputa da sociedade e que fazendo acreditar em um claro processo de conciliação, passa então por uma ruptura e começa a dar sinais de que estamos iniciando um outro processo, em que o cidadão está disputando, de forma mais efetiva, sua participação nas decisões do seu cotidiano e de questões que envolvem sua vida.

A luta em Porto Alegre contra a apropriação privada da cidade tem sido travada de forma efetiva por diversos setores da sociedade, que sempre estiveram em luta. Os ambientalistas e defensores da natureza e da Justiça ambiental travavam lutas contra os desmatamentos e a construção de grandes condomínios na Zona Rural da cidade. Grupos como a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural)[35] e o "Quantas Copas por uma Copa" [36]enunciaram o corte de árvores na cidade. Arquitetos e urbanistas, representados pelo IAB/RS (Instituto dos Arquitetos do Brasil), reivindicaram a realização de concursos públicos de arquitetura para obras urbanas e maior respeito com as decisões tomadas sobre a cidade. Os ciclistas do grupo "Massa Crítica"[37] estavam na disputa por ciclovias, apresentando uma efetiva alternativa ao sistema de transporte motorizado individual. Os movimentos de moradia como o MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia) prosseguiram na ocupação de prédios abandonados e que não cumprem sua função social. A Comunidade Autônoma Utopia e Luta[38] e a ONG Cidade avançaram na organização do trabalho coletivo como forma de renda e o compartilhamento da propriedade privada como forma de morar e trabalhar no sentido de contrapor as ordens do sistema. Os artistas de rua, organizados, conseguiram que a Câmara Municipal aprovasse a Lei Nº 11.586[39] que lhes garantisse o direito a manifestações culturais em espaço público aberto. Garantida a aprovação da lei, continuaram na luta junto ao Defesa Pública da

35 Ver mais informaçoes em , http://agapan.blogspot.com.br/

36 As mobilizações convocadas pelo movimento "Quantas Copas por uma Copa" iniciaram no dia 6 de fevereiro de 2013, quando, ao constatar o início do corte das árvores do entorno da Usina do Gasômetro por ordem da Prefeitura, alguns jovens subiram nas plantas e permaneceram em vigília para evitar o prosseguimento da derrubada. 115 das 129 árvores que seriam derrubadas para a ampliação das avenidas João Goulart e Edivaldo Pereira Paiva foram poupadas neste dia. O movimento iniciado culminou no Ocupa Árvores, um acampamento ao lado da Câmara Municipal de Porto Alegre, que permaneceu em vigília por mais de um mês contra o corte de árvores para realização de obras viárias na cidade, ancorando-se em liminar obtida pelo Ministério Público para interromper as obras contestadas quanto às licenças ambientais. O grupo só foi retirado do local por força policial na madrugada do dia 29 de maio de 2013, quando 200 policiais recolheram as barracas e prenderam 27 ativistas por desobediência e desacato, desarmando o acampamento.

37 O movimento de cicloativistas Massa Crítica promove pedaladas coletivas para chamar atenção da bicicleta como um contraponto aos meios estabelecidos de transporte urbano: "A Massa Crítica é uma celebração para quebrar a monotonia, mecanicidade e agressividade do trânsito urbano, levando alegria e outros elementos mais humanos – braços, pernas e rostos – ao asfalto. [...] Juntos por um trânsito mais humano, por cidades mais bonitas e alegres, por um mundo mais respirável: somos todos parte da Massa Crítica". Mais informações em: http://massacriticapoa.wordpress.com/.

38 Localizada no centro de Porto Alegre, a Comunidade Autônoma Utopia e Luta é um assentamento urbano. A iniciativa de ocupação do prédio ocioso do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), durante o Fórum Social Mundial de 2005, e a luta pela regularização fundiária permitiram que o edifício recebesse moradias populares. 42 famílias convivem no espaço do edifício de nove andares, sendo que sete são destinados para a residência. Os outros andares oferecem lavanderia comunitária, espaço para atividades políticas e culturais, além de uma horta hidropônica comunitária no terraço do edifício – a única do país. A Cooperativa Solidária Utopia e Luta (Coopsul), que administra o imóvel, também organiza oficinas de serigrafia, padaria, corte e costura. De forma autogestionária, alguns moradores se revezam em tarefas na tentativa de criar um espaço coletivo e promover discussões de temas que abarcam toda a cidade, como a socialização dos recursos e espaços, o direito à mobilidade e à moradia, a luta contra a especulação imobiliária, as remoções, etc. Mais informações em: http://utopia-e-luta.blogspot.com.br

39 Texto disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000033952.DOCN.&l-=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p-=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT)

Alegria[40], movimento que se coloca contrário à privatização dos espaços públicos e às restrições quanto a seu uso.

Os trabalhadores da saúde, Correios, professores e rodoviários realizaram greves das categorias por melhores salários e condições de trabalho e por avanços em direitos. Ainda os estudantes, partidos políticos, grupos anarquistas, coletivos e organizações se uniram, em Porto Alegre, enquanto campo político da esquerda, para lutar no Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público[41], encarando o transporte gratuito e de qualidade como um direito humano. Aliado a isso, o Comitê Popular da Copa[42], que acumula um longo trabalho enraizado nas comunidades atingidas e fez o monitoramento da preparação da Capital gaúcha para o megaevento também apareceu para costurar essas demandas todas, contribuir com o discurso e com as informações e unir a luta das comunidades atingidas pelo Mundial aos demais movimentos, organizações e coletivos da cidade.

As forças sociais sempre estiveram presentes. Não há dúvidas que o contexto da Copa do Mundo de fato acirrou a correlação de forças e, na mesma proporção em que os estados e o aparato repressor se movimentaram, também as forças sociais passaram a entrar em ebulição. Porto Alegre é uma cidade que tem a tradição da organização social, cidade politizada com a cultura da participação. A diferença de hoje é que temos um Estado que se ajoelhou à FIFA e já não tem mais jogo de cintura para lidar com as questões dos cidadãos. Acostumou-se com as reuniões de gabinetes e eventos sociais e se esqueceu de que a tarefa do Estado seria organizar a sociedade, as cidades, prover políticas publicas includentes e dar acesso a todas às oportunidades.

O que os Comitês Populares e a ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa) fizeram para a Copa das Confederações foi planejar e propor manifestações, no sentido de chamar a atenção para as violações de direitos humanos e tudo o que aconteceu no país em torno das preparações das cidades para o evento principal, a Copa do Mundo FIFA 2014. Um dos principais desafios colocados enquanto planejamento para as Jornadas Copa pra Quem?, que vieram a se somar com os movimentos de Passe Livre (que iniciaram e ajudaram a ascender os processos das manifestações), era de testar os territórios FIFA nas cidades sedes da Copa dos Confederações, saber até que ponto a repressão e o Estado iam garantir esse espaço e qual realmente era o potencial de interferência da iniciativa privada sobre o território brasileiro. Não somente nas cidades onde teve a Copa das Confederações, mas também em Porto Alegre, o que se pode ver foi uma brutal violência do aparato policial, uma repressão muitas vezes sem limites e que é muito cara e custosa para a população brasileira.

O que vimos até agora por parte do Estado e dos governos foi uma "forma de diálogo" feita pela polícia e com violência. A repressão aos militantes que se colocaram contra a forma de desenvolvimento que tem sido dada

40 Na definição do movimento, o Defesa Pública da Alegria é "uma manifestação artística, popular, apartidária e pacífica, em defesa da humanização da cidade" formada por "artistas, coletivos, trabalhadores, população de rua, ou seja, cidadãos". Inaugurou sua atuação ao convocar um ato de repúdio à privatização do Largo Glênio Peres que levou cerca de 1.500 pessoas à frente da Prefeitura, no dia 4 de outubro de 2012. Na ocasião os manifestantes foram agredidos pela tropa de choque ao tentarem uma aproximação ao boneco inflável da Coca Cola, mascote da Copa do Mundo, localizado no centro do Largo. Em consequência da ação truculenta da polícia militar e da guarda municipal contra os manifestantes, o boneco foi derrubado. O movimento buscava "a defesa das manifestações públicas, sociais e artísticas, feiras populares no Largo Glênio Peres"; e repudiava "as políticas de remoção das famílias e comunidades atingidas pela Copa do Mundo FIFA e a especulação imobiliária, as privatização do espaço público, o fechamento seletivo de bares e locais de encontros e ao aumento das passagens de ônibus". O relatório da Ouvidoria da Secretaria Estadual de Segurança Pública apontou que naquela noite a violência foi iniciada pela Brigada Militar e pela Guarda Municipal, que deixaram várias pessoas feridas. Após a batalha campal, que anteciparia os confrontos que seriam vistos nas manifestações de junho de 2013, outras duas manifestações foram realizadas em outubro de 2012 para questionar a violência policial.

41 "Movimento composto por diversos indivíduos, organizações e coletivos de Porto Alegre, unidos na luta por um transporte coletivo público e popular de qualidade". Para uma análise da formação e da atuação deste movimento ver Muhale (2014). MUHALE, Miguel Joaquim Justino. Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. (Dissertação de mestrado) PPGAS-UFRGS, 2014.

42 Os Comitês Populares da Copa são resultado de mobilizações nas cidades-sede da Copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br O Comitê Popular da Copa-Porto Alegre (CPC) surgiu no final de 2010, como uma "rede para busca soluções coletivas aos impactos sociais, sobretudo relacionadas ao direito à moradia de milhares de famílias vulneráveis às intervenções governamentais para o sucesso da Copa 2014" (Araújo, 2014, p. 152-3), articulando movimentos e organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Levante Popular da Juventude (LPJ), a ONG Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil), o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, a ONG Cidade, lideranças comunitárias e moradores atingidos pelas obras de infraestrutura para a Copa do Mundo. Paralelamente, o Comitê Popular da Copa-Cristal articulou apoiadores e moradores atingidos pela duplicação da Avenida Tronco para a resistência e a contestação à forma como a remoção vinha acontecendo.

ao país foi covarde. Os governos e o Estado tiveram muito pouco tato para lidar com o que estava acontecendo e poderia ter sido feito de forma mais inteligente, já que a cada repressão, a cada bomba, a cada violência sofrida em 2013 a mobilização aumentava. As manifestações trouxeram à tona a face mais repressiva dos governos. Foram computadas pelo menos sete mortes durante os protestos e mais de 1.700 detenções.[43]

Após Junho, a fim de coibir as manifestações durante a Copa, o governo federal endureceu as leis. Em Setembro de 2013, foi sancionada a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013). A lei autoriza o Estado a interceptar ligações telefônicas, ter acesso sem autorização judicial a dados de empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito, além de prever que policiais possam se infiltrar em atividades de investigação. Em Outubro, em São Paulo, um casal foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN - Lei nº 7.170/1983) após ser acusado de danificar um carro da polícia civil.[44] A LSN é um código de exceção aprovado no contexto da Ditadura Militar de 1964. Esta lei prevê os crimes contra a integridade territorial e a soberania nacional; o regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito; e a pessoa dos chefes dos Poderes da União. A última vez que essa lei foi evocada aconteceu contra o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), por iniciativa do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

43 Números de detenções é a partir de levantamento feito por organizações de Direitos Humanos e movimentos sociais para construir pedido de audiência na OEA. Ver mais em: SP e Rio endurecem e vândalos serão tratados como organização criminosa. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,sp-e-rio-endurecem-e-vandalosserao-tratados-como-organizacao-criminosa,1083518,0.htm. Acesso em 16/02/14.

44 Casal preso em protesto em SP é enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Disponível em http://oglobo.globo. com/pais/casal-preso-em-protesto-em-sp-enquadrado-nalei- de-seguranca-nacional-10290793. Acesso em 16/02/14.

Copa das Confederações: #ACopadasManifestações

Vaias, protestos, prisões e a vitória da seleção brasileira marcaram a abertura da Copa das Confederações no dia 15 de Junho de 2013. A presidente da República, Dilma Rousseff, e o presidente da FIFA, Joseph Blatter, foram vaiados durante a cerimônia oficial, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília. Mas a insatisfação foi além dos muros do estádio. Um protesto contra o uso de dinheiro público na realização dos jogos levou milhares de pessoas às ruas. A polícia atirou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra os manifestantes; 29 pessoas foram detidas.

Os protestos seguiram, com a intensificação da violência usada pelo aparato policial contra os manifestantes. Durante os protestos realizados simultaneamente aos jogos da Copa das Confederações em Belo Horizonte (Minas Gerais), nos dias 22 e 26 de Junho, foram relatados uso abusivo da força pela Polícia Militar. Dois rapazes morreram, em dias de jogos, após caírem de um viaduto quando tentavam fugir da ofensiva policial durante as manifestações: Douglas Henrique de Oliveira Souza, de 21 anos, e Luiz Felipe Aniceto de Almeida, de 22 anos. Em Brasília,

após protesto realizado no dia 14 de Junho de 2013, duas coordenadoras do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e um motorista de caminhão, que havia transportado pneus para a manifestação, foram presos em suas casas, em suposto flagrante, horas após o protesto. Na tentativa de deslegitimar as mobilizações, o diretor da Polícia Civil do Distrito Federal afirmou, em coletiva de imprensa, que haveria evidências de que o protesto teria sido pago.[45] Nos dias 19 e 23 de Junho, em Fortaleza (Ceará), a polícia atacou os manifestantes com balas de borracha e gás lacrimogêneo, enquanto eles estavam de joelhos em espaço que havia sido fechado a pedido da FIFA.

Os protestos não se resumiram às cidades sede. Em todo o país havia manifestações contra o uso do dinheiro público na Copa do Mundo, e em repúdio às violações a direitos humanos causadas pelas obras de infraestrutura para receber esse megaevento. Na partida final, no dia 15 de Junho, segundo balanço divulgado pela SESGE, 864 mil pessoas foram às ruas protestar. No Rio de Janeiro, onde aconteceu o jogo da decisão, mais de 300 mil pessoas tomaram o entorno do Estádio Maracanã gritando: "Não vai ter Copa!". A Copa das Confederações terminou com vaias, protestos, prisões e a vitória da seleção brasileira, assim, como começou.

Após Junho de 2013, a fim de coibir as manifestações durante a Copa do Mundo, o governo federal endureceu as leis. Alguns projetos vinculados à Copa foram sendo analisados no Senado. Em Setembro de 2013, foi sancionada a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013), da qual já falamos no texto anterior. Já o PL 728/2014 determinou a proibição de greves durante o período dos jogos, sendo apelidado de o "AI-5 da Copa". AI-5 é como se popularizou o Ato Institucional número 5 da Ditadura Militar brasileira (1964-1985); tal peça jurídica deu poderes especiais à ditadura e a suas policias e Exército, servindo como fundamento legal para a captura, a tortura e o assassinato de incontáveis cidadãos brasileiros. O AI-5 da Copa, por sua vez, é um projeto de lei que classifica protestos - que poderiam acontecer durante a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas 2016 - como ameaças à segurança nacional[46]. Além de proibir as greves durante os eventos, o PL define o crime de terrorismo e prevê pena de reclusão de até 30 anos. Esta iniciativa pode ser considerada como "o estabelecimento, através de um estado de exceção, de uma guerra civil que permite não só a eliminação física de adversários políticos, mas também de cidadãos que, por qualquer razão, possam não se encaixar no sistema político"[47]. Diversos setores da sociedade se mobilizaram em relação à tramitação do projeto. Neste momento, não só os novos atores sociais que eclodiram em 2013 e que definiram a Copa do Mundo como o tempo de lutar contra o modelo de desenvolvimento imposto ao país, mas também os tradicionais movimentos sociais organizados e diversos setores sindicais fizeram forte pressão para que o projeto não fosse aprovado. Este foi, então, rejeitado no Senado em 20 de fevereiro de 2014[48].

45 Governo do Distrito Federal diz que protesto em estádio foi pago. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1295541-governo-dodistrito-federal-diz-que-protesto-em-estadio-foi-pago.shtml.Acesso em 16/02/14.

46 http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103652, http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=100856&, http://www.copa2014.rs.gov.br/conteudo/2316/seguranca-para-a-copa

47 Agamben, G. Estado de exceção [State of Exception]. São Paulo: Boitempo, 2004.

48 Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=145753&tp=1

Protestos em Porto Alegre

O evento que transformou os protestos de Porto Alegre em uma inspiração nacional foi contra o aumento da passagem de ônibus - principalmente, a conquista da revogação do reajuste da tarifa. Sem desconsiderar a projeção e a importância dessa vitória, voltemos um pouco no tempo. Talvez mais emblemático para entender o momento pré-Copa seja a manifestação de 4 de Outubro de 2012, quando centenas de jovens, em "Defesa Pública da Alegria", reuniram-se na frente da prefeitura municipal para protestar contra o cerceamento dos espaços públicos e a privatização de alguns pontos históricos da cidade, como o Largo Glênio Peres e o Auditório Araújo Vianna, pela multinacional de bebidas Coca-Cola.

A resposta do Poder Público foi violentíssima. Mais de trinta pessoas foram enviadas para o HPS (Hospital Pronto Socorro), vítimas da violência policial. Frente a todos os abusos cometidos pela Brigada Militar naquele incidente, só o que fica é a impunidade. Os comandos sempre negam, admitindo após muitos constrangimentos, "eventuais excessos" – que nunca investigados.

Ao longo de 2013 as repressões aos protestos foram sistemáticas, principalmente quando se aproximavam do prédio do jornal Zero Hora, pertencente ao Grupo Midiático RBS. A forma de atuar da Brigada Militar (polícia militar gaúcha) nesses eventos tem um padrão recorrente e seu resultado é o impedimento do direito à livre manifestação política.

Segundo o coronel Fábio Fernandes[49], a tropa reage de forma "proporcional à ameaça", com "o uso progressivo da força de uma intervenção moderada" (25.06.13) para "conter condutas individuais de dano ao patrimônio e ameaça aos manifestantes pacíficos com o uso de armas generalizantes" – bombas de gás lacrimogênio, gás de pimenta e bala de borracha. A justificativa é a defesa do "direito de ter opinião e a convivência entre posições antagônicas". No caso, a opinião dos empresários envolvidos no megaevento e seus "simpatizantes".

No episódio em que jovens resistiam acampados protegendo as árvores do entorno da Usina do Gasômetro impedindo seu corte, a Brigada Militar prendeu 17 ativistas acampados, na madrugada de 29 de Maio de 2013, de forma truculenta, conduzindo os manifestantes algemados até a delegacia. A justificativa dada foi "a proteção dos próprios manifestantes". A súmula de Dantas, que regulou o uso das algemas, só vale para banqueiros.

49 Comandante da Brigada Militar do RS. Fonte: Novas formas de fazer política e velhas maneiras de terrorismo de Estado - Brasil de Fato 13/08/2013- por Carlos Eduardo Martins Torcato e Rodrigo Lentz.

Procedimentos de coação

Apresentamos aqui um pequeno relato que sintetiza os procedimentos de coação utilizados pela polícia ao longo de 2013, na repressão aos protestos.[50] A ação da polícia pode ser assim resumida: uma vez lançada a primeira bomba de gás lacrimogênio, a manifestação é declarada encerrada. Aqueles que não retornarem às suas casas estão com suas garantias individuais suspensas ou, no mínimo, ameaçadas. Com isso, entra em cena um conjunto mais ou menos recorrente de violações perpetradas pelas forças policiais:

• Prisões ilegais, que consistem na detenção mediante violência, sem identificação, sem acusação e sem existência de flagrante.

• Enxertos e falsas acusações cumprem o papel de demonstrar o nexo entre a pessoa presa e o crime que se quer acusá-la. Muitos, posteriormente acusados de dano ao patrimônio, tiveram suas mochilas suprimidas. Depois, no Batalhão, as mochilas aparecem com pedras e paus.

• As torturas psicológicas visam criar pavor, pânico e forte subordinação através do uso da violência em alto grau de persuasão. Aplicada em local reservado sempre que possível, sem testemunhas aparentes, requer o uso de denominações pejorativas segundo os valores da instituição (vadia, vagabunda, puta, maconheiro, baderneiro, comunista, veado de merda, vândalo, vagabundo, marginal, delinquente, filho da puta). Ela é praticada em alto tom de voz ou baixo, a depender do local. Mas, sempre, de forma firme e incisiva.

• A tortura física, por exemplo, pode ocorrer na viatura, quando o manifestante já está algemado, preso e sendo transportado. Socos, cacetadas, gás de pimenta, choques, chutes. Mas também em certos casos ela se dá no momento imediato à detenção, como parte da imobilização.

• As ameaças, por sua vez, ocorrem principalmente quando as duas anteriores estão interditadas devido o ambiente. Por exemplo, no dia 17 de Junho em Porto Alegre, uma adolescente algemada foi ameaçada de estupro por um soldado do Batalhão de Operações Especiais, dentro do 9º Batalhão comandado pelo Major Córdova.

• A incomunicabilidade é deixar o preso imobilizado por algum tempo sem comunicação externa. Enquanto se está no Batalhão é proibido fazer ligações para advogados/as ou familiares. Somente após os procedimentos acusatórios finalizados se permite a comunicação. Caso apareçam defensores, essa técnica é relaxada.

• Espionagem, perseguição e sabotagem - Realizada pelo serviço de inteligência, os chamados "P2". É preciso colocar policiais à paisana disfarçados de manifestantes, em assembleias e protestos. Especialmente para obter informações de itinerários, conhecer as estratégias e identificar as lideranças. Além disso, eles exercem um papel fundamental para a justificativa do início da dispersão.

• Incitar e até iniciar agressões leves contra a tropa e o patrimônio. Nas manifestações do dia 24 de Junho de 2013, essa técnica foi usada bem em frente ao pelotão de choque, na Capital gaúcha. A loja de calçados Paquetá, localizada na Esquina Democrática, bem no centro da cidade, começou a ser arrombada a poucos metros da tropa por "mascarados". Isso "autorizou" o início de lançamentos de bombas de gás pelos helicópteros, na frente e no meio da manifestação.

• Faz parte também o monitoramento sem garantias legais, especialmente pelas redes sociais. No dia 21 de Junho, o Alto Comando do Exército se reuniu com os comandantes das oito regiões militares do país. Sob o comando do General Enzo Martins Peri, frisaram que a inexistência de lideranças declaradas e organização clara dificulta a técnica de infiltração. Por isso foi ajustado o foco nas redes sociais, 24h por dia.

• Mais uma técnica de sabotagem consiste em "estourar aparelhos", sem mandado judicial, de sedes dos movimentos políticos dos protestos. Foi o caso da invasão de uma biblioteca anarquista da FAG (Federação Anarquista Gaúcha) em Porto Alegre pela Polícia Civil. Foram roubados computadores, livros, documentos e outros pertences. O grupo de teatro "Levanta Favela" foi intimidado e teve seus instrumentos de cena depredados por policiais.

• Também é usada a técnica da intimidação por meio de inquéritos e acusa-

50 Novas formas de fazer política e velhas maneiras de terrorismo de Estado - Brasil de Fato 13/08/2013- por Carlos Eduardo Martins Torcato e Rodrigo Lentz.

ções de delitos. Após os protestos em frente à prefeitura de Porto Alegre, que resultaram em manchas de tintas na camisa do secretário Cézar Busatto, a 17º Delegacia da Polícia Civil da Capital passou a intimar dezenas de manifestantes para prestar depoimentos. Na defesa jurídica deles, presenciamos que buscam a identificação das lideranças e das organizações políticas. O pretexto é a individualização de danos ao patrimônio.

• Por fim, a tolerância com grupos adversários dos manifestantes. Normalmente estão ligados aos grupos nazistas e integralistas da cidade, que perseguem e violentam homossexuais, negros, anarquistas e comunistas. Apesar das diversas denúncias, há anos, nenhuma dessas pessoas sequer responde a processos.

Aliança com as empresas de comunicação

Essa técnica se confunde com a própria estratégia da repressão. Consiste na espetacularização dos protestos e da repressão, levada adiante pelos grandes grupos de comunicação, os quais dominam os principais veículos de mídia e são capazes de alcançar as classes média, alta e uma parcela da baixa.[51] No Rio Grande do Sul, isso é possível com as redes Band (rádio e TV), TV Record/ Rádio Guaíba/ Jornal Correio do Povo (veículos do mesmo grupo, de propriedade da Igreja Universal), SBT (possui somente TV) e, especialmente, com o Grupo RBS (possui diversas emissoras de rádio AM e FM, uma emissora de TV com várias redações no interior do estado e três jornais de circulação estadual, sendo o maior deles o Jornal Zero Hora). Três, ao menos, são as funções exercidas pela mídia comercial:

• Representar os manifestantes como criminosos. Quando ocupam as ruas, "eles agridem o direito de ir e vir de todos". Grande parte da "notícia", por parte da mídia, deve se ocupar com o trânsito. Se os manifestantes mostram seus anseios com escritos em paredes de prédios e muros, são classificados como pichadores. Caso resolvam radicalizar os protestos em resposta às violências sociais e policiais, são vândalos e depredadores, logo devem ser tratados como qualquer criminoso.

• Isolar os manifestantes da população e legitimar a repressão ao movimento. A aplicação das técnicas ordinárias de repressão é tratada como "confronto entre polícia e manifestantes". Havendo violações, são mitigadas como "supostos excessos". Essa variável somente é quebrada quando os jornalistas são alvo da violência policial.

• Exclusividade de fonte e contrainformação: com a participação ou não do poder civil, criam uma falsa notícia para dificultar a resistência dos movimentos políticos frente à repressão policial. No episódio do corte das árvores no Parque do Gasômetro, em 29 de Maio de 2013, a prefeitura de Porto Alegre vazou o deferimento de ação de reintegração de posse do local, ocupado por dezenas de manifestantes contrários à derrubada das plantas. Tal decisão deveria ser cumprida pela Brigada Militar em 48 horas. Minutos depois, a RBS publica em seu site na internet um texto intitulado "Prefeitura desiste da ação de reintegração de posse de praça ocupada por manifestantes". Na matéria, o procurador do município assegura que não pretende propor nenhuma medida judicial entre a noite de terça-feira (28 de Maio) e a manhã de quarta-feira (29 de Maio). Às 04h15min, madrugada da mesma quarta-feira, o BOE (Batalhão de Operações Especiais) e o GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais) atacaram os manifestantes, que estavam dormindo, sem possibilidade de resistência e registro da operação. Às 05h15min, ainda na escuridão da madrugada, a prefeitura iniciou o corte das árvores. Toda a operação foi registrada com exclusividade pelos jornalistas da RBS.

51 Novas formas de fazer política e velhas maneiras de terrorismo de Estado - Brasil de Fato 13/08/2013- por Carlos Eduardo Martins Torcato e Rodrigo Lentz.

Criminalização de militantes sociais

Porto Alegre registrou grande número de detenções no mês de Junho de 2013. Durante as manifestações dos dias 13, 17, 20, 24 e 27 daquele mês, cerca de 208 pessoas foram detidas, entre adultos e adolescentes. Conforme depoimentos prestados à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, diversos adolescentes relataram situações de violência policial e detenções arbitrárias. De acordo com denúncias, durante as manifestações, os policiais não utilizavam qualquer tipo de identificação[52].

> *"Desde o acirramento dos protestos em Junho, inúmeros manifestantes foram detidos nas delegacias sem que houvesse qualquer indício de crime. Assim, a Polícia Militar fez uso massivo da extinta figura de "prisão para averiguação", vedada pelo Código Penal Brasileiro atual. Muitas pessoas foram alvo dessa ilegalidade por portar, por exemplo, bandeira, megafone, tinta guache, máscara, rolinho de tinta, vinagre – usado para amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo -, mas a maioria foi detida para averiguação simplesmente por aparentar ser manifestante. (RESUMO EXECUTIVO Audiência Temática: Situação de Direitos Humanos e Protestos no Brasil Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 28 de março de 2014, 11:30 1889 F St. NW (Salão Ruben Darío), Washington DC, 20006)"*

Ainda em 2013, houve a abertura de inquéritos policiais – com sua consecutiva aceitação pelo Ministério Público e acolhimento pelo Judiciário – contra ativistas que estiveram na linha de frente dos protestos de 2013. Em Porto Alegre, seis integrantes do Bloco de Lutas pelo Transporte Público estão sendo acusados de formação de milícia, em um inquérito que já está em andamento no Judiciário. Além disso, há outros inquéritos em curso que atingem parte dos mesmos militantes e outros ativistas.

Os seis militantes do Bloco de Lutas que respondem a processo na Justiça (Matheus Gomes, Gilian Cidade, Rodrigo Brizolla, Alfeu Neto, Lucas Maróstica e Vicente Mertz) têm recebido diversas moções de apoio, como a do ex-preso político Luiz Carlos Prates (Mancha/Conlutas), que comparou o cenário de criminalização atual com as perseguições implementadas durante a Ditadura Militar. É importante ressaltar que tal ação tem um efetivo caráter político que, segundo uma das advogadas, está baseada em "fotografias em que os ativistas estão com megafones nos protestos"[53].

Em nota, o Bloco de Lutas denunciou essas formas diretas e indiretas de perseguição aos militantes e seus efeitos políticos:

> *"Com frequência, militantes vem tendo as suas casas arbitrariamente invadidas pela polícia. Não são raras as denúncias de militantes perseguidos, fotografados e coagidos após atos, assembleias e reuniões do Bloco. Além disso, dezenas de lutadores sociais vêm respondendo judicialmente por crimes que não cometeram, embora nem a polícia e nem o Ministério Público tenham conseguido estabelecer um mínimo nexo de causalidade entre fatos criminosos e as condutas dos denunciados. (...)Tais atitudes têm um propósito mais amplo do que o ataque pontual a alguns indivíduos: visam minar a mobilização coletiva e o trabalho de base do Bloco de Luta; barrar a sua construção coletiva junto à população; afastar o povo da rua, criando uma antipatia pública em relação ao Bloco e suas pautas – associando-as ao crime – com a tentativa de desarticular a organização e a resistência de coletivos e ativistas contra os aumentos segregatórios no transporte público e contra a Copa das remoções, das tropas, da desigualdade, e contra o Estado de exceção FIFA."*

O inquérito número 001213004 50132, que reúne mais de seiscentas páginas, teve início na madrugada de 27 para 28 de Junho de 2013, após a prisão em flagrante de Guilherme

52 As informações dessa síntese sobre a violência nas manifestações foram retiradas do documento: Protestos e repressão estatal no Brasil: Resumo Executivo, enviado pela ONG Justiça Global para a OEA.

53 Em Porto Alegre, ato nacional denuncia a criminalização dos movimentos sociais. http://www.sul21.com.br/jornal/em-porto-alegre-ato-nacional-denuncia-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais/

da Silveira Souza em um protesto na Praça da Matriz, em Porto Alegre. Naquele dia, os ativistas se reuniram com o governador Tarso Genro (PT), em nome do Bloco de Lutas. O ato que se seguiu estava planejado como um protesto tranquilo, com carro de som e shows – algo diferente das manifestações anteriores, baseadas em caminhadas iniciadas na frente da Prefeitura. Mas o clima era tenso, e, com gritos de "protesto não é festa", grupos reunidos na praça pediam outro tipo de ato. Pedras e garrafas começaram a voar contra o policiamento, que fazia a guarda do Palácio da Justiça. Bombas de gás fizeram o caminho contrário. O confronto se espalhou pelo Centro e pela Cidade Baixa, onde o policiamento já era ostensivo horas antes do protesto.

Foi nessa sequência de ações que se deu a prisão em flagrante de Guilherme, que segundo relato de policiais estaria saqueando uma loja. A investigação se desenrola a partir da prisão dele e dos depoimentos de duas testemunhas-chave: o policial Elso da Silva Teixeira e o jornalista, funcionário da Rádio Gaúcha (Grupo RBS), Voltaire Santos. Todos os outros seis indiciados negam conhecer Guilherme da Silveira Souza. O responsável pela prisão do rapaz foi o policial civil Mário André Herbst Garcia. Vicente Merz, que foi acusado de estar junto com Guilherme, negou conhecê-lo e ainda acrescenta que "a figura desse Guilherme faz parte dessa trama que eles armaram e este caso se caracteriza como uma montagem policial clássica. Naquele momento eu e os outros membros mais ativos do Bloco, estávamos concentrados na parte de cima da Praça da Matriz, junto ao caminhão de som, em frente ao Palácio Piratini. Desconheço qualquer pedra jogada no Palácio da Justiça, inclusive fiquei sabendo disso no inquérito"[54].

No dia 1º de Outubro de 2013, diversos militantes tiveram suas casas arrombadas pela polícia. O início da operação de buscas foi no centro cultural anarquista Moinho Negro, atingindo as casas de Lucas Maróstica (militante do partido PSOL) e Matheus Gomes (militante do partido PSTU) e o prédio ocupado Utopia e Luta, onde moram Rodrigo Brizola e Alfeu Silveira. Em Junho, a sede da FAG (Federação Anarquista Gaúcha) já havia sido revistada, com apreensão de materiais de propaganda da organização.

A justificativa para as buscas deixa clara a visão dos condutores do inquérito a respeito dos ativistas. De acordo com o texto, as buscas foram feitas "em localidades apontadas como prováveis locais de presença de criminosos, componentes de quadrilhas que promoveram depredações e saques nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro". A principal conclusão do relatório das buscas é a relação entre símbolos encontrados nas casas e vistos anteriormente nos atos. Um exemplo é o "A", símbolo do anarquismo. Os movimentos são sempre tratados como "bando" ou "quadrilha". Rodrigo Brizola afirma que o processo tem "forte caráter político" e "aberrações jurídicas de criminalização ideológica".

Infiltrado em uma das assembleias do Bloco de Lutas pelo Transporte Público, o repórter da Rádio Gaúcha, Voltaire Santos, também contribui com seu depoimento. Alegando o objetivo de fazer "uma reportagem investigativa", Voltaire entrou sem se identificar como jornalista na sede do SINDPPD/RS (Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no RS). Gilian, o principal citado por Voltaire, lamenta o depoimento do jornalista: "São acusações absurdas. Se as únicas provas que ele tem do que disse são as suas lembranças, diria que elas são bem seletivas, e que não querem que as mobilizações continuem". Outro depoimento que chama a atenção é o do policial militar Luiz Rogerio da Silva, que desde 2010 atua

54 http://jornalismob.com/2014/06/09/o-bloco-e-a-margem-tudo-sobre-o-inquerito-que-olha-junho-e-diz-milicia/

em manifestações. Ele afirmou que "já presenciou diversas vezes o indivíduo conhecido como Lucas Maróstica nas manifestações e depredações, tanto de máscara quanto sem máscara". Também disse que o Bloco de Lutas e o Utopia e Luta são "o mesmo grupo". Informações desencontradas e atrapalhadas, que avivam as dificuldades de compreensão sobre a dinâmica do movimento e seus atores.

A linha de investigação é baseada fundamentalmente na existência de "vínculos" entre os investigados. O inquérito destaca que eles admitem conhecerem-se entre si, com exceção de Guilherme. O relatório, então, conclui: "O estabelecimento dos vínculos entre os investigados, de pronto, acaba por emprestar absoluta veracidade aos reconhecimentos efetuados". Segundo o relatório, "as testemunhas reconheceram os investigados como autores dos crimes do dia 27 de Julho de 2013, após análise de um evento que envolveu cerca de 4000 (quatro mil) pessoas".

Fica clara também a importância do depoimento do jornalista Voltaire Santos, constituindo o elo final para construir a acusação de que os indiciados arquitetaram crimes: "Finalizo enfatizando que, tão importante como a verificação dos atos diretos de depredação, confrontos e saques por parte dos integrantes do Bloco de Lutas, foi a constatação cabal da idealização dos atos por parte dos investigados. Conforme foi percebido, o grupo se reuniu anteriormente aos ataques para discutir as 'táticas' que seriam utilizadas".

Foi pedida a prisão preventiva de todos os indiciados, pelos seguintes crimes: constituição de milícia privada; dano qualificado; emprego de artefato explosivo ou incendiário; lesão corporal; e furto qualificado. O juiz responsável acolheu parcialmente o inquérito, sendo este transformado em processo. Foram retiradas do processo algumas acusações de depredações e saques, já que as testemunhas e proprietários não apareceram para prestar depoimento. Na primeira semana de Junho os indiciados foram informados do transcorrer do processo e intimados a apresentarem seus advogados para que a ação pudesse ter prosseguimento.

Esse não é o único processo contra ativistas ligados às chamadas "Jornadas de Junho". Existem outros em Porto Alegre e em todo o país; centenas de militantes dos mais diversos matizes ideológicos contestatórios estão sendo investigados e processados. Pouco antes do início da Copa do Mundo FIFA 2014, outros cinco membros do Bloco de Lutas foram novamente indiciados no inquérito sobre a confusão ocorrida na audiência pública sobre a licitação do transporte público, ocorrida no dia 10 de Março deste ano no Ginásio Tesourinha.

Das cinco pessoas, quatro foram indiciadas por dano qualificado; o quinto envolvido foi indiciado por explosão. Além deles, segundo a imprensa local, ainda há mais dois envolvidos que foram identificados e serão incluídos no inquérito posteriormente, mas investigações ainda estão em andamento. Depois de chegar à Justiça, o inquérito deverá ser remetido ao MP (Ministério Público) para análise. O MP poderá denunciar os indiciados, pedir mais investigações ou arquivar o inquérito. Já a audiência pública teve pouquíssima participação popular, justamente quando era necessária a ampla participação de todos devido a importância do debate para a cidade. O próprio TCE (Tribunal de Contas do Estado) entendeu que o processo de licitação do transporte público tinha problemas e acabou por suspendê-lo.

Na Copa do Mundo FIFA, houve protesto apesar da forte repressão

No dia 12 de Junho de 2014, dia da abertura da Copa do Mundo FIFA 2014, novamente a presidenta Dilma Rousseff foi vaiada e ofendida. O Brasil, em campo, saiu vitorioso sobre a Croácia. O primeiro gol da seleção brasileira na Copa foi contra, representando todos os gols contra que o processo de realização da Copa do Mundo FIFA 2014 trouxe para os brasileiros. Neste dia, novamente as ruas de Porto Alegre foram tomadas de manifestantes.

A repressão durante a Copa se intensificou ainda mais se comparada às manifestações de 2013. Depois de uma série de embates entre manifestantes e policiais, que tomaram conta dos noticiários brasileiros e internacionais durante a Copa das confederações, na Copa do Mundo, o aparato repressor agiu de forma cirúrgica e coercitiva.

Inúmeros processos e inquéritos foram instalados, perseguindo militantes e ativistas que tiveram seus nomes expostos pela grande mídia. Estes foram responsabilizados com argumentos muitas vezes levianos e, inclusive, ilegais pelas policiais e setores de inteligência montados no processo de monitoramento e segurança dos grandes eventos. Muitos jovens, durante as jornadas de junho de 2013, tomaram em suas próprias mãos a revolta de anos de agressão levada adiante por esta policia repressiva sobre as periferias, vilas e favelas. Há inúmeras denúncias, vídeos e relatos circulando nas redes sociais sobre ações de tropas policiais truculentas, que reprimem, torturam e matam diária e impunemente nas ruas de nosso país. Este modelo de policiamento é uma herança histórica do período da ditadura e precisa ser superado com urgência.

No entanto, ao invés de iniciar uma reforma deste modelo e ao contrário do que se vem buscando através das comissões da verdade e de iniciativas que procuram justiça aos crimes cometidos na ditadura militar, o que se fez no Brasil para garantir a segurança dos interesses de poucos durante a Copa foi armar, organizar e interligar efetivamente as polícias militares e civis. Essa política de segurança pública unificada foi considerada pela presidente como o "grande legado" da Copa do Mundo FIFA 2014. A mesma polícia que não se livrou de suas raízes na ditadura militar, que persegue e monitora constantemente militantes sociais, que tira a liberdade de querer rumos diferentes para a sociedade, que cerceia a liberdade de se expressar e lutar e por outra cidade, por outra forma de organização da sociedade. Vimos o exército, a força nacional, as polícias militares e civis atuando

juntas na brutal repressão às manifestações em São Paulo, Belo Horizonte e nos demais estados.

Protestos políticos aconteceram em diversas cidades do País na abertura da Copa do Mundo, com destaque para São Paulo onde o ato foi violentamente reprimido, impedido de se concentrar para realizar a manifestação e diversas pessoas foram presas. Além de impedir o direito constitucional à livre manifestação, a ação da polícia militar teve como saldo um grande número de pessoas machucadas, inclusive uma repórter e uma produtora da emissora internacional CNN que foram feridas por estilhaços da chamada munição "não-letal" e um rapaz que, mesmo depois de imobilizado e alvejado no peito por tiros de bala de borracha, foi covardemente atingido no rosto com jatos de spray de pimenta. Relatos de alguns militantes presentes no ato apontam que a primeira bomba surgiu do meio da manifestação, numa clara demonstração de que a polícia militar tem investido cada vez mais no uso de policiais infiltrados. Sem farda, a PM tumultuou mais uma vez a manifestação para legitimar a dispersão violenta. Agiu da mesma forma no dia 15 de maio, em São Paulo, para impedir o dia internacional de lutas contra a Copa colocando um fim no protesto que durou apenas 20 minutos.

Em Porto Alegre, o ato inicial da Copa do Mundo no dia 12 de junho, surpreendeu a todos. Como o jogo não acontecia na cidade e as atenções estavam voltadas para a cidade de São Paulo, o ato ocorreu sem violência por parte da polícia. A manifestação contou com mais de 2500 pessoas e percorreu as ruas do centro da cidade (sem se dirigir ao estádio) afim de dialogar com a população que circulava pelas ruas centrais. Foram muitos panfletos distribuidos e a população que circulava pelo centro interagiu com a manifestação, com suas pautas, seus gritos e músicas de luta. Neste dia, porém, os grupos adeptos à tática black block voltaram a agir e acabaram por quebrar diversos bancos, lancherias, placas, patrocinadores do evento e símbolos da Copa durante o percurso da manifestação. Outro grupo, depois de concluída a marcha no Largo Zumbi dos Palmares, tentou seguir pelo Caminho do Gol até o Estádio Beira Rio e foram fortemente reprimidos pela Brigada Militar.

Na manifestação seguinte, quando teríamos o primeiro jogo na cidade de Porto Alegre, os manifestantes se concentraram na praça Argentina, ponto de concentração ainda não utilizado pelo Bloco de Lutas. Ali os militantes foram completamente cercados pela polícia, numa formação que se assemelha ao Caldeirão de Hamburgo[55], e foram simplesmente impedidos de marchar. Assim que tentaram ultrapassar as barreiras da Brigada Militar foram surpreendidos por muitas bombas de efeito moral e tiveram que contar com o apoio de um Procurador da República para efetivar a negociação para a dispersão da manifestação. Tal cena se repetiu na manifestação marcada para a final da Copa do mundo no Rio de Janeiro, quando no dia 13 de julho, manifestantes e outras pessoas que por ali passavam tiveram seu direito de ir e vir totalmente cerceado, sendo obrigados a permanecerem por cerca de 3 horas, durante o horário da partida de encerramento, numa área de poucos quarteirões na Tijuca, completamente cercados pela policia militar.

No dia do jogo do Brasil x México, que aconteceu em Fortaleza exatamente um ano após a "rebelião dos 100 mil", que ocorrera em junho de 2013, a mobilização contou com a participação de mais de 1500 pessoas. Mas novamente a barreira policial estava bastante severa e deixou os manifestantes bastante afastados da Arena Castelão.

55 Utilizado pela polícia alemã nos protestos de 1986 contra a construção de usinas nucleares, consiste no cercamento e "amputação" de setores inteiros das marchas para submetê-los, ato seguido, a um verdadeiro estado de exceção marcado por agressões físicas sistemáticas, falsos flagrantes e prisões arbitrárias)

Segundo Moraes (2014)[56],técnicas repressivas como deter e interrogar manifestantes, monitorar as redes sociais, cercar e controlar marchas, etc., visam criar garantias à ordem que se antecipem ao próprio ato, ou seja, objetivam evitar que ações subversivas sejam praticadas, antecipando-se a elas. Assim, buscam controlar o direito à livre manifestação instalando uma "democracia controlada": é garantido o direito à manifestação contanto que esta seja devidamente controlada pelas forças da ordem.

Por sua vez, as investigações policiais, as prisões temporárias e o indiciamento de ativistas políticos expressam algo que vai mais além da pretensão de punir delitos individuais. Trata-se, nestes casos, do desdobramento de uma "estratégia do medo". O caráter amedrontador dos expedientes policiais e judiciais em curso é identificável, por exemplo, na elaboração de denúncias baseadas em escassa materialidade, em infrações mal estabelecidas, em teorias do "domínio do fato" segundo as quais o mero exercício de liderança política num protesto em particular seria suficiente para imputar a um sujeito todo tipo de responsabilidade penal. O que vemos, aqui, não é a reação da justiça a um delito comprovado, mas sim seu rechaço ao "perigo real" e ao incômodo representado por todas as marchas futuras (Moraes, 2014).

Em São Paulo, no dia 23 de junho, foram detidos Fábio Hideki e Rafael Lusvarghi, acusados de resistência e desacato, incitação à violência, associação criminosa e porte de explosivos. Estiveram detidos por 46 dias e, por todo esse período, diversos pedidos de liberdade provisória, habeas corpus foram negados. Os vídeos que mostram o momento das prisões e os depoimentos de pessoas que presenciaram as detenções tornam evidente que o flagrante alegado pela polícia foi forjado, o artigo do código penal que prevê associação criminosa reza que os dois acusados, que não se conheciam antes do crime ser imputado, deveriam ser, por força da lei, no mínimo três. Durante o tempo em que estiveram presos, afirmam ter sido torturados, assim como tantas outras pessoas encarceradas.

Algo semelhante ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul quando, após o cumprimento de sucessivos mandados de busca e apreensão nas sedes de agrupações políticas envolvidas com os protestos iniciados em 2012, o Ministério Público acusou cinco militantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público de constituição de milícia privada, entre outros crimes. O inquérito foi acolhido pelo poder judiciário e convertido em processo penal no mês de junho de 2014. A acusação do MP se baseou, fundamentalmente, no relato de policiais encarregados da repressão aos protestos em Porto Alegre e no depoimento de um jornalista do Grupo RBS (associado à Rede Globo) que teria presenciado o planejamento de ações vandálicas em assembleia do Bloco de Luta.

Flagrantes forjados, prisões ilegais, tortura e cerceamento da ampla defesa são práticas cotidianas nas quebradas, morros e periferias há tempos e é essa mesma lógica-padrão que precisa ser escancarada para que os muitos Amarildos e Cláudias não sejam apenas mais um número nas estatísticas. Neste ponto se sustenta nosso entendimento de que todo preso é preso político. É importante ressaltar que a distinção entre preso político e preso comum só fortalece a lógica punitivista do encarceramento, na qual a transgressão de uma lei ou uma possível "ameaça à ordem publica" justificam a perseguição e a privação da liberdade das pessoas, em sua grande maioria negros, pobres e moradores das periferias.

No Rio de Janeiro, durante a Copa, vimos Rafael Braga, que havia sido detido um ano antes em um protesto na Copa das Confederações, ser condenado a cinco anos em regime fechado por porte de desinfetante e água sanitária, mesmo que a perícia tenha atestado que não era possível fazer um molotov com tais materiais. Por fim, uma das ações mais distorcidas da policia brasileira, foi vista na perseguição aos 23 ativistas que tiveram prisão preventiva decretada na véspera da final da Copa, no dia 12/7, no Rio de Janeiro.

No dia 12 de julho de 2014, foram cumpridos 26 mandados de prisão temporária e 2 mandados de busca e apreensão de adolescentes, que culminaram na prisão de 19 manifestantes sob a égide do artigo 288 – parágrafo único do Código Penal que prevê o tipo penal de associação criminosa armada. A ilegalidade da decisão judicial que autorizou as prisões foi demonstrada pela ausência de provas apresentadas pela Polícia Civil em coletiva de imprensa no mesmo dia. A ONG Justiça Global denunciou a ilegalidade das prisões e ressaltou que "o segredo de justiça sob o qual o inquérito e o processo vêm tramitando impedem o acesso à informação e a comprovação das ilegalidades destas mesmas prisões"[57].

As manifestações populares são uma das formas mais autênticas de exercício da liberdade de expressão, mecanismo fundamental de controle democrático. A prisão de pessoas que atuam através dos movimentos sociais e de organizações políticas representa uma violação à defesa e garantia dos direitos, e este inquérito visou tão somente a desmobilização, deslegitimação, intimidação e criminalização de defensores de direitos humanos, representando grave violação por parte do estado do Rio de Janeiro, principalmente ao tratá-los enquanto associação criminosa.

As vitórias populares foram sempre uma conquista das ruas, seja nas greves, protestos, ocupações ou outras formas legítimas de manifestação e ação política. A resposta violenta e autoritária do Estado aos conflitos sociais, apresentando as forças policiais como únicas "mediadoras", além de agravar esses conflitos, é uma forma de violar liberdades civis e políticas, ameaçar a população para que se cale – e impor sobre todos uma única visão de mundo.

Sendo assim, fica claro que quem apertou o gatilho, quem jogou as bombas, quem realizou prisões para averiguação e espancou pessoas por estarem exercendo seu direito à manifestação foi o braço armado do Estado, de mãos dadas com a FIFA e as corporações que lucram com o megaevento.

56 "O fim de um consenso: sublevação popular e democracia controlada no Brasil dos megaeventos", in: Revista Lugar Comum, n. 43, no prelo)

57 Ver nota da ONG Justça Global em http://global.org.br/programas/justica-global-questiona-judiciario-e-executivo-federal-sobre-prisoes-politicas-no-rio/).

Mídia hegemônica e Copa do Mundo: contradições

Alexandre Haubrich, jornalista, cientista social, editor do site Jornalismo B (jornalismob.com)

Há alguns momentos em que a esquerda tem especial compromisso de dizer seu nome de forma muito clara. Períodos em que estão no poder governos de centro, mais carregados de contradições do que a média, são momentos assim. Períodos em que essas contradições se acirram, como a promoção de megaeventos, também. Quem atua politicamente neste Junho/Julho de 2014 carrega esses dois pesos ao mesmo tempo. Há, portanto, a necessidade extremamente potente de que a esquerda diga em alto e bom som seu nome, para que seu discurso e suas ações não se confundam com os discursos e ações da velha direita, em parte mantida no poder, em parte alijada dele, e sempre sedenta por ver-se livre das contradições que lhe são impostas por governos de centro.

É preciso compreender essa situação – que é a situação brasileira atual – para compreender a abordagem que a mídia dominante tem apresentado em relação ao tema da Copa do Mundo 2014 e de suas implicações. O maior campeonato de futebol do mundo começou com esse setor midiático tecendo diversas críticas ao governo, mas críticas sem o caráter libertário e anticapitalista que integra as falas dos movimentos populares e das organizações de esquerda preocupados com os prejuízos causados ao povo pela exacerbação do capitalismo trazida na garupa da Copa.

De um lado, os protestos populares – massivos ou isolados, coletivos ou individuais – e as mídias alternativas apresentam um panorama preocupante de violações de direitos da população e das próprias leis brasileiras. Remoções, elitização das cidades e dos estádios, avanço na privatização de espaços públicos, policiamento ostensivo, repressão violenta autorizada, e outros problemas do tipo são as preocupações que pautam a crítica desses grupos à organização da Copa do Mundo no Brasil. São preocupações fundamentalmente originárias de uma submissão do Estado brasileiro a um conglomerado de empresas multinacionais, capitaneadas pela FIFA. O que se defende, nesse caso, é a soberania do Estado brasileiro e a soberania do povo brasileiro sobre esse Estado – algo impossível enquanto tivermos um Estado burguês, é verdade, mas cuja perspectiva se afasta do horizonte em momentos de megacapitalismo como esse.

É exatamente oposta a essa defesa a linha das críticas tecidas à organização da Copa pela mídia hegemônica. Os ataques são pautados essencialmente no apelo a mais submissão. Com caixas altamente encorpados por patrocínios ligados à Copa do Mundo e interessados, como a velha direita, em eliminar o maior número possível de intermediários e assenhorar-se do poder, os conglomerados de comunicação gostariam de ver o Estado com os joelhos ainda mais dobrados aos grupos privados nacionais e internacionais. A insistência na ideia de "deixar nos estrangeiros uma boa impressão" tem muito a ver com isso. Pouco importa, nessa linha de pensamento, o Brasil que fica para a maior parte dos brasileiros. Importa, apenas, o Brasil que se mostra aos estrangeiros de nascença e aos brasileiros que, tão acima na pirâmide social se mantêm, que vivem como estrangeiros no próprio país.

É esse o pano de fundo da cobertura que a mídia dominante tem feito desde o pré-Copa e agora Copa adentro. As críticas que apresentam não trazem reivindicações populares, mas elitistas. Não trazem o ataque à FIFA e ao Estado que a ele se submete, mas a defesa da FIFA, de seus parceiros, e de mais submissão. Nesse sentido, as manifestações populares são tratadas como alienígenas ou radicais em um momento em que se deveria, de acordo com essa mídia, fazer um bonito evento para os convidados, mesmo que depois da festa a sujeira fique toda para o povo limpar, e os cartazes que tapam os buracos das paredes tenham finalmente que ser retirados.

Há um processo forte de criminalização dos protestos por parte da mídia das elites. Manifestações que não são ignoradas são marginalizadas. As contradições sociais se impõem sobre a alienação, e o Estado – e o governo – é jogado de lá para cá. De um lado, os interesses empresariais, incluindo os midiáticos, internacionais e nacionais, e a velha direita institucional, espalhada por diversos campos sociais – do Exército aos partidos. Do outro lado, as necessidades do povo, os movimentos populares, a mídia alternativa, as organizações da esquerda. Quando o governo e o Estado pendem à direita, a mídia hegemônica comemora, mas pede sempre mais. Mais repressão, mais submissão, mais autoritarismo. Quando os atores que se situam do outro lado aumentam a pressão sobre o governo, passam a ser também objeto de ataques por parte dos que estão no extremo oposto, e é justamente ali que se coloca esse setor midiático.

Portanto, aparece no discurso dessa mídia uma mistura entre três elementos: o oba-oba que costumeiramente marca a cobertura esportiva da mídia esportiva brasileira e, de modo geral, a cobertura de grandes eventos culturais – pautada por interesses de patrocinadores e por uma prática intrínseca de propagação de um discurso simplificador e alienante; os ataques ao governo por este não avançar ainda mais à direita e por não submeter ainda mais o Estado a interesses privados; e, finalmente, os ataques aos diversos grupos e atores sociais e políticos que constroem a crítica pelo outro lado, contrariando de forma ainda mais profunda os interesses oligárquicos.

Expansão urbana e privatização dos espaços públicos

Privatização dos espaços públicos e o direito à cidade

Em Outubro de 2012, a derrubada do mascote da Copa do Mundo no centro de Porto Alegre[58] denunciava um dos pilares sobre o qual também se sustenta a realização de megaeventos nas cidades: a privatização dos espaços comuns ou sua reconversão e elitização. Assim como o Largo Glênio Peres, o entorno do Beira Rio, o Cais do Porto, a zona próxima da Arena do Grêmio, entre outros focos de atividade do mercado imobiliário também passam por um processo de reconversão urbana que implica na expulsão dos setores mais pobres e maior policiamento das atividades ali permitidas - excluindo da "festa" o comércio informal, a ocupação multifuncional dos espaços e atividades culturais ou políticas diversas. Este maior controle também é justificado pela necessidade de "preparar a cidade" para o megaevento, e a onda de privatização coincide com as zonas de exceção que foram instaladas perto dos locais das partidas[59].

Movimentos como o Defesa Pública da Alegria e o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, com a ajuda do Comitê Popular da Copa e demais movimentos ligados à Reforma Urbana colocaram este processo na agenda pública de denúncia: os protestos de Junho/Julho de 2013 articularam as discussões sobre o transporte público e sobre a Copa do Mundo com a luta pelo direito à cidade e seus espaços. Depois da queda do Tatu (como ficou conhecido o episódio da derrubada do mascote do evento no centro de Porto Alegre), ocorreram atos de ocupação do Auditório Araújo Vianna, no Parque da Redenção, e do Cais do Porto – ambos alvos da privatização – assim como a atividade frequente de ocupação do Glênio Peres, chamada Largo Vivo.

A Copa do Mundo é a expressão mais acabada da mercantilização da cidade, já que seu formato claramente se volta ao consumo – compra de ingressos, de comida, de bebida, de produtos das marcas patrocinadoras. Durante os jogos, os espaços da cidade foram restringidos apenas para aqueles que são consumidores (ou vendedores autorizados) de produtos e serviços. A Copa do Mundo FIFA está longe de ser uma "festa para todos" e replica o que já vem acontecendo em zonas e bairros como o Centro, o Cristal (Barra Shopping), a Cidade Baixa etc. – e que se pretende instaurar também no Cais do Porto. O que aconteceu nos dias das partidas foi uma violação de direitos, que já está vigente de alguma forma em Porto Alegre, mas que no momento do megaevento esteve respaldada na Lei da Copa: a restrição da circulação de pessoas mediante o critério do consumo.

Privatização e controle dos espaços públicos

O ufanismo da "cidade da Copa" ainda tem justificado ações de empreendedorismo urbano calcado na parceria público-privada, legitimando, assim, o avanço da iniciativa privada sobre as áreas e espaços públicos em Porto alegre. O emblemático desse processo na cidade são as investidas na região do Centro Histórico, onde diversos projetos sobre a rubrica da "revitalização" e da "mudança" têm sido realizados. Mudanças que implicam claramente na privatização de áreas públicas e no controle do acesso da população gaúcha aos espaços públicos.

O Centro Histórico localiza-se nas proximidades da orla do Rio Guaíba, estando situado ali o Mercado Público Municipal, a Prefeitura, o Palácio Piratini (sede do governo do Estado), a Assembleia Legislativa, o Cais do Porto Mauá, a Usina do Gasômetro, a Esquina Democrática, o Largo Glênio Peres, a Escadaria da Borges de Medeiros e outras referências políticas e culturais da cidade. Este espaço sempre recebeu manifestações artísticas e culturais, feiras e eventos políticos como comícios e marchas. No momento em que Porto Alegre passou a ser sede do mundial, esta região se tornou estratégica para o turismo da Copa. Todos os locais citados acima foram palco de atividades relacionadas ao megaevento. Dois projetos em curso na cidade são ilustrativos desse cenário: as revitalizações do Largo Glênio Peres e do Cais Mauá.

O Largo Glênio Peres é um espaço público da cidade que fica em fren-

Crédito: Prefeitura de Porto Alegre

Largo Glênio Peres, que fica junto ao Mercado Público.

58 http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/

59 Ver o relatório "Copa do Mundo para todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014", que mostra que o processo de higienização e exclusão da população de baixa renda dos pontos turísticos para a Copa do Mundo já leva alguns anos. http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf

te ao Mercado Público e da Praça XV. Inaugurado em 1922, em homenagem a Glênio Peres, jornalista, poeta e vereador da cidade, o espaço tem como característica marcante a pavimentação com pedras portuguesas. Referência de diversas manifestações econômicas, culturais e políticas como as feiras da Economia Solidária e da Biodiversidade (organizada por movimentos sociais da cidade), o local tem sofrido intervenções governamentais arbitrárias que restringem o uso deste espaço.

Em 2011, a prefeitura estabeleceu uma parceria com a multinacional Coca-Cola, representada pela Vonpar Bebidas, estabelecendo uma "adoção" da área, por três anos, à empresa, que previa um investimento de R$ 1 milhão no local. Assim, o largo foi repassado aos cuidados da Coca-Cola que, por sua vez, pôde explorar publicitariamente este espaço. A polêmica em torno do largo se acentuou em 2012, quando a Câmara de Vereadores da cidade aprovou o Projeto de Lei do Executivo municipal que controla a realização de eventos políticos, econômicos e culturais no local. A lei proíbe a venda de produtos por artesãos, as apresentações de artistas de rua e restringe as manifestações populares no largo. De modo que todos os eventos que usarem aparelhos de sonorização terão que pedir autorização para a SMIC (Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio) - sejam protestos ou apresentações de caráter cultural, econômico ou político. Artistas de rua também só poderão utilizar o espaço público com permissão dos órgãos públicos.

O projeto de revitalização do Cais Mauá (área portuária de Porto Alegre) é outro exemplo de repasse de um espaço público de uso cultural na cidade para os cuidados da iniciativa privada dentro da conjuntura da Copa 2014. Localizado na orla do Rio Guaíba, o cais é reconhecido como patrimônio histórico nacional, recebendo atividades culturais como a Feira do Livro de Porto Alegre (ocorre todos os anos na cidade) e a Bienal do Mercosul (exposição de obras de arte).

O projeto Porto Cais Mauá[60] tem

como objetivo transformá-lo em um espaço de exploração comercial para o turismo global. O projeto teve início em Dezembro de 2010, quando a prefeitura, o governo do Estado e o consórcio espanhol "Porto Cais Mauá do Brasil" firmaram um contrato que cede à empresa o direito, por 25 anos, de administrar e explorar a área comercialmente. Dentre as ações previstas para serem realizadas estão a construção de um shopping center, hotel, estacionamentos com cerca de 4 mil vagas e centro de eventos. Durante o período dos jogos da Copa do Mundo, o Cais Mauá foi palco do Projeto Embarcadero[61] – "point" de encontro para assistir os jogos do mundial – , que visou transformar o lugar no principal ponto de referência turístico-cultural durante a realização do megaevento na cidade. Resultou da parceria do consórcio "Porto Cais Mauá do Brasil" e a DCSet Promoções, uma das maiores empresas de criação de eventos, a partir da implementação de uma estrutura de entretenimento e de gastronomia.

O Projeto Embarcadero foi uma experiência do que será o projeto final no Porto Cais Mauá. Neste espaço, shows de música, apresentações artísticas, jogos da Copa e até o Pôr do Sol no Rio Guaíba foram anunciados como "atrações". As estruturas com mesas e toldos abrigaram bares, restaurantes e feiras. O local funcionou até o dia 13 de Julho, com festas temáticas, transmissão de jogos, gastronomia, Feira da Agricultura Familiar Sabor Gaúcho e o Quiosque Brasil Orgânico e Sustentável. Algumas dessas "atrações" comerciais foram de acesso restrito, tendo que pagar ingresso; e outras, gratuitas. A pergunta que persiste é sobre a restrição de preços nesses eventos e, claro, o fato de que a exploração comercial é o mote desses investimentos. Negócios lucrativos terão lugar, conforme forem sendo testados e retornarem algum ganho. Dessa forma, movimentos sociais da cidade denunciam o risco de que transformações como esta, que ocorreu durante a Copa do Mundo, terminem por privatizar e elitizar o Cais, proporcionando o acesso apenas às pessoas que podem pagar o preço para usufruí-lo. O evento "Defesa Pública do Cais", que reuniu movimentos e artistas de Porto Alegre no dia 7 de Dezembro de 2013, denunciou a falta de participação popular na definição do projeto e a contrariedade frente à privatização do espaço. Os presentes destacaram "a falta de diálogo com a população a respeito da concessão desse espaço público"[62].

Iniciada concomitante à Copa, a primeira etapa da revitalização do Cais prevê investimentos privados da ordem de R$ 150 milhões, destinados à restauração do conjunto de 11 armazéns cedidos ao consórcio vencedor da licitação realizada em 2010 para a exploração comercial do espaço.

60 Segundo os ganhadores da concessão será o primeiro "Multiespaço Urbano Revitalizado" do Brasil. Fonte: http://vivacaismaua.com.br/

61 Fonte: http://www.caisembarcadero.com.br/

62 Fonte: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/12/defesa-publica-da-alegria-promove-ato-com-shows-e-oficinas-no-cais-do-porto-4357857.html

A expansão do mercado imobiliário

Em nome da Copa do Mundo FIFA, além das obras de mobilidade, a prefeitura destinou uma série de recursos à "requalificação" de áreas que estão sob influência do estádio dos jogos, o Beira Rio – como vimos em relação ao Largo Glênio Peres. A elitização e higienização desses espaços é uma consequência da atividade intensa do mercado imobiliário nas regiões centrais da cidade, mas é também largamente incentivada pela prefeitura. Por outro lado, a abertura e a duplicação de avenidas, algumas delas implicando na remoção de famílias, terminam muitas vezes valorizando financeiramente, no mercado imobiliário, regiões inteiras. Sem um PRF (Programa de Regularização Fundiária) para os assentamentos irregulares localizados nas áreas impactadas pelas reformas e obras viárias, a prefeitura condena os moradores mais pobres a enfrentar sozinhos a expulsão provocada pelo mercado imobiliário. Um dos exemplos disso é o projeto de duplicação da Avenida Tronco que, além de remover 1.500 famílias, não contempla a regularização para aqueles moradores que permanecem no entorno da avenida, que podem ter sua posse ameaçada com a valorização dos terrenos na região.

A valorização dos imóveis no entorno da Avenida duplicada move os interesses de moradores mais abastados sobre suas propriedades, o que resulta em tentativas de expulsão direta dos mais pobres. Grupos de classe média do bairro Cristal mobilizaram uma campanha de abaixo-assinados para não permitir o reassentamento dos moradores atingidos pela obra na região, com o argumento de que iriam "desvalorizar seus imóveis"[63]. O fato gerou reações e foi tratado em reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal. As associações de moradores das vilas e os moradores classificaram a atitude como "movida por preconceito social e racial"[64].

Os recursos públicos para qualificação urbana (reforma e construção de praças, melhoria do asfaltamento etc.) se concentraram nas áreas de influência e circulação para os jogos da Copa, incrementando a elitização das áreas centrais, processo que já é anterior ao megaevento, e provocando a expulsão de moradores de rua (com o aumento da violência policial contra estas pessoas). Enquanto isso, as regiões de ocupação popular carecem de investimentos para manutenção ou construção de praças públicas, equipamentos públicos como escolas e postos de saúde, melhoria no transporte público etc. Além disso, as últimas AEIs (Áreas Especiais de Interesse Social) aprovadas em 2010 para a construção de habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida estão localizadas em zonas limítrofes da cidade, longe de qualquer investimento prioritário no momento.

A retomada desses investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana e qualificação ou revitalização das áreas centrais, sem as reformas fundiária e imobiliária urbana necessárias (o que são de competência municipal), pode trazer consequências como a explosão dos preços dos imóveis na região das intervenções e a expulsão das populações mais pobres para zonas mais periféricas ou, até mesmo, para cidades vizinhas. Em Porto Alegre, as obras são feitas num contexto em que não há garantias de manutenção da posse da terra urbana para as famílias mais pobres, através de programas de Regularização da Propriedade Fundiária.

O poder público contribui também de outras formas para este aquecimento do mercado imobiliário e da construção civil. Apenas 35 dias depois de a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre ter entrado em vigor, em 2010, a Câmara Municipal aprovou texto do Executivo que estabeleceu novos índices de aproveitamento básico para reformas ou ampliações em centros esportivos, clubes, equipamentos administrativos, hospitais, hotéis, apart-hotéis (residenciais com serviços de hotelaria), centros de eventos, centros comerciais, shopping centers, escolas, universidades e igrejas. A justificativa da Prefeitura eram os preparativos para a Copa do Mundo de 2014, sendo estes equipamentos beneficiados, como shoppings e hotéis, "o cartão de visitas da cidade", segundo um dos defensores da matéria, o vereador Idenir Cecchim (PMDB)[65]. Na prática, os aumentos nos índices de aproveitamento básico são uma isenção aos donos destes estabelecimentos e às construtoras, que podem ampliar as construções sem precisar recorrer à compra de Solo Criado[66], pago ao poder público. Já nas alterações do Plano Diretor em 2010, a pressão dos setores imobiliários foi feroz e os "vereadores aprovaram mudanças que aumentaram os índices construtivos, especialmente na área central da cidade", segundo o arquiteto Rubén Pesci[67].

63 Ver reportagem: "Moradores do bairro Cristal, zona Sul de Porto Alegre, reclamam que os assentamentos de famílias das áreas de invasão do Complexo da Tronco rebaixarão o valor de seus imóveis". Fonte: http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=77754 Acesso em 27/08/2014

64 "Cedecondh vai acionar Ministério Público por denúncias de discriminação". Fonte: http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=16081&p_secao=56&di=2011-12-06 Acesso em 27/08/2014

65 Ver notícia: "Vereadores de Porto Alegre aumentam os índices construtivos" http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=48110

66 A Outorga Onerosa do Direito de Construir, também conhecida como "solo criado" e como "potencial construtivo" é a concessão emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique metragem acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante a contrapartida do pagamento pelo beneficiário. A concepção do solo criado ou potencial construtivo está ligada à fixação de um coeficiente de aproveitamento básico para todos os terrenos do município. O coeficiente de aproveitamento básico é um índice que indica o quanto pode ser construído no lote sem que implique em sobrecarga de infraestrutura para o poder público. Normalmente esse coeficiente é igual a 1 (um), significando que o proprietário poderá edificar uma área igual a área do terreno. Caso o proprietário pretenda edificar uma área maior que a autorizada através do coeficiente básico, ele poderá "comprar" o direito de construir uma área maior. A área total a ser construída deverá estar abaixo da estipulada pelo coeficiente máximo de aproveitamento para a região. Desta forma, a área máxima a ser outorgada, ou seja, potencial construtivo ou solo criado deverá ser equivalente à diferença entre o coeficiente básico e o coeficiente máximo estipulado para a área pela legislação municipal. Fonte: http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI167192,101048-O+crescimento+da+alienacao+do+potencial+construtivo

67 O arquiteto argentino, referência internacional em projetos de urbanismo, participou das primeiras elaborações do novo Plano Diretor e indica que houve muitas deturpações do plano inicial, sendo atendidas principalmente as necessidades do setor imobiliário. Ver entrevista concedida ao Jornal do Comércio "Faltou urbanismo na revisão do Plano Diretor, diz Pesci". Fonte: http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=46518

Sobre essas mudanças, Raquel Rolnik, urbanista e professora da FAU/ USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), declarou em seu blog: "O que aconteceu em Porto Alegre mostra, na verdade, que a Copa de 2014 está sendo usada como motivo para que se altere o regime urbanístico das cidades brasileiras sem critérios, sem estudos e sem os processos de discussão públicos e participativos necessários"[68].

Recentemente, um Projeto de Lei de 2011, que prevê o aumento dos limites de altura das construções, determinados pelo Plano Diretor em regiões das futuras estações do metrô, voltou a ser discutido na Câmara de Vereadores[69]. A proposição é do vereador Reginaldo Pujol (DEM) e estabelece alterações no PDDUA, garantindo esta possibilidade em construções na Terceira Perimetral e na região que vai do Centro da cidade até o Terminal Triângulo, na Zona Norte (trecho onde se projeta a implementação das estações).

A proposta de lei estabelece uma faixa de até 120 metros junto a essas áreas para que o índice de aproveitamento chegue a 3, potencial máximo previsto na cidade. O projeto também fixa um regime diferenciado para a Compra de Solo Criado, mecanismo usado para compensar o aumento do tamanho das construções, por meio de pagamento ao Executivo. O objetivo é estimular a construção civil no entorno. Se aprovado, o projeto de lei do vereador do DEM irá autorizar o aumento dos índices construtivos e, por consequência, os prédios deverão ficar mais altos, ainda que respeitem o limite máximo de altura. Uma construção que tinha permissão, por exemplo, para erguer 12 pavimentos, poderá ganhar mais alguns andares, no mesmo terreno. À proposição de Pujol foi anexada uma emenda do vereador Carlos Comassetto (PT), que propõe, além do regime urbanístico especial para a faixa de 120 metros ao longo do traçado do metrô, uma ampliação para o raio de 500 metros das estações.

Alienação de índices construtivos

As obras da Copa do Mundo impactam na expansão urbana de forma direta. A Lei Complementar 703/2012, que "estabelece as diretrizes para a implementação da infraestrutura necessária à realização da Copa do Mundo de 2014, implantação do Sistema BRT (Bus Rapid Transit) e do Metrô de Porto Alegre", regulamenta a transferência dos potenciais construtivos dos imóveis impactados pelas obras viárias da Copa[70]. Assim, "com base nos art. 51 e 52 da Lei Complementar nº 434, de 1999 (PDDUA), e alterações posteriores, fica instituído Plano de Incentivos para as transferências de potencial construtivo dos imóveis atingidos":

I – pelo traçado viário:
a) da Avenida Tronco;
b) da Avenida Edvaldo Pereira Paiva;
c) da Avenida Padre Cacique;
d) do viaduto da 3ª Perimetral sobre a Avenida Bento Gonçalves;
e) do túnel da 3ª Perimetral sob a Avenida Cristóvão Colombo;
f) do viaduto da 3ª Perimetral sobre a Avenida Plínio Brasil Milano;
g) do viaduto da 3ª Perimetral sobre a Rua Anita Garibaldi;
h) da passagem de nível da Avenida dos Estados sob a Avenida Farrapos;
i) da Rua Voluntários da Pátria, entre a Rua da Conceição e a Avenida Sertório;
j) da Avenida Severo Dullius; e
k) do viaduto da Avenida Júlio de Castilhos sobre a Rua da Conceição;
II) pelo Sistema Bus Rapid Transit (BRT);
III) pelo Metrô de Porto Alegre."

A mesma lei estabelece os estoques construtivos públicos denominados "Índices da Copa de 2014", que poderão ser alienados ou transferidos pela prefeitura, por meio de leilões, a representantes civis ou jurídicos interessados em construir nas mesmas macrozonas onde foram realizadas as obras da Copa – de acordo com o site da PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre)[71], as macrozonas 1, 2, 3, 4 e 5. Os recursos levantados com os leilões dos "índices da Copa de 2014" serviriam para financiar as obras de infraestrutura previstas para o megaevento.

Segundo a mesma Lei Complementar 703/2012:

"Art. 8º O Município de Porto Alegre fica autorizado a alienar 279.433m² (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e três metros quadrados) correspondentes aos estoques construtivos públicos adensáveis e não adensáveis, de acordo com a reserva já existente, nos termos dos arts. 53 e 110 e do Anexo 6 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores.
Parágrafo único. Os estoques construtivos públicos dos quais trata este artigo serão denominados Índices da Copa de 2014.
Art. 9º A alienação prevista no art. 8º desta Lei Complementar dar-se-á por meio de leilões realizados a partir da data de publicação desta Lei Complementar, de acordo com a necessidade pública, para utilização exclusiva nas hipóteses mencionadas nesta Lei Complementar, respeitada a metragem disponível e condicionada ao monitoramento do adensamento. (...)
Art. 15. Fica criado o Fundo da Copa do Mundo de 2014 (Funcopa), fundo contábil especial, destinado à arrecadação e à aplicação de valores decorrentes da alienação dos Índices da Copa de 2014, do recebimento de recursos do orçamento próprio do Município de Porto Alegre, das transferências do Estado do Rio Grande do Sul, da União, de recursos de financiamento nacionais e internacionais e de doações, vinculadas à implantação das melhorias urbanas descritas no art. 2º desta Lei Complementar, a ser regulamentado por decreto.
Parágrafo único. Os recursos do Funcopa poderão ser aplicados no financiamento da implantação das obras de infraestrutura, das aquisições e das desapropriações, das despesas admi-

68 Em Porto Alegre, Copa 2014 vira justificativa para qualquer alteração urbanística. Fonte: http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/12/15/em-porto-alegre-copa-2014-vira-justificativa-para-qualquer-alteracao-urbanistica/

69 Ver notícia "Projeto prevê prédios mais altos na Capital". Fonte: http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=161411

70 Ver nota 64, sobre potencial construtivo.

71 Leilão 01/2014 Alienação do Potencial Construtivo da Copa de 2014. Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=23

nistrativas e judiciais dela decorrentes, das áreas vinculadas ao sistema de transporte e viário projetado, da instalação de equipamentos públicos, praças e parques, na preservação de bens tombados, nos programas de reassentamento e realocação de famílias atingidas pela implantação das obras e nas demais hipóteses previstas no art. 26 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, e alterações posteriores.

A prefeitura de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, realizou nos dias 29 e 30 de Maio, o primeiro leilão dos Índices Construtivos da Copa de 201472. Foram leiloados 42.150 mil metros quadrados dos estoques construtivos públicos, de acordo com a reserva existente. Os valores arrecadados seriam destinados às obras de infraestrutura, de implantação do metrô e do Sistema BRT, dentro das regras definidas pelo Fundo da Copa do Mundo de 2014 (Funcopa). No entanto, até o momento, as obras do BRT não estão prontas e as do Metrô sequer foram iniciadas. Portanto, a destinação destes recursos ainda não foi realizada.

De acordo com o secretário da Fazenda, Roberto Bertoncini, o leilão teve uma formatação diferenciada, com sistema inédito no país. "É um instrumento de gestão urbanística, que possibilita a venda antecipada aos compradores interessados e ao município os recursos necessários para obras de mobilidade urbana e de melhorias na cidade", destacou.

72 Prefeitura realiza leilão de índices construtivos. Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_noticia=169283&PREFEITURA+REALIZA+LEILAO+DE+INDICES+CONSTRUTIVOS

Expansão urbana em direção a Zona Rural

Esses potenciais construtivos adquiridos por particulares também podem ser transferidos a terceiros, o que movimenta o setor da construção civil na cidade. Uma das zonas que mais sofre com essa expansão e com o aquecimento do mercado imobiliário é a Zona Extremo Sul, onde fica a zona rural de Porto Alegre. Até então, a região se mantinha relativamente intocada pelas construtoras, abrigando a produção de hortifrutigranjeiros e a pecuária da cidade. A importância dessa região se dá não tanto em termos econômicos, já que as atividades aportam pouco ao PIB (Produto Interno Bruto) da metrópole, mas sim pelas extensões de mata nativa e áreas verdes preservadas pelos pequenos produtores. "Muitas propriedades mantêm grande parte da mata nativa. Quando o produtor vende sua terra, quem perde é a cidade. Ele continua plantando, só que em outro lugar", lamenta Cléber Vieira, presidente do Sindicato Rural de Porto Alegre, em entrevista ao Jornal do Comércio, ressaltando que o município possui 8 mil hectares aptos para o plantio e outros 9 mil destinados à preservação ambiental. Para ele, com a expansão imobiliária, o futuro desses ambientes fica comprometido. "Estamos perdendo um pulmão de Porto Alegre", diz73.

Segundo a mesma reportagem, o setor da construção civil se apoia em dois fatores para justificar o recente foco ao Extremo Sul de Porto Alegre: a escassez de terrenos para investir nas áreas centrais da cidade e as restrições impostas pelo DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) para a realização de edificações em um raio de quatro quilômetros do Aeroporto Salgado Filho. As normas aeronáuticas, em vigor desde o final de 2011, diminuíram o limite de altura dos novos prédios de 76 para 48 metros acima do nível do mar.

"Isso empurra as incorporadoras a procurarem novas opções de mercado em áreas que, até então, não eram desenvolvidas", analisa Aquiles Dal Molin Júnior, vice-presidente do Sinduscon/RS (Sindicato da Construção Civil do Estado). Diante dessa situação, o dirigente acredita que a pressão do mercado é inevitável sobre as áreas onde os produtores rurais estão instalados. De acordo com ele, esses terrenos são visados, principalmente, para condomínios fechados.

Dal Molin Júnior reconhece que a troca do conceito de zona rural por "cidade rururbana" (híbrido de rural e urbano), prevista desde 1999 no Plano Diretor, favorece a execução de empreendimentos naquela região. "No momento em que se tem um regime que beneficia mais a construção urbana do que a rural, realmente isso ajuda bastante. É fundamental, inclusive", opina. O vice-presidente do Sinduscon/RS vê dificuldades para conciliar dois vieses no mesmo ambiente e aposta em uma migração, a longo prazo, da atividade primária. "Talvez tenham outras áreas, além das divisas do município, que sejam interessantes para desenvolver a agricultura", pondera o executivo. "É melhor haver expansão na Zona Sul do que haver um superadensamento em outras áreas."

A expansão imobiliária para o sul de Porto Alegre pode levar até 286 mil pessoas à região, segundo o Jornal do Comércio. A estimativa está em um documento elaborado pelo DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos), obtido pelo periódico. A empresa pública mapeou a existência de 188 empreendimentos, em diferentes fases de execução, verificando a necessidade de infraestrutura a ser disponibilizada nos próximos anos. No total, apenas 30 condomínios e loteamentos foram parcial ou totalmente concluídos até o momento.

73 Ver reportagem O lado rural de Porto Alegre perde espaço. Fonte: http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=115372

Zona Rural, um território em disputa: o avanço da especulação imobiliária gerada pela Copa do Mundo 2014

Até o ano 2000, Porto Alegre possuía um crescimento populacional de cerca de 1% ao ano. Entre 2000 a 2010, o crescimento foi 3,7%, ou seja, apenas 0,37% ao ano, e isso fez dela a capital com menor crescimento populacional da última década (Censo IBGE 2010). Isso poderia ser mais um motivo para o poder público realmente planejar a cidade de maneira adequada, minimizando os vazios urbanos mais próximos à região central e fazendo valer instrumentos como o Estatuto da Cidade, mas infelizmente essa não é a realidade.

Historicamente, a urbanização de Porto Alegre concentrou-se nas regiões próximas ao Centro, em direção ao norte e leste do município devido à presença do Porto do Guaíba e de barreiras geográficas, como a Crista de Porto Alegre (morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis e do Osso). Isso fez com que uma boa parcela do município mantivesse as características rurais, permitindo também a permanência de amplas áreas de ambiente natural, formando assim um Cinturão Verde que beneficia toda a área urbana.

Esse Cinturão Verde constitui cerca de um terço do território do município, formado por áreas produtivas, nascentes e arroios, além de áreas de floresta e de campo nativo com rica biodiversidade. Boa parte dessa região era considerada zona rural, e com o advento do PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental) de 2000, a região passou a ser conceituada como área rururbana, adquirindo assim regime urbanístico e ficando suscetível a uma urbanização com pequenos sítios.

Para promover uma urbanização mais adensada, o poder público vem retalhando o PDDUA com aval do respectivo Conselho, transformando áreas de produção de alimentos em AEIS (Área Especial de Interesse Social). Prova disso é que das 30 áreas gravadas recentemente, 22 são na região Extremo Sul, ficando assim clara a segregação socioespacial e higienização dos centros das cidades imposta pelo poder público.

Os imóveis construídos nessas áreas, por meio do Programa Minha, Casa Minha Vida, são a única opção de moradia oferecida aos moradores que tiveram suas casas atingidas pelas obras da Copa 2014. Resultado disso é que famílias que moravam próximas ao centro e ao mercado de trabalho agora ficarão distantes mais de 30 km, tendo que fazer uma viagem de 2 horas, com um transporte público superlotado.

Paralelo a isso, o meio ambiente da região sofre fortes impactos, com a implantação de grandes condomínios de luxo, onde centenas de hectares de ambiente natural são privatizados em nome de um "viver junto ao verde". Vias são duplicadas, sem corredor de ônibus, visando o transporte individual e a valorização desse tipo de empreendimento.

Esse é um dos legados deixados pela Copa do Mundo 2014 na nossa região: destruição de comunidades e do patrimônio natural e cultural da cidade.

Mobilidade urbana

Mobilidade urbana e a estratégia dos megaeventos

A mobilidade dentro das cidades é assunto tão antigo quanto as próprias cidades. À medida que elas foram se tornando grandes centros urbanos, com populações que superam as dezenas de milhares, e suas extensões territoriais foram se expandindo, torna-se cada vez menos possível realizar trajetos a pé de casa para o centro. Nesse cenário, a mobilidade ganhou outro peso na agenda das políticas urbanas. Do transporte em carruagens ao automóvel, as cidades foram mudando e, com elas, os hábitos cotidianos de suas populações. Do bonde ao BRT (Bus Rapid Transit), o transporte coletivo é cada vez mais uma bandeira presente na agenda dos movimentos sociais urbanos[74].

No contexto da Copa do Mundo FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil aporta o maior volume de recursos de sua história para investimento em políticas de mobilidade urbana. Em um contexto de exceção, o limite de endividamento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal foi suspenso, financiamentos específicos foram autorizados, bancos multilaterais voltam a aumentar seus negócios e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) entra com força para cobrar e financiar os projetos de mobilidade das cidades-sede.

Megaeventos demandam megainvestimentos, que precisam de megajustificativas para serem executados, em especial quando o público é chamado a pagar seu preço. Como parte da estratégia para atrair cidades a postular candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos, o COI (Comitê Olímpico Internacional) passou a adotar o discurso dos legados possíveis para uma cidade a

74 Faria Santos, Renata Florentino - Indo ver o Jogo: politicas de mobilidade urbana em cidades sedes da Copa 2014, pag 05.

partir da década de 90, tendo Barcelona, na Espanha, como cidade modelo de um legado urbano desejado[75]. Logo, essa estratégia passou a ser adotada por megaeventos em geral, não apenas esportivos. Em meio aos meganegócios e megaprojetos, as populações atingidas estão envoltas no cenário de cidade de exceção, sem apoio jurídico a que possam recorrer.

Dessa forma, a fim de expressar publicamente que o país e sua população sairiam ganhando com a Copa, o governo federal, desde o anúncio do Brasil como país-sede, disponibilizou pacotes de investimentos em mobilidade urbana. No entanto, mesmo com o grande volume de recursos, há chances de esses investimentos serem feitos sem trazer benefícios à mobilidade das cidades e ao custo do endividamento dos governos municipais e estaduais, de modo que o reparo aos erros cometidos por esses projetos torne-se irreparável por décadas.

> *"A erosão das cidades pelos automóveis começa com um tipo de mordida. Pequenas mordidelas no início e eventualmente, grandes mordidas. Uma rua é alargada aqui, outras endireitadas acolá, uma larga avenida é convertida em via de fluxo de sentido único, e mais terra é transformada em estacionamento. Nenhuma etapa do processo é crucial, senão cumulativa, e o efeito é enorme". Jane Jacobs*

É inegável que, às vésperas do mundial, a aplicação desses recursos estava diretamente relacionada aos prazos colocados pela agenda da FIFA. Sendo assim, um dos impactos iniciais foi o desenho de megaprojetos para adequar a infraestrutura local aos jogos, o que influencia tanto aeroportos, vias, mobilidade urbana e, principalmente, estádios. A proporção das obras é maior que as de rotina e acaba acontecendo em ritmo mais acelerado que o habitual, dificultando a realização de estudos adequados de impacto socioambiental, provocando despejos injustos de

famílias e abrindo mão dos critérios técnicos de fiscalização dos projetos (como o aumento do limite de empréstimo dado pelo governo federal para cidades-sedes), além de causar grande impacto à mobilidade da cidade durante as obras.

Além disso, constam como agravantes também a alteração da lei das licitações 8.666/93, em que o RDC (Regime Diferenciado de Contratação), substituiu essa lei para as obras relacionadas à Copa, às Olimpíadas e ao PAC Da Copa. Tais alterações reduzem a possibilidade de controle público sobre as obras e a aceleração/supressão de etapas habituais do procedimento de contratação. Entre as alterações feitas, estão: licitar obra sem necessidade de projeto básico, o aumento do valor (aditivo) torna-se ilimitado para que projetos se adecuem a pedidos de organismos internacionais (FIFA e COI) e a licitação pode indicar uma marca específica para aquisição de um produto.

Embora Orlando Silva Júnior, ex-ministro dos Esportes, tenha dito publicamente que a prioridade nas cidades-sede é a eficiência do transporte e não o fluxo de automóveis, as tentativas de priorização ocorreram dentro de um contexto em que o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal efetivamente prioriza o uso individual de automóveis e estimula o consumo deste bem. Isso fica claro com a política de IPI zero para automóveis, que contribuiu para o aumento da taxa de motorização da população, ao mesmo tempo em que são liberados os recursos do PAC Mobilidade para projetos de transporte coletivo.

Para que as cidades mantenham suas características de centros urbanos vivos, o direito de seus moradores de se locomover e de se integrar à cidade é essencial. Por isso, entendemos aqui a mobilidade numa dimensão do direito à cidade, permitindo a integração entre pessoas e espaços. Além disso, outra preocupação de fundo é a de evitar a privatização dos espaços públicos para se assegurar espaços para automóveis. Conforme pesquisa recente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ainda que haja uma piora generalizada no tempo gasto com deslocamento em todas as classes, são os mais pobres que continuam tendo seu tempo livre cada vez mais limitado em função de congestionamentos (IPEA, 2013).

Muitas vezes os ônus do transporte motorizado individual são vistos como um preço a se pagar pela modernização, como se não pudessem ser evitados. Além disso, à medida que a renda per capita cresce, o volume de deslocamentos motorizados também aumenta. Assim, a opção pelo transporte coletivo, para um país em desenvolvimento, pode parecer um passo atrás, e é reforçada pela ideia da má qualidade

75 Mascarenhas, 2010 apud Santos, Renata Florentino - Indo ver o Jogo: politicas de mobilidade urbana em cidades sedes da Copa 2014.

do serviço público. No entanto, o grande crescimento econômico sem a efetivação de políticas públicas de mobilidade urbana à altura leva à simples substituição do transporte não motorizado e do motorizado coletivo pelo motorizado individual, para satisfazer o aumento da demanda por maior possibilidade de locomoção, contribuindo, assim, para cultivar a chamada "cultura do automóvel" (Lourenço, 2008).

> *"Nesta sociedade onde a coisa tem mais importância que o homem, há um objeto rei, um objeto-piloto: o automóvel. Nossa sociedade, dita industrial, ou técnica, possui esse símbolo, coisa dotada de prestígio e poder. (...) O carro é um instrumento incomparável e talvez irremediável, nos países neo-capitalistas, de desculturalização, de destruição por dentro do mundo civilizado". Henri Lefebvre, Contre les technocrates, 1967.*

Aqui cabe colocar que não há como uma cidade se organizar somente com base no sistema cicloviário, assim como o transporte sobre trilhos também depende do complemento de outros modais para integrá-la. O espaço urbano não pode ser dominado por um único modelo. A gestão da mobilidade, diante da possibilidade de integração entre os diferentes tipos modais de transporte e de compartilhamento de vias, é fundamental. Aí é importante diferenciar os termos "transporte público" e "mobilidade urbana". Enquanto mobilidade urbana refere-se à capacidade de se locomover dentro de um espaço urbano, transporte público é apenas uma parte integrante da mobilidade, relacionada a ferramentas que a viabilizam. A mobilidade abre muitas lacunas relacionadas à acessibilidade, integração entre regiões, perfis de usuários, atenção aos não motorizados e condições sociais de uso do transporte público de maneira mais ampla.

Por isso, a mobilidade urbana pode ser entendida também como um princípio articulatório para outras pautas. Dentro do debate político sobre políticas de mobilidade urbana encontram-se a possibilidade de regularização de transportes clandestinos, o barateamento de tarifas para usuários, parcerias entre entes federados para viabilização de sistemas de transporte, a poluição atmosférica, o uso de combustíveis fósseis, condições de trabalho para trabalhadores de empresas da área e acessibilidade para deficientes, dentre outras demandas de grupos diversos que encontram seu espaço sob esta bandeira.

Da forma como vêm sendo conduzidas as obras de mobilidade no país da Copa e das Olimpíadas, essas trazem como efeito um perverso processo de remoções e de higienização urbana, expulsando de áreas bem localizadas segmentos pobres da população, em vez de incluí-los no processo de urbanização. Assim, se um grupo atingido pela obra de mobilidade é expulso para áreas mais afastadas de seus postos de trabalho e do acesso a serviços, e se seu deslocamento passa a levar mais tempo e a custar mais, tem-se aí uma promessa não cumprida do legado da Copa do Mundo.

No quadro abaixo, vemos o volume total dos recursos anunciados e os objetivos que depois serviram de base para vincular e desvincular os projetos escolhidos com a realização da Copa.

COPA 2014 - Plano de Mobilidade Urbana
Investimento total previsto

CIDADE	VALOR (R$)	INVESTIMENTO
SÃO PAULO	15,3 bilhões	65,4 km metrô + 279 km corredores de ônibus
RIO DE JANEIRO/SÃO PAULO	15,3 bilhões	550 km de trem
RIO DE JANEIRO	5,05 bilhões	26 km metrô + 111 km corredores de ônibus
NITERÓI	40 milhões	28,8 km corredores de ônibus
BELO HORIZONTE	211,7 milhões	5,5 km corredores de ônibus
PORTO ALEGRE	1,208 bilhões	82,2 km corredores de ônibus + 9,3 km trem metropolitano + 1,2 km aeromóvel
FORTALEZA	189 milhões	45 km corredores de ônibus
RECIFE/OLINDA	198 milhões	15 km Veículo Leve sobre Trilho (V.L.T)
NATAL	167 milhões	3,5 km metrô + 43,2 km recuperação de linhas (trem metropolitano)
MACEIÓ	141,3 milhões	36 km trem metropolitano
BRASÍLIA	710 milhões	5,8 km metrô
TOTAL	**38,51 BILHÕES**	

Uma dimensão de extrema importância é o impacto perverso que o prazo acelerado pode ter tido ao obrigar a cidade a se adequar ao termo de compromisso assinado com a FIFA e com o governo federal, que influencia o modelo de gestão das políticas, inclusive com flexibilizações de exigências como o licenciamento ambiental das obras, por exemplo. O fato de as obras estarem inseridas na Matriz de Responsabilidades lhes dava benefícios quanto ao financiamento no PAC da COPA, com a condição de que ficassem prontas para os jogos. Isso é importante para perceber o déficit democrático na governança desses projetos, em que a supressão de instâncias decisórias com participação popular vira a regra e a população

fica sem canais de intermediação política para tentar incidir sobre as políticas públicas executadas.

Assim, a escolha de quais seriam os meios de locomoção priorizados, rubricas definidas para gasto dos recursos, em quais regiões de cada cidade, quais modais foram escolhidos como prioritários, as concessões feitas e acessibilidade de tarifas, dentre outros pontos, são os fatores definidos a reboque dos interesses das empresas de transporte e dos bolsões de investimento das grandes construtoras e incorporadoras imobiliárias.

É também interessante ressaltar algumas das exigências contratuais da FIFA em relação a transporte, mobilidade e segurança, que impactam diretamente nessas decisões e também que afetam diretamente a vida dos cidadãos.

Seguem os documentos da FIFA assinados pelas cidades-sede:

"As cidades-sede concordam:

22.1 – Gestão de Transportes: A Cidade Sede deve cooperar plenamente com as autoridades competentes para desenvolver e implementar um plano de gestão de transportes durante a competição. A Cidade Sede se responsabiliza a adotar todas as medidas, inclusive transpondo procedimentos municipais e leis, para a plena execução do plano de gestão operacional de transportes, e oferecendo toda assistência quando requerida à FIFA, ao LOC ou às Autoridades Brasileiras. Isto pode incluir a previsão de acesso restrito ao tráfego em vias chaves para o LOC, os representantes FIFA, os times participantes e oficiais vinculados ao evento.

22.2 - Fechamento de vias: A Cidade Sede deve, mediante pedido razoável da FIFA e / ou LOC, a qualquer momento durante o período da competição, fechar o acesso público a todas as vias no perímetro urbano da Cidade Sede.

22.3 – Ônibus e Trens - A Cidade Sede deve, na medida em que está habilitada para fazê-lo, garantir que os ônibus locais e nacionais e serviços férreos dentro do seu perímetro metropolitano vão:

a) estar totalmente operacionais em cada dia de jogo, e

b) continuar a operar por um período de pelo menos quatro (4) horas após o término de cada jogo na cidade anfitriã.

22.6 – Acordo Ingresso / Transporte: A cidade anfitriã deve, em nome e sobre o respaldo do LOC, celebrar um acordo com a entidade local de transporte público que permita que qualquer portador de ingresso ou detentor de credenciamento possa utilizar o transporte público em dias de jogo livre de cobrança. O conteúdo deste acordo, incluindo a alocação dos respectivos custos para os bilhetes individuais, será determinado entre a entidade de transporte público responsável, a Cidade-Sede e o LOC.

26 – FIFA Fan Park Official

26.1 - Localização: A cidade anfitriã fornecerá à FIFA, de forma gratuita e emconformidade com as exigências, em um local adequado ou perto do centro da Cidade Sede, facilmente acessível por transportes públicos, para o estabelecimento e operação da FIFA, ou por um terceiro nomeado por esta, um Fan Park oficial da Copa do Mundo para o período que se inicia, pelo menos, seis (6) dias antes do primeiro jogo da competição e terminando 3 (três) dias após a última partida da competição.

Por essas referências, concluiu-se que a mobilidade durante a Copa não ocorreria com base nas obras do PAC, e sim por Operações Especiais de Trânsito.

Porto Alegre

O tema da mobilidade urbana é fundamental para entender a dinâmica de Porto Alegre e dos levantes populares, que têm lugar nela desde 2012/2013. Uma cidade que já teve um dos melhores transportes públicos do mundo e uma fortalecida empresa pública de transporte, hoje arde em contradições.

Historicamente deslocados para regiões periféricas da cidade, os trabalhadores e populações empobrecidas dependem diretamente dos serviços de transporte público para se deslocar ao trabalho, às áreas de lazer e aos serviços públicos no centro. O preço da passagem, no entanto, vem subindo vertiginosamente. Segundo estudo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos) intitulado "O desincentivo ao transporte coletivo em Porto Alegre", a tarifa de ônibus na Capital gaúcha subiu 670% entre 1994 e 2012. No mesmo período, a inflação aumentou apenas 310%. Além disso, com a expulsão (direta ou indireta) das populações mais pobres das áreas centrais, têm se formado bairros populares em regiões distantes da cidade, os quais têm um péssimo atendimento de transporte público, com poucas linhas e escassos horários.

Ano após ano, a prefeitura e os empresários do transporte público justificam o aumento da passagem por conta da inflação e dos aumentos no salário dos trabalhadores rodoviários (motoristas e cobradores de ônibus), que acontece em Janeiro. No entanto, os dados mostram que o reajuste da passagem de ônibus está bastante acima da inflação e não corresponde ao aumento salarial concedido aos funcionários das empresas. Segundo a mesma pesquisa do DIEESE,

"em 1994, o salário de um motorista comprava 1.184 passagens e, com o novo valor, em 2012, passou a comprar apenas 610. Isso significa que o valor das passagens cresceu 94,1% mais que o salário do motorista".

No início de 2014, os rodoviários deflagraram uma greve, que durou 30 dias, denunciando as condições de trabalho, a superexploração e os baixos salários – reajustados há anos apenas pelos índices da inflação, sem um aumento real.

Meses antes, já em Março de 2013, as marchas que colocaram mais de dez mil pessoas na rua, convocadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, denunciaram o preço abusivo das passagens de ônibus e colocaram em pauta a bandeira do transporte público como um direito humano - e mais do que isso, colocou em pauta uma questão que há muito não vinha sendo discutida: a cidade.

Os atos realizados semanalmente conseguiram, no dia 1º de Abril de 2013, barrar o aumento da passagem daquele ano (de R$ 3,05 para R$ 2,85 e, depois, para R$ 2,80 com os sub-

sídios do governo federal) pela força das ruas e com a vitória de uma liminar na Justiça (encaminhada pelo vereador do PSOL, Pedro Ruas). Segundo o MPC (Ministério Público de Contas), na época, os cálculos da tarifa estavam sendo praticados de forma irregular, contando os veículos que ficavam parados na garagem e sem computar as verbas de publicidade . Em 2014, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) denunciou a irregularidade da concessão do serviço de transporte público em Porto Alegre, feito sem licitação, e ordenou a abertura imediata do processo licitatório.

Nesse contexto de intensa discussão sobre os modelos de transporte público e de cidade, quando a população de Porto Alegre anseia por participar e decidir sobre o modelo de transporte na cidade, as decisões do poder público sobre obras de mobilidade urbana na cidade seguem sendo realizadas sem considerar as reais necessidades dos que circulam nela. As obras viárias executadas para a Copa do Mundo FIFA 2014 contemplam o deslocamento do público que virá aos jogos, negligenciando aquelas demandas represadas há anos, como a de aperfeiçoar as vias e o transporte coletivo para as zonas mais populosas da cidade, como a Zona Norte. Além disso, nenhuma delas rompe com a lógica hegemônica de incentivo ao transporte individual, que não desloca a maioria da população.

Como foram decididas as obras de mobilidade urbana em Porto Alegre?

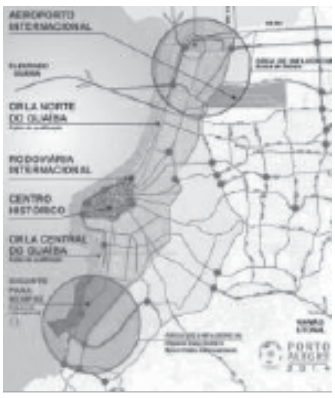
Segundo o trabalho de Letícia Schwantes (2013), "a inclusão das obras na Matriz de Responsabilidades, em 2010, garantiu privilégios na obtenção de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, com a condição de que a obra estivesse pronta até o início dos jogos". A partir da pesquisa da ABDIB (Associação Brasileira das Indústrias de Base), contratada pelo governo federal para investigação das cidades-sede da Copa, foram definidas 268 ações necessárias para Porto Alegre, para que a cidade se tornasse perfeitamente apta em relação a todos os setores de infraestrutura.

"Em 2008, o governo federal contratou a empresa para realização de um levantamento, avaliando as necessidades de desenvolvimento de cada cidade. Um levantamento completo, analisando a totalidade das cidades e regiões metropolitanas, para montar um perfil das reais necessidades de desenvolvimento delas em todos os setores: transporte, educação, saúde, lazer, infraestrutura. Assim, foram indicados vários requisitos necessários para adequação da cidade, conforme os parâmetros técnicos de cada setor. Durante todo o processo dezenas de técnicos analisaram dados referentes a nove modalidades: portos, aeroportos, mobilidade urbana, rede hospitalar, segurança pública, energia, telecomunicações, saneamento básico e rede hoteleira, nas 18 cidades candidatas, comparando o estágio em que se encontravam e apontando os investimentos viáveis e sustentáveis para atingir os patamares adequados para receber os jogos em 2014. Do estudo, derivou um diagnóstico completo da situação da infraestrutura brasileira e os resultados deste levantamento foram entregues às autoridades governamentais".

Com base neste estudo, nas exigências da FIFA (entorno do estádio e necessidade de deslocamento) e de uma ideia particular de "legado", a prefeitura escolheu as 12 obras de mobilidade urbana que entraram para a Matriz de Responsabilidades "numa decisão puramente tecnocrática" (Schwantes, 2013), já que não contou com nenhum espaço de participação ou consulta à população. Foi definido, então, o chamado "territorial preferencial", uma área dentro da cidade onde a Copa se desenvolveria. Criou-se um eixo - norte-sul - iniciando pelo estádio do Grêmio (que ainda não estava construído à época), passando pelo estádio Beira-Rio até a região do Hipódromo (Jockey Club), no bairro Cristal. Dentro desse espaço preferencial, foram eleitas ainda as ações preferenciais (as 12 obras). Tudo isso foi "decisão de governo", segundo os gestores entrevistados na pesquisa.

O Planejamento Prioritário da Copa na cidade de Porto Alegre

Em Porto Alegre, a mobilidade urbana foi o principal eixo das intervenções governamentais a partir da assinatura da Matriz de Responsabilidade. Abaixo, podemos visualizar a área de planejamento prioritário estabelecido pela prefeitura para a Copa:



No mapa é possível visualizar claramente que os projetos de infraestrutura denominados como prioritários foram definidos em função da mobilidade necessária para o megaevento. Em sua maioria, as obras foram projetadas em áreas centrais, já providas de infraestrutura e serviços urbanos, vinculadas diretamente ao turismo da Copa. Essas convergem com o "Corredor da Copa", área definida pela FIFA que se configura a região de maior concentração e fluxo de turistas e de demanda por produtos e serviços. Em Porto Alegre, esse corredor partiu do Aeroporto Salgado Filho e da Arena do Grêmio, passando pelo centro da cidade até o Estádio Beira-Rio (estádio oficial da competição), abrangindo a Zona Sul da Capital. Em grande medida, proporcionou uma melhor mobilidade aos turistas e espectadores dos jogos, no acesso aos "territórios da FIFA".

Em relatório sobre o acompanhamento dos projetos de mobilidade até Julho de 2013, o TCE-RS afirmou que todas as 10 obras (o sistema BRT compreende quatro projetos, incluindo o monitoramento dos corredores) e etapas "estão em atraso com relação aos prazos estabelecidos nos cronogramas físico-financeiros de seus contratos". Segundo os auditores, o descumprimento do cronograma "evidencia falhas de planejamento e de organização" e "favorece o aumento do custo global" das obras, além de diminuir a

qualidade de vida dos portoalegrenses, obrigados a conviver por mais tempo com os transtornos causados pelos bloqueios parciais ou totais de vias. Ainda, de maneira geral, "alguns projetos básicos apresentavam ausência de elementos que permitissem uma análise técnica dos projetos" (Andrea Mallmann, auditora do TCE para o site G1).

Outro fator agravante foi o fato de que todos os projetos de mobilidade da cidade de Porto Alegre foram doados à prefeitura pelo CIERGS (Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul). Na avaliação do órgão, o contrato de cooperação firmado em 2009, com o intuito de agilizar o início das obras, "não surtiu o efeito desejado". Os documentos só foram entregues para análise da Caixa Econômica Federal dois anos depois, em Agosto de 2011, e sem todas as informações necessárias, o que atrasou a liberação dos recursos e causou retrocesso e erros de projeto - que dificultaram a implantação no canteiro de obras.

A sociedade civil da Capital se posicionou sobre o ocorrido. O presidente do departamento estadual do IAB/RS (Instituto de Arquitetos do Brasil), Tiago Holzmann da Silva, em diversos espaços salientou a falta de planejamento dos projetos e o fato de que muitas das obras que estão em andamento na cidade não vão resolver os problemas de mobilidade urbana da capital.

"A gente percebe, com muita clareza, independente da qualidade das obras, a falta de planejamento. Foram feitas de maneira apressada, sem planejamento do ponto de vista urbanístico e também dos projetos. Não há um grupo qualificado que pense no projeto de cidade que nós queremos e estamos construindo", Tiago Holzzmann da Silva - Presidente do IAB/RS.

Portanto, não houve nenhum espaço de participação em que os planos e projetos fossem debatidos; não ocorreram audiências públicas (ou não foram amplamente divulgadas), sendo que algumas das obras de mobilidade tiveram profundos impactos na vida de populações inteiras.

Transporte Cicloviário em Porto Alegre

Há, nos últimos anos, um visível aumento de ciclistas nas ruas de Porto Alegre. Diversas pessoas têm se tornado adeptas dessa modalidade de transporte para se deslocar ao trabalho, à escola, à universidade, diversos afazeres e para o lazer. O uso da bicicleta oportuniza um modo de vida mais saudável para aquele que pratica e também para a cidade. Além de beneficiar a saúde do ciclista, diminui o número de pessoas que utilizam o transporte público e minimiza os poluentes emitidos por outras formas de transportes.

Um exemplo do aumento do cicloativismo na cidade é a criação da Associação de Ciclistas de Porto Alegre, em 2011, a qual visa buscar melhores condições para os usuários da bicicleta em suas diversas modalidades; as pedaladas mensais do Massa Crítica e diversos outros eventos que ocorrem na cidade, reunindo pessoas para pedaladas coletivas com o objetivo de difundir este meio de transporte.

No entanto, o aumento de ciclistas nas ruas não vem sendo acompanhado por melhorias de infraestrutura e investimentos do poder público municipal, nem por campanhas que visem a segurança da população que se utiliza da bicicleta como meio de transporte. Há um claro despreparo de motoristas (de carros, ônibus, caminhões etc) e grande intolerância no compartilhamento das vias públicas com ciclistas, tornando as ruas inseguras às pedaladas.

No dia 20 de Março de 2014, o site da Rádio Gaúcha (Grupo RBS) publicou a notícia "mais uma ciclista morre atropelada por ônibus na Capital nesta quinta-feira". A jovem atropelada tinha 19 anos. Nesse mesmo dia, outra jovem, de 21 anos, já tinha sido atropelada por um ônibus e veio a falecer. Na notícia é informado que, segundo dados da EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação), entre 2012 e 2013 houve um aumento de 80% no número de mortes de ciclistas.

Uma pessoa de bicicleta morre a cada três dias no Estado. Essa é a média registrada no trânsito gaúcho no primeiro trimestre do ano. O aumento, em relação ao mesmo período do ano passado, é de 40,9%. O crescimento, que tem como base os dados do DETRAN/RS (Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul) é muito superior ao aumento geral de números de mortes (4,4%).

Embora a prefeitura, nas obras de mobilidade para a Copa do Mundo, tenha incluído ciclovias e tenha implementado, recentemente, bicicletas públicas, essas medidas ainda são insuficientes para cumprir o Plano Cicloviário, aprovado em 2009. A luta para implementar o FMASC (Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário) mobilizou muitos desses movimentos, já que a Capital gaúcha tem uma malha cicloviária muito escassa, ao ser comparada a outras capitais, e a necessidade cada vez maior de buscar alternativas aos problemas de tráfego na cidade.

A despeito da execução de 20,5km previstos no Plano Cicloviário, que entrou em vigor em 2009, a prefeitura ainda não investiu recursos suficientes para isso. Desde a aprovação da emenda que previa a garantia de recursos para o PDCI (Plano Diretor Cicloviário Integrado), a prefeitura de Porto Alegre deveria ter destinado um total de R$ 10.865.138,20 somente nos primeiros três anos em que utilizou, respectivamente, apenas 5,71%, 8,71% e 8,98% do montante devido . Essa negligência tem custado vidas.

Já o índice de motorização aponta que a cidade segue a tendência das capitais, que é de aumento de veículos. No ano de 2010, havia aproximadamente um carro para cada dois habitantes, segundo o relatório "Porto Alegre em Análise", do Observatório da Cidade de Porto Alegre. Embora o índice de motorização da cidade esteja em uma situação intermediária dentre as capitais analisadas, Porto Alegre enfrenta problemas de congestionamento cada vez mais graves.

O Plano Cicloviário de Porto Alegre

O Projeto de alteração do Plano

Cicloviário (PLC 10/13), elaborado pelo executivo municipal, visa acabar com uma conquista da cidade: a vinculação do percentual de 20% das verbas arrecadadas com multas de trânsito para a construção de ciclovias e campanhas educativas. Essa conquista foi resultado da aprovação, em 2009, da Lei Complementar 626, que criou o PDCI – o qual, quando aprovado, tinha como previsão a construção de 400km de ciclovia e ciclofaixas na Capital. No entanto, já se passaram cinco anos e temos apenas 20,5km de vias para ciclistas, que não são interligadas, dificultando a vida de quem opta pela bicicleta como meio de transporte.

O Fundo de Gestão do PDCI (PL 35/13) foi protocolado no mandato pelo vereador Marcelo Sgarbossa, em Janeiro de 2013, com o objetivo de manter a obrigação de investir 20% das multas nas ciclovias e nas campanhas de educação do trânsito. O projeto foi aprovado em votação simbólica, em 14 de Abril do mesmo ano, mas a base do governo contestou e conseguiu reverter a aprovação em nova votação realizada logo após, em 12 de Maio. O prefeito José Fortunati (PDT) e o diretor-presidente da EPTC, Vanderlei Cappellari, refizeram o projeto original, enviando o PLCE 10/13, que acabava com a obrigação de a prefeitura investir 20% das multas em ciclovias e campanhas educativas, como manda o Plano Cicloviário.

Segundo declaração do vereador Marcelo Sgarbossa (PT) a Prefeitura nunca cumpriu a determinação de arrecadação das multas para a construção de ciclovias e campanhas de educação. Foi por causa disso que, em Janeiro de 2012, o LAPPUS (Laboratório de Políticas Públicas e Sociais), provocou o MP (Ministério Público) a ingressar com uma ação na Justiça buscando obrigar o Executivo a cumprir a lei. O MP constatou que, até o fim de 2011, cerca de R$ 6,3 milhões deixaram de ser aplicados em ciclovias e ações de educação no trânsito na Capital. Depois, a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre condenou a prefeitura e a EPTC (em 28 de Agosto de 2013) a investir todos os recursos que não foram aplicados desde 2009. Também estabeleceu multa diária de R$ 2 mil em caso do não cumprimento da decisão judicial.

Para se evitar uma possível condenação por improbidade administrativa dos gestores públicos envolvidos, a EPTC e o Executivo decidiram encaminhar o Projeto de Lei 10/13, que, ao mesmo tempo em que cria o Fundo, acaba com a vinculação da receita das multas. O que pode acontecer agora é que quando se for solicitar verba para ciclovias ou ações educativas, a prefeitura pode simplesmente alegar que não tem recursos, como faz com inúmeras outras áreas.

Obras de Mobilidade

As obras de mobilidade em Porto Alegre possuem uma lógica de incentivo ao transporte individual e foram definidas com base no "território preferencial". Inicialmente incluídas na Matriz de Responsabilidades, elas foram retiradas da rubrica e, logo depois, do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Copa, em Junho de 2013, em meio aos protestos que tomavam a cidade. O anúncio foi feito juntamente com o da diminuição nos preços das passagens de ônibus. "Agora não podem dizer que são contra as obras da Copa em Porto Alegre", afirmou o prefeito.

As obras causaram uma série de impactos, desde a ameaça ao direito à moradia, mudanças na legislação urbana, prejuízos ambientais como o corte de árvores, transtornos no trânsito e no cotidiano dos moradores do entorno (ruídos, entulhos, poluição etc). Foram realizadas também com muita falta de informação e de participação dos atingidos e da própria população portoalegrense.

O atraso nas obras multiplicou os impactos que geraram transtornos e, principalmente, aqueles que implicaram a remoção de famílias, como na duplicação da Avenida Tronco e na ampliação da pista do aeroporto. Nesses dois locais, a demora no reassentamento causou e ainda ocasiona muitos problemas, já que as pessoas vivem entre os entulhos daqueles que já se mudaram.

A) Duplicação da Avenida Tronco
Custo: R$ 156 milhões.
Prazo anterior: Maio de 2014.
Novo prazo: indeterminado.
Status: Não ficou pronta para a Copa do Mundo de 2014

Essa obra foi apresentada como prioritária, pois por esta avenida seria feito o desvio do trânsito em torno do Estádio Beira Rio nos dias de jogo, e seria uma importante via de ligação entre a Zona Sul e o Centro da cidade. No entanto, além de não ficar pronta para o Mundial, esta é uma das obras com maior impacto sobre a população, removendo mais de 1.500 famílias que vivem há muitas décadas na região, por onde passará a avenida duplicada. Ao priorizar a obra viária em detrimento do plano de reassentamento, a prefeitura começou a obra em Maio de 2012 e deu início à remoção, concedendo valores insuficientes para a aquisição de novas moradias (por meio do Bônus Moradia e do Aluguel Social), sem indenizar a posse e sem discussão ou participação efetivas dos moradores. Atualmente, a obra não está mais no PAC da Copa, tendo passado ao PAC Mobilidade. A falta de adequação do projeto inicial da obra tem obstaculizado o repasse de recursos por parte da Caixa Federal, financiadora do projeto. A obra está sendo realizada em um ritmo bastante lento; só foi executado um dos quatro trechos licitados – no qual, justamente, não havia remoções. Foram retiradas apenas 30% das famílias previstas. As que permanecem na região resistem à remoção da forma como vem sendo feita pela prefeitura; muitas delas têm identificação clara com a campanha Chave por Chave, que será mais detalhadamente descrita no capítulo sobre moradia.

B) Duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva (Avenida Beira Rio) e Corredor da Avenida Padre Cacique
Custo: R$ 119,2 milhões
Prazo anterior: Maio de 2014
Novo prazo: não há

Status: concluída

As obras foram exigência da FIFA para a realização dos jogos no Estádio Beira Rio. Entre o estádio, a Avenida Beira Rio e o corredor da Avenida Padre Cacique, uma considerável área do entorno no local dos jogos foi limpa e diversos comércios, escolas de samba e a Ocupação 20 de Novembro, organizada pelo MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), foram retirados dali. Hoje, este terreno encontra-se vazio, contribuindo para especulação imobiliária.

C) Duplicação da Avenida Voluntários da Pátria
Custo: R$ 95,3 milhões
Prazo anterior: Maio de 2014
Novo prazo: indeterminado
Status: não concluída

Os trabalhos de duplicação de 3,5 km da Avenida Voluntários da Pátria, hoje, estão praticamente parados. A prefeitura enfrentou problemas para desapropriar moradores e comerciantes, que ingressaram com ações na Justiça. Além disso, um sítio arqueológico foi encontrado no subsolo e a obra, desde então, precisa ser acompanhada por um arqueólogo. As obras no trecho entre a Rua Ramiro Barcelos e a Avenida Sertório tiveram ordem de início no final de Setembro/2013, e a Estação São Pedro, do TRENSURB (metrô metropolitano) não havia sido licitada até Junho/2013, diz o TCE-RS (Tribunal de Contas do Estado).

D) Prolongamento da Avenida Severo Dullius
Custo: R$ 83 milhões
Prazo anterior: Maio de 2014
Novo prazo: indeterminado
Status: não concluída

As obras não foram iniciadas e não ficaram prontas até a Copa do Mundo. O atraso foi ocasionado por entraves nas desapropriações dos imóveis e nas licenças ambientais: o projeto básico previa a execução do traçado da via sobre um aterro sanitário, com necessidade de remoção de grande volume de lixo. Com isso, a licença ambiental não foi emitida. O projeto, então, teve de ser alterado.

E) Obras da 3ª Perimetral
Custo: R$ 194,1 milhões
Prazo anterior: Maio de 2014
Novo prazo: indeterminado
Status: não concluída

No contexto da Copa do Mundo foram incluídas cinco "Obras de Arte" na 3ª Perimetral, nos seguintes cruzamentos: Av. Ceará sob Av. Farrapos (1- passagem subterrânea); Rua Anita Garibaldi sob Av. Carlos Gomes (2-passagem subterrânea); Av. Cristóvão Colombo sob Rua Dom Pedro II (3 - passagem subterrânea); Rua Salvador França e Av. Coronel Aparício Borges com Av. Bento Gonçalves (4 - viaduto); e Av. Carlos Gomes com Av. Plínio Brasil Milano (5- viaduto). Nenhuma das cinco intervenções no trecho de 9km da Terceira Perimetral ficaram prontas para Junho de 2014. Na Rua Anita Garibaldi, a obra parou por causa de uma rocha encontrada no subsolo. Além disso, desde 2012 e durante 2013, moradores da região protagonizaram protestos contra a obra, montando acampamentos e manifestações. A intenção dos manifestantes (parte da vizinhança do local) era contestar a obra, que de acordo com eles "não resolve o problema de mobilidade", e discutir alternativas com o Poder Público. Ambientalistas também estavam envolvidos e, junto com os moradores, criticaram a obra, que iria deixar a região com mais trânsito de automóveis e poluição. Já na Av. Plínio Brasil Milano, o entrave é uma disputa judicial para a desapropriação de uma revendedora de veículos.

F) Viaduto do Complexo da Rodoviária
Custo: R$ 31,5 milhões
Prazo anterior: Maio de 2014
Novo prazo: indeterminado
Status: não concluída

O projeto do Complexo da Rodoviária compreende a construção do viaduto da Avenida Júlio de Castilhos e a estação de ônibus com acesso subterrâneo. Segundo a prefeitura, o cronograma atrasou porque, durante as perfurações no solo, uma tubulação foi encontrada e o projeto de um pilar teve que ser alterado. Já a estação de ônibus ainda não foi licitada.

G) Sistema de ônibus rápido (BRT's)
Custo: R$ 208,8 milhões
Prazo anterior: Maio de 2014
Novo prazo: indeterminado
Status: obras atrasadas e com etapas não licitadas; não concluída para a Copa

A implantação do Sistema BRT faz parte, segundo a prefeitura, do PITMUrb (Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana), elaborado pelas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), com financiamento do governo federal, a ser implementado até 2033. A implantação dos BRTs fazia parte das "intervenções de curto prazo", com horizonte para a Copa do Mundo, enquanto o metrô é para "médio prazo", com início previsto para 2015. Além das obras do BRT's não estarem prontas para a Copa de 2014, todo o novo sistema de ônibus será implementado com base na licitação que o poder público municipal deve fazer para a concessão dos serviços de transporte público. No entanto, a licitação apresentada pela prefeitura reproduz o modelo anterior de cálculo da tarifa, inclusive prevendo aumentos na passagem, que já tem um valor alto para a maioria da população, e de repassar a empresas privadas a administração do transporte público. Embora muitos movimentos sociais e a população da cidade anseiem por opinar e participar das discussões sobre os modelos de transporte público e de mobilidade urbana, não existe nenhuma previsão de participação popular na implementação do sistema BRT e do PITMUrb.

A implementação dos BRTs inclui quatro projetos: os corredores das avenidas João Pessoa, Bento Gonçalves e Protásio Alves e a central de monitoramento. Vários problemas atrasaram o cronograma, que fizeram com que o novo sistema de transporte público ficasse para depois da Copa do Mundo. O último deles foi um apontamento do TCE, que detectou sobrepreço superior a R$ 1 milhão na execução das obras. Após o Executivo prestar esclarecimentos, os trabalhos foram liberados e retomados. A falta de areia para a construção civil em função da suspensão judicial da extração no Rio Jacuí também afetou o cronograma.

H) Ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho

O projeto está vinculado ao PAC Transporte (Aeroportos), e algumas outras obras estavam diretamente vinculadas à Matriz de Responsabilidade para a realização da Copa

2014 na cidade de Porto Alegre.

A realização da obra resulta da articulação, em esfera nacional, de três entidades: a INFRAERO, que destinou recurso inicial em torno de R$ 5,4 bilhões para 14 aeroportos (incluídos os das cidades-sedes dos grandes eventos esportivos); o Ministério do Esporte, que participou das discussões com vistas para a Copa de 2014, e o Ministério das Cidades, sobretudo em relação aos eixos Transportes e Habitação.

No âmbito do PAC, a previsão de investimentos nos aeroportos tinha por objetivos garantir atendimento à crescente demanda, em especial nas cidades-sede da Copa de 2014; fortalecer a estrutura de armazenagem e distribuição de cargas; e assegurar as condições de segurança operacional. No ano de 2007, o governo do Estado do Rio Grande do Sul publicou documento do Fórum Temático Infraestrutura, assinalando a necessidade da ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Conforme o projeto proposto, o objetivo era ampliar a competitividade nas exportações do estado. Por sua vez, a realização dos jogos para a Copa de 2014 e o aporte de turistas na cidade levou o município a se envolver no processo, constituindo-se em mais um ente federativo a se empenhar para a concretização das obras no aeroporto. A prefeitura ficou responsável pelo processo de reassentamento das famílias da Vila Dique, diretamente atingidas pela obra.

Considerando os objetivos elencados no projeto pelo PAC (transporte de passageiros, de cargas e melhorias no sistema de navegação aérea), as intervenções foram definidas em três empreendimentos: ampliação da pista, construção de um novo complexo de logística de cargas (pátio para aeronaves, edifício de administração e órgãos públicos, estacionamentos de caminhões e veículos) e a instalação de equipamento ILS2, que permitissem visibilidade em dias nublados e com nevoeiro.

Quando se discutiu a inclusão das obras do aeroporto na Matriz de Responsabilidades da Copa, havia a expectativa de conclusão de todas as etapas para o Mundial de 2014. No entanto, segundo o 7º Balanço do PAC2 (segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento), as obras do terminal de cargas tiveram prazos estendidos para além de 2014, e a avaliação foi classificada no documento como "situação preocupante". Quanto à ampliação da pista, também entrou no novo cronograma com data para conclusão não divulgada; mas também não ficou pronta para a realização do evento. Outras melhorias foram consideradas estratégicas para a realização da Copa do Mundo, tais como a instalação dos módulos operacionais (que realmente entraram em funcionamento) e a ampliação do terminal de passageiros, com previsão de conclusão da primeira fase em Maio de 2014.

Da mesma forma como ocorreu a articulação entre as três esferas governamentais para encaminhar as obras do aeroporto, foi dado o tratamento para a disponibilização de área para as obras pela Prefeitura, responsável pelo reassentamento dos moradores atingidos. As questões relacionadas à moradia foram tratadas dentro do PAC - Urbanização de Assentamentos Precários, por meio de desapropriações e também com a construção do Complexo Porto Novo , com recursos do PMCMV (Programa Minha, Casa Minha Vida). A remoção dos moradores da Vila Dique e Vila Nazaré, para a ampliação da pista do aeroporto, causou uma série de problemas e violações de direitos humanos (Ver item sobre a Moradia).

Às vésperas dos jogos da Copa do Mundo, a obra estava paralisada e não ficou pronta. Para o evento, apenas a ampliação e reforma do piso térreo de desembarque do aeroporto esteve disponível, contando com esteiras novas para restituição de bagagem.

O serviço de transporte público na cidade de Porto Alegre

(Anderson Girotto, integrante do Bloco de Lutas e Militante do Movimento dos Sem Terra - MST)

Todos os dias, subimos em um ônibus das linhas dos consórcios de Porto Alegre (CONORTE, STS e UNIBUS) ou da empresa pública CARRIS. Depois de passar o cartão na leitora, ou repassar algumas moedas para o cobrador, o valor da passagem é contabilizado como uma receita na caixa registradora da empresa que está prestando o serviço. Por ser algo, quase natural, não notamos, o quanto se gasta com as passagens do ônibus. Veja quanto você paga para se locomover na Capital gaúcha:

Tabela 1 - Comparação dos valores desembolsados com transporte na cidade de Porto Alegre

Passag/Dia*	1 MÊS**	1 ANO***	10 ANOS	20 ANOS
1	147,50	1.770,00	19.824,00	44.405,76
2	295,00	3.540,00	39.648,00	88.811,52
3	442,50	5.310,00	59.472,00	133.217,28
4	590,00	7.080,00	79.296,00	177.623,04
5	737,50	8.850,00	99.120,00	222.028,80

* Valor inicial da passagem; R$ 2,95.

** Média mensal de 50 passagens

*** Considerando o aumento médio de 10% a.a.

O serviço de transporte intermunicipal é um direito assegurado a todos os brasileiros pela Constituição Federal de 1988 e é dever das prefeituras municipais disponibilizar às pessoas este serviço. No entanto, na grande maioria dos municípios brasileiros as prefeituras repassam concessões para que empresas privadas

realizem o serviço de transporte na cidade.

Para fins da concessão do transporte, a cidade de Porto Alegre está organizada em três "bacias": Norte/Nordeste, Leste/Sudeste e Sul. Para cada bacia há um consórcio (junção de diversas empresas em um único grupo, a fim de viabilizar o transporte público de uma determinada bacia). Já as linhas Circulares (as linhas C's), que circulam no centro da cidade, e as linhas Transversais (os T's) são operadas pela empresa publica CARRIS.

Tabela 2 - Empresas que compõem os consórcios responsáveis pelo transporte público em Porto Alegre

Bacia	Consórcio	Empresas
Sul	STS	Viação Belém Novo
		TINGA
		TREVO
		VTC
Norte/Nordeste	CONORTE	Navegantes
		Nortran
		SOPAL
Leste/ Sudeste	UNIBUS	Sudeste
		Viação Alto Petrópolis
		Viação Presidente Vargas
		Estori
		Gazometro

As 12 empresas privadas, organizadas em três consórcios, são responsáveis por 78% das linhas de ônibus urbano intermunicipal da Capital gaúcha.

A histórica redução da tarifa

As lutas sociais reivindicando melhorias no serviço de transporte público foram travadas, em parte, por estudantes e têm como foco a redução do preço da tarifa. Com isso, os organismos públicos responsáveis pelo aumento das passagens construíram artifícios para reajustar as tarifas nas férias escolares; quando os estudantes voltavam para as aulas, a passagem já havia aumentado.

No entanto, em Dezembro de 2012 um grupo de trabalhadores rodoviários, junto com o Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, conseguiu adiar a votação do aumento da tarifa no COMTU (órgão responsável pela votação do aumento das passagens), prorrogando assim a decisão para quando os estudantes já estivessem em aula. Com isso, a votação do reajuste foi adiada para o começo do ano de 2013.

Em 25 de Março daquele ano foi aprovado o aumento da passagem, que passou de R$ 2,85 para R$ 3,05. Como os estudantes já haviam voltado das férias e estavam em aula, acontecem protestos em frente à PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do RS) e à UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), principais universidade da cidade; os estudantes bloqueiam as avenidas Ipiranga e Bento Gonçalves, reivindicando a revogação do aumento e o passe livre. A BM (Brigada Militar, a Polícia Militar gaúcha) acabou com os protestos com violência, deixando vários participantes feridos.

Após a ação truculenta da BM, organizou-se um evento por meio do Facebook para o outro dia, em frente da prefeitura, no centro de Porto Alegre. Novamente os manifestantes são reprimidos pela polícia; uma manifestante é presa e levada ao Palácio da Polícia (sede da polícia militar gaúcha). Mais de 3 mil manifestantes caminham até o local onde estava presa a companheira; logo depois ela é solta, e as manifestações se sucedem, ganhando cada vez mais adeptos.

Tabela 3 - Histórico do aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre

ANO	TARIFA(R$)	Variação +/-	Valor	%
1994	R$ 0,37			
1995	R$ 0,48	+	**R$ 0,11**	**30%**
1996	R$ 0,55	+	**R$ 0,07**	**15%**
1997	R$ 0,60	+	R$ 0,05	9%
1998	R$ 0,65	+	R$ 0,05	8%
1999	R$ 0,70	+	R$ 0,05	8%
1999	R$ 0,80	+	**R$ 0,10**	**14%**
2000	R$ 0,85	+	R$ 0,05	6%
2001	R$ 0,95	+	**R$ 0,10**	**12%**
2002	R$ 1,10	+	**R$ 0,15**	**16%**
2003	R$ 1,45	+	**R$ 0,35**	**32%**
2004	R$ 1,55	+	R$ 0,10	7%
2005	R$ 1,75	+	**R$ 0,20**	**13%**
2006	R$ 1,85	+	R$ 0,10	6%
2007	R$ 2,00	+	R$ 0,15	8%
2008	R$ 2,10	+	R$ 0,10	5%
2009	R$ 2,30	+	**R$ 0,20**	**10%**
2010	R$ 2,45	+	R$ 0,15	7%
2011	R$ 2,70	+	**R$ 0,25**	**10%**
2012	R$ 2,85	+	R$ 0,15	6%
mar/13	R$ 3,05	+	R$ 0,20	7%
abr/13	R$ 2,85	-	-R$ 0,20	7%
jul/13	R$ 2,80	-	-R$ 0,05	
2014	R$ 2,95	+	R$ 0,15	5%
Média Anual dos Últimos 20 Anos				**10%**

No dia 1º de Abril de 2013, mais de 10 mil pessoas, organizadas no

Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, saíram às ruas reivindicando a revogação do aumento da tarifa e transporte 100% Público. O resultado das mobilizações populares foi a revogação do aumento da tarifa no dia 04 de Abril, por meio de uma liminar expedida pelo juiz Hilbert Maximiliano Obara. A partir dessa vitória, estava consolidado o Bloco de Lutas Pelo Transporte 100% Público.

A prefeitura é obrigada a licitar o serviço de transporte

O processo licitatório que a prefeitura de Porto Alegre deveria realizar, em que repassaria "legalmente" a concessão para empresas privadas prestarem o serviço de transporte, está há mais de 25 anos atrasado. As empresas privadas que prestam esse serviço, hoje na cidade, não têm permissão legal, válida pela legislação brasileira para explorar este serviço.

De acordo com a decisão do procurador Carlos Roberto Lofego Caníbal, no Processo CRLC Nº 700583311661[76], no qual descreve "(...) a urgência no cumprimento das normas legais, máxime da Constituição Federal só faz crescer, a cada dia, a cada hora, a cada minuto, a cada segundo que se passa sem que a Administração Pública do Município de Porto Alegre tome as medidas necessárias para cumprimento do mandamento constitucional, deflagrando processo licitatório que está atrasado em, pelo menos, 25 anos, três meses e 25 dias". Data da decisão: 29 de Janeiro de 2014.

Na mesma decisão, o desembargador do TJ/RS (Tribunal de Justiça) aponta as ilegalidades cometidas pelas empresas privadas que realizam este serviço no município de Porto Alegre. " (...) Com efeito, a meu ver, a inércia da Administração Pública Municipal somente vem em benefício das empresas que, sem qualquer legitimidade, por não terem participado de processo seletivo, vêm explorando o serviço de transporte público coletivo no Município de Porto Alegre, prestando um serviço a cada dia mais deficitário, de péssima qualidade, em total prejuízo à população, em especial aos usuários do transporte coletivo urbano, em manifesta violação às Leis Federais nº 8.987/95277 e 12.587/2012378". Segundo essa decisão, as 12 empresas da Tabela 2 estão violando as leis, estão cometendo crimes, não prestam um serviço adequado e reajustam as tarifas sem apresentar contrapartida aos usuários.

Em decisão do dia 30 de Janeiro de 2014, do mesmo processo contra a prefeitura de Porto Alegre, consta: "(...) determinar que o Município de Porto Alegre deflagre o processo licitatório dos serviços de transporte público coletivo também da bacia operacional Norte, publicando o respectivo Edital em, no máximo, 120 (cento e vinte) dias, como expressamente requerido, por estar tal bacia atrelada à definição do metrô, a contar da ciência desta decisão, e concluindo o certame no prazo máximo também de 120 dias (...)".

A partir dessa decisão, a prefeitura de Porto Alegre foi obrigada, pela Justiça, a realizar o processo licitatório de repasse da concessão das linhas do transporte público para a iniciativa privada.

A licitação

No dia 28 de Março, a prefeitura lançou a público o edital de licitação da concessão do serviço de transporte de Porto Alegre, causando um reboliço na pacata situação dos atuais exploradores do serviço.

Do ponto de vista prático; da qualidade e quantidade dos veículos, diminuição significativa de passageiros por m², a licitação lançada pela prefeitura não apresentou novidades. O edital não demonstrou melhorias no sistema de transporte; objetivou apenas legalizar o funcionamento do sistema, e não melhorar a prestação deste serviço público.

Ao chegar a tão aguardada hora da abertura dos envelopes, no dia 03 de Junho, após divergências entre o TJ e o TCE-RS quanto à legalidade do edital, sentenciou-se que sim, o edital atendia a legislação e de que estava apto. No entanto, as empresas que deveriam se habilitar para prestar os serviços não apresentaram propostas, e nenhum envelope foi aberto.

Ao observar o edital 01/2014 ao no final página 03, uma tabela discreta apresenta alguns números nada discretos: os valores estimados dos contratos. Se somarmos a receita das três bacias durante os 20 anos e considerar um aumento médio de 10% ao ano, o valor dos contratos pode chegar a R$ 20 bilhões.

76 Disponível na integra no endereço; http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc, pesquisar pelo n° do processo.

77 Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.
§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

78 Art. 5º A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios: (omissis)
IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; (omissis)
Art. 8º A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes: (omissis)
II - melhoria da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços; (omissis)
VI - modicidade da tarifa para o usuário;

Tabela 4 - Valores estimados dos contratos lançados no Edital da licitação que não aconteceu:

LOTE	BACIA	VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	**Correção 6%a.a**
1	NORTE/NORDESTE	3.318.925.051,11	3.982.710.061,33
2	LESTE/SUDESTE	2.921.068.129,98	3.505.281.755,98
3	SUL	3.733.024.131,58	4.479.628.957,90
		9.973.017.312,67	11.967.620.775,20
TOTAL CORRIGIDO			**21.940.638.087,87**

*Valores corrigidos com média de 10% ao ano

Contratos que enchem os olhos de qualquer empresa capitalista. Considerando um aumento na demanda e a passagem antecipada, há elementos suficientes para questionar o atual sistema. Repassar para empresas privadas as concessões para a exploração do serviço de transporte na cidade de Porto Alegre é a solução?

As mobilizações populares já apontaram para a caótica situação do transporte; o povo não quer respostas, o povo quer soluções. Entretanto, a prefeitura e seus representantes José Fortunati (prefeito) e Vanderlei Capellari (presidente da EPTC, órgão da prefeitura responsável pelo transporte e a circulação) parecem não dar ouvidos ao povo. A iniciativa privada não pode mais continuar prestando um serviço inadequado e de forma ilegal.

Quem são os criminosos?

O Tribunal de Justiça acatou denúncia da Polícia Civil contra membros do Bloco de Lutas; as justificativas dos inquéritos são ataques contra a ordem. Em Porto Alegre, há cerca de 10 militantes sendo indiciados porque ousaram denunciar um sistema que estava "às escuras". Depois das mobilizações populares, a população da cidade passou a questionar os preços abusivos das tarifas e a relação entre as empresas privadas e a prefeitura municipal.

A Justiça também determinou que a prefeitura realize a licitação do transporte, pois as 12 empresas que exploram o serviço de transporte fazem isso de forma ilegal; estão infringindo a lei e cometendo um crime, acobertadas pelo Executivo e pelo legislativo municipal.

Enquanto os empresários circulam tranquilamente pela cidade, em seus carros importados, o povo se amontoa no ônibus lotado.

Meio Ambiente

Copa do Mundo: oportunidade para Financeirizar a Natureza

A Copa de 2014 está sendo apresentada como copa sustentável, gol verde, parques da copa, copa orgânica, carbono zero, enfim, uma maquiagem verde que busca invisibilizar as violações de direitos, colocando a compensação como fato consumado e validando a economia verde e a mercantilização da natureza como mais uma falsa solução. Haja visto a quantidade de árvores que estão cortadas nas cidades da Copa, defendemos a campanha "Quantas copas por uma Copa? Nem mais uma árvore cortada!" Megaeventos e a financeirização da Natureza

(Trecho da Carta do I Encontro dos/das Atingidos/as – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos)

De acordo com documento do Ministério do Esporte[79], a Copa do Mundo "promove sustentabilidade ambiental e coopera com o combate ao aquecimento global". O governo brasileiro buscou aproveitar o megaevento para convencer a opinião pública de que mecanismos de Financeirização da Natureza são soluções de Desenvolvimento Sustentável, sempre dizendo que a Copa "será marcada pelo início da vigência do novo regime climático global"[80].

A Copa de 2014 foi apresentada como uma oportunidade de "incorporação, como política pública, da prática de redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na realização de grandes eventos e de grandes obras de infraestrutura e alavancagem das Políticas Estaduais e Municipais de Mudança do Clima".

Para se ter uma ideia da ineficiência dessas estratégias, o governo brasileiro busca "compensar" as emissões de gases de GEE, emitidos pelas atividades relacionadas à Copa de 2014, fornecendo publicidade para as empresas que doarem créditos de carbono por meio do cancelamento das suas RECs (Reduções Certificadas de Emissões). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) aceitou a doação de RCEs de projetos brasileiros do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento

79 http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/apresentacao_ministerioesporte_rio20.pdf

80 http://portal.esporte.gov.br/futebolDireitosTorcedor/copa2014/seminarioNacional/default.jsp

Limpo), teoricamente "equivalentes" à poluição das construções dos estádios e da infraestrutura. Como contrapartida, as empresas receberiam o selo de sustentabilidade "Baixo Carbono" e teriam seus nomes veiculados nos relatórios de gestão como doadores oficiais de créditos de carbono da Copa do Mundo de 2014[81].

A FIFA estimou as emissões da Copa de 2014 em 2,7 milhões de toneladas de CO2 e também incentivou o mercado de carbono, por meio da compra de créditos, para "neutralizar" a poluição gerada pelas viagens de funcionários e espectadores[82].

Como explica a publicação do WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais)[83], os mecanismos de Financeirização da Natureza gerados por meio dos MDLs são uma verdadeira "licença para poluir". A compra de créditos de carbono, originados por esses mecanismos, acaba por justificar projetos destrutivos como os megaeventos, cujo objetivo último é a acumulação de capital pelas empresas patrocinadoras e grandes construtoras, sem contabilizar seu impacto sobre as populações atingidas, a perda de direitos e a consolidação dos aparatos repressivos nas cidades. Os projetos de MDL aumentam a cada ano no Brasil, segundo documento publicado pela CIMGC (Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima)[84]. Somente em 2012 foram recebidos 121 novos projetos de MDL, e o Brasil ocupa terceira posição no ranking mundial em número de atividades de projeto registradas.

Submeter a natureza ao mercado financeiro significa deixar a sua exploração e degradação sujeita às leis de oferta e demanda, que em nada se relacionam com a sua real importância. Além disso, ajuda a manter o sistema econômico, que depende da sua destruição para existir. Os mecanismos de Financeirização da Natureza são uma estratégia para legitimar a criação de novos mercados, aumentando fluxos de capital financeiro especulativo e fortalecendo as instituições financeiras.

Entre as instituições financeiras públicas, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) tem sido central na construção de desenvolvimento de políticas e dívidas relacionadas à Financeirizacão da Natureza na América Latina. Depois de ter lançado o programa "Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos" em nível regional, listou para o Brasil uma série de programas destinados à compensação dos impactos relacionados à Copa, que, de quebra, vão consolidando políticas nacionais e subnacionais de pagamentos por serviços ambientais e mercados financeiros de natureza.

Segundo documento publicado pelo BID[85], o conjunto total de investimentos financiados por ele nas cidades sede desde 2000 até a Copa em 2014, acumulou o montante de mais de US$ 10 bilhões; parte deste valor foi investido em obras de sustentabilidade ambiental. O BID também patrocinou o seminário "Copa 2014: Oportunidades para a sustentabilidade urbana", no qual as cidades sede da Copa apresentaram suas estratégias de sustentabilidade. Dentre elas, destaca-se o caso de Belo Horizonte (Minas Gerais), que desenvolveu o projeto de "Pegada de Carbono" com o objetivo de estimar as potenciais emissões de carbono durante a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, para traçar um plano de reduções das emissões e um plano de compensação. Além disso, a cidade foi contemplada com investimento do BID de cerca de US$ 75 milhões para o projeto de Revitalização da Lagoa da Pampulha.

Financeirização da Natureza

A financeirização representa uma nova forma de dominação que rechaçamos. Não é mais do que uma nova expressão do modelo de desenvolvimento depredador e excludente que viemos combatendo há muitos anos. É o mesmo modelo de desenvolvimento que pretende, todos os dias e através de vários meios, controlar a natureza. A fase atual da financeirização ataca diretamente a biodiversidade, ao convertê-la em ativo financeiro para dela se apropriar e controlá-la. Ao mesmo tempo, provoca especulação que pode desencadear uma nova crise. É um modelo que favorece as mesmas empresas que contaminam e provocam impactos ambientais irreparáveis, uma vez que causam enormes prejuízos nas comunidades locais e povos indígenas - impactos tais como a destruição de sua cultura, a erosão e a aniquilação de seus direitos históricos e coletivos. Por meio do uso da aplicação desses instrumentos, os mercados financeiros e as elites que os manipulam vão controlando cada vez mais a natureza.

Créditos de Carbono

Os créditos de carbono são certificados que permitem que empresas continuem poluindo e paguem para que terceiros adotem boas práticas de "emissões evitadas" ou de sequestro de carbono. Entre os projetos de redução de emissão que geram créditos de carbono, reconhecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), por exemplo, estão a 3.Ferramentas do "mercado ambiental" construção de aterros sanitários, que impedem a emissão de metano na atmosfera; a troca de combustível fóssil por renovável, entre outros. Se uma empresa brasileira desenvolver um projeto para reduzir as emissões de suas indústrias, após seu registro junto à ONU pode gerar créditos de carbono, comercializáveis no mercado internacional. Esses créditos podem ser adquiridos por uma empresa estrangeira para compensar suas emissões no seu país[86].

Arbitragem Internacional para a FIFA e seus patrocinadores

Há muito tempo, as corporações vêm violando os direitos humanos e provocando um verdadeiro "ECOcídio". O apelo da sociedade civil para que a ONU estabeleça um sistema internacional legalmente vinculante para dar acesso à Justiça às comunidades afetadas pelos crimes das corporações também segue vivo desde a década de 70. Desde então, a captura

81 http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/copa-verde/nucleo-mudancas-climaticas/item/10076

82 http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPEA3F00E20140416?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0

83 http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-psa-se-transforma-em-permissao-para-destruicao-ambiental/

84 http://www.mct.gov.br/upd_blob/0229/229527.pdf

85 http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_1636192101.pdf

86 www.reporterbrasil.org.br/documentos/oladobdaeconomiaverde.pdf

corporativa dos Estados e das Nações Unidas tem desviado dessa demanda e criado uma série de mecanismos voluntários para tentar "humanizar" ou "esverdear" as corporações, que seguem seus negócios sujos, aderindo, de boa vontade, a normas não vinculantes - ganhando, com isso, selos de "bom comportamento" de iniciativas como o Pacto Global da ONU, por exemplo. Mais do que isso: as corporações têm ganho super-poderes por meio de acordos bilaterais de investimentos ou tratados de livre comércio. Elas já contam com um sistema de arbitragem internacional para julgar disputas de investimentos – sediado no Banco Mundial. Lá, as corporações podem demandar os estados no caso de prejuízos aos seus lucros presumidos.

Em Junho de 2014, o Conselho de Direitos Humanos do ONU aprovou uma proposta feita em Setembro de 2013 por países que querem passar de mecanismos voluntários de "responsabilidade corporativa" para um sistema legal internacional sobre direitos humanos e corporações transnacionais[87]. É hora de reverter esse jogo e estabelecer um sistema internacional juridicamente vinculante, como um Tribunal Internacional, para dar aos estados e às populações atingidas acesso à Justiça contra os crimes cometidos pelas corporações![88]

87 Ver reportagem "As empresas transnacionais são uma fonte constante de violação de direitos humanos" http://www.brasildefato.com.br/node/29137

88 Mais informações sobre o tema podem ser conferidas nestes links: Ferramentas de ação e pressão social por um sistema legalmente vinculante para julgar as corporações transnacionais: www.treatymovement.com
Disputas entre investidores e estados no tribunal de arbitragem sobre investimentos do Banco Mundial: www.stopcorporateimpunity.org e www.justinvestment.org
Financeirização da natureza: www.grupocartadebelem.wordpress.com e www.wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2014/04/comercio-de-servicos-e-cossistemicos.pdf
Financeirização da natureza e dívidas da Copa: www.facebook.com/rbrasilifis e www.jubileusul.org.br

Acesso à informação e participação

Informação e Participação

Quando o Brasil foi escolhido, em 2007, como sede da vigésima edição da Copa do Mundo FIFA 2014, os governantes brasileiros e a grande mídia comemoraram o fato e exaltaram a "oportunidade única de desenvolvimento". No entanto, sediar tal evento significou garantir à FIFA as exigências feita por ela para receber o evento. Exigências que, como já relatado neste documento, provocaram grandes impactos na vida dos brasileiros. No entanto, nunca houve consulta à população brasileira sobre a candidatura do Brasil como sede da Copa. Esta foi uma decisão tomada pelos governantes em diálogo com empresários. Além disso, as informações das implicações reais da realização do megaevento no país não foram divulgadas com antecipação à população.

Em Porto Alegre, a decisão sobre as dez obras de mobilidade urbana que passaram a integrar a Matriz de Responsabilidade para a cidade foi tomada pelo governo municipal e por técnicos, a portas-fechadas. Segundo SCHWANTES (2013)[89], a ABDIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base, contratada pelo governo federal para fazer o levantamento das principais obras de infraestrutura que as cidades-sede necessitavam) indicou 268 intervenções necessárias em diferentes áreas, mas o governo municipal optou especificamente por dez obras de mobilidade, sem nenhum tipo de consulta à população. Optou-se por reunir todos os esforços de "desenvolvimento urbano" no tema da mobilidade urbana, vinculada ao evento Copa e ao entorno dos estádios (particularmente relacionada ao fluxo turístico).

Um exemplo dessa lógica foi a duplicação da Avenida Tronco, obra considerada prioritária, pois seria a principal via de escoamento do trânsito em direção à Zona Sul nos dias de jogo no Estádio Beira Rio. A intervenção implicava a remoção rápida (para cumprir os prazos do megaevento) de 1500 famílias que foram pressionadas a sair das suas casas. Apesar das manifestações de contrariedade dos atingidos pela obra, os técnicos da prefeitura decidiram priorizar seu projeto de mobilidade tal qual haviam elaborado. O Comitê Popular da Copa chegou a propor mudanças no traçado da obra que diminuissem o número de famílias atingidas, mas a Prefeitura não respondeu às propostas. Assim, nunca houve espaço para discutir um projeto alternativo àquele primeiramente estabelecido.

Além disso, a obra de duplicação é problemática do ponto de vista da situação habitacional, já que as unidades para o reassentamento começaram a ser projetadas muito tempo depois do início da obra viária. Mesmo assim, na visão municipal, o problema a ser atacado era a questão do trânsito próximo ao estádio: a obra viária precisava seguir adiante, independente dos problemas que estavam sendo enfrentados, no plano habitacional.

O mito de Porto Alegre como a Capital da Democracia Participativa

Durante os preparativos da cidade para a Copa do Mundo, como consequência dos duros questionamentos da população e de organizações sociais, principalmente em relação aos gastos com o evento, surgiram debates sobre qual seria o melhor modelo de gestão da cidade e qual a administração do governo desejada pela maioria. Nesse sentido, manifestaram-se vozes partidárias, iniciando a concorrência e o jogo para a ocupação das posições de poder, em um contexto municipal em clara transição ideológica. Não por acaso, evocaram-se os discursos que identificam as gestões recentes de governo que foram marcantes na Capital, polarizadas na tensão entre a experiência do "modo petista de governar"- por vezes identificado com a fase de "administração popular" em Porto

89 Esta subseção do relatório foi feita com base no trabalho: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87845/000910601.pdf?sequence=1

Alegre (da coalizão liderada pelo PT durante os anos 90) e a nova política de "gestão solidária local", como se identificou o ciclo da administração dos últimos 8 anos, liderado pelo PDT[90].

Ao mesmo tempo surgiu um fenômeno novo, que teve o seu ápice nas manifestações de Junho e Julho de 2013: o manifesto de insatisfação por parte de setores da população, que também dialogou com o tema projeto de sociedade que queremos. No entanto, a diferença está no fato de que esse debate brotou a partir das condições de vida de cada cidadão, grupo ou classe social, a princípio não tão evidentes. Pequenas insatisfações do cotidiano das pessoas em Porto Alegre foram levadas ao conhecimento do poder público, dos partidos e da mídia. A tomada de consciência pública politizou, por exemplo, o fato concreto e cotidiano da precariedade no transporte público, trazendo à luz a má gestão do sistema[91]. Embora tenham sido criminalizadas e reduzidas por meio da divulgação manipulada pela grande mídia, as manifestações possibilitavam uma maior comunicação entre o poder público e a sociedade, que se expandiu também em nível nacional[92].

Entretanto, os discursos oficiais do prefeito José Fortunati e de algumas secretarias de governo não reconheceram a legitimidade das manifestações. Pior: não incorporaram nem as denúncias, nem as demandas feitas pela população. Foi criado um consenso, e trabalhado o discurso para que este se tornasse comum, de que a "violência" e o "vandalismo" que estariam acontecendo nas manifestações tornaram impossível o diálogo entre o poder público e a população.

Ao fazer um balanço da repercussão das manifestações, a questão aparece como sendo mais complexa do que primeiramente se entendeu. Na verdade, salientar a "violência" no discurso oficial serviu para abafar a incapacidade da própria administração municipal em promover o diálogo com a população - e até mesmo em destacar a importância dele.

Serviços e transações público-privados: o discurso da transparência

Para situar-se como uma cidade-sede, prontamente as autoridades em Porto Alegre providenciaram as medidas de transparência quanto às obras da Copa do Mundo (principalmente aeroportuárias, de mobilidade urbana e os estádios). Ao mesmo tempo, buscavam aceitação dos cidadãos para a ideia de sediar o megaevento.

A "percepção de corrupção" - ao lado da "transparência" - está ganhando relevância no mundo dos negócios, como indicadores de modernização das grandes cidades, de mercados estruturados e de política legal. Nessa lógica, em Porto Alegre tentou-se administrar de modo que as empresas não acatariam o desvio de verbas e teriam contabilidade clara, e o uso indevido ou desnecessário de recursos públicos seria fiscalizado nos contratos que envolvem rendimentos oriundos do contribuinte.

Houve um trabalho inicial da administração municipal nesse sentido, ao disponibilizar bases virtuais para informações sobre os andamentos das obras[93]. Em repercussão posterior da mídia, a Capital gaúcha foi considerada uma das cidades que melhor se saíram neste quesito em comparação com as outras cidades-sede. Segundo o instituto que produziu essa pesquisa[94], foram levados em conta:

1. A acessibilidade de instrumentos virtuais de informação (em sites, e uma Matriz de Responsabilidades contendo diversos itens);
2. A disponibilidade de informações orçamentárias, sobre os investimentos realizados e o andamento das obras;
3. Os relatórios dos órgãos de controle na esfera governamental (junto ao TCU e do TCE);
4. A existência de ouvidorias para os cidadãos e um número satisfatório de audiências públicas por temas que foram deliberados;

Na avaliação dos sites, foram levados em conta critérios de acessibilidade, a velocidade de download e a quantidade de "cliques" para chegar à informação desejada. Diferentes versões da Matriz, por exemplo, são facilmente encontradas em uma só página, com anexos disponíveis contendo identificação das autoridades responsáveis.

A Matriz é um dos principais instrumentos de transparência para as obras relacionadas ao megaevento. Nota-se que a Matriz de Porto Alegre mais atual ficou incompleta, e talvez omissa, na parte da "mobilidade urbana", que restringiu-se somente ao entorno do Estádio Beira Rio[95]. Devido à retirada súbita das obras de mobilidade das tabelas da Matriz em 2013[96]- instrumento a ser apresentado por todos os municípios aos comitês integrados pela Gecopa (Grupo Executivo da Copa do Mundo de 2014) no Congresso – não foram exigidos "indicadores e metas" para acompanhamento delas. Se o prazo de entrega não for especificado, o governo não pode se responsabilizar ante o TCU (Tribunal de Contas da União), que exige prazo de execução, e por conseguinte a obra é excluída do documento. De outro lado, se essas obras foram promovidas até o momento como "legado", não parece haver diferença se a entrega delas ocorre um mês ou um pouco mais após a Copa. Um exemplo é a estrutura completa do Aeroporto Salgado Filho; considerada pela FIFA uma obra inegociável para que a Copa do

90 SOBOTTKA, Emil. Orçamento Participativo: Conciliando direitos sociais de cidadania e legitimidade do governo. In: Civitas,Porto Alegre, v. 4, no. 1, jan-jun 2004. SIQUEIRA, Lucimar; LAHORGUE, Mario Leal. Governança e Gestão Urbana: a Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre (2014). Documento disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/governanca_lucimar_siqueira.pdf. Último acesso: 27/05/2014.

91 Sobre a licitação do transporte coletivo: http://www.sul21.com.br/jornal/reflexoes-sobre-a-licitacao-do-transporte-coletivo-em-porto-alegre-parte-i/

92 Ver o discurso do secretário-geral da Presidência Gilberto Carvalho, em reunião com movimentos sociais em Porto Alegre, em http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=159364

93 Através do sítio eletrônico: http://www.transparencianacopa.com.br/

94 Trata-se do projeto "Jogos Limpos" do Instituto Ethos, que realizou pesquisas de transparência para as obras da Copa. O material analisado pode ser extraído do site: http://www.jogoslimpos.org.br/

95 Ver Termo Aditivo de 2013, em http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/04102013_matriz_rs.pdf

96 O jornal Estadão publicou sobre o tema, ver (http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,obras-que-nao-ficariam-prontas-foram-tiradas-da-matriz-de-responsabilidades,1127976,0.htm)

Mundo fosse realizada, sua conclusão está prevista para somente em Outubro de 2016.

Pode-se perguntar se nessa omissão não haveria também uma reação das autoridades à politização do tema do "legado", após a demonstração de interesse das associações de bairro em levar a questão habitacional para além da Copa[97]. Afinal, junto com a fiscalização das obras que envolveram remoções poderia haver visibilidade mais contínua para outras obras relacionadas, como a entrega de novas moradias, que em alguns casos ficaram também sem previsão. E visto que as obras em Porto Alegre foram motivadas claramente pela liberação de trânsito em regiões próximas do estádio e envolviam desapropriações de grandes dimensões (principal exemplo é a avenida Tronco), a referida desinformação sobre o tema levava a que o discurso não se estendesse ao "legado" das obras na cidade. Por essas razões, ficou no ar a suspeita de que o recurso da Matriz **não foi completamente aproveitado como instrumento de informação e controle das obras da Copa pela administração da Capital.**

Outro recurso importante para a circulação aberta de informações quanto às decisões, é a realização de auditorias amparadas pelo poder público. Em audiência sobre "Impacto dos Megaeventos" (que se pode ter acesso à ata), promovida pelo MPE (Ministério Público Estadual), estiveram presentes representantes das comunidades atingidas pela duplicação da avenida Tronco, bem como de movimentos sociais. Estava em pauta a avaliação dos riscos que o megaevento traria à ordem urbanística e à Justiça na área habitacional. Com várias intervenções significativas, salientou-se outro ponto falho da política de informação municipal, relativo aos "Cadernos de Encargos" das obras da Copa - documentos que a prefeitura entrega à empresa que executará as obras e que contém as solicitações, em linguagem técnica, para que as soluções sejam equacionadas pela empresa. Não estão disponíveis ao grande público e aos interessados em fiscalizar as obras. Os últimos disponíveis na base virtual da prefeitura, relativos às obras viárias, datam de 2003[98].

No âmbito federal, o edital de licitação do Aeroporto Salgado Filho teve uma liberação morosa por parte do governo, e só em 2013 foi lançado. As obras de ampliação da pista de pouso e de decolagem no local – em jurisdição da Infraero - são mencionadas em ata no Tribunal de Contas[99], informando a mesma não liberação do edital de licitação dessas obras, já em 2011. O atraso da obra, e parcelamento das várias reformas do aeroporto (nas pistas e na estrutura interior), se prolonga até o momento presente.

As ações de transparência são importantes em dois níveis. Primeiro, viabilizam um importante mecanismo para que a sociedade seja o "tribunal da fazenda": nisso consistem instrumentos de "controle social", como o portal de transparência de Porto Alegre. A partir daí, busca-se que a representação dos interesses soberanos não seja esquecida ao entrar-se nas transações do mundo do mercado, que depende da iniciativa empresarial e é regida pelo seu interesse em maximizar o lucro financeiro em detrimento da concretização das obras. Ao serem transparentes, ficam em aberto todas as transações do governo que a sociedade motiva, como as políticas de implementação de direitos sociais no campo da habitação, para serem revisadas por terceiros. Em segundo lugar e no caso específico da Copa, evita que a pressão pela celeridade nos processos acate em inconformidades administrativas referentes ao trato do bem público. Nesses dois níveis, porém, temos que admitir que as ações da prefeitura revelaram-se insuficientes.

Participação e prioridades nos investimentos

Outro tema que cobra relevância é a relação da agenda participativa da administração municipal com as obras do megaevento. Desde meados de 2010, foram promovidas algumas audiências públicas, sobretudo sobre os temas mais sensíveis como os que envolvem a remoção de famílias de suas comunidades respectivas. Participaram as comunidades interessadas diretamente na formulação das políticas habitacionais, representantes da Câmara de Vereadores e de movimentos sociais. No caso específico das remoções, ocorreram discrepâncias representativas entre os bairros que tinham tradição participativa mais consolidada e os que possuíam menor base de organização civil (sobretudo entre as regiões cobertas pelo Orçamento Participativo, como os bairros e localidades Cristal, Cruzeiro e Glória, e aquelas menos contempladas pelos mecanismos participativos, como a Dique e a Nazaré).

As audiências públicas, no entanto, não foram realizadas por iniciativa do poder municipal – responsável pelas obras; foram fruto da pressão popular exercida por moradores e pelo Comitê Popular da Copa. A primeira audiência pública envolvendo os impactos e gastos das obras vinculadas à Copa do Mundo FIFA foi feita em Março de 2011, após os moradores atingidos pela duplicação da avenida. Tronco terem barrado o cadastramento socioeconômico.

Os primeiros contatos da prefeitura para comunicar a obra de duplicação da via aos moradores da região se deram no começo de 2011. Uma empresa contratada pelo DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) faria o levantamento socioeconômico para estimar os custos de desapropriação para o planejamento geral da obra e o cadastramento dos moradores atingidos pela duplicação. Entretanto, as pessoas foram apenas comunicadas sobre a obra, sem nenhuma indicação sobre seu reassentamento. Nota-se que o projeto viário já estava pronto desde 2009, mas os levantamentos para planejar o reassentamento das famílias atingidas só começaram a serem feitos em 2011.

De acordo com um dos moradores atingidos e liderança da região, José Araújo: "Nós começamos então a nos mobilizar; quando vimos que era muita gente que teria que sair, e a prefeitura não trouxe projeto nenhum, pra dizer ó, vamos organizar isso desde cedo pra realocar vocês em outro lugar. Quando chegou, chegou aquela bomba, 'vocês vão ter que sair, nós não temos área na região pra realocar essas pessoas todas, tem que ser fora da região'. A notícia faz

97 Foi formada uma Câmara Temática sobre mobilidade, com a participação dos moradores da Tronco.

98 Ver em www2.portoalegre.rs.gov.br/smov/default.php?p_secao=130

99 Conforme acórdão número 1519/2011, disponível no endereço: http://www.copatransparente.gov.br/legislacaorelacionada

dois anos que veio, né [em 2011]. Mas nunca trouxeram o projeto real daquilo, mostraram assim um mapa, mas a largura, como é que ia ser, não mostraram nada. E não tinham lugar pra levar...".

Sem informações sobre o seu futuro na região e o que aconteceria com suas moradias, os moradores do Cristal (com a participação do Comitê) resolveram, em assembleia no dia 9 de Fevereiro de 2011, que não responderiam ao cadastro socioeconômico do DEMHAB enquanto as autoridades envolvidas não prestassem esclarecimentos. Nessa assembleia também foi decidido que, se as famílias tivessem de ser removidas, teriam que ser reassentadas na mesma região, além de ser contestada a construção de uma praça prevista no traçado da obra, que vai remover cerca de 100 famílias. Realizou-se uma audiência pública em Março de 2011, em que representantes da prefeitura apresentaram alguns dados sobre a obra e o reassentamento. Foram as primeiras informações conseguidas pelos moradores e pelo Comitê Popular da Copa. Essa era uma das principais atividades do Comitê: acumular, exigir ou pleitear informações sobre as obras e sobre o reassentamento – já que a prefeitura não as disponibilizava. O acesso às informações era insuficiente e remetia também ao problema da participação.

À SECOPA (Secretaria Extraordinária Especial para a Copa) estava vinculado o Comitê Gestor Específico para o Projeto de Duplicação da avenida Tronco, que reunia as secretarias envolvidas na obra e "incluía líderes comunitários da região", segundo a apresentação da prefeitura. Os nomes integrantes do comitê gestor eram todos de moradores da região da Cruzeiro, uma entre as três comunidades atingidas. Os moradores que haviam barrado o cadastro socioeconômico moravam na região do Cristal, portanto não possuíam "representação" no referido grupo. Nessa audiência, os moradores dessa região preterida, juntamente com o Comitê Popular da Copa, exigiram e conseguiram que fosse assegurada a sua participação via "representantes comunitários" no Comitê Gestor da obra – foram incluídos quatro moradores. Essa foi a forma de garantir a participação, embora não tenha sido satisfatória. Segundo depoimento de uma das moradoras que foi indicada ao grupo:

"Das 25 assembleias que a prefeitura diz ter realizado para negociar com os moradores e orientar sobre o andamento das obras, apenas cinco foram efetivamente realizadas. E por pressão nossa. Nós trancamos o cadastro do Departamento Municipal de Habitação para eles poderem vir nos atender".

As demais audiências sobre a obra também foram realizadas após exigências do Comitê Popular da Copa

Entre Julho e Agosto de 2012, preparou-se no Comitê uma carta-denúncia ao MP-RS (Ministério Público do RS). Desde 2011, e das audiências realizadas, o MP não havia mais se pronunciado em relação aos problemas da remoção. Além disso, os acordos estabelecidos sobre direito à participação e acesso à informação não estavam sendo cumpridos satisfatoriamente.

A entrada no Comitê Gestor da obra da avenida Tronco não foi efetiva, pois, conforme denunciam os representantes do Cristal, o grupo não se reunia com frequência. E quando se reunia, ou não convocava os representantes ou avisava-se do encontro em cima da hora, dificultando a organização. Nas reuniões que aconteceram, relatam que "as informações só foram repassadas, as decisões [quanto à obra e o reassentamento] já estavam tomadas". Portanto, a inclusão no Comitê Gestor foi vista como "falsa participação". Além disso, muitas informações sobre a obra ainda não haviam sido tornadas públicas pela prefeitura: o projeto de execução da obra, o cadastro socioeconômico com as informações sobre as famílias atingidas, o plano habitacional de reassentamento apresentado à Caixa Econômica Federal.

Os questionamentos dos moradores e do Comitê Popular quanto ao traçado da avenida (a construção de um canteiro-praça de 100 m) não foram discutidos, nem receberam nenhuma resposta dos gestores. Outros problemas também foram arrolados na carta. Por exemplo, o fato de que, no momento do cadastro, pessoas não sabiam as condições de cada opção; por exemplo, qual era o valor do bônus e do aluguel, qual era a metragem da casa. Além disso, a opção pela tipologia casa no MCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida) não se efetivou. Na carta-denúncia, constava:

5.1. O mínimo que se pode exigir do Poder Público, quando ele pretenda fazer qualquer intervenção no solo urbano, capaz de afetar direitos humanos fundamentais, como o da moradia e o da cidade, por exemplo, é o de submeter uma tal disposição ao conhecimento das/os titulares de tais direitos, garantindo-lhes a mais ampla informação, a respeito, e o direito de defesa dos mesmos, inclusive na forma de participação ativa de quem quer que seja afetado pela dita intervenção, na tramitação administrativa que for aberta a respeito.
5.2. Se, na vila Floresta, esse direito vem sendo respeitado - quase certamente pela presença ativa do Poder Judiciário no caso - isso não acontece, pelo menos com a oportunidade, frequência e rigor exigidos em lei, nem na área da Av. Tronco - Vilas Divisa-Cristal, nem na área do Morro Santa Tereza.
5.3. Na primeira, embora o Município já tenha cadastrado as famílias afetadas pelas obras de alargamento da Av. Tronco, até hoje não sabem qual será o seu destino. Ele criou uma Secretaria Especial da Copa, e posteriormente um Comitê Gestor da Copa, na qual se garantiria assento de representantes das/os moradoras/es daquela zona da cidade, com poderes para acompanhar, opinar sobre as decisões relacionadas com as etapas de realização das obras. Tudo isso aconteceu em uma audiência pública coordenada pela Procuradoria da República.
5.4. Nada disso está acontecendo. Não se faz ata de reuniões realizadas a respeito dela, se já foram abertas ou não as licitações, se existem lugares e obras do programa Minha Casa Minha Vida previstos para quem aderir a ele, se haverá alguma compensação para quem explora pequeno comércio nas margens da Avenida, entre outras incógnitas. O trajeto da avenida, por exemplo, atravessa três regiões administrativas conhecidas como Regiões Glória, Cruzeiro e Cristal, nas quais existe orçamento

participativo. Aí houve desrespeito flagrante à dinâmica própria do orçamento participativo, pois o Município deu assento a três representantes de uma região (Cruzeiro), ignorando a representação das outras duas. Essa forma histórica de participação popular, conhecida no mundo inteiro e uma das principais causas de reunião aqui dos Foruns sociais mundiais, onde sempre estão presentes associações de moradores, ONGs defensoras de direitos humanos, representações comunitárias, está sendo visivelmente desconsiderada pelo Poder Público do Município. Esse se limitou a fazer uma listagem de pessoas afetadas pelas obras, passada aos moradores das Vilas Cristal - Divisa. Novamente se observa, nessa conduta, como a política pública municipal colhe dados relacionados com os direitos humanos fundamentais, graças à organização do povo, mas deles faz uso em prejuízo do mesmo povo.
5.5. No que se refere à consulta pública da documentação relacionada com o novo traçado da av. Tronco, igualmente, tudo se limitou, até aqui, à exibição de um mapa questionado e até rejeitado por várias/os moradoras/es. Sobre o direito de moradia, por exemplo, até agora não deu para se perceber a possível sintonia que a política urbana, pretendida para aquela zona da cidade, guarda com a política habitacional. Tem-se a impressão que uma coisa nada tem a ver com a outra, bastando mencionar o fato de que nem a cópia do cadastro sócio-econômico das/os moradoras/es foi-lhes franqueado ter ciência.
5.6. Os princípios, pois, de publicidade e legalidade, impostos entre outros à administração pública pelo art. 37 da Constituição Federal, não tiveram até aqui o mínimo efeito sobre a intervenção pública pretendida para ser executada na região.

Constatado o déficit de participação e a falta de informações, solicitava-se ao MP-RS intervenção no sentido de garantir à população atingida:

1. Acesso à mais ampla informação sobre projetos que as/os afetem, cópia integral de seus cadastros, andamentos de obras, sejam para abertura de vias, sejam para a construção de moradias, seja para as regularizações fundiárias.
2. Discussão e participação nas decisões a serem tomadas sobre o seu próprio destino.
3. De que não haverá execução administrativa de qualquer medida coercitiva do tipo despejo, por exemplo, de qualquer família atingida por obras dos megaeventos seja de forma indireta (aluguel social, casa de passagem e até o bônus moradia para quem não se habilitar a nenhuma dessas chamadas "vantagens") seja de forma direta.

Além disso, o Comitê Popular da Copa solicitou, em ofícios à prefeitura, inúmeras vezes, documentos referentes à obra, à remoção e ao reassentamento, os quais nunca foram disponibilizados pelo poder municipal. Entre eles, está:

- a sistematização do cadastramento socioeconômico das famílias atingidas pelo traçado da avenida Tronco;
- a cópia das atas das reuniões do Comitê Gestor da Copa;
- o documento oficial da prefeitura municipal de Porto Alegre, informando a totalidade de unidades habitacionais que serão construídas na Região Cristal, dividida por terreno, nas áreas indicadas pela Comissão de Moradores (mais informações, no capítulo sobre moradia).

O OP (Orçamento Participativo) é historicamente relevante para Porto Alegre, sendo constantemente referido como experiência de sucesso em política participativa, e comparado com outras experiências[100]. Cabe assinalar que o OP surge em 1989, no interregno de um período decisivo para a política nacional, e que sua significação em parte deriva da posição das grandes cidades na rede do governo democrático em conjunto, enquanto aderem a uma identidade democrática emancipada do autoritarismo da Ditadura Militar[101].

No ciclo recente de gestão urbana em Porto Alegre, bem como no caso específico das obras da Copa, há indícios de que essa identidade democrático-participativa foi subvertida em prol das entidades empresariais e lucrativas; ou seja, sobretudo na área das políticas urbanas e habitacionais, observa-se a difusão de um modelo de gestão caracterizado pelo "empresariamento" urbano, principalmente desde o PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-Ambiental)[102]. Isso se mostra, sobretudo, na tendência a desfavorecer as prioridades de investimento e alocação de recursos definidas pelas comunidades através dos mecanismos participativos, de legislação e de planejamento urbano, em favorecimento da ampliação de oportunidades empresariais. Os padrões de intervenção do Estado neste período preparatório da Copa seguiram, conforme opinamos, esta mesma lógica.

Mesmo em regiões tradicionais do OP, como na Região Tronco (que abrange três regiões do OP), os projetos habitacionais não foram contemplados pelos investimentos da mesma forma que as obras viárias; os recursos que a Caixa Econômica Federal disponibilizou poderiam ter sido absorvidos de modo diferente, mais em conformidade com as prioridades participativas[103]. Ademais, em 2011 as obras de duplicação da própria avenida Tronco e das avenidas Padre Cacique e Edvaldo Pereira Paiva (a Beira Rio), bem como a avenida Severo Dullius (nas proximidades da pista do aeroporto) previam conclusão conforme a Caixa Econômica. Mas a realização dos projetos de reassentamento não se verificou em tempo hábil. O FERU-RS (Fórum Estadual de Reforma Urbana), em carta enviada à Caixa em 2011[104], denunciou este descompasso entre os projetos viários e os habitacionais, uma vez que "as soluções para milhares de pessoas atingidas pelo risco de remoção não dispõem sequer de um documento com propostas concretas, oficialmente publicado".

O movimento "Chave por Cha-

100 Por exemplo, ver GUGLIANO, Alfredo Alejandro; VENEZIANO, Alicia; MAURICH, Mario Ricardo

101 SOBOTTKA, Emil. Orçamento Participativo: Conciliando direitos sociais de cidadania e legitimidade do governo. In: Civitas, Porto Alegre, v. 4, no. 1, jan-jun 2004.

102 DE OLIVEIRA, Clarice Misoczky. Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a Copa do Mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre. 2013, Dissertação de Mestrado

103 Confira a exceção ao PL 854/10 no capítulo sobre moradia

104 http://reformaurbanars.blogspot.com.br/2011/08/porto-alegre-rs-08-de-agosto-de-2011.html

ve"[105] reuniu as reivindicações habitacionais da região Tronco. Os terrenos adquiridos pela prefeitura para construir habitações de interesse social deveriam contemplar as famílias cadastradas para receber o projeto MCMV na região; famílias que estão recebendo o aluguel social etc. Segundo o movimento, porém, os terrenos não suportam todas essas famílias, e conforme a própria prefeitura, a construção de apartamentos tomará o lugar da opção por casas (no caso dos moradores que optaram casas) devido à mesma indisponibilidade de terrenos, sendo que há abundância de propriedades ociosas na região. O próprio movimento reivindicou as "cocheiras do Jóquei Clube" para as construções[106], sem respaldo até o momento.

A forma como a participação foi tratada na obra da avenida Tronco se repete nas outras intervenções que implicam remoção. O "Relatório sobre a situação do direito à cidade e à moradia na cidade de Porto Alegre: contexto no marco da Copa do Mundo de 2014", elaborado para o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH - Secretaria Nacional de Direitos Humanos) constatou que como muitas das obras da Matriz de Responsabilidades ainda não haviam sido licitadas e contratadas, a prefeitura não tinha estimativa sobre a quantidade de famílias atingidas. Segundo o documento:

"Muitas das obras ainda não foram contratadas. Considerando que o processo participativo das comunidades está bastante comprometido, moradores que porventura estejam no leito ou próximos às obras podem não saber que serão atingidos. Além disso, projetos de reassentamentos não são públicos. As obras, editais e contratos são disponibilizados, porém, não há referências aos projetos de reassentamentos, já denunciado através da divulgação de carta encaminhada pelo FERU/RS à Caixa Econômica Federal em 08 de Agosto de 2011.

O processo de participação também não segue ordem cronológica adequada. Primeiro elabora-se os projetos, contrata financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, inicia-se as obras e em um momento qualquer chama a comunidade para discutir os impactos. Essas ações do poder público mostram de forma transparente que as reuniões, assembleias e outras formas de participação só acontecem para justificar as exigências legais. Os projetos, obras, valores financiados e licitações são realizados sem consulta ou discussão, nem com as famílias atingidas, menos ainda com a sociedade, que deveria ser atuante nos processos de decisão sobre os empreendimentos e seus impactos".

A visita dos auditores da Secretaria de Controle Interno do Gabinete da Presidência da República constatou que os imóveis a serem desapropriados, na Vila Maria, por exemplo, atingida pela obra na avenida Tronco, "encontram-se marcados pela prefeitura, mas os moradores não têm informações sobre quando ocorrerão as desapropriações e, tampouco, sobre o valor das indenizações (opção escolhida pelos proprietários, visto que o valor do bônus moradia está aquém do valor de avaliação das casas). Outro exemplo da falta de informações observada pelos auditores: "Os moradores da Vila Tronco nos relataram que vivem situação de insegurança por não saberem o cronograma das obras".

Quanto às comunidades que possuem menor organização e tradição participativa, sobretudo aquelas cujas conquistas sociais são mais recentes e vulneráveis, o quadro foi mais autoritário do que nas outras; revelando não somente a inversão das prioridades participativas, mas a destituição completa de processos deliberativos.

Outro padrão que se verificou foi a ineficácia de espaços já constituídos para satisfazer as demandas socioambientais. Na duplicação da av. Edvaldo Pereira Paiva (a Beira-Rio), com o corte de 115 árvores previsto pelo projeto da obra, a não realização de audiências públicas com participação ampla, amparada por diversos vereadores, gerou indignação de ambientalistas e de moradores das proximidades. Ao solicitar esclarecimentos do Executivo, a auditoria tardiamente realizada junto à Cosmam (Comissão de Saúde e Meio Ambiente) questionava o governo municipal sobre o plano do corte sem consulta popular prévia[107]. O secretário Urbano Schmitt, da Secretaria Municipal de Gestão, justificou o projeto dizendo que fora aprovado na região do OP. Mas claramente a demanda por maior participação popular na decisão sobre os cortes, bem como de estudos alternativos para a obra, surgiu por incidir em região bastante frequentada por todos os portoalegrenses, e não somente por moradores do bairro. O projeto que envolvia os cortes foi, todavia, aprovado em 2013[108].

A participação social nas decisões depende, de uma parte, de um "modelo de gestão urbana" democrático[109]. Mesmo em áreas de teor técnico como mobilidade, com o sistema de transporte público e os procedimentos para desapropriações e reassentamentos, aparecem aqui e ali questões sociais que devem entrar no cômputo. De outra parte, a disposição dos agentes governamentais em dialogar com a sociedade civil e em definir a prioridade entre as tarefas é relevante para o caráter participativo de uma administração, em sentido amplo. O que se verificou em Porto Alegre durante o período preparatório para a Copa do Mundo de 2014 foi uma regressão às práticas não participativas de governança.

105 Lançada pelas lideranças, moradores e o Comitê Popular da Copa em Abril de 2012, a Campanha Chave por Chave consistiu em unir as famílias atingidas para resistir e também para ter mais força para pressionar e negociar, com a Prefeitura, pelas novas moradias. Nesse sentido, a campanha expressou que as famílias somente iriam entregar as chaves das suas casas antigas quando recebessem as chaves das moradias novas – não aceitando, por isso, as modalidades do Aluguel Social e das Casas de Passagem.

106 http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/2011_09_01_archive.html

107 http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=18562&p_secao=56&di=2013-02-14

108 http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/apos-audiencia-publica-prefeitura-da-capital-mantem-corte-de-arvores-na-obra-de-duplicacao-da-avenida-beira-rio-4079171.html

109 SIQUEIRA, Lucimar; LAHORGUE, Mario Leal. Governança e Gestão Urbana: a Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre (2014). Documento disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/governanca_lucimar_siqueira.pdf. Último acesso: 27/05/2014.

Entrevista

Participação popular agoniza em Porto Alegre

Porto Alegre é conhecida mundialmente por ser a cidade da participação popular, dos Fóruns Sociais. Mas na avaliação do cientista político Sérgio Baierle, ativista da ONG Cidade, atualmente trata-se de uma participação cívico-folclórica, um ritual identitário sem maiores consequências. Assim como ocorre o acampamento gaudério no Parque da Harmonia ou o carnaval no Sambódromo.

Segundo Baierle, na década passada, a prefeitura vendeu o OP e o FSM como grifes sociais altermundistas, as quais foram imediatamente compradas no mercado financeiro do capital social: Banco Mundial, União Européia, agências de cooperação, universidades, redes de governos, ONGs, etc. O resultado, como não poderia deixar de ser, foi a desidratação e pasteurização progressivas de quaisquer sementes de transformação social que estas iniciativas pudessem ter tido na sua origem. Confira a entrevista.

Nossa Hora - A população de Porto Alegre realmente opina e decide os rumos da cidade?

Sérgio Baierle - Nos anos 1990 houve um importante ensaio de participação em Porto Alegre. Através dele parecia ser possível construir uma outra cidade, de baixo para cima, através da participação direta da população. Mas a mágica que sustentava esta esfera pública plebéia logo revelou seus limites no mundo das relações reais de poder. Qualquer pessoa que preste atenção no funcionamento do OP percebe que o momento onde há mais investimento institucional é o das assembleias. Não é o da discussão do orçamento municipal, nem o do processamento governamental das demandas e muito menos o da prestação de contas.

Toda a mágica tem três momentos: o anúncio, a ilusão e a volta ao real. Uma assembléia do OP é o anúncio de que todas as queixas, problemas e propostas podem ser feitas. O prefeito vai estar lá pra ouvir (em tese). Bom, depois que começaram a transmitir o circo ao vivo, há 2 anos, até este pequeno prazer foi retirado, já que é preciso inscrever-se uma semana antes no Centro Administrativo Regional para dar tempo ao governo de se preparar para enfrentar eventuais desafetos. Mas não importa, é o momento de glória do prefeito. Depois vem a ilusão, que é a montagem do Plano de Investimentos de acordo com as prioridades dos participantes. Atualmente os próprios representantes do governo os chamam de Planos de Ilusões, porque reconhecem que não é neles que os governos recentes se baseiam para investir na cidade. Assim sendo, por exemplo, o fato de que habitação social seja a primeira prioridade há mais de uma década, não significa em hipótese alguma que a prefeitura vai investir naquelas demandas de habitação social tiradas nas regiões do OP. Nada disso, as prioridades de investimento da prefeitura são decididas em outro lugar, no balcão de negócios montado na Secretaria de Planejamento e de Obras em parceria com a Câmara de Vereadores. Isso não significa que as pessoas participaram a troco de nada.

No final, como já disse, vem a volta ao real, vem o que já foi chamado como miséria participativa e que tenho chamado de exclusão participativa. Ou seja, a cidade que a população quer não é possível, segundo o governo, mas sempre rola uma compensação, sobretudo na forma de contratos com entidades comunitárias para a prestação de serviços sociais e educacionais terceirizados. E o real é isso, o OP sustenta uma oligarquia comunitária que opera programas de gestão da pobreza. É ruim ter programas sociais? Claro que não, mas é péssimo não poder mudar a realidade que produz a pobreza, é péssimo ter de calar a boca pra não perder um contrato que reproduz a precarização do trabalho social e mal dá pra segurar as despesas, quanto mais investir em qualidade dos espaços disponíveis e do atendimento.

Mas o pior é quando os programas ditos sociais promovem a exclusão, como é o caso das remoções consentidas a forceps em função das obras viárias para a Copa Fifa 2014. Aí, depois de tudo decidido entre governos e empreiteiras, a população é convidada a participar de sua própria exclusão. Obras em andamento, paredes rachando, os últimos a aceitarem as condições inaceitáveis serão reassentados ainda mais longe. É a exclusão participativa.

Nossa Hora - É possível ter a população participando e tomando decisões para construir a cidade que queremos?

Baierle - Uma das ilusões do OP reside na idéia de que basta abrir espaço para os cidadãos participarem e uma democracia radical vai emergir. A situação atual do OP mostra exatamente o contrário. Os mesmos vícios da democracia parlamentar se reproduzem ao nível micro. O OP nunca conseguiu ir de fato além da interação Estado-Sociedade, ou seja, nunca conseguiu alterar por suas próprias forças a gestão burocrática do Estado. Lembremos que foi preciso uma gambiarra administrativa para passar por cima da Secretaria do Planejamento lá no início do OP. Naquela época ainda se podia falar em movimentos sociais, hoje tá difícil. É ilusório achar que os cidadãos têm poder por serem cidadãos, porque seus direitos estão inscritos em lei. E aí, quem vai fazer cumprir? O Joaquim Barbosa?

A concentração de poder nas mãos das grandes corporações e as recorrentes crises econômicas recentes estabelecem limites cada vez mais duros para iniciativas reformistas. A obsolecência precoce do ideário da Reforma Urbana é uma prova disso. Com a democracia direta do capital nas grandes cidades, não é o poder público local que vai garantir o direito à moradia, por exemplo. A democracia participativa hoje está encurralada nesses esquemas de gestão da pobreza. Pra sair disso temos que começar a sair do próprio capitalismo. A verdadeira dimensão cívica da democracia, para além do pluralismo e do plebeísmo, implica questionar o Estado e o mundo do trabalho no qual opera. Chega de truques de mágica e governos esforçados!

Moradia

"(...) mostrar para as pessoas que nós precisamos ir para as ruas lutar e que possamos amanha dizer para os nossos filhos: nós brigamos, quase morremos, mas estamos aqui cientes de que cumprimos com a nossa obrigação, para que as nossas famílias hoje sejam respeitadas como nós não fomos antigamente."
(Zé Araujo, morador da Vila Cruzeiro)

Na cidade de Porto Alegre, mais de 6 mil famílias estão tendo o seu direito à moradia adequada violado por conta dos projetos e das obras urbanas executados para a realização de cinco jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade. No entanto, as ações do governo municipal que presenciamos em função das remoções forçadas para o mundial não são ações isoladas, mas constituem claramente uma política de higienização e segregação social, que tem como objetivo expulsar os mais pobres das regiões centrais em direção às periferias.

Num território em que a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. Habitar é a necessidade primária de qualquer indivíduo. O que explica a indiferença da sociedade a essa realidade é a ampla aceitação das desigualdades no acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. A moradia é um desses bens, cujo acesso é controlado pelo mercado. "Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território".

Aos agentes do mercado, interessa unicamente a demanda daqueles que podem pagar. Nesse sentido, as moradias dignas constituem um privilégio dos indivíduos endinheirados, ao passo que as precárias são produzidas para aqueles que foram excluídos do mercado, ou melhor, incluídos precariamente, apenas pelo consumo dos insumos básicos da indústria da construção civil.

Mas o que se deve entender é que não é por falta de previsão legal que essa injustiça acontece. A interpretação e a aplicação das leis, neste país, sofrem do vício perverso de desconhecer a extensão dos seus efeitos, quando a previsão deles é feita em desfavor do apetite do mercado de terras e em favor dos direitos humanos fundamentais de quem nelas consegue achar um espaço para mal e mal sobreviver.

A moradia é a base fundamental para que as famílias possam estruturar sua vida de modo a ter condições de acessar outros serviços básicos como saúde, educação, trabalho, segurança e lazer. Moradia é muito mais do que um teto e quatro paredes, é uma forma de vida DIGNA e que deve ser conquistada e acessada por todos. Entretanto, infelizmente, para os que dependem do Estado para esse acesso é só com muita LUTA que é possível obter conquistas.

O direito à moradia adequada no plano internacional e nacional

"Não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, à toda infraestrutura, à educação, à saúde" (Raquel Rolnik, relatora do Direito à Moradia Digna da ONU).

A moradia é, antes de tudo, um direito humano. Todas as pessoas, independente da crença, raça ou situação econômica, possuem o direito a ter acesso a uma moradia adequada. E este direito deve ser respeitado em qualquer circunstância!

O direito à moradia adequada é reconhecido por diversas Normas Internacionais de Direitos Humanos das quais o Brasil é signatário. Conforme o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), documento que inaugura a moradia adequada como um direito humano fundamental, em seu artigo 11, os componentes do direito à moradia são: adequada habitabilidade, segurança jurídica da posse, disponibilidade de serviços de infraestrutura, custo acessível, boa localização e adequação cultural. O direito à moradia,

desse modo, é muito mais do que apenas o acesso a uma estrutura física.

"Os estados-partes no presente pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para a sua família, inclusive a alimentação, vestimentas e moradias adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os estados-parte tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento." [Artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais]

No Brasil, a moradia como um direito fundamental é componente central da luta pelo direito à cidade (o direito à cidadania; a função social da propriedade; e a gestão democrática das cidades). A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi marcada pelo êxito dos movimentos sociais urbanos em torno da plataforma do direito à cidade por meio da emenda popular de reforma urbana. Assim, desde a Constituição de 1988, vem sendo construída uma nova ordem legal urbana, sob a bandeira do direito à cidade no Brasil.

"O direito à moradia não necessita de registro, não necessita de registro! Se nós formos à Constituição Federal, no artigo 6º, garante o direito à moradia. Se nós formos à lei orgânica do município, tem todo um capítulo relacionado com o direito à habitação. Se nós formos ao estatuto da cidade, hoje vários incisos e toda a gama de outras disposições legais lá presentes, garantem este direito independente do registro" (Jaques Alfonsin)

A Constituição Federal Brasileira (1988) em seu Art. 6º, afirma o seguinte: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) estabelece em seu art. 2º as diretrizes gerais da política urbana municipal, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes: I) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações; II) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais e de urbanização. O direito à Regularização Fundiária (no atendimento à função social da terra e da propriedade) é um instrumento muito importante na garantia do direito à moradia adequada, assegurando a posse jurídica e evitando as ameaças de remoções.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu art. 177º, parágrafo 5º, determina que os municípios assegurem a "participação das entidades comunitárias (...)" em "planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes". A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, da mesma forma, nos vários incisos que detalham a disposição do seu art. 201º (capítulo da política e da reforma urbana), democratiza acentuadamente a atividade administrativa urbanística. No inciso V, assegura "a participação popular no processo de planejamento".

Na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, art. 208, conta que "O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano deverá assegurar: I – a urbanização, a regularização e a titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção de moradores, exceto em situação de risco de vida ou à saúde, ou em caso de excedentes populacionais que não permitam condições dignas à existência, quando poderão ser transferidos, mediante prévia consulta às populações atingidas, para área próxima, em local onde o acesso a equipamentos e serviços não sofra prejuízo, no reassentamento, em relação à área ocupada originariamente".

A política habitacional em Porto Alegre na conjuntura dos megaeventos

"Clama aos Estados, no contexto dos megaeventos, para que promovam o direito à moradia adequada e criem um legado habitacional sustentável e orientado para o desenvolvimento" (Resolução 13/2010 do Conselho de Direitos Humanos da ONU)

A cidade de Porto Alegre é reconhecida internacionalmente pelas inúmeras inovações no âmbito da gestão democrática e participativa da política urbana, bem como dos avanços constitucionais em termos do direito à cidade e à moradia adequada, tendo como marco a experiência do OP (Orçamento Participativo) e a relevância de seus primeiros Planos Diretores.

No entanto, a existência desse amplo quadro jurídico e político não tem sido suficiente para barrar o processo de desenvolvimento econômico e político excludente na cidade. Ilustrativo disso é que Porto Alegre, entre os anos de 2000 e 2010, apresentou um aumento populacional de 3,8%, sendo a cidade que apresentou o menor crescimento entre as capitais brasileiras. Todavia, registra um crescimento de 22% nas moradias consideradas precárias, aumentando, assim, o número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, desprovidas de acesso a serviços urbanos e da segurança da posse.

De acordo com dados divulgados pelo DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre), em 2010 a cidade possuía 486 ocupações irregulares, com um total de 75.656 domicílios. Considerando-se a mesma média, de 3,82 habitantes por domicílio, encontrada em aglomerados subnormais levantados pelo Censo de 2000 do IBGE, chega-se a uma população de 288.891 habitantes, o que significaria 21,46% da população ou 17,1% dos domicílios em situação de habitação irregular. Esse quadro de progressivo aumento da moradia precária tem sido intensificado com os diversos megaempreendimentos, em especial os vinculados à Copa do

Mundo de 2014, implementados na cidade no último decênio.

Conforme constatado por Raquel Rolnik, ao longo dos seus seis anos de mandato como relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, existe hoje uma crise habitacional mundial que atinge as populações mais pobres. A vulnerabilidade quanto ao direito de posse resulta na perda de suas casas para dar lugar a grandes projetos relacionados a megaeventos esportivos. Ainda segundo a relatora, no Brasil, quem tem título de propriedade consegue ser indenizado. Mas quem está vinculado ao território onde vive por outras formas recebe, na melhor das hipóteses, uma indenização pela benfeitoria. Isso significa mais pessoas sem teto, mais produção de moradias precárias, mais exposição à vulnerabilidade, mais violações de direitos.

É exatamente este cenário que temos presenciado em Porto Alegre por conta das obras da Copa do Mundo do FIFA. Milhares de famílias portoalegrenses estão ameaças ou já tiveram seus direitos humanos violados por ações do poder público municipal, que privilegiam os interesses da iniciativa privada. Fica a pergunta: a "oportunidade única" de desenvolvimento econômico e social é para quem?

Projetos urbanos ou política habitacional? Áreas de interesse da Copa e as remoções em Porto Alegre

Como já relatado neste presente documento, os principais projetos urbanos de infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA 2014 se concentraram em torno do Aeroporto Internacional Salgado Filho, na zona noroeste da cidade, e no entorno do estádio oficial do evento, o Beira Rio, na zona sul da Capital. As duas principais zonas de interesse da organizadora do megaevento, a FIFA, pois foram os locais de intenso fluxo turístico e de espectadores dos jogos.

Tais projetos visavam áreas e terrenos com alto valor mercadológico, os quais eram (e ainda são) habitados por famílias em assentamentos irregulares. O fato dos moradores estarem vulneráveis no seu direito de posse possibilita uma investida intensa e agressiva da iniciativa privada, articulada com o poder público, sobre esses territórios e populações.

Desse modo, os programas e ações destinados à política de habitação de interesse social têm sido implementados numa visão reducionista de cidade, com caráter emergencial e em desconformidade com a legislação da política urbana, bem como com os direitos humanos. Com a desculpa da Copa, a política habitacional é invertida: utiliza-se dela para possibilitar o projeto de infraestrutura e não para garantir o direito à moradia, vigorando a sua instrumentalização. Os instrumentos previstos perdem a sua eficácia, deixando as famílias reféns dos interesses dos poderosos.

O quadro 1 traz informações sobre o impacto na moradia de obras e projetos envolvendo o aeroporto, o estádio Beira Rio, a região denominada "entorno do estádio" e áreas adjacentes a este, tendo em vista que é ali que se configurou o principal território da FIFA ("zonas de exclusão"). O quadro 2 traz dados atualizados sobre o processo de remoção e os números de famílias ameaçadas ou já atingidas em seu direito a moradia. Os quadros foram elaborados pela equipe de coordenação do dossiê a partir de diversas fontes, tendo em vista que não existe divulgação clara e objetiva, por parte da prefeitura, dos dados sobre as remoções em Porto Alegre.

Quadro 1

Obras	Descrição	Comunidades	Nº de famílias atingidas	Ações Públicas
Aeroporto	Ampliação da pista do aeroporto	Vila Dique	1.476	Remoção/reassentamento
Aeroporto	Instalação de equipamento ILS2	Vila Nazaré	1.291	Remoção/reassentamento
Corredor da Avenida Tronco	Ligar o estádio oficial à região central, aeroporto, rodoviária e região hoteleira	Vila Cristal, Vila Divisa Vila Cruzeiro Vila Tronco, Gaston Mazeron Vila Maria	1.525	PMCMV Bônus Moradia Aluguel Social
Entorno do estádio	Vias de acesso ao estádio oficial	Ocupação 20 de Novembro	50	Bônus Moradia Aluguel Social
Entorno do estádio	Perímetro de segurança da zona FIFA	Morro Santa Teresa	4.000	Comunidades resistiram ao processo de remoção, foram cadastradas e aguardam a 4 anos a regularização fundiária
Programa Integrado Socio Ambiental (PISA)	Ações para o saneamento como requisito a cidade sede da Copa 2014	Vila Foz Campo Velho Pantanal Upamoroti Vila Nossa Senhora das Graças Vila Ângela Corso Vila Barbosa Neto Vila Icaraí I Vila Icaraí II Vila Hípica	1.680	Remoção/reassentamento Bônus Moradia Aluguel Social Regularização Fundiária

Quadro 2

Comunidades	Total de famílias atingidas	Nº de famílias já removidas/reassentadas	Ações Públicas
Vila Dique	1.476	922	Remoção/reassentamento Para o Conjunto Habitacional Porto Novo
Vila Nazaré	1.291	Nenhuma até o momento	Remoção/reassentamento
Atingidas pela duplicação da Avenida Tronco	1.525	420 180 108	Bônus Moradia Aluguel Social Indenizações
TOTAL		708	
Ocupação 20 de Novembro	50	50	Bônus Moradia /Aluguel Social
Atingidas pelo Programa Integrado Socio Ambiental	1.680	188 600 122	Remoção/reassentamento Bônus Moradia Regularização Fundiária
TOTAL		910	
TOTAL	6.022	2.590	

Ressalta-se que o município de Porto Alegre conta com mais de 29 instrumentos disponíveis à política habitacional. No entanto, como podemos constatar nos dois quadros anteriores, a prefeitura tem feito uso exclusivo da produção de habitação de interesse social via o PMCMV (Programa federal Minha Casa, Minha Vida) e, nas remoções, tem se utilizado de instrumentos com características emergenciais como o Bônus Moradia, o Aluguel Social e as Casas de Passagens.

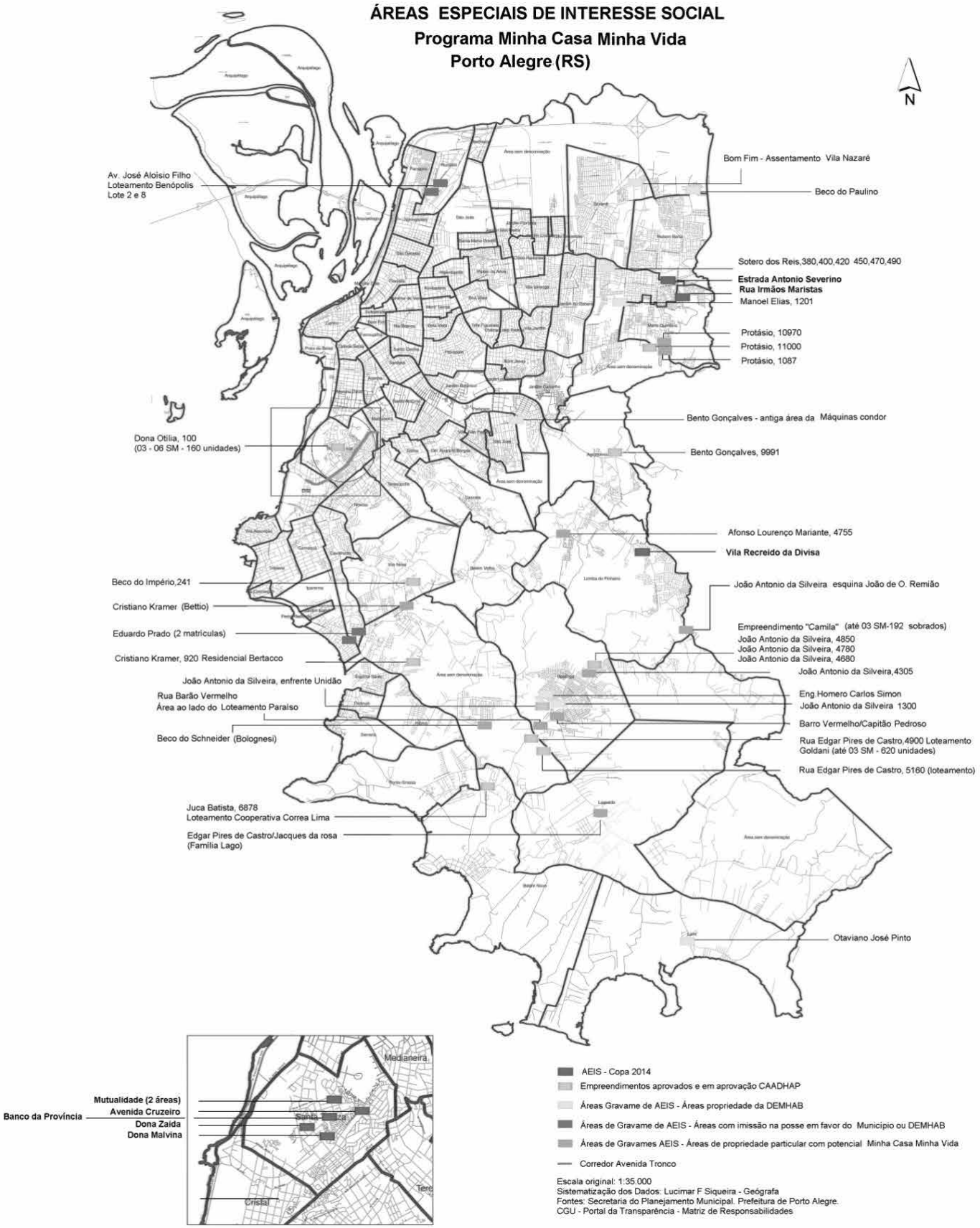
As famílias atingidas no seu direito à moradia em função das obras de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre contam com três modalidades de atendimento: o reassentamento via PMCMV (tendo que aderir ao Aluguel Social enquanto o empreendimento não é finalizado); o Bônus Moradia e a Indenização.

Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Disponibiliza recursos federais para a construção de unidades habitacionais visando combater o déficit habitacional das cidades brasileiras. Todavia, como a prefeitura de Porto Alegre priorizou o cronograma das obras de infraestrutura, deixou de lado a construção das moradias. Enquanto elas não são finalizadas os moradores que irão para os empreendimentos do PMCMV devem aderir ao Aluguel Social, modalidade utilizada pela Prefeitura para poder seguir a obra viária sem concluir o reassentamento. Ou seja, a família que optar pelo reassentamento recebe um recurso assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por seis meses. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular (R$ 500,00) [retirado de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=116] e deve alugar outro imóvel, disponibilizando aquele que reside para ser demolido pela Prefeitura.

O Bônus Moradia é uma das opções oferecidas às famílias removidas/reassentadas em razão das obras de mobilidade urbana da Copa 2014, cadastradas pelo DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação). O valor do Bônus Moradia é de R$ 52.340,00 (cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta reais), que representa o custo final para a construção de uma unidade habitacional popular, considerada no Programa Minha Casa/Minha Vida, do governo federal. Cada família cadastrada tem direito a um Bônus Moradia. A utilização do bônus é regida pela Lei Municipal 11.229, de 6 de Março de 2012. O imóvel adquirido só poderá ser vendido a terceiros após 5 anos de escrituração do mesmo. A família cadastrada, que for reassentada, não poderá mais ser favorecida em outros planos de reassentamento da prefeitura, conforme previsto na Lei Geral do Bônus (art.8º - § 1º). O pagamento que o executivo municipal fará ao proprietário/vendedor do imóvel será aquele constante na avaliação do bem. Se o valor acordado for inferior aos R$ 52.340,00 previstos no Bônus Moradia, essa diferença não será disponibilizada [retirado de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?reg=1&p_secao=98]

Indenização?????


ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
Programa Minha Casa Minha Vida
Porto Alegre (RS)
N
Av. José Aloisio Filho
Loteamento Benópolis
Lote 2 e 8
Bom Fim - Assentamento Vila Nazaré
Beco do Paulino
Sotero dos Reis,380,400,420 450,470,490
Estrada Antonio Severino
Rua Irmãos Maristas
Manoel Elias, 1201
Protásio, 10970
Protásio, 11000
Protásio, 1087
Bento Gonçalves - antiga área da Máquinas condor
Dona Otilia, 100
(03 - 06 SM - 160 unidades)
Bento Gonçalves, 9991
Afonso Lourenço Mariante, 4755
Vila Recreido da Divisa
Beco do Império,241
Cristiano Kramer (Bettio)
Eduardo Prado (2 matrículas)
Cristiano Kramer, 920 Residencial Bertacco
João Antonio da Silveira, enfrente Unidão
Rua Barão Vermelho
Área ao lado do Loteamento Paraiso
Beco do Schneider (Bolognesi)
João Antonio da Silveira esquina João de O. Remião
Empreendimento "Camila" (até 03 SM-192 sobrados)
João Antonio da Silveira, 4850
João Antonio da Silveira, 4780
João Antonio da Silveira, 4680
João Antonio da Silveira,4305
Eng.Homero Carlos Simon
João Antonio da Silveira 1300
Barro Vermelho/Capitão Pedroso
Rua Edgar Pires de Castro,4900 Loteamento
Goldani (até 03 SM - 620 unidades)
Rua Edgar Pires de Castro, 5160 (loteamento)
Juca Batista, 6878
Loteamento Cooperativa Correa Lima
Edgar Pires de Castro/Jacques da rosa
(Família Lago)
Otaviano José Pinto
Mutualidade (2 áreas)
Avenida Cruzeiro
Banco da Província
Dona Zaida
Dona Malvina
Medianeira
Santa Cruz
Tere
Cristal
AEIS - Copa 2014
Empreendimentos aprovados e em aprovação CAADHAP
Áreas Gravame de AEIS - Áreas propriedade da DEMHAB
Áreas de Gravame de AEIS - Áreas com imissão na posse em favor do Município ou DEMHAB
Áreas de Gravames AEIS - Áreas de propriedade particular com potencial Minha Casa Minha Vida
Corredor Avenida Tronco
Escala original: 1:35.000
Sistematização dos Dados: Lucimar F Siqueira - Geógrafa
Fontes: Secretaria do Planejamento Municipal. Prefeitura de Porto Alegre.
CGU - Portal da Transparência - Matriz de Responsabilidades

Comunidades consolidadas

As vilas, em sua grande parte, são habitadas por comunidades bastante antigas, que reivindicam há tempos uma política de urbanização e de regularização fundiária. Todavia, a oportunidade de obtenção desse direito veio acompanhada pelo interesse de realização de grandes obras de infraestrutura urbana. Assim, os projetos governamentais não se dão tendo em vista garantir o direito à moradia das famílias, mas em como viabilizar a ampliação do aeroporto, a duplicação de uma avenida, o projeto de saneamento etc. - os quais têm no seu caminho as vilas e seus moradores. Desse modo, a política habitacional se impõe de maneira arbitrária, colocando as famílias em uma situação de ameaça para locais distantes da região de origem, sem considerar os laços com o território, as relações de vizinhança, de amizades e os núcleos familiares.

A Vila Dique está localizada no extremo norte de Porto Alegre, nas margens do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sua existência remonta da década de 1950, quando algumas famílias se mudaram, do interior e de outras vilas da cidade, para um terreno desocupado que ficava situado entre dois diques, dando origem, assim, ao nome da comunidade. As primeiras famílias foram atraídas pela grande quantidade de fábricas de papelão que existia naquela localidade. Ao longo do tempo, principalmente entre os anos de 1980 e 1990, diversas famílias foram se instalando na vila em busca da oferta de trabalho. Atualmente, grande parte dos moradores exerce um trabalho informal de triagem de resíduos sólidos, tendo como principal fonte de renda a venda de materiais recicláveis.

Desde sua origem, a Vila Dique caracteriza-se por um conjunto de moradias em situação precária - em sua maioria, construídas com pedaços de madeira. A situação compartilhada de acesso escasso aos serviços básicos e a infraestrutura urbana levou os moradores a se organizarem e construírem estratégias de sobrevivência, constituindo, assim, relações comunitárias para a conquista negociada, com a prefeitura, de energia elétrica, posto de saúde e creche. Há mais de dez anos, a comunidade tem reivindicado o direito à moradia digna. Outra vila que existe há bastante tempo é a Vila Nazaré, vizinha à Dique. Segundo informações do DEMHAB, o local recebeu os primeiros moradores em 1959. Boa parte das famílias sobrevive também da coleta de material reciclável e se utiliza de carroças ou carrinhos para transportá-las. As condições de habitação são bastante precárias.

As famílias atingidas pela duplicação da avenida Tronco habitam terrenos públicos e privados, vivendo em oito vilas que estão localizadas em três bairros da zona sul da Capital: Cristal, Santa Teresa e Medianeira. A história da construção desses bairros é a história de trabalhadores dos mais variados estratos, que tiveram como alternativa a moradia autoconstruída em terrenos dos quais não eram proprietários, assim como da luta para trazer as instalações de infraestrutura para a vida no bairro. Como lembra José Araújo, morador da Vila Cruzeiro, nos anos 1980 e 1990 houve movimentos comunitários muito importantes, que reivindicaram e conquistaram os serviços disponíveis hoje no bairro: postos de saúde, asfaltamento, saneamento básico, linhas de ônibus, escolas etc. Com a criação do OP (Orçamento Participativo) em 1989, iniciou-se também o debate sobre a possibilidade de regularização fundiária. De acordo com relato de José Araújo, no ano de 1993 foi aprovado, pela região do Cristal, a demanda prioritária por regularização das moradias, em um processo semelhante ao que acontecia em muitos outros bairros e vilas de Porto Alegre. No entanto, desde então, os recursos para iniciar

o processo (que incluiria a desapropriação de terrenos particulares e verbas para urbanização) jamais foram disponibilizados pelo poder municipal nos seus orçamentos anuais.

Desse modo, estes bairros se desenvolveram de maneira paradoxal: por um lado, uma ampla infraestrutura urbana foi construída, em especial pela luta dos moradores da vila. Por outro, a ausência da política de regularização fundiária conformou uma ampla mancha de irregularidade, deixando as famílias em situação de vulnerabilidade e ameaçadas de remoção.

> *"Eu sou de Porto Alegre, moro há 74 anos na região, uma região que não tinha nada e que foi a nossa comunidade que criou todos aqueles espaços, os serviços públicos, escola, creche, posto de saúde, transporte. E hoje que a nossa comunidade está bonita, com todos os equipamentos que precisam para viver, a prefeitura chega e simplesmente mostra o mapa, dizendo que 1600 famílias, que calculam 7000 pessoas, terão que ser removidas por causa do alargamento de uma avenida. E essa avenida, eu conheço muito bem porque eu fui criado nesta região, nasci e me criei ali há 74 anos. Que a Copa pode vir, que a avenida pode ser alargada, mas que os direitos das famílias sejam respeitados" Depoimento de José Araujo, um dos moradores atingidos pela duplicação da Avenida Tronco.*

O bairro Cristal é também o endereço, de longa data, de milhares de famílias que habitam as margens do Arroio Cavalhada. São dez vilas que estão sendo removidas por conta de um projeto de infraestrutura urbana intitulado PISA (Programa Integrado SocioAmbiental). Este programa, elaborado e executado pela prefeitura de Porto Alegre, em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o governo federal, foi inaugurado no mês de Abril do presente ano, ampliando assim a capacidade de tratamento de esgoto da cidade de 27% para 80%. O projeto entrou na esteira dos empreendimentos da Copa, na medida em que pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Indústria e Indústria de Base lançou o "Relatório de Análise de Infraestrutura das Cidades Candidatas à Copa do Mundo FIFA Brasil 2014", apontando que o saneamento era um problema para a candidatura de Porto Alegre à cidade sede da Copa. Assim, mais um projeto habitacional é elaborado como consequência dos interesses da cidade dos grandes negócios.

A dimensão da localização geográfica das vilas atingidas pela duplicação da avenida Tronco e pelo PISA é bastante elucidativa dos interesses em remover essas comunidades. Os bairros compõem o início da zona sul de Porto Alegre, nas proximidades da orla do Rio Guaíba e da arena oficial dos jogos. Esta região passou a ser considerada, nas últimas duas décadas, um local para a classe rica da Capital gaúcha morar, construindo-se prédios luxuosos com vista para o rio. Para atender aos anseios desta classe, os bairros têm sofrido uma forte investida da iniciativa privada com a construção do Museu Iberê Camargo, o Barra Shopping Sul e grandes torres comerciais. Ao mesmo tempo, é uma região com grande número de moradias precárias e de famílias vivendo em irregularidade fundiária, que precisam ser retiradas para não poluírem o "visual" do bairro e para a garantia da "segurança e da ordem".

Chega a ser irônico o fato de que as famílias da Vila Foz, que habitavam as cercanias do Arroio Cavalhada, foram reassentadas pela empresa Multiplan como contrapartida do empreendimento Barra Shopping Sul. Nas proximidades, também estão sendo construídos empreendimentos residenciais e comerciais de alto padrão, como o Murano Office, e torres de escritórios anexas ao Barra Shopping. Ao lado deste centro comercial está localizada a área das cocheiras do Jockey Club, patrimônio do estado do Rio Grande do Sul que foi entregue à iniciativa privada para fins de exploração econômica. Esta ampla área, de 16 hectares, seria uma forma de possibilitar a permanência das famílias na região, resolvendo a reivindicação antiga dos moradores de garantia da segurança da posse; o local é suficiente para a construção de habitações na tipologia casa, em vez de apartamentos, como a prefeitura tem sugerido.

Políticas de Caráter Emergencial

Resulta desta política urbana "às avessas" a implementação de uma política habitacional com caráter emergencial: É preciso cumprir os cronogramas da Copa do Mundo 2014! A sua oportunidade única impõe seu tempo, criando legislações de exceção, decretando leis, instrumentalizando programas para moradia e atropelando comunidades.

O reassentamento das famílias da Vila Dique é o processo mais longo de remoção na cidade. Iniciado em 2009, com a transferência de 48 famílias para o Conjunto Habitacional Porto Novo, local escolhido pelo DEMHAB para as novas moradias, ainda não existe previsão para acabar.

A prefeitura anunciou o processo de remoção como um grande legado. Utilizando-se de fôlderes e outdoors

espalhados pela cidade, divulgou de maneira incisiva a remoção de parte da comunidade e a liberação da área para o início da ampliação da pista do aeroporto. As implicações do início da remoção tomaram as dimensões mais diversas possíveis de violação de direitos humanos.

Os problemas que as famílias enfrentam hoje relacionados à remoção forçada têm início já no cadastramento dos moradores. Este foi realizado pelo DEMHAB em 2005. Nesses dez anos, muitos dos que eram considerados filhos se casaram, tiveram filhos e constituíram seus próprios núcleos familiares. Todavia, os "desdobramentos familiares" não estão contemplados pela política habitacional, deixando quem se encontra nesta situação na incerteza quanto ao destino de suas famílias.

Ao iniciar a retirada das famílias a prefeitura não levou em consideração os impactos sofridos pelos moradores remanescentes: casas foram derrubadas e canos abertos, proliferando animais peçonhentos e aumentando os problemas sanitários na vila para aqueles que ficavam. Os moradores do novo Conjunto Habitacional Porto Novo também tiveram que enfrentar inúmeros problemas, pois o reassentamento foi realizado sem a instalação dos equipamentos comunitários, desprovido assim de escola, creche e posto de saúde por um longo tempo. Tempos depois a prefeitura deslocou os equipamentos comunitários da antiga vila para o novo conjunto habitacional, deixando as famílias que ainda não foram reassentadas sem o acesso a esses serviços básicos.Casas de passagem foram utilizadas na remoção para o novo loteamento e significaram um total desrespeito às famílias, as quais foram impostas pelo poder público a essa situação. Eram casinhas pequenas de madeira, sem banheiro. Foram instalados banheiros químicos pela prefeitura, que eram usados coletivamente. Cerca de 21 casas foram implantadas no local do reassentamento da Vila Dique e só foram retiradas quando ocorreu a visita da relatora da ONU, Raquel Rolnik, à Porto Alegre em 2011. Esse mesmo tipo de medida está sendo adotado, agora, na Vila Liberdade, comunidade próxima à Arena do Grêmio, atingida recentemente por incêndios. Também, insistentemente, a prefeitura usou a instalação de casas de passagem como ameaça às famílias da avenida Tronco, para que elas aceitem o aluguel social e o bônus moradia. As casas de passagem são a humilhação das famílias!

O agravante dessa situação é que depois de iniciadas as intervenções governamentais e as remoções da comunidade da Vila Dique, foi constatado que o terreno não era próprio para o tipo de obra pretendida para o aeroporto, retirando-a assim da Matriz de Responsabilidade da Copa do Mundo FIFA. Cerca de 600 famílias ainda se encontram no local, tendo que pegar dois ônibus para poder acessar o posto de saúde, que fica no novo loteamento, e vivendo em situação de extrema precariedade, sem saber sobre seus destinos.

A falta de um planejamento acerca da política habitacional também tem deixado as famílias da Vila Nazaré num misto de esperança e incertezas. O reassentamento vem sendo anunciado deste 2009, quando foi feito o cadastramento das famílias, mas as obras das moradias só tiveram início neste ano. É grave que não haja sensibilidade para com as famílias, respeitando os seus direitos e considerando a dimensão do sofrimento que uma longa espera pode causar.

As famílias da avenida Tronco sempre expressaram o seu desejo de permanecer na região de origem. Desejo que poderia se tornar realidade, pois a legislação urbana municipal que regula o PMCVM (Programa Minha Casa, Minha Vida), o qual está sendo utilizado como alternativa para a construção das habitações, prevê que no mínimo 80% das famílias a serem removidas precisam ser reassentadas em áreas indicadas na própria região. No entanto, desde o início a intenção do governo municipal foi removê-las para locais distantes, e ele investiu pesado nessa tentativa. O argumento do prefeito era de que não poderia reassentar as famílias na região, pois não havia terrenos disponíveis.

> "Eles querem fazer com que as pe*ssoas se obriguem a se mudar, a serem arrastadas, despejadas em qualquer canto. Porque daí eles deixam a comunidade no esquecimento, né, e aí para o pessoal se obrigar a aceitar qualquer coisa. Que seja melhor que aqui .(...) Para que tirar o pessoal daqui? Só para valorizar? Porque a comunidade carente é esta comunidade que tem que ficar esquecida. Ai querem trazer a burguesia, as obras de alto valor, para que? Então investe nesta comunidade, para estas pessoas que estão aqui há anos, uma vida inteira morando, né?!" (relato de uma mora-*

dora no vídeo de mobilização de fevereiro de 2011)

A primeira ação, nesse sentido, foi a aprovação de um projeto lei que grava as AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) para o Programa Minha Casa, Minha Vida. As AEIS, instrumentos urbanísticos que deveriam ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida das populações, no entanto, foram definidas em áreas que estão concentradas na zona rural da cidade de Porto Alegre e em terrenos já adquiridos por incorporadores, com projetos aprovados junto à Caixa Econômica Federal. Mas esta lei não impactava as famílias apenas no sentido de mandá-las para locais distantes; também afeta gravemente na supressão de conquistas antigas do movimento comunitário. Afinal, esta lei aprovada propôs a alteração justamente da lei complementar que garantia a permanência das famílias na região em que já moravam (o art. 74º do PL 854/10 institui que para as remoções em função de obras de infraestrutura da Copa não é preciso reassentar os moradores na região de origem). Cria-se, assim, uma exceção para os empreendimentos do PMCMV, destinados ao reassentamento de famílias em função de obras da Copa de 2014. Desse modo, as famílias atingidas pela duplicação da Tronco perderam o seu direito de permanecer naquela região, perto de seus núcleos familiares e de suas raízes já estabelecidas por meio do território.

Sem previsões de iniciar as obras das habitações para reassentar as famílias, a prefeitura decretou o bônus moradia e o aluguel social como alternativas à política habitacional.

O aluguel social pode ser considerado uma forma de despejo. Ao saírem de suas casas para o aluguel, as famílias ficam claramente vulneráveis, visto que seu direito à moradia não é respeitado. A família terminará por morar, por tempo indeterminado, em uma habitação alugada pela prefeitura no valor de R$ 500,00. Isso faz com que as pessoas fiquem a mercê do governo, que a qualquer momento pode oferecer-lhes como única alternativa um apartamento pronto no bairro Restinga (periferia da cidade), e a família pode se ver obrigada a, de fato, abandonar suas raízes e o bairro que, com seu suor, construiu. Essa medida ainda determina que cada família é responsável por procurar o seu imóvel para alugar; é sabido que, na região da Tronco é impossível locar um imóvel com esse valor. O que ocorrerá é que a família termina por alugar um imóvel longe de seu posto de trabalho, do posto de saúde onde é atendida, das escolas onde os jovens estudam, causando diversos problemas às pessoas – podendo, inclusive, colaborar com a demissão e o desemprego dessas pessoas afetadas.

> *"A gente tem o aluguel social que, automaticamente na nossa opinião, também é um cheque despejo. É uma forma de iludir as pessoas de que elas vão estar indo para um lugar melhor e aí, bom, alugam um espaço..eu quero ver sob o ponto de vista de gestão do município como é que vai se dar todo este aluguel social daqui um, dois anos; o que a prefeitura e os administradores da prefeitura vão fazer para reassentar estas famílias. Porque é muito fácil resolver temporariamente, agora quero ver depois, daqui um ano como é que vai se dar isto." (Ezequiel, MNLM, audiência publica com o Ministério Público Federal sobre os impactos da copa, 25 de março de 2011, Porto Alegre)*

Já o bônus moradia oferecido, no valor que equivale a uma unidade do PMCMV, descontando-se o valor do terreno, é de R$ 52.000,00 - ou seja, muito baixo para a lógica de um grande centro metropolitano, como Porto Alegre. Esse povo trabalhador que ali construiu seu bairro, sua moradia, suas relações de amizade, e, em sua participação no Orçamento Participativo conquistou creches, hospitais e toda a infraestrutura disponível – e cujo local agora é disputado pelos mais diversos setores da burguesia - será que esse mesmo povo não tem agora direito ao terreno que lhe é de direito? Segundo a MP 2.220, sim! Ele tem direito à posse daquela terra e, por isso, a avaliação dela. É sabido que com o valor oferecido como bônus é muito difícil encontrar na região, ou em qualquer bairro próximo, uma moradia digna. O que muitas famílias têm encontrado em suas buscas de casas novas (que obviamente devem ser regularizadas, com escritura e todos os documentos em dia), são casas em zonas de extrema periferia; em cidades da região metropolitana, como Viamão e Sapucaia do Sul; ou mesmo o interior do estado ou o litoral gaúcho (onde ficam as praias de veraneios de água salgada), que é opção para algumas, mas não é, e não deve ser "opção" para todas as famílias. O que acaba se tornando solução para muitas dessas famílias é juntar até dois núcleos familiares e, por consequência, dois ou três bônus e adquirir uma única casa. Aparenta ser uma boa alternativa, mas torna a aplicação da política pública ain-

da mais perversa, visto que o papel essencial da política habitacional é sanar o déficit de moradias agravado durante anos, sem uma política que visasse seu fim. No entanto, o que se vê é um agravamento do déficit qualitativo, em que a política pública incentiva e efetiva o aumento considerável do número de casos de coabitação, o que de fato pode gerar problemas sem precedentes, chegando a destruir famílias e vidas e agravar a realidade de agressão às mulheres, com o aumento dos casos de violência doméstica.O aluguel social e o bônus moradia também têm sido utilizados como alternativa de retirar logo os moradores de outras áreas de interesse dos projetos urbanos. Foram ofertados para as famílias da Ocupação 20 de Novembro, vizinhas ao Estádio Beira Rio, e às famílias atingidas pelo PISA.

As famílias das vilas do Arroio Cavalhada foram, na verdade, as primeiras a ser alvo dessas políticas de emergência. O valor que no início era ofertado como bônus moradia estava em R$ 40.000 (quarenta mil reais); passou por reajustes, chegando aos atuais R$ 52.000 (cinquenta e dois mil reais). No entanto, continua fora dos valores de mercado das regiões centrais da cidade, com acesso aos serviços básicos. Muitas das pessoas que já saíram dessas vilas (em torno de 600) tiveram que se deslocar para regiões periféricas, para cidades vizinhas e para o litoral. Ocorre, desse modo, que a política habitacional está produzindo uma expulsão forçada da população portoalegrense mais pobre da cidade, forçando a migrar para ter o seu direito de morar garantido. Também é preocupante que uma política possa ser realizada com tanta falta de planejamento, alterando-se valores ao longo do processo. E as famílias que já receberam os R$ 40.000, serão ressarcidas? É claro que não. O governo municipal já devia saber antes de iniciar a remoção que estes valores não correspondem à realidade da cidade.

Falta de participação e de informação

Além do caráter emergencial, as políticas habitacionais são autoritárias e impositivas. Os projetos chegam prontos, sem consulta ou qualquer possibilidade de participação das famílias no processo decisório acerca de seus destinos e condições de vida. Assim, fere os princípios da gestão democrática e participativa instituída pela lei do Estatuto da Cidade para a política urbana.

A organização das comunidades, atingidas pela duplicação da avenida Tronco, na busca pelo seu direito de morar dignamente iniciou em meados de 2010, quando a prefeitura apresentou o projeto da duplicação para os moradores. O mesmo já veio pronto: em nenhum momento as famílias foram chamadas a participar das decisões acerca da obra, a qual as atinge diretamente. Elas foram apenas "avisadas" de que a área precisava ser liberada o mais rápido possível. O agravante dessa situação foi a ausência total de um projeto habitacional.

"A nossa maior preocupação é que a gente trabalha, vai em reunião, para saber para onde vão estas famílias, e o prefeito não nos recebe. Hoje, a gente soube que ele alterou uma lei que garantia que 80% das pessoas fossem reassentadas dentro da região. Ele propôs isso para a Câmara e passou. Nossos direitos, com as obras da Copa, não vão ser respeitados. A

grande preocupação nossa é isso, que eles abram um canal de diálogo com a gente. Porque eu vejo só eles falarem no projeto viário, no projeto habitacional até agora eles não nos deram retorno" (Renato, Cristal, audiência em Março de 2011)

Essa postura da prefeitura de distanciamento das comunidades tem sido constante, e as informações sobre os destinos das famílias têm sido conquistada por meio de muita luta. Exemplo disso é que o prefeito só foi até a comunidade para responder os questionamentos a respeito dos cronogramas das obras (viária e habitacional) e sobre as condições das moradias depois que os moradores decidiram, em conjunto, barrar o cadastramento socioeconômico.

"Queremos uma resposta, queremos respostas concretas. E o senhor falou e de repente aparece um louco para abrir um processo, louco é aquele que está vendo a coisa e não quer ver, não quer enxergar. Tem jeito sim, a prefeitura e o povo unido dá sim. Mas com quem quer trabalhar. E nós não somos baderneiros não. Aqui só tá quem quer saber para onde vai e eles têm direito, nós temos direito." (Noemi)

A possibilidade de participar do Comitê Gestor, órgão vinculado à SECOPA (Secretaria Extraordinária para a Copa), responsável pela discussão dos projetos viário e habitacional, teve de ser conquistado em audiência pública mediada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, solicitada pelos moradores. No entanto, conforme as lideranças que participaram de algumas reuniões do Comitê Gestor, este é inoperante. As reuniões ocorrem raramente, são avisadas em cima da hora e as atas não são elaboradas.

"Nós estamos sendo removidos contra a nossa vontade, para outro local, conhecido como "faixa de gaza", por que? Porque a nossa comunidade está sendo colocada no meio de outras comunidades que têm guerra de facções e os nossos jovens estão sendo mortos lá. Inclusive eu perdi meu filho lá. Por conta desta remoção. Numa comunidade que eu moro há 38 anos, prum lugar que eu não quero ir. Que não foi perguntado para mim se eu queria ir e nem pro pessoal da minha comunidade. La tá assim ó, para forçar a nossa remoção eles nos tiraram o posto de saúde, a gente não tem educação, diminuíram o volume de água, a rua eles não arrumam mais, puro muro, a nossa comunidade vive no meio de lixo. Eles fazem questão de nos remover para onde a gente não quer, em vez de melhorar a nossa comunidade lá". O depoimento de Sheila, moradora da Vila Dique, expressa a perversidade deste processo de imposição.

Ressalta-se que as comunidades organizadas junto com o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre fizeram diversas tentativas, aos órgãos e autoridades competentes, na tentativa de obter informações, participar e barrar as violações de direitos humanos provocados pelas ações da prefeitura em benefício dos projetos urbanos. Denúncias, relatórios, ofícios e relatos fizeram parte da ampla documentação entregue à prefeitura, à Câmara de Vereadores, aos ministérios públicos Estadual e Federal, à Defensoria Pública e à Presidência da República. No entanto, nenhum dos agentes públicos interveio positivamente a fim de barrar as violações. Todos os avanços e conquistas foram fruto da luta comunitária.

"Estamos lutando, conseguimos algumas conquistas porque o governo queria que a gente fosse mandado para 20km longe da nossa região e nós resistimos dizendo que nós não iríamos sair daqui sem uma conversa. Ele [o prefeito] disse que não tinha espaço na região para colocar todas essas famílias e nós dissemos, eu disse que eu conheço muito bem esta região e posso mostrar para vocês que existem espaços vazios, terrenos que estão esperando pela especulação imobiliária e que vocês podem desapropriar para fazer a minha casa, minha vida que eu digo que é a minha casa, meu despejo. Então assim ó, ele aceitou esse, essa parte que nós fizemos dos terrenos e desapropriou de fato, só que até agora, desde 2010, não tem nenhum tijolo colocado. Nós fizemos vários movimentos junto com a comunidade, trancamos ruas (...) que nós éramos um bando de baderneiros, que não queríamos o progresso e não queríamos a Copa. Essa mídia, marrom, podre que não dá espaço para que as comunidades possam dizer alguma coisa em seu favor, nós através de redes sociais e boletins e documentação farta para todas as instâncias do governo, nós mostramos que nós não somos contra nada". (José Araujo, morador do Cristal atingido pela duplicação da avenida Tronco)

O aluguel social e o bônus moradia também são medidas que visam fragmentar as comunidades na medida em que dispersam as famílias, impossibilitando que estas se organizem na luta pelos seus direitos.

Os dados institucionais e a vida como ela é

Aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo, o governo federal, após muita insistência por parte dos movimentos sociais, apresentou os números oficiais sobre as desapropriações e remoções realizadas durante o processo de preparação do país para a Copa do Mundo FIFA 2014. Segundo os dados apresentados 13.558 famílias teriam sido atingidas, em dez cidades. Para o governo, estima-se que cerca de 35.600 pessoas teriam sido forçadas a deixar suas moradias para dar lugar a obras relacionadas ao megaevento.

Por um lado, é positivo que, finalmente, tenhamos números oficiais sobre o que aconteceu nos últimos anos. Por outro, é preciso dizer que se o próprio governo teve enorme dificuldade de "descobrir" quantas pessoas foram removidas por obras relacionadas à Copa, isso demonstra, segundo Raquel Rolnik, "a forma como são tratadas as remoções relacionadas a obras públicas no Brasil: um assunto irrelevante, não "contabilizado", atravessado por obscurida-

des e violência". Este balanço, não obstante, deveria ter sido feito antes mesmo de as obras serem iniciadas.

Além disso, não é difícil constatar que os dados não estão nada completos: em Belo Horizonte e Cuiabá, por exemplo, o quadro apresentado não informa se as pessoas foram indenizadas ou reassentadas, e onde isso aconteceu; no caso do Rio de Janeiro, apenas as famílias afetadas pelas obras da Transcarioca estão listadas, quando várias outras obras removeram centenas de pessoas - como na favela do Metrô Mangueira, no entorno do Maracanã.

Outro problema do levantamento do governo é a definição de "obra relacionada à Copa". No Rio de Janeiro, por exemplo, moradias estão sendo demolidas ainda hoje na Vila Autódromo, no entorno do projeto para as Olimpíadas, deixando escombros e um cenário de destruição em torno das casas dos moradores que se recusaram a sair. Além disso, o projeto Porto Maravilha e as inúmeras remoções de favelas no entorno da zona Sul não são contabilizados. O próprio marketing da cidade relaciona estas intervenções aos eventos Copa e Olimpíadas. Não mencioná-las é esconder a extensão do fenômeno. O mesmo se repete em Porto Alegre: a Avenida Tronco, onde segue o processo de remoção que, por resistência das famílias não conseguiu ser finalizado antes da Copa; e a vila Dique que ainda é ameaçada de ser riscada do mapa, teve inicialmente decretada sua remoção por conta da ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho para o período da Copa. Ambos processos não foram contabilizados nos dados oficiais, porque as obras não ficaram prontas para a Copa e foram retiradas de seu escopo.

Os dados oficiais sobre desapropriações e remoções foram apresentados pelo ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-geral da Presidência da República, em uma coletiva de imprensa sobre "Democracia e os grandes eventos", no dia 10 de julho de 2014. Dois dias depois, às vésperas da partida final da Copa do Mundo, fomos todos surpreendidos com notícias de prisões arbitrárias de manifestantes pela polícia do Rio de Janeiro.

Em relação aos números divulgados, a ANCOP - Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa alertam a alguns pontos.

1) Os dados do Governo infelizmente maquiam vários processos reais de remoção:

a) Diversas foram as alterações nas obras consideradas na "matriz de responsabilidade da Copa". Assim, existiram obras inicialmente pensadas para servir à Copa do Mundo, e que de fato atenderam ao modelo de cidade fortalecida pelo megaevento, e produziram processos de remoções forçadas, embora tenham sido posteriormente desvinculadas dos jogos. Em nosso levantamento, consideramos todas as obras que, direta ou indiretamente, foram em algum momento vinculadas à Copa do Mundo e que, sob a desculpa dos jogos, forçaram a remoção das pessoas.

b) É necessário incluir as obras olímpicas, uma vez que também existe uma Matriz de Responsabilidade que envolve os três entes governamentais. Copa do Mundo e Olimpíadas fazem parte de um mesmo projeto de destruição e privatização do direto à cidade.

2) Os dados do Governo não consideram a violência dos processos de remoção

a) Muitas das obras foram feitas à toque de caixa, desconsiderando os procedimentos legais estabelecidos no Estatuto da Cidade ou, ainda, quando estes foram realizados, caso de algumas audiências públicas, serviram apenas como mero processo formal, sem nenhum impacto no processo decisório.

b) Relatos sobre a ação violenta das polícias, desconsiderando as leis, implica que houve expulsões não oficiais e remoções indiretas em algumas das obras que não foram computadas pelos governos.

c) Soa estranho, ao final da Copa do Mundo, o Governo Federal apresentar números. Estes foram solicitados, pelo menos desde 2010 e inclusive antes, por diversos grupos e movimentos. A ausência de diálogo e informações concretas foi a tônica dos Governos Federal e locais durante o processo de construção da Copa do Mundo.

3) Os dados não consideram as vitórias das comunidades em luta

a) Várias foram as comunidades que se organizaram para evitar as remoções e, em virtude da luta concreta, de muitos atos, protestos e com ações sociais e jurídicas, conseguiram retardar ou mesmo evitar a remoção. Podemos citar vitórias da luta popular em Fortaleza, São Paulo, Curitiba, Natal, Rio de Janeiro, Porto Alegre, dentre outras.

b) A ANCOP, através dos Comitês Populares da Copa, organizados nas 12 cidades sede, buscou levantar o número de pessoas removidas e/ou ameaçadas pelas obras da Copa do Mundo e Olimpíadas, mas nunca colocou como números oficiais, já que essa é uma obrigação dos governos. É nosso dever lutar pelo direito à cidade para todos e não esconder aqueles que conseguiram resistir à remoção, minimizando o impacto inicialmente pensado pelos megaeventos. Pelo contrário, sua conquista foi fruto de muita luta e resistência. Por isto, reafirmamos: as obras de alguma forma ligadas pelos Governos à Copa do Mundo e às Olimpíadas atingiram, diretamente, ameaçando ou removendo aproximadamente 250 mil pessoas em todo o Brasil.

4) O processo de luta contra a cidade do capital vai muito além dos megaeventos

a) A construção da Copa do Mundo afetou toda a estrutura das cidades-sede e criou precedentes a serem usados em outras cidades. Em linhas gerais, a especulação imobiliária em torno do trajeto "aeroporto - estádio - região turística" ditou o ritmo do crescimento e da organização espacial. Este modelo de cidade, cada vez mais privatizada e gerenciada, produz impactos diversos na cidade.

b) Ainda que não se apresente em nossas contas de ameaçados, o número de pessoas atingidas pelo aumento dos aluguéis ou expulsos de suas regiões pela violência policial ou que foram forçadas a vender suas casas é incalculável. É um processo que não se iniciou na Copa do Mundo, mas que foi fortalecido por ele e tende a continuar, se não for enfrentado por outro modelo de cidade, como um terrível legado nas principais cidades do país.

As mulheres e a Copa

As mulheres na Copa, não têm o que comemorar, sem casa na cidade e sem terra para plantar!

Durante a organização da Copa do Mundo de futebol, antes mesmo de 2014, já existiam sinais concretos de que seriam inúmeras as violações aos direitos das mulheres. Estimava-se que o evento deveria trazer 600 mil turistas estrangeiros e milhões de brasileiros para o país. Isso sempre preocupou as organizações que atuam na defesa dos direitos da infância porque o incremento do trabalho infantil e da exploração sexual representa um risco maior para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, em especial crianças. Nas 12 cidades sedes (Fortaleza, Belo Horizonte, Natal, Salvador, Manaus, Brasília, Porto Alegre, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Curitiba), estimam-se remoções de cerca de 200 mil pessoas, que vivem em áreas nas quais foram – e em alguns casos, ainda continuam sendo - realizadas obras para e pelo evento. Esses processos atingem diretamente as mulheres das áreas periféricas, materializando-se em diversas consequências decorridas da remoção, tais como: novos encargos com relação aos filhos e pessoas idosas na família; perda das sociabilidades que se estabeleciam em seus lugares de moradia; principalmente, aumento da exploração sexual infantil e diminuição nas possibilidades de acesso ao trabalho, já que a mudança de região, bairro ou vizinhança implica, em muitos casos, o abandono do emprego ou da atividade econômica (por perda da proximidade com o local de trabalho, dos clientes estabelecidos, etc.). Reestabelecer-se laboral e economicamente no novo lugar de moradia é uma dificuldade para muitas mulheres.

No caso de Natal, Recife, Salvador e Manaus, já conhecidas internacionalmente como rota do tráfico de mulheres e como lugares de maior incidência da exploração sexual, esses fatos tendem a se agravar com o aumento do tráfico humano para o turismo sexual, tal como ocorreu na África do Sul durante a Copa do Mundo. A exploração sexual é ainda reforçada pela forma de atuação da mídia na divulgação do megaevento. Na divulgação dos jogos, os meios de comunicação utilizam atributos relacionados ao Brasil, visto mundialmente como o país do carnaval, do futebol e das mulheres como objeto sexual. Aqui, em Porto Alegre, isso acontece também!

Existia uma grande esperança, de muitas mulheres, de um benefício maior com o acontecimento dos jogos, principalmente a complementação de renda de sua família com a oportunidade de trabalho durante o evento. No entanto, quem realmente se beneficia com a realização da Copa do Mundo são os grandes empresários. As mulheres, que têm sua renda vinda de pequenos comércios e artesanato, não tiveram acesso aos estádios e arredores, pois a Lei Geral da Copa resguardou os Territórios FIFA (2 Km de perímetro ao redor de qualquer local oficial dos jogos) apenas para as grandes redes e marcas poderem comercializar seus produtos. Resultado: quem lucrou foram as grandes empresas, não as brasileiras e os brasileiros.

Quando se trata de vida urbana e violência, a experiência é bastante diferenciada. Homens e mulheres vivem a cidade de maneiras diferentes e, assim, sentem medos e enfrentam restrições diferentes.

O medo da violência sexual limita a mobilidade das mulheres e reduz seu acesso aos espaços públicos. E essa é uma realidade em muitos outros países. Muitas vezes, culpamos as mulheres pela violência que sofrem ou pelo crime das quais elas são vítimas. Foi roubada? Ah, mas quem mandou passar naquela rua escura a essa hora? Foi violentada? Ah, mas quem mandou sair de mini-saia e com essa roupa indecente? Sem querer, nós mesmos colocamos a culpa pela violência sofrida na própria mulher. Mas está errado. Não é certo delegar às mulheres a responsabilidade por sua segurança. As cidades devem ser seguras para elas, e Estado e sociedade devem garantir isso.

No entanto, é preciso ir além da discussão de segurança nas cidades e questionar os pressupostos sociais e culturais a respeito do que é considerado o "lugar" adequado para a mulher na sociedade, seja em cidades da zona urbana ou da zona rural. Ou seja, não se deve focar apenas nas intervenções de infraestrutura por si só. Mudanças somente no espaço da cidade, sem articular com

uma posição clara sobre o direito das mulheres como cidadãs e seu direito à cidade, não é suficiente para garantir a segurança das mulheres nos espaços públicos.

A privatização dos direitos resultante disso não só insere as mulheres num modelo de desenvolvimento desigual e injusto por si só, como aumenta sua carga de trabalho, responsabilização e a invisibilidade.

A privatização de serviços básicos e a não responsabilização dos governos estaduais e municipais se refletem no aumento da carga de trabalho não remunerado das mulheres. São elas as cuidadoras das pessoas doentes na família, na falta de hospitais; as que tomam conta das crianças, quando fecham as creches ou se reduzem vagas nas escolas; e as que garantem o abastecimento de água, quando o Estado não comparece. São elas que também prestam assistência gratuita à comunidade, fazendo trabalho voluntário para compensar a ausência de serviços públicos. Redução de custos e cortes nos gastos sociais - prática recorrente nas esferas de governo - significam, na verdade, transferência de encargos da esfera econômica remunerada para a não remunerada.

A preocupação das mulheres também está em relação ao impacto que este aumento do turismo pode realizar sobre seus corpos que são colocados como "ofertas" turísticas aos visitantes. E aqui é importante ressaltar que o enfrentamento à exploração sexual de mulheres não se faz coagindo as profissionais do sexo, isso é, culpabilizando as mulheres pelas violações de direitos a que são submetidas. Afinal, prostituição não é crime! O que se busca combater são a exploração e o abuso da vulnerabilidade em que, por vezes, se encontram essas mulheres.

Apesar da necessidade de enfrentar as desigualdades vividas pelas mulheres no campo, recursos públicos têm sido orientados para grandes empreendimentos, que tendem a provocar cada vez mais conflitos pela terra e pela água. Megaprojetos agrícolas, investimentos no agronegócio, pecuários, de mineração e de infraestrutura são viabilizados pelos governos federal e estaduais, com contrapartidas públicas e parcerias privadas, sem quaisquer resguardos sociais e ambientais.

Dessa forma, vão se mantendo inalteradas todas as estruturas que, além de sustentarem o modelo, possuem um peso diferenciado sobre a vida das mulheres: a concentração fundiária e, portanto, os conflitos pela terra, que geralmente têm as mulheres na linha de frente, como escudos na defesa da família e de seus pertences. Os principais impactos para elas estão na esfera do trabalho, na relação com as empresas, na convivência comunitária e familiar, no acesso a serviços públicos e na sexualidade.

Assim sendo, o movimento de mulheres vem construindo suas referências no campo da macroeconomia para lidar com o desafio de impedir que as políticas de desenvolvimento continuem restringindo o lugar das mulheres, bem como reforçando as diferenças de sexo e as desigualdades de gênero. Caso contrário, as demandas delas vão continuar sendo desconsideradas ou consideradas marginalmente. Na verdade, faz falta uma "teoria da opressão das mulheres" que dê conta dessa teia de relações em que está envolvida a questão de gênero, projetando-a em uma perspectiva feminista. Enquanto se segue nessa perspectiva, estratégica na vida das mulheres, não se pode deixar de lado o urgente, ou seja, os enfrentamentos diários que permitem recuperar o descompasso histórico da inclusão de suas questões no debate sobre o desenvolvimento, superando as desigualdades de gênero.

As mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens no campo do trabalho, mesmo quando têm mais anos de estudo e de qualificação profissional. A maior parte dos trabalhos informais – sem garantia de direitos trabalhistas – é realizada por mulheres. Além disso, em muitas empresas seus salários são inferiores aos dos homens que exercem a mesma função, mesmo em cargos de direção. Na política, a participação das mulheres é ainda muitíssimo inferior à dos homens. No âmbito doméstico, a responsabilidade pela manutenção da casa e pelo cuidado de crianças, idosos e enfermos continua sendo majoritariamente das mulheres, mesmo quando elas trabalham fora. Em todo o mundo, a ideia atrasada de que o homem tem poder sobre o corpo e a vida da mulher continua a sustentar a violência doméstica, muitas vezes levando mulheres à morte. A dinâmica da desigualdade de gênero se verifica, portanto, em todas as dimensões da vida humana.

Com relação à moradia, não é diferente. Para as mulheres, a não realização desse direito ou a sua violação têm consequências específicas, que não se verificam da mesma forma para os homens. Se quisermos, de fato, promover a igualdade entre homens e mulheres, essas diferenças precisam ser levadas em consideração. Tradicionalmente, no entanto, tal compreensão não costuma ser levada em conta pelos governos na hora de formular leis, de elaborar políticas públicas ou de executar projetos. Mas é preciso ficar claro que

reconhecer a ligação social e cultural das mulheres com o espaço doméstico não pode significar um reforço da ideia de que "lugar de mulher é na cozinha" e de que o espaço público do mercado de trabalho, da política e das demais dimensões da vida é exclusivo dos homens. O importante é compreender que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos.

Para as mulheres vítimas de violência doméstica, a insegurança da posse da terra e da habitação pode ser fatal: muitas não conseguem pôr um fim à relação com o agressor por não verem alternativa viável de habitação para si e para seus filhos. Processos de despejos forçados feitos pelo Estado também impactam as mulheres de maneira violenta, trazendo estresse psicológico e desestabilização do ambiente familiar. Durante o despejo, além da destruição da casa e dos bens, podem ocorrer abusos verbais e espancamentos, estupros e até assassinatos. Quando as condições de habitação não são adequadas, os impactos na vida das mulheres são profundos, já que, tradicionalmente, elas exercem o papel social de cuidadoras da casa e da família.

Em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas. São elas também que dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou idosos a postos de saúde. A ausência desses e de outros itens, portanto, reduz o tempo disponível das mulheres para se dedicarem a outras atividades que garantam sua independência, além de impor maior desgaste físico, afetando sua saúde. Morar em um lugar distante significa, para elas, maior dificuldade para conseguir emprego, maior gasto de dinheiro e desgaste físico em função dos longos deslocamentos que precisam fazer.

É importante que as políticas habitacionais levem em conta as necessidades dos diferentes grupos, especialmente os mais desfavorecidos, como as mulheres idosas, viúvas, mulheres com deficiência, com doenças crônicas, mães solteiras, chefes de família, lésbicas, transsexuais, travestis, vítimas de violência doméstica, vítimas de desastres, imigrantes, deslocadas dentro de seu próprio país, entre outros. No caso de solteiras e/ou chefes de família, o gasto com habitação tem um peso ainda maior no orçamento. O custo acessível da moradia é também elemento extremamente importante para as mulheres que são vítimas de violência doméstica. O alto custo contribui para que essas mulheres, muitas vezes com filhos, permaneçam na casa do agressor. Muitas das que conseguem sair desse ciclo acabam se tornando moradoras de rua, dada a indisponibilidade de moradias de baixo custo ou de outras alternativas, como abrigos especiais. Nesses casos, garantir o custo acessível da moradia significa não apenas proteger o direito das mulheres à moradia adequada, mas também a integridade física e psicológica dela e dos seus filhos.

Os gargalos por onde escorrem os direitos das mulheres fizeram com que elas se empoderassem e ficassem na linha de frente de todo esse processo desde o início. Foram elas as protagonistas da luta, as que sempre foram maioria nas reuniões, que estavam nas caminhadas e que buscavam seus direitos para si e para suas famílias.

Assim, embora, nas últimas décadas, nós mulheres tenhamos avançado na direção da igualdade de direitos em todo o mundo, o dia 8 de Março lembra que ainda há muito a ser feito. Nesse sentido, no dia 8 de Março de 2013, as mulheres foram às ruas na Avenida Tronco para reafirmar a urgência de que os Estados empreendam todos os esforços para garantir o direito a elas. Com uma pauta sólida contra a violência às mulheres, às mulheres da avenida Tronco realizaram uma manifestação, que contou com o apoio e a solidariedade de classe de cerca de 700 mulheres da Via Campesina. As campesinas foram denunciar as violações aos direitos das mulheres que estavam acontecendo naquela área.

Cabe conjunturar que, naquele momento, "o clima" na região não estava dos melhores. No início daquela semana, havia sido exibida a sequência de reportagens feita pelo canal de TV ESPN sobre os impactos da Copa em Porto Alegre. As matérias tiveram grande repercussão, o que gerou uma cobrança, por parte da Prefeitura, em relação ao presidente da AMAVTRON (Associação de Moradores e Amigos da Vila Tronco, uma das associações de moradores que existe ao longo da av. Tronco, bastante ligada a partidários do prefeito), Michael. Este convocou imediatamente uma assembleia de moradores para tentar publicizar algumas informações sobre a remoção, retomar as rédeas da situação e estabelecer uma tranquilidade nos moradores. No entanto, a assembleia acabou por se tornar um momento de grande mobilização dos moradores, principalmente de mulheres, e de contestação à remoção. No en-

tanto, um sinistro ocorreu em local próximo à assembleia: o assassinato de um parente de uma das lideranças ligadas ao Comitê Popular da Copa, que foi morto a facadas por alguém que passou de bicicleta. Poucas pessoas viram o ocorrido e o caso foi abafado pela prefeitura - e pela própria mobilização das mulheres na avenida Tronco. Nos dias após a mobilização, uma integrante do Comitê Popular passou a sofrer ligações telefônicas com ameaças.

O atual projeto de desenvolvimento brasileiro tem se sustentado na realização de megaeventos e megaempreendimentos, que produzem injustiças sociais e ambientais. Sobretudo, esse "desenvolvimento" tem impactado fortemente a vida das mulheres. As violações de direitos certamente não têm sua origem com a Copa do Mundo, mas foram nos anos de preparação e, agora, com a sua realização, que as vemos se acentuarem. Têm recaído sobre a vida cotidiana, os territórios e os corpos toda a carga de opressão específica por sermos mulheres e a exploração de classe. Isso acontece porque esse evento esportivo é parte de um projeto que alia capitalismo e patriarcado. A sua lógica é a de hierarquizar as relações sociais de gênero e a de transformar tudo em mercadoria. As mulheres negras das periferias urbanas são as mais atingidas com essas "perigosas relações".

No 1º Encontro d@s Atingid@s, convocado e organizado pela ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa), realizado em Fortaleza (CE) no início de Maio de 2014, pela primeira vez as mulheres atingidas, representantes dos comitês populares e feministas de todo o Brasil debateram o jogo de poderes existente nesse projeto e as ameaças às suas vidas. Foi importante, ainda que muito dolorido, a denúncia de Sheila Motta, moradora da Vila Dique, uma das atingidas pelas obras do Aeroporto Salgado Filho, aqui na Capital gaúcha, durante a mesa "@s atingid@s com a palavra": "Meu genro foi assassinado hoje pela manhã (...). E por que ele foi assassinado? Por conta da Copa! Por quê? Porque o governo não nos dá saúde, nem segurança e quer nos retirar da comunidade". Seu genro foi vítima da violência que iniciou quando parte da Vila Dique foi reassentada no novo condomínio, em uma região onde já existiam grupos de tráfico estabelecidos. Um conflito iniciou-se, então, entre um grupo de tráfico recém chegado e o antigo, fazendo várias vítimas.

A dor já é um dos legados dessa Copa e ela vem acompanhada das remoções forçadas e das restrições ao direito à moradia; da criminalização dos movimentos sociais e populares; do aumento da violência contra a mulher; da maior precarização das condições de trabalho das artesãs, das comerciantes e das ambulantes; da intensificação da jornada de trabalho; do aprofundamento do subemprego ou da má remuneração; do aumento da violência policial e, com isso, de suas abordagens sexistas; das obras de infraestrutura que não melhoram a vida na periferia e coloca em risco o direito à cidade e o acesso aos serviços públicos; da mercantilização da vida e dos corpos, do aumento do tráfico de pessoas e da exploração sexual das mulheres, jovens e crianças.

Esse legado é uma realidade nas 12 cidades sedes. O conjunto de relatos e denúncias que o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre recebeu da população e fez, ao longo do último período, reafirma o que se tem vivido no resto do Brasil: o aprofundamento das desigualdades sociais, de gênero e de raça/etnia. Se a Copa não é do povo, tampouco é das mulheres! Não é das mulheres da periferia e nem das negras. O time do neodesenvolvimentismo brasileiro e do capitalismo global estão violando seus direitos.

Entre as trabalhadoras ambulantes, maioria inserida no mercado informal, o anúncio da realização do mundial gerou muitas expectativas, sobretudo, com a possibilidade de complementação da renda familiar e com a "oportunidade" de trabalho durante a realização dos jogos. As mulheres, que têm sua renda vinda das lancherias ou de pequenos comércios de alimentos e de bebidas no

entorno do Estádio Beira Rio durante os jogos realizados no calendário regular dos campeonatos regional, nacionais e continentais, não tiveram acesso ao perímetro estabelecido pela Lei Geral da Copa. O chamado "Território FIFA" garantiu o lucro das grandes redes e das marcas patrocinadoras do megaevento (todas, igualmente cúmplices das violações de direitos) e expulsou os/as trabalhadores/as da região. É inegável que, para além das expectativas, há um impacto na economia local.

O aumento da exploração sexual de crianças e a arregimentação de mulheres para a prostituição é outro impacto dos megaeventos e megaempreendimentos. Com a realização da Copa do Mundo, muitas são seduzidas pelo dinheiro e pelas "possibilidades" futuras, principalmente, com a de uma vida no estrangeiro. A indústria do sexo se reorganizou durante o período que antecedeu os jogos, recrutando mulheres e crianças para atender a esse mercado. Os desejos e a sexualidade são mercantilizados, de forma que a lógica é a de subordinar os corpos femininos aos padrões e desejos dos homens. No Brasil hexacampeão, quem ganha é o cafetão!

Tivemos relatos que as obras da Arena do Grêmio, embora não estivessem vinculadas diretamente ao mundial de futebol, foi um "ensaio" de como um empreendimento pode afetar a vida das mulheres. No seu entorno, rapidamente organizou-se uma rede de prostituição, por um lado. Por outro, hoje existe um número de jovens mães desassistidas. O grande negócio não oficializado pelas "marcas padrão FIFA", que é a exploração sexual e a prostituição, deixam marcas na infância e na vida das mulheres. A exploração sexual é sustentada, também, pela forma de atuação da mídia na divulgação desse evento esportivo: reforça-se a imagem de que o Brasil é o país do carnaval, do futebol e das mulheres como objeto sexual! Um claro exemplo disso foi a recente camiseta lançada pela marca Adidas, cujo objetivo era divulgar a Copa do Mundo, com uma clara conotação sexual e apelativa sobre o corpo da mulher brasileira. A referida camiseta foi amplamente rechaçada e sua comercialização foi proibida no país.

Assim, percebe-se que há um agravante especial em decorrência do turismo predatório imposto ao país na preparação e durante o mundial: todas as cidades sedes dos jogos realizaram grandes investimentos na construção de resorts e estruturas para acomodar os turistas. No entanto, os materiais publicitários que foram produzidos para estimular o turismo no Brasil, acabaram por explorar fartamente a imagem da mulher negra como elemento representativo do povo brasileiro. Há, pois, um processo de intensificação da mercantilização do corpo da mulher, portanto mais um atrativo do grande negócio que é a Copa do Mundo. A publicidade em seu entorno tem sido realizada de modo a impulsionar o turismo sexual. Identifica-se, também, que se por um lado existem prostitutas que se preparam para a Copa do Mundo, de outro se observa uma intensificação no processo de objetificação da mulher brasileira, não apenas por meio das campanhas publicitárias produzidas, como também pela ineficiente política contra a exploração sexual (R$ 8milhões de reais divididos para as 12 cidades sedes para o combate à exploração sexual).

Além disso, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial se apresenta como mais uma faceta da Copa do Mundo. Com tentadoras propostas de emprego no exterior ou propostas similares, até mesmo "surpreendentes" pedidos de casamento, muitas brasileiras, grande parte em situação de vulnerabilidade social, econômica e emocional, acabam vendo nos turistas o sonho de ter uma vida melhor, de conhecer novos lugares e de juntar dinheiro.

A política de contenção migratória, a xenofobia e o despreparo do Estado, que não consegue identificar os reais casos de tráfico, submetem as mulheres a um estado de profunda desproteção. Tudo isso contribui para que a vida no exterior seja marcada por um especial componente de exploração sexual e econômica, ou ainda, casos de servidão forçada e escravidão.

Em Porto Alegre, as denúncias de perseguições às mulheres que resistem/resistiram às violações de direitos por parte do Estado e de seus patrocinadores é outra realidade. O aparato policial colocou várias mulheres em situações vexatórias de revistas, em diferentes momentos e espaços de resistências, e em situações de violência e em risco de morte.

Também denunciamos que o incremento da polícia brasileira, com a compra de armas não letais, droners (pequeníssimas aeronaves não tripuláveis) de fabricação israelense e treinamento da corporação para o período da Copa nada mais foi que a importação de um conceito de "segurança pública" baseado nas experiências genocidas empreendidas na Faixa de Gaza contra o povo palestino. Esse é um exemplo de como a Copa do Mundo da FIFA e do desenvolvimento brasileiro não dizem respeito somente às nossas vidas. As mulheres palestinas são impactadas diretamente, uma vez que o Brasil compra e contrata aparatos do complexo industrial-militar israelense, que promove uma verdadeira limpeza étnica. O Rio Grande do Sul é um dos principais financiadores dessa política de extermínio, na medida em que prioriza relações e negócios com a empresa Elbit.

Gastos na Copa

A Copa aterrissa em Porto Alegre

Em Outubro de 2007, a FIFA formalmente escolheu o Brasil como sede oficial da Copa do Mundo de 2014. Naquele período, Ricardo Teixeira, presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) declarou que pretendia levantar fundos junto aos grandes negócios para que o país pudesse ter dez modernos estádios e prometeu não solicitar recursos do governo federal.

A confirmação das cidades sede se deu em Nassau, Bahamas, em Maio de 2009. Entre elas, estava Porto Alegre. Com a confirmação da Capital gaúcha como recebedora dos jogos do mundial, o discurso mudou. Em entrevista ao portal de notícias da rede de comunicação da RBS, o prefeito José Fortunati declarou: "Não estamos mais falando do plano teórico, mas do prático. (...) precisamos acelerar a busca por recursos e pela relação com o governo federal" . Os grandes negócios, como fonte de recursos para a Copa, não estavam mais no discurso.

Em Junho de 2009, Teixeira endereçou o clima pretendido às cidades sedes: "Eu não falo sobre hipóteses, especialmente as negativas. As doze cidades estão cientes do que precisam fazer e vão cumprir suas obrigações" . Mais do que ambíguo, nessa época a sociedade brasileira estava dividida: havia a felicidade porque a Copa do Mundo se realizaria no Brasil e havia a preocupação derivada da mesma razão. Certo esforço e recursos públicos poderiam ser demandados, e isso preocupava a todos. Quando os planos para construir a infraestrutura requerida pelo megaevento se revelaram, a oposição à Copa do Mundo começou a crescer. De acordo com pesquisas do instituto DATAFOLHA divulgadas neste ano, em 2008, um ano após o anúncio de que o Brasil sediaria o evento, cerca de 10% dos entrevistados eram contra a Copa; essa porcentagem subiu para 26% em 2013, chegando a 38% em 2014 . Ao mesmo tempo, espalharam-se os protestos pelo país, principalmente das comunidades que estavam sendo afetadas pelas obras para a realização do evento no país ou que moravam em áreas de interesses relacionados ao mundial. Era comum ler nos jornais notícias como: "manifestantes protestam contra a remoção de... moradias da região para a construção do estádio... visando denunciar como as ações das construtoras prejudicam os moradores".

Não é surpresa que o tema da moradia adequada apresente confrontos reais no âmbito dos megaeventos, logo que é sabido que a Copa do Mundo se constrói em estreita relação com o tema cidade. Além disso, é quando um megaevento "aterrissa" na cidade que a população realmente começa a sentir as suas consequências. As denúncias e as críticas à Copa do Mundo expuseram uma série de alterações nas legislações e nas práticas dos governos e do Estado. Uma forma explicativa que parece cabível e apropriada é a consideração de que arranjos logísticos e jurídicos de tal natureza, assim como a mobilização de aparatos legais e administrativos no contexto da coisa pública criam anormalidade, ou um estado de exceção . Como resultado da insatisfação quase generalizada da população brasileira com seus governantes (e por suas iniciativas), o que pôde ser verificado em Junho de 2013, por exemplo, e da insatisfação peculiar com os gastos relativos ao mundial, encontramos a população de Porto Alegre "cansada" de Copa do Mundo no início de 2014. Cansada de denúncias de corrupção, de superfaturamento de obras, de violências e atrasos. Todavia, encontramos também uma Copa do Mundo que consistentemente venceu diversas batalhas contra a parcela menos favorecida da população e por recursos públicos.

Porto Alegre e o caso das estruturas temporárias

Porto Alegre é a cidade com mais projetos retirados da lista de obras da Copa do Mundo FIFA 2014 , devido a uma série de atrasos e como forma de não perder recursos vindouros. Embora a manobra tenha trazido à cidade a possibilidade de executar as obras sem considerar o exíguo prazo da Copa, a população recebeu a notícia como um sinal de que o evento não entregaria o "legado" prometido. O impacto foi ainda piorado porque todas as obras retiradas da lista diziam respeito à mobilidade urbana. Obras sanitárias e do novo metrô, apresentadas em 2009, foram abandonadas antes mesmo de começarem. O clima na Capital gaúcha era de que a Copa trouxera "muita bagunça" para a cidade e que não cumpriria sua parte no acordo.

No início de Fevereiro de 2014, o presidente do Sport Club Internacional (proprietário do Estádio Beira Rio, que recebeu os jogos do mundial), Giovanni Luigi, anunciou que o clube não teria como dar conta da quantia de R$ 30 milhões para construir as estruturas temporárias, a fim de receber a mídia e os voluntários - mesmo que essas estruturas tenham sido o acordado no contrato com a FIFA e o governo. Em entrevista à mídia eletrônica, Luigi afirmou que havia o risco, e este não era pequeno, de a cidade perder a Copa do Mundo ". Porém, este não era um problema isolado. Todos os três estádios privados (na cidade de Curitiba, a Arena da Baixada; em Porto Alegre, o Beira Rio; e em São Paulo, o Itaquerão) passavam pela mesma discussão. Logo que Curitiba e São Paulo rapidamente resolveram a questão, as estruturas temporárias do Estádio Beira Rio passaram a ser consideradas um dos principais problemas a serem resolvidos antes da Copa.

Com o anúncio da direção do Inter, de que não conseguiria pagar a conta, a primeira reação dos poderes públicos envolvidos e da própria FIFA foi de também afirmar que não iriam bancar os gastos. A prefeitura da Capital declarou não ter a intenção de assumir o problema. O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, afirmou publicamente que o impasse continuava, ponderando que Porto Alegre poderia ficar fora da Copa do Mundo . E assim que o Internacional havia dito não poder arcar com a conta, o secretário geral da FIFA, Jerome Valcke, também se manifestou publicamente para dizer que a entidade não pagaria . Alguma esperança de solução veio da notícia de que os governos estadual e municipal tinham concordado, em um documento antigo, pagar

os custos das estruturas temporárias. No entanto, o documento era "apenas uma apresentação em pdf" feita pelo ex-coordenador do Comitê Executivo da Copa, Carlos Simon, que deixou o cargo em Janeiro de 2012 sem dar encaminhamento ao processo, portanto sem existir formalização de tal acordo. A tentativa de uso do dinheiro público, nessa época, também foi frustrada pelo Ministério Público, que afirmou que o Internacional deveria reembolsar qualquer recurso vindo de entidades estatais, depois da Copa.

Na época, em entrevista à mídia eletrônica esportiva Impedimento, o deputado estadual Raul Pont (PT) questionou porque o Gigantinho, ginásio que pertence ao Internacional, localizado a alguns metros do Beira Rio, não poderia ser utilizado como a instalação exigida pela FIFA. Ele nunca foi respondido. Pode-se argumentar que talvez isso se deva ao fato de que o ginásio já está construído.

A tensão era enorme, já que se estava próximo do início do evento; reuniões se realizavam com diferentes atores a todo o momento. Em 20 de Fevereiro de 2014, um plano foi anunciado pela FIFA, pelo Internacional, pelo Estado e pelo município. Nele, as partes concordavam em submeter um projeto de lei ao legislativo, concedendo redução de impostos para as empresas que subsidiassem R$ 25 milhões ao desenvolvimento do projeto; e o Estado se responsabilizava por R$ 5 milhões dos custos totais.

A crítica à solução apontada foi retumbante. A FIFA reclamou que esperava uma resposta mais rápida. Outro problema surgiu em relação ao projeto de lei: a legislação proíbe este tipo de financiamento em anos eleitorais, como 2014, em que os brasileiros votam para presidente, senador, deputados estaduais e federais.

É importante frisar que nenhuma solução havia sido encontrada, que a possível solução enfrentava muitas críticas e problemas legais e que nenhuma instituição havia ainda assumido o problema. Mesmo enfrentando tantas contradições, o quarteto institucional (FIFA, Internacional, Estado e Município) decidiu submeter a proposta à Assembleia Legislativa. A FIFA sempre afirmou que não iria pagar os custos; o Internacional tinha o discurso de que não tinha dinheiro para arcar com as despesas; e os governos estadual e municipal, embora tenham levado o projeto para votação, colocam em dúvida se seria realmente aprovado.

O legislativo acabou validando o projeto das estruturas temporárias do Beira Rio. A proposta recebeu 31 votos favoráveis e 19 contrários. Todas as emendas foram derrubadas, mesmo as que reforçavam leis existentes, como a que exige que todos os contratos públicos se dêem por meio de licitações. O medo de perder a Copa do Mundo levou a oposição a votar pelo projeto, mesmo sabendo que a conta era obrigação do Internacional e da FIFA. Com a efetivação da proposta, empresas privadas receberam isenção de impostos para financiar as despesas e, em última análise, a população gaúcha pagará a conta.

As estruturas temporárias ficaram prontas, para uso, até os jogos da Copa do Mundo, já que o ritmo de trabalho no canteiro de obras foi intenso. No entanto, alguns detalhes foram deixados para trás devido ao tempo exíguo e tiveram que ser mascarados, como a enorme quantidade de caliça nas cercanias do estádio que foi "escondida" em uma área próxima, para depois ser removida pela prefeitura.

O que guiou a decisão de financiar as estruturas temporárias do estádio Beira Rio para o mundial, mesmo depois de ter sido dito que a solução encontrada era ilegal, foi o medo. E é fato que tal acontecimento se configura como uma exceção que se dá no contexto de diversas exceções, que têm acontecido de maneira repetida e continuada. O episódio das estruturas temporárias do estádio do mundial se deu como uma "situação com reféns" (a cidade), que teve início quando o Brasil foi escolhido sede da Copa do Mundo 2014, e mais especificamente, quando Porto Alegre se tornou cidade sede do mesmo evento. A Capital gaúcha passou de cidade sede à cidade refém da Copa do Mundo.

ANEXO 1

Etapas de um conflito social: uma transformação urbana que recém começou (Av. Tronco)

Em 19 de Julho de 2010, na reunião do Fórum de Planejamento Regional da RP5, que integra as regiões Glória, Cruzeiro e Cristal do Orçamento Participativo, esteve presente a Secretaria da Copa do Município de Porto Alegre , com a participação dos arquitetos Baggio e Ernani, que apresentaram aos delegados deste fórum de planejamento o traçado final de duplicação da Avenida Tronco. É nesta reunião que se dá o primeiro contato da comunidade do Cristal com a proposta da obra. Já neste dia, percebe-se que a comunidade fica sabendo do futuro traçado, sem ao menos ter problematizado questões sobre plano habitacional, alternativas de traçado e outras tantas questões que surgem no momento em que centenas de famílias serão atingidas diretamente no seu maior patrimônio: sua moradia e seu bairro ou comunidade.

Essa situação reforça o histórico, que é referência, da atual administração municipal na condução de projetos habitacionais populares e de reassentamento, como apresentado no caso do PISA ou da Vila Dique. Assim, a desconfiança da comunidade é total, quanto ao seu direito de permanência na região.

A partir da necessidade de se organizar, as comunidades diretamente atingidas pelas obras da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre organizam o Comitê Popular da Copa da cidade, reunindo moradores das comunidades, movimentos populares, organizações e outros setores da sociedade civil. O objetivo era desenvolver mecanismos de monitoramento e estratégias de resistência e divulgação das violações de direitos que os atingirão, direta e indiretamente, envolvidos no âmbito do megaevento. O comitê queria lutar contra a apropriação da cidade pelo capital privado, o que se materializa, sobretudo, nas mudanças e obras que ocorrerão no âmbito urbano e podem servir para agravar a exclusão social da qual a classe trabalhadora e desempregados/as da cidade já são vítimas, além de denunciar os ataques ao meio ambiente e a faxina social que esteve em curso tendo em vista os jogos - já que a prefeitura tentou literalmente esconder os pobres, para dar lugar a uma cidade com a falsa imagem de paraíso sem contradições.

A partir dessa nova forma de organização comunitária, em 23 de Agosto de 2010, em nova reunião na Associação dos Amigos do Cristal, é apresentado, pelo Comitê Popular, o traçado de duplicação da avenida para moradores das vilas atingidas no bairro. No entanto, sem respostas e propostas sobre o plano habitacional e de como foi estabelecido o traçado sem a participação das comunidades atingidas, é exigida pela comunidade reunião em local junto às vilas atingidas no Cristal, o que é aceito pela Secretaria da Copa. Três dias depois, em reunião comunitária dos moradores das vilas Divisa e Cristal, sem a presença do governo, é criada a comissão de moradores, para acompanhar as questões sobre a duplicação da avenida Tronco.

Em 22 de Setembro de 2010, por iniciativa do Comitê Popular, são indicadas, pela comissão de moradores das vilas Divisa e Cristal, 13 áreas na Região Cristal para reassentamento das famílias que devem ser desapropriadas. Todas essas áreas não possuem edificação com moradia: são áreas livres e sem uso.

É também nesta data que a Assembleia Legislativa aprova o projeto 178/10, que altera o contrato de concessão do Estado com a Associação do Jockey Club, da área conhecida como Cocheiras do Jockey. Aprovada por unanimidade entre os deputados estaduais, a mudança permitiu ao Jockey comercializar a área. Em reunião, a comissão de moradores e o Comitê Popular da Copa escreveram um documento, denunciando, ao Ministério Público Estadual, a atitude do governo estadual, avalizada pela Assembleia Legislativa, sem consulta nenhuma à população da região.

Cerca de 15 dias depois, em 8 de Outubro de 2010, o procurador Luciano Brasil, do Ministério Público Estadual, em audiência com o Comitê Popular, recebeu a carta-manifesto sobre a situação de entrega da área, de patrimônio público, ferindo os direitos dos moradores que terão suas moradias atingidas e não têm alternativas de reassentamento na região. Em resposta a essa iniciativa da população, o prefeito José Fortunati recebeu lideranças e anunciou que estas comunidades poderiam indicar três nomes de lideranças para compor o Comitê Gestor da Obra de duplicação da avenida Tronco. Essa decisão não foi, portanto, uma iniciativa da prefeitura para mostrar transparência com o desenvolvimento dos projetos e permitir o acompanhamento comunitário, mas sim foi parte da resposta do governo municipal ao procurador Brasil, que havia encaminhado a carta do Comitê Popular da Copa à prefeitura. Porém, essas três vagas são preenchidas apenas por lideranças de uma das regiões do OP, no caso a Cruzeiro, não havendo nenhum nome da Região Cristal. Os representantes que entraram eram líderes comunitários ligados à prefeitura e que não são atingidos pela obra.

Depois de todas essas situações e do total distanciamento da prefeitura da Região Cristal, o Comitê Popular da Copa passou a denunciar a não observância, por parte do município, de direitos básicos das populações, que serão e estão sendo atingidas pelas obras da Copa. Em 9 de Fevereiro de 2011, é realizada a primeira Assembleia Popular do Comitê Popular da Copa com os moradores das vilas Divisa e Cristal, na qual é feita a denúncia da sensação de despejo, como ocorre com os moradores do Arroio Cavalhada, dentro do PISA. Dessa assembleia, surgem encaminhamentos que formam um documento protocolado no dia 14 de Fevereiro, no gabinete do prefeito, na SECOPA, no protocolo geral da prefeitura e que, posteriormente, também foi entregue aos mi-

nistérios público Estadual e Federal (em 25 de Março) e à presidência da Câmara de Vereadores. Nesse órgão é solicitada, entre outras coisas, uma audiência com o prefeito dentro da Região Cristal, para que desse respostas sobre os planos habitacionais e de duplicação da avenida Tronco às comunidades atingidas.

Com a criação da ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa das diversas cidades sedes do Brasil que receberão os jogos da Copa do Mundo), e a partir de uma plenária nacional, que já vinha tendo participação de um GT (Grupo de Trabalho) do MPF (Ministério Público Federal), deliberou-se a realização de audiências públicas promovidas por este, nas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014. Sendo assim, em 25 de Março de 2011, o Comitê Popular da Copa Porto Alegre realiza audiência pública com o MPF no auditório Dante Barone, da Assembleia Legislativa.

Tendo em vista que as reivindicações protocoladas no dia 14 de Fevereiro no gabinete do prefeito não foram atendidas e nenhuma reunião tinha sido marcada, a audiência foi o momento em que a comunidade teve a oportunidade de expor sua insatisfação com a falta de informação, de transparência e de participação dos processos e das decisões tomadas sobre a cidade e sem a participação dos cidadãos - o que não acontecia em Porto Alegre desde a criação do orçamento participativo.

Sob pressão da comunidade e do MPF, o secretário de governança do município da Capital, César Busatto, anuncia a abertura de novas vagas para as representações das comunidades da Região Cristal no Comitê Gestor da Copa. No entanto, naquele momento não esclareceu qualquer questionamento levantado por nenhuma das comunidades ali presentes; seguem todas as dúvidas sobre os planos habitacionais e de como será gerida a obra de duplicação da avenida Tronco.

Ainda há a procura de respostas dos órgãos competentes e da governança local e, em 27 de Abril daquele ano, a comissão de moradores da Vila Divisa Cristal e o Comitê Popular da Copa realizam audiência pública com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nesta audiência, fazem a denúncia sobre a postura da prefeitura diante das reivindicações da região e solicitam a reversão de lei, que não mais garante a permanência de 80% dos moradores que, atingidos por uma obra da Copa, sejam reassentados na mesma microrregião. Também, nesta audiência, solicitam que a área das cocheiras do Jockey seja gravada como AEIS III.

Chamada pelo DEMHAB para dar início ao cadastro socioeconômico, em 15 de Junho de 2011 aconteceu a primeira reunião para tratar do assunto. Com o objetivo de apresentar e de informar o início do cadastramento das famílias das vilas Divisa e Cristal, os funcionários do DEMHAB vão até a Região Cristal. A comunidade, porém, sem ter sido atendida na sua reivindicação de reunião com o prefeito Fortunati e tampouco ter obtido informações sobre o que está sendo pensado para o futuro dessas famílias, ou mesmo o que a prefeitura está estudando para solucionar o problema das 1.500 famílias atingidas diretamente pela duplicação, deixou a reunião 15 minutos após seu início, exigindo a presença do prefeito.

Fortunati ainda tinha declarado, dois dias antes, no programa de Pedro Ernesto Denardim, Show dos Esportes, na Rádio da Gaúcha, que "há baderneiros e pessoas que são contra o progresso e que, inclusive, produziram boletins informativos e vídeos mentirosos sobre o desenvolvimento das obras da Copa e da transparência e observância dos direitos humanos e à cidade, por parte da prefeitura de Porto Alegre". Esse fato deixou muitos moradores ofendidos, uma vez que entendem apenas estar lutando pelos seus direitos.

Com o cadastramento trancado e o andamento das obras da Avenida Tronco paradas, o prefeito José

Fortunati, finalmente, vem à Região Cristal e faz sua primeira reunião com a comunidade sobre as obras da Copa em Porto Alegre (e em especial sobre a duplicação da avenida Tronco). A reunião acontece em 29 de Junho de 2011, 135 dias após o documento que solicitava uma reunião com ele ser protocolado no gabinete. Na ocasião, o prefeito afirma que estaria apresentando as propostas do plano de habitação à comunidade para ter a concordância dela, e fez promessas de modelos de habitação, comprometendo-se com bons acabamentos nas residências. No entanto, de fato, não houve respostas palpáveis sobre o plano habitacional. De maneira geral, o prefeito forneceu poucas respostas a todas as questões levantadas durante o encontro.

Apesar das insuficientes respostas dadas à comunidade, a prefeitura entregou, poucos dias depois, o plano habitacional das obras da Copa do Mundo 2014 à Caixa Econômica Federal, sem o conhecimento da população da região e ainda divulgando os números finais. Entretanto, não há como ter certeza desses dados, uma vez que o cadastro não foi concluído e, nesse período, ainda faltava cadastrar-se mais de um terço das famílias.

A forma como o governo local tratou a problemática social, causada pela preparação da cidade para a Copa do Mundo FIFA 2014, viola todas as normas e regras definidas pelas leis internacionais de garantia dos direitos à moradia digna, assim como, diretamente, os direitos humanos dessas populações, por toda essa série de motivos e de metodologias adotadas por esta e acima mencionadas. A prefeitura, em nenhum momento, teve iniciativas para observar e cumprir com o direito que todo o cidadão tem à cidade e os direitos humanos básicos em processos de reassentamento.

Todas as ações positivas são fruto da mobilização comunitária que existiu, e todas as áreas que estão sendo adquiridas na Região Cristal são fruto da indicação dos moradores, e não da busca da prefeitura por um reassentamento local. O conflito se agravou, ainda, quando, organizada, a classe média da região mostrou a sua insatisfação com as desapropriações, alegando, também, que em momento algum foi chamada para dialogar e que está tendo seus direitos à propriedade feridos, uma vez que a construção de unidades habitacionais populares, junto a suas propriedades, causará imensa desvalorização dos seus imóveis. No entanto, os terrenos listados para desapropriação não cumprem sua função social, visto que, há muito tempo, permanecem desocupados. Mais uma vez, a prefeitura não observou o direito de informação, agravando o conflito na região, uma vez que a classe média ameaça barrar as desapropriações e esconde, com isso, outros motivos para não aceitar as desapropriações, ficando claro o preconceito social e a segregação espacial.

A conquista das áreas

Embora a prefeitura insistisse em dizer que não havia terrenos disponíveis na região para o reassentamento das famílias, a comunidade e o Comitê Popular da Copa seguiram com a resistência. Em caminhada pelo bairro Cristal, mapearam e indicaram, para a prefeitura, para desapropriação por interesse público, diversos terrenos ociosos que existiam no bairro. Essa decisão resultou de uma assembleia de moradores realizada no salão paroquial da Igreja Santa Teresa em 26 de Agosto de 2010. Com este encaminhamento, foram mapeadas e identificadas 15 áreas, por uma comissão de moradores dentro da região Cristal, e no dia 22 de Setembro, em outra assembleia de moradores, com a participação da Secretaria da Copa de Porto Alegre, foi entregue a relação das áreas que os moradores e o Comitê Popular da Copa indicavam para a prefeitura efetuar a desapropriação – na lista estava o terreno das cocheiras do Jockey, de 16 ha, potencial para a construção de moradias na tipologia casa. As demais áreas indicadas, apesar de desocupadas, tinham dimensões pequenas e somente comportam projetos habitacionais de tipologia apartamentos. Portanto, desde o dia 22 de Setembro de 2010 que a luta do Comitê Popular da Copa e dos moradores atingidos pela duplicação da avenida Tronco possui uma proposta factível de permanência de todas as famílias na região, que atualmente residem e que há mais de 30 anos estabeleceram suas moradias. As áreas indicadas permitiam desenvolver projetos tanto na tipologia apartamentos como na tipologia casa e alcançariam a permanência de todas as famílias na região, colaborando também com a solução de outros conflitos fundiários existentes no local, como o das famílias atingidas pela obra do PISA, que vivem às margens do Arroio Cavalhada, e das

famílias da Vila Pedreira, maior área de risco da região.

Somente em Fevereiro de 2011, após uma assembleia de rua, que bloqueou o trajeto da futura duplicação, com a participação de aproximadamente 500 moradores, que a prefeitura passa a gravar como de utilidade pública os terrenos indicados. Das 15 áreas, 8 são gravadas de utilidade pública; entre as não gravadas estava a das cocheiras do Jockey. Ao deixar esta área de fora, fica impossibilitado construir as tipologias casa e apartamento e também envolver as outras situações de conflito fundiário. Mas mesmo assim, os outros terrenos garantiriam a possibilidade de permanência, na região, dos moradores atingidos pela duplicação da avenida. Esta se configura na primeira vitória do Comitê Popular da Copa na cidade de Porto alegre. Das 8 áreas gravadas para o Cristal, 7 foram desapropriadas. A prefeitura solicitou então que os "representantes da outra parte da avenida" indicassem também terrenos, o que foi feito por eles. Conquistaram a desapropriação de algumas áreas que, juntamente com as do Cristal totalizam 17, as quais viabilizam a construção do número total necessário de unidade habitacionais para o reassentamento de todas as famílias atingidas. No anexo 1, encontram-se as áreas indicadas pelo Comitê Popular da Copa.

O momento de consolidação das AEIS

Nos primeiros dias de Junho de 2013, chega ao conhecimento do Comitê Popular da Copa Porto Alegre que está em tramitação, para votação na Câmara Municipal, um projeto de lei que torna as áreas indicadas pelo Comitê e pelo movimento comunitário dos atingidos pelas obras de duplicação da avenida Tronco e desapropriadas pela prefeitura, em AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social).

Esta era uma das reivindicações do movimento; porém, mais uma vez a comunidade não é consultada para opinar sobre o conteúdo da lei. Depois que a proposta de tornar a área das cocheiras do Jockey Club uma AEIS III nem sequer chegou ao plenário da Câmara, sendo derrubada pela chamada "bancada do concreto" , ao lermos o texto na nova proposta que estava para ir à votação naquele dia, verificamos que não havia nenhum artigo que garantisse que aquelas áreas, fruto da luta de resistência aos impactos negativos da Copa, estavam garantidas de forma prioritária aos moradores que estão sendo atingidos pelas obras de duplicação da avenida.

Com ajuda de vereadores que apoiam a luta dessas comunidades, o Comitê Popular e o movimento comunitário conseguiram adiar a votação, para que as emendas que garantissem a prioridade aos moradores atingidos viessem a constar no texto. Foram necessárias duas idas à Câmara de Vereadores, nos dias em que iria à votação a lei, de moradores da região e do Comitê Popular, para colocar pressão nos vereadores e, finalmente, para que as emendas fossem incluídas no texto, voltasse ao plenário para assim ser votada e aprovada a Lei Complementar nº 716, de 24 de julho de 2013 (anexo 2).

Esta votação e consequente gravame das áreas como AEIS eram pré-requisitos para que estas fossem repassadas ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) da Caixa Econômica Federal e finalmente, assim, fossem liberadas para poder receber obras do Minha Casa Minha Vida. A ida dos moradores à Câmara e a pressão feita no plenário nos dias 19 e 24 de Junho garantiram mais uma vitória do movimento comunitário e do Comitê Popular da Copa Porto Alegre na luta pela garantia dos direitos humanos e à cidade das famílias atingidas pelas obras do megaevento na Capital gaúcha.

A partir de então, seguiram-se ações focadas para pressionar pelo início das obras dos edifícios de apartamentos nesses terrenos. Até a presente data do fechamento deste relatório, as construções ainda não foram iniciadas.

Cabe salientar também que nem todas as famílias poderão ser contempladas pelos apartamentos, ainda que o número de unidades habitacionais que está previsto contemple a totalidade delas. Quase 500 famílias atingidas já tiveram suas casas demolidas, recebendo o bônus moradia e acabando indo morar, em sua grande maioria, fora de Porto Alegre. No entanto, ainda permanecem na região mais de 1.000 famílias e a negociação que a prefeitura está impondo é o aluguel social de R$ 500,00 por mês. As habitações restantes serão destinadas prioritariamente às famílias atingidas pelo PISA e/ou moradores de área de risco do Morro Santa Tereza. Estas designações também foram conquistas da alteração do mesmo projeto de lei.

Práticas cotidianas da prefeitura: o medo e a fragmentação comunitária

O DEMHAB, órgão responsável pela remoção das famílias atingidas pela obra de duplicação da avenida Tronco, instalou o Escritório Nova Tronco numa das vilas afetadas. O novo órgão foi apelidado pelas famílias de "escritório violador de direitos", pois colocava os moradores numa situação de extremo constrangimento e coação. O atendimento é individualizado, demorado, com falta de informação, perda de documentos e oferta apenas das modalidades emergenciais, não havendo a informação da possibilidade de optar pela permanência na região.

A demora da prefeitura para o atendimento no escritório e para liberar os papéis para a mudança - para aqueles que optaram pelo bônus moradia - chegando a mais de três meses de espera, tem levado muita gente a perder as casas. Além desse desrespeito com as famílias, outra prática do Executivo é a imediata demolição das casas, sem recolher os entulhos, para que os terrenos não sejam reocupados.

A assinatura do bônus moradia ou aluguel social e o processo de mudança autoriza a prefeitura a demolição imediata das casas, sem aviso prévio. Dessa maneira, as máquinas da prefeitura são deslocadas até o terreno da moradia para a destruição das casas. Esse processo ocorre mesmo se há outras moradias no terreno, deixando aqueles que ficam sem luz, com esgoto a céu aberto, expostos a ratos e à violência do tráfico. É a prática do governo municipal para pressionar os que ficaram a sair logo. Alguns relatos de moradores das comunidades têm expressado outra característica desse processo:

o tratamento desigual entre as famílias, beneficiando aquelas que não demonstram resistência, ao ofertar possibilidades de ganhar mais de um bônus moradia e a agilizar o processo de mudança da região.

Soma-se a este desgaste emocional e físico, as ordens de despejo que chegam às famílias, com um prazo extremamente curto, de 15 dias, para saírem de onde estão. E também relatos de desrespeito com a documentação apresentada pelas famílias, que é perdida, ou aparece com nomes errados (de pessoas mortas ou ex-cônjuge), causando desconforto e agitação entre as pessoas.

Outra prática da prefeitura para facilitar a remoção é a cooptação de supostas lideranças comunitárias. Pessoas que nem estão sendo atingidas pelas obras são instrumentalizadas pelo governo municipal para propagandear os benefícios da obra, difundir o sentimento da necessidade de as famílias saírem logo e espalhar boatos que causam insegurança aos moradores.

As lutas pelo direito à moradia em Porto Alegre no contexto da Copa do Mundo 2014

A luta em Porto Alegre contra as remoções forçadas por conta da Copa do Mundo tem nome: é "Chave por Chave", "Vila Dique Resiste" e o "O Morro é Nosso". Os slogans fazem parte das principais campanhas organizadas pelos moradores atingidos pelas obras e projetos urbanos na Capital gaúcha, junto às organizações sociais que fazem parte do Comitê Popular da Copa. Unidas e organizadas, as famílias têm conseguido resistir, construindo uma possibilidade de futuro melhor numa moradia nova e adequada. O grande legado da Copa na cidade tem sido a união das comunidades!

VILA DIQUE RESISTE!

A aproximação do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre com as 600 famílias que ainda se encontram nesta vila deu início à Campanha Vila Dique Resiste! Lá, os moradores estão completamente desassistidos pelo poder público municipal, sem acesso a equipamentos comunitários ou serviços urbanos básicos. Moram numa situação extremamente precária e insalubre, em meio à lama, ratos, lixos e entulhos das casas dos antigos moradores. Enfrentam também problemas de falta de informação, com o cadastro socioeconômico ultrapassado e com a falta de segurança.

A campanha tem levado os moradores a realizarem reuniões semanais para discutir as necessidades da comunidade e construir o projeto de habitação que eles desejam. Uma das atividades realizadas foi o cadastro da vila pelos próprios moradores. De casa em casa, as famílias se visitaram, conversaram e se reconheceram. Falaram sobre os problemas da vila, os anseios e os sonhos de uma moradia e de um bairro urbanizado, com segurança e lazer para os seus filhos.

Muitos querem permanecer no terreno que habitam hoje. Mas com a condição de que haja melhorias, que possam acessar água, esgoto, escola, creche, posto de saúde e não fiquem reféns das disputas do tráfico de drogas. É isso que juntos estão construindo!

CHAVE POR CHAVE

"Os movimentos desta região se fizeram assim, botando o pé na porta, dizendo para o que a gente veio. Isto aqui para mim tem que acontecer, isto aqui é um despertar da comunidade" (fala de uma moradora das vilas atingidas pela avenida Tronco, na mobilização de rua ocorrida em Fevereiro de 2011)

Juntos, os moradores atingidos pela duplicação da Tronco barraram o cadastro socioeconômico, indicaram terrenos, construíram a permanência na região de origem e barram os avanços das obras sobre as moradias. Em assembleia, decidiram que

é "Chave por Chave" (somente irão entregar os terrenos para a prefeitura, quando tiverem em mãos as chaves da moradia nova), dizendo não ao aluguel social e às casas de passagem. As famílias que ainda resistem à remoção por conta do PISA somaram-se à luta.

O longo caminho - que ainda não terminou - de enfrentamento com a prefeitura para obter informações e poder participar das decisões acerca dos seus destinos e condições de vida, não é em vão. Até agora apenas 30% das famílias optaram por deixar o local, e os trechos da obra que necessitavam das remoções para avançar com as máquinas não iniciaram. Depois de muita luta, o prefeito de Porto Alegre retirou, em Julho de 2013, a obra da duplicação da Tronco do PAC da Copa e transferiu para o PAC Mobilidade. Cerca de 400 moradores deixaram suas casas, optando pelo bônus moradia. Alguns saíram pelo medo instaurado com o início das obras, outros pelo cenário de violência expandido na região. Mas muitas famílias continuam ainda mobilizadas, pois não há ainda nenhuma certeza sobre as moradias. Permanecem monitorando e lutando pelos terrenos conquistados e pela participação no projeto das casas.

O slogan "Chave por Chave" está hoj e no imaginário dos portoalegrenses. Extravasou as fronteiras das vilas e se faz presente nas paredes das casas, nas manifestações coletivas de rua e nos noticiários diários. Essa luta percorreu todas as esferas institucionais, denúncias foram feitas à Câmara de Vereadores, à Assembleia Legislativa e aos ministérios públicos Estadual e Federal, que por meses discutiram entre si e não puderam alterar nada na correlação de forças. A nível nacional, também fomos à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Secretaria Geral da Presidência, por meio da Secretaria de Controle Interno da Presidência, que produziu um importante relatório. Este é uma Nota Técnica, a qual foi embasada em outra Nota Técnica n0 056/2013/DeMOB/SeMOB/MCIDADE, de 28.06.2013, encaminhada à Secretaria Executiva da Secretaria Geral da Presidência da República pelo ofício nº 614/2013/SEMOB/MCIDADES, de 17.07.2013. E conclui que diante de todo exposto, o relatório da presidência é claro em informar que todos os questionamentos feitos à prefeitura municipal não foram esclarecidos, bem como não foi feito atendimento pleno à população atingida, assim sendo registrada a displicência do Executivo municipal frente às questões relativas às violações de direitos na comunidade da avenida Tronco.

Ou seja, o governo federal reconhece tudo isso, e o que fez para melhorar a vida dessas famílias? Seguimos na luta.

> *"Criamos este movimento "Chave por Chave" dizendo para eles que nós só sairíamos das nossas casas no momento em que entregassem a chave da casa nova. E até hoje, nada disso aconteceu, estamos aguardando para ver se este governo cria vergonha na cara e respeite os direitos das pessoas. Os direitos fundamentais de moradia, de saúde e de educação. Que nós sabemos que isso aí em todo o Brasil tá uma podridão" (Zé Araújo)*

"A gente tá há muitos anos morando, lutando. A gente é irregular sim, mas a gente não é porque a gente quer. Se a gente tivesse uma proposta decente, nós sim queremos nos regularizar, nós queremos lutar pelos nossos direitos. A gente não é um indivíduo qualquer que pode ser jogado em algum lugar, remanejado sem saber para onde vai" ((Declaração de Moradora do Cristal em audiência pública com o Ministério Público Federal sobre os impactos

da Copa , 25 de março de 2011, Porto Alegre)

O MORRO É NOSSO

O movimento nasceu em 2009 e foi exemplo de vitória de uma luta histórica de efetivo enfrentamento à especulação imobiliária em Porto Alegre. A área em disputa está localizada a cerca de 10 minutos do centro da cidade, fica em frente ao Estádio Beira Rio, a arena da Copa do Mundo, e possui uma vista privilegiada para o Rio Guaíba. A área tem 74 hectares e é de propriedade da FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo, antiga FEBEM), órgão do governo estadual; também há partes cujas propriedades são privadas e municipais. Alguns dos prédios que estão naquele local formam um complexo de interesse histórico cultural, tendo sido construído no século XIX por Dom Pedro II para abrigar uma escola, sua residência e outros equipamentos, cujo nome, Santa Thereza, foi dado à área em homenagem à esposa do imperador. O projeto original do prédio é do arquiteto Frances Granjean de Montingny, um dos introdutores do estilo neoclássico no Brasil.

A área é conhecida também por muitos como "Morro da TV", uma vez que nela se localizam as sedes dos principais meios de comunicação, via TV e rádio da cidade. As partes mais elevadas do morro propiciam vistas abrangentes do pôr do sol no rio e do Estádio Beira Rio. Uma significativa parte do morro Santa Tereza é composta de área de preservação, e um relatório realizado pela Fundação Zoobotânica afirma que mais da metade do espaço ainda está bastante conservada, mantendo as características de mata e campos nativos, e que a área é uma das últimas a possuir resquícios de vegetação original e característica dos morros de Porto Alegre. O terreno abriga 17 espécies vegetais com status de conservação em ambiente natural, algumas ameaçadas de extinção, nascentes e cursos-d'água1. Outra parte do morro é ocupada por cerca de 4 mil famílias, que lá residem há mais de 50 anos. De maneira precária e sem acesso à infraestrutura urbana, essas pessoas têm sido historicamente negligenciadas pelo poder público, localizando-se em cinco comunidades: vilas Gaúcha, Figueira, Ecológica, Padre Cacique, Santa Rita e União Santa Tereza. No mesmo ano da aprovação da revisão do PDDUA (plano diretor da cidade), o governo do Estado iniciou negociações para trocar suas terras no morro pela construção de nove unidades da FASE em outras áreas, descentralizadas, com o argumento de atender os cerca de 800 jovens. Para efetivar essa permuta com o setor privado, o governo estadual apresentou projeto de lei (PL 388) à Assembleia Legislativa para desafetação da área pública, o que atingiria essas seis vilas. Duas construtoras de grande porte estavam interessadas e já planejavam a privatização das áreas naturais, transformando-as em condomínios de luxo, aproveitando a valorização de mercado decorrente dos empreendimentos já mencionados e da localização próxima ao Estádio Beira Rio e ao centro da Capital.

Em oposição a essas negociações e em defesa do morro, constitui-se uma frente de lutas composta por diferentes organizações e, principalmente, pelos moradores. O Sindicato dos Trabalhadores da FASE (Semapi) demandou que a proposta de descentralização do órgão pelo gover-

1 RODRIGUES, 2010 apud OLIVEIRA, 2010

no estadual fosse debatida com os funcionários e a sociedade em geral; também se opôs tanto à especulação imobiliária quanto à intenção do governo de esconder um grupo social – jovens infratores – que incomodam a sociedade. Por sua vez, os moradores do morro defendiam seu direito à moradia, uma vez que não havia menção alguma no projeto sobre a situação das famílias, que viviam irregularmente no lugar. O movimento ambientalista defendia a preservação da última área da cidade onde se encontra a vegetação original característica de seus morros. Todas essas pautas foram juntadas e, assim, as organizações em luta construíram uma plataforma comum: retirada do projeto de lei da Assembleia; preservação do patrimônio público; debate com a sociedade; projeto de reestruturação da FASE; regularização fundiária e urbanização das comunidades; com a preservação das áreas verdes. Com muita pressão popular e o apoio dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, foi barrada a votação e o projeto foi retirado pelo governo Yeda Crusius2. Em Junho de 2010, retirado o PL 388, cidadãos e movimentos iniciaram um movimento de defesa do Morro Santa Tereza, que defende a preservação das matas, o que resta do bioma Pampa, a valorização dos prédios históricos, a regularização fundiária e urbanística das vilas e também a reorganização da FASE. Esse movimento elaborou um documento chamado Carta de Intenções, que hoje é assinada por 43 entidades e cerca de 4500 pessoas. Nela, fica consensuado que a defesa do Morro Santa Tereza precisa necessariamente ser alicerçada em um tripé: regularização fundiária e urbanística das vilas existentes na área, reestruturação e regionalização da FASE e defesa do uso público da área remanescente, com a preservação da mata nativa e dos prédios históricos, como um parque.

A partir de Janeiro de 2011, o então recém-eleito governador Tarso Genro incluiu as três proposições do movimento em seu Plano de Governo. Em Maio, o governador editou um decreto com texto similar ao do encontrado no Estatuto das Cidades, em que reconhece o direito à moradia das famílias e o inclui no Programa de Regularização Fundiária do Estado. No entanto, depois de 4 anos o governo ainda não garantiu a permanência de todas as comunidades no Morro Santa Tereza.

Para conceber um projeto urbanístico que integre harmonicamente as três principais reivindicações é indispensável uma ação de governo que una esforços das três secretarias de Estado envolvidas (de Segurança, de Meio Ambiente e de Habitação) e um plano de participação popular em sua elaboração. Também é de extrema importância que esse projeto seja integrado a um projeto maior, um projeto de cidade, que leve em consideração os condicionantes que emergem das forças de toda a cidade, para que o planejamento desta área possa integrar o Morro Santa Tereza à cidade de Porto Alegre. Além disso, a urbanização das vilas pode requer uma área superior a que hoje elas ocupam; a FASE, a partir da aplicação da política socioeducativa de manter suas casas mais próximas das comunidades de origem dos jovens deverá, também, definir quais equipamentos permanecerão no local e de que área necessitará. A concepção do parque

2 GUTTERRES, Anelise, 2011

e sua discussão conjunta com a urbanização das vilas e a reestruturação da FASE deve ser objeto de debate; não só de um grupo, dentro de quatro paredes, mas da sociedade gaúcha, quanto possível representada pelas universidades, pelas entidades sociais, sindicais e ambientalistas.

E o Pós Copa?

É este o quadro que enfrentaremos daqui para frente. Assim, será fundamental não somente exigir que as obras das moradias iniciem, mas também acompanhar todo o processo para nos certificarmos de que essas famílias atingidas pelo megaevento recebam seus novos imóveis, já que agora existe lei que prioriza o atendimento a elas (e se houver algum excedente de habitações, estas irão atender famílias em áreas de risco dessas mesmas regiões). Portanto, caso haja famílias que aceitem o aluguel social teremos que ter uma ação conjunta com a Defensoria Pública para desenvolver um instrumento jurídico que inclua o endereço da futura moradia da família e que este seja o endereço de um dos terrenos desapropriados, gravados como AEIS e que terão os apartamentos de 52m² do PMCMV. Também é necessário retomar contatos e seguir atentos a como anda a situação dos aluguéis na cidade, já que a extrema valorização e o aumento do custo de vida nas cidades compromete muito mais do que 40% da renda das famílias para o morar.

Numa outra frente, manteremos a luta pela área das cocheiras do Jockey, pois ela é a possibilidade de desenvolver um projeto com a tipologia casa - lembrando que hoje, todas as famílias atingidas pelas obras da Copa do Mundo residem em casas; também foi a modalidade mais foi solicitada pelos moradores, quando eles preencheram o cadastro socioeconômico no segundo semestre de 2011. Essa luta, além de poder viabilizar a construção de casas, também poderá corrigir e retomar parte do patrimônio público entregue ao Jockey Club de graça pelo Estado do Rio Grande do Sul, com anuência da Assembleia Legislativa, em 21 de Setembro de 2010.

O trabalho do Comitê Popular da Copa Porto Alegre será fundamental para não só minimizar esses impactos, como ainda disputar e reverter situações, ampliando assim a atuação de comunidades na luta pela terra nas regiões e nos territórios. Também contribuirá para seguir ampliando a pauta dos comitês de base aliados a diversos outros movimentos e coletivos que, efervescentemente, têm se levantado para debater as pautas relacionadas à cidade, colocando-se incansavelmente na busca de mudanças estruturais na organização social, para garantir uma cidade distributiva e com espaços públicos qualificados para moradores de todas as classes sociais. A concepção da regularização fundiária e urbanística das vilas terá muito maior legitimidade se for resultado da discussão daquelas comunidades, com aqueles que se envolveram na sua defesa. Pois o urbanismo de uma cidade é um organismo vivo, em que as intervenções ou planejamentos devem potencializar sua dinâmica positiva, de forma a qualificar a vida das pessoas, olhando para seu futuro, sim, mas orientado por sua história. Nesse sentido, o urbanismo não inventa ou reinventa a cidade, mas parte da lógica de seu desenvolvimento, que tem como eixo seus próprios moradores. Espera-se que o planejamento urbano se reinvente como uma ferramenta popular de disputa e resistência na cidade e suas intervenções ocorram conforme as comunidades do Morro Santa Tereza, Vila Dique e comunidades atingidas pela duplicação da avenida Tronco se organizam. Afinal, elas já existem como um organismo vivo, há décadas, e buscam sua legitimidade como uma parte da cidade. E assim, poderão talvez se somar outras comunidades que queiram reconstruir, com base na autonomia e na auto-organização, o movimento comunitário de Porto Alegre.

Interna da Contracapa

Contracapa